

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS**

Simone Nunes Ávila

***FTM, transhomem, homem trans, trans, homem:*
A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi
Coorientador: Profa. Dr. Richard Miskolci

Florianópolis, SC
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ávila, Simone Nunes

FTM, transhomem, homem trans, trans, homem : A
emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo
/ Simone Nunes Ávila ; orientadora, Miriam Pillar Grossi ;
coorientador, Richard Miskolci. - Florianópolis, SC, 2014.
243 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Ciências Humanas. 2. Transexualidade masculina. 3.
Transhomens. 4. Transmasculinidades. 5. Autobiografias
trans. I. Grossi, Miriam Pillar. II. Miskolci, Richard.
III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV.
Título.



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro De Filosofia E Ciências Humanas
Programa De Pós-Graduação Interdisciplinar Em
Ciências Humanas

Simone Nunes Avila

**FTM, transhomem, homem trans, trans, homem - A emergência de
transmasculinidades no Brasil contemporâneo**

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor(a) em Ciências Humanas* e aprovada, em sua forma final, no dia 09 de julho de 2014, atendendo às normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

Florianópolis, 09 de julho de 2014.

**Prof. Dra. Teresa Kleba Lisboa, Coordenadora em
Exercício** do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Miriam Pillar Grossi (orientador(a)) - UFSC
Prof. Dr. Richard Miskolc Escudeiro (coorientador(a)) - UFSCar
Prof. Dra. Flavia do Bonsucesso Teixeira (membro externo) -
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Prof. Dr. Jorge Leite Júnior (membro externo) - Universidade Federal de
São Carlos (UFSCar)
Prof. Dr. Leandro Castro Oltramari (membro interno) - UFSC
Prof. Dra. Luzinete Simões Minella (membro interno) - UFSC
Prof. Dra. Tania Regina Oliveira Ramos (membro interno) - UFSC

A todos os *FTM*, transhomens, homens trans, trans e homens que
gentilmente se dispuseram a compartilhar suas vidas comigo.

*“Um dia
Vivi a ilusão de que ser homem bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria
Do que eu quisesse ter...”*

Gilberto Gil

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Lauri Nunes Ávila, pelo amor e apoio incondicional, e ao meu pai Antônio Carlos Ávila (*in memoriam*), que nos deixou há muito tempo, mas está sempre em meu coração e pensamentos. Com eles aprendi que “o estudo é a melhor herança”.

Ao mano Carlos Roberto Ávila e aos sobrinhos/as lindos/as Charles, Marlus, Selle, Joice, Sabrina, Nick (*in memoriam*) e Kaká, pelas brincadeiras que tornam a vida mais leve, mesmo com as perdas afetivas que tivemos, e por compreenderem as minhas ausências (e foram muitas) nos últimos quatro anos.

À Cláudia Maria Perrone, pela presença constante, nos bons e maus momentos. Pela delicadeza, sensibilidade, cumplicidade, parceria, inteligência, incentivo, atenção, cuidado, risadas e amor. Por acreditar em mim. Pelas incansáveis leituras dos meus textos, pelas observações perspicazes e certeiras, pelas dicas de artigos, livros e filmes e por sua enorme biblioteca. Sem ela, com certeza, eu não teria chegado até aqui.

À querida amiga Rita Buttes, que me apresentou Beto, um dos sujeitos desta pesquisa, pelas conversas jogadas fora nos bares da Cidade Baixa.

Aos queridos amigos Flávio Medici e José Antunes que gentilmente me acolheram em sua casa quando cheguei à Ilha da Magia.

Às tias Lena e Marga, pelo carinho, pelos almoços, jantares e caronas em Floripa.

Ao Juvenal Panesso Bermonth, coordenador do Serviço de Atendimento Especializado em DST/aids (SAE) do Centro de Saúde Vila dos Comerciantes de Porto Alegre, por ter permitido me ausentar do trabalho para cursar o doutorado.

Ao Carlos Henrique Casartelli, Secretário Municipal de Saúde de Porto Alegre, pela autorização de afastamento durante um ano das minhas atividades no SAE para a conclusão dos créditos do doutorado.

Ao José Fortunatti, Prefeito de Porto Alegre, pela autorização de afastamento do país para a realização do doutorado sanduíche na França.

Ao querido “*boss*” e amigo Gérson Barreto Winkler, coordenador da área técnica de DST/aids e hepatites virais da Secretaria Municipal de Saúde, por ter me convidado a fazer parte de sua equipe, pelos desafios propostos a mim na área da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e HIV entre adolescente e jovens e pela oportunidade de

articular saúde, educação e questões relacionadas ao meu campo de estudos.

Aos/às colegas que se tornaram grandes amigos/as da criativa e competente equipe da área técnica de DST/aids e hepatites virais da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre Júlio Barros, Lúcia Escobar, Ismael Rosa, Kelly Portolan, Cláudio Nunes, Felipe Felice, Bianca Bueno, Deise Borges, Aline Dutra, Luciano Rodrigues, Marina Dias, Adriane Friedrich, Rafael Moreira, Cristina Baldez e Diego Costa Lima. Obrigada, “Bruxaria Maluca”, trabalhar com vocês é um aprendizado constante.

À Universidade de Caxias do Sul (UCS) pela autorização de afastamento das atividades docentes durante o estágio doutoral na França.

Aos/às colegas professores/as da UCS, em especial à Cristiane Wittmann, Raquel Saccani, Leandro Bonetti, Aline Winck, Mônica Melo, Eléia de Macedo e Miyuki Nakamura, com quem tive o prazer de trabalhar e compartilhar os mesmos ideais éticos.

Aos/às queridos alunos/as do curso de graduação em fisioterapia da UCS, que tiveram paciência com a professora trocando frases no final do dia nos primeiros meses de doutorado pelas poucas horas de sono devidas aos deslocamentos Floripa-Porto Alegre-Caxias do Sul.

Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina, pela instigante proposta pedagógica e por ter me acolhido em seu Programa.

Aos/às queridos/as professores/as do PPGICH Hector Leies, Selvino Assmann, Carmen Rial, Mara Lago, Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff, João Lupi, Sandra Caponi, Luiz Fernando Scheibe, Luzinete Minella, Paulo Krischke, pela receptividade, afetividade, inspiração, abertura ao diálogo e exemplo de pesquisadores/as.

Agradeço especialmente às professoras Luzinete Minella e Mara Lago, que participaram da banca de qualificação do projeto de pesquisa, pelas observações e sugestões, que espero ter atendido.

Aos/às secretários/as do PPGICH, Jerônimo Ayala, Ângelo, Helena e Elaine de Lima, pela disponibilidade em resolver minhas dúvidas e pedidos.

Aos colegas de doutorado, em especial à Isadora Vier, porque a primeira apresentação a gente nunca esquece!, Silvana Pereira, pela força e apoio em Floripa, Leandro Cisneros, pelo seu inesquecível humor cordobês, e Daniela Novelli, nossa colega *fashioniste*, pela

delicadeza e disponibilidade de sempre. Porque construímos uma sólida amizade e nossa convivência durante o doutorado foi um luxo.

À CAPES/COFECUB, pelo financiamento do estágio de doutorado na Université Aix-Marseille.

À professora Agnès Fine, coordenadora na França do projeto financiado pela CAPES/COFECUB, pela amabilidade com que me recebeu em Toulouse e pelo dia maravilhoso que nos proporcionou no Chateau Lafite.

Ao Institut d'Ethnologie Méditerranéenne, Européenne et Comparative - IDEMEC - da Université Aix-Marseille, por ter me recebido para a realização do doutorado sanduíche e pela excelente estrutura que permitiu o desenvolvimento da pesquisa.

À professora Laurence Hérault, minha querida orientadora no IDEMEC, pelo suporte constante desde minha chegada à Aix-En-Provence. Por ter ampliado meus horizontes de pesquisa com tanta dedicação e delicadeza. Por me apresentar pessoas-chave para a minha pesquisa. Por me inspirar intelectualmente. Pelos passeios pelo sul da França.

Aos/às colegas do IDEMEC Perrine Lachenal, Stéphanie Messal, Ekain Rojo, Ljiliana Kelijkovic, Nora Demarchi, Emir Mahleddin e Silvia Chiarini, pela curiosidade intelectual, pelo respeito e amizade.

À Francesca Arena, da EFiGiES - Association des Jeunes Chercheuses et Chercheurs en Études Féministes, Genre e Sexualités - de Marseille, pela oportunidade de apresentar a pesquisa em um dos seminários dessa associação.

À Karine Espineira e Maud-Yeuse Thomas, pesquisadoras e ativistas, pelos dias agradáveis que tive em Marseille, pela luta pela causa trans, pela produção intelectual e pelo carinho.

Ao Naïel On Mars, jovem ativista, pela *finesse* de um café e *un verre du vin* em Marseille.

À querida Ângela Pires Terto e ao Ministério da Saúde da Argentina pela oportunidade de conhecer os consultórios “amigáveis” daquele país, e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) pelo financiamento da viagem que me possibilitou ter essa experiência singular.

Ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS - da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenado pela professora Miriam Pillar Grossi. Participar do NIGS foi uma das experiências mais enriquecedoras durante o doutorado porque ali encontrei um ambiente de efervescência criativa e intelectual e pessoas dispostas a compartilhar

conhecimentos, experiências, a ajudar uns/umas aos/às outros/as, onde o trabalho coletivo é a tônica principal. Agradeço aos/às luxuosos/as jovens amigos/as e pesquisadores/as do NIGS, alguns/mas que já fizeram parte da equipe e outros/as estão atuando nesse momento, Raruilquer Oliveira, Ana Paula Boscatti, Maria Octavia Costa, Vinicius Kauê Ferreira, Fernanda Cardozo, Paula Pinhal de Carlos, Bruno Cordeiro, Ismael de Oliveira, Virgínia Nunes, Ângela Medeiros, Nattany Rodrigues, Kathilça Lopes, Julia Godinho, Camila Laurindo, Rayani Mariano, Anna Carolina Amorim, Letícia Barreto, Anahi Guedes de Mello, Felipe Bruno Fernandes, Cristian Caje Rodríguez, Bruna Klöppel, Luisa Neves, Laura Martendal, Sophia Caroline Samenezes, Emilia Junqueira, Mareli Graupe, Tania Welter, Alexandre Amorim, Aninha, às italianas Caterina Rea e Arianna Sala, Crishna Correa e Melissa Barbieri. À Cláudia Nichnig, querida Dra. Gata, pelas dicas, pela bibliografia repassada, pelo bom humor, pela força, pela convivência tranquila e pelas voltas na Ilha. À Patrícia Rosalba Moura, pela gentileza e disponibilidade. À Fátima Weiss de Jesus, minha Pastora Ungida, pela delicadeza. À Jimena Massa, pela parceria, seriedade, pelas risadas, pela ética.

À Leona, Paulão e Tavião, pelas transgressões cotidianas na Ilha da Magia. Pela purpurina. Pelo brilho nos olhos. Pela fina ironia. Pela capacidade intelectual. Pelos dias no café do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH - e pelas noites no Iega. Pela diversão. Pela juventude. Por todo amor que houver nessa vida.

À querida Rosa Maria Blanca, que tive o prazer de conhecer no NIGS, pela sua estética *queer*, pela ousadia das performances, pela beleza de sua arte, pelo respeito e por ser quem é.

À querida Anelise Fróes, que após vários anos reencontrei no NIGS, e às meninas do vôlei. Pela bicicleta holandesa de uma viagem imaginária. Pelos jardins de um castelo. Pelo sambinha no CFH. Pelos chás de lichia, suco de morango e coca-cola. Pelas mesas amarelas. Pela escuta atenta. Pela presença sempre. Por todos os pitacos do mundo. Pelas grandes sacadas. Pela reciprocidade. Pela paciência de Jó.

À Ana María Mujica, pela disponibilidade em colaborar com o Trans Day NIGS. Por me apresentar à gastronomia colombiana e pelas boas risadas.

À Lirous K'yo Fonseca Ávila, que chamo carinhosamente de prima, por sua luta cotidiana e pela parceria nos Trans Day NIGS.

Aos/às colegas do Núcleo de Antropologia Visual - NAVI - da UFSC Alex Vailatti e Mônica Siqueira, aos/às colegas do Núcleo

Margens Marília Amaral, Arthur Grimm, Daniel Kerry, Gabriela Díaz e Mariana Queirós, e à Maria Alice Fernandes Neta, pelo apoio na realização dos Trans Day NIGS.

Ao querido amigo Elias Veras, por todos os “closes” ao vivo e por *Skype*.

As agências de fomento que possibilitaram a realização dos eventos do NIGS e esta pesquisa: CNPq, CAPES, FAPESC, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres de Florianópolis, Departamento de Gestão Participativa do Ministério da Saúde e Ministério da Educação.

À querida orientadora professora Miriam Pillar Grossi, pela enorme generosidade, inteligência, experiência, incentivo, dedicação, seriedade, e, acima e tudo, pela sensibilidade e afetividade que permeiam sua relação com os/as orientandos/as. Pela compreensão dos limites. Pelas sábias palavras na hora certa. Pelo profissionalismo. Por todas as portas abertas no mundo acadêmico. Pelos ensinamentos que levarei para sempre. Pelo seu brilhantismo intelectual. Pela sua força gigante. Pela ousadia dos seus projetos. Por sua capacidade de reunir inúmeras pessoas tão diferentes ao seu redor e potencializar em cada um/uma de nós o melhor de si. Pela liberdade com que pude fazer a pesquisa. Por estar sempre ao meu lado, mesmo estando em Paris, Toulouse, Japão, Estados Unidos, Índia, Espanha, Portugal, Manaus, Natal, Fortaleza e em outros tantos lugares mundo afora. Pelo respeito que sempre teve comigo. Por apostar em mim. A ela, toda a minha gratidão.

Ao meu querido coorientador professor Richard Miskolci, brilhante e perspicaz intelectual. Pelas perguntas “simples” que me faziam ler uns dez artigos para responder. Pela leitura sempre atenta, rápida e cuidadosa. Por se fazer presente em todos os momentos da tese, mesmo morando a quilômetros de distancia. Pelos desafios intelectuais que me propos. Pela sensibilidade, leveza e delicadeza com que conduziu a orientação. Por seu exemplo inspirador. Pela sua inteira dedicação. Por ampliar minha compreensão sobre o tema da pesquisa. Pelo diálogo sempre profícuo. A ele, também toda a minha gratidão.

Aos/às professores/as Flávia do Bonsucesso Teixeira, Jorge Leite Junior, Leandro Oltramari, Luzinete Minella Simões e Tânia Regina Ramos, que compuseram a banca examinadora da tese, pelas observações cuidadosas, comentários, sugestões e pelas palavras gentis, que tornaram a defesa da tese um momento de grande aprendizado.

À professora Olga Regina Zigelli Gracia e à Arianna Sala, pela participação com suplentes da Banca Examinadora.

Meu especial agradecimento ao Beto, Flávio, Jairo, Márcio, Carlos, Leandro, Pedro, Vini, Gustavo, Michel, Toni, Éder, Reni, Jéferson, Otávio, Nei, Kauê, Mário, Maurício, Evandro, Henrique, Marcos, Gilson, Ari, Davi, Douglas, Zeca, Édson, Fernando, Jaques, Bernardo, Fabrício e Murilo, sujeitos da pesquisa, pela confiança depositada em mim e por compartilhar comigo, ao longo dos últimos quatro anos, suas dores, amores, descobertas, enfim, sua vida. Muito obrigada, mesmo.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de uma forma ou outra, me ajudaram a chegar até aqui.

RESUMO

Desde 2010 é possível perceber a crescente visibilidade de transhomens no Brasil, tanto na mídia quanto no movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). O tema central desta tese é a emergência de masculinidades produzidas por transhomens, as transmasculinidades, que vêm se constituindo como “novas” identidades sociais e políticas no contexto brasileiro, identidades essas que parecem se ancorar, por uma lado, nas definições médicas e “psi” que as patologizam, e por outro, na luta pela despatologização de suas identidades de gênero. A amostra foi composta majoritariamente por transhomens pertencentes às classes média e alta, brancos, moradores de regiões urbanas do sudeste e sul do país, com idades entre 18 e 50 anos. Foram utilizados vários métodos de investigação, com os quais busquei articular diferentes aproximações, em uma perspectiva interdisciplinar. Para tanto desenvolvi uma etnografia, na qual foram utilizadas mídias digitais, tais como e-mail e redes sociais, e a criação de um site próprio. Fez parte da etnografia a observação participante em diversos espaços onde circulavam transhomens. Foi possível observar que não há um modelo universal de transmasculinidades, elas são maleáveis e estão em constante produção. As transmasculinidades brasileiras podem ser masculinidades alternativas, mesmo estando incluídas em práticas de dominação, subordinação e marginalização. As transmasculinidades, ao produzirem uma masculinidade sem pênis, podem ser tomadas como um desestabilizador de masculinidades hegêmicas, rejeitando a arbitrariedade do sexo e do gênero e questionando a certeza de sermos homens ou mulheres.

Palavras-chave: Transexualidade masculina; transhomens; transmasculinidades; visibilidade; autobiografias trans.

ABSTRACT

Since 2010 is possible to realize the growing visibility of transmen in Brazil in the media and in the movement of lesbians, Gays, Bisexuals, Tranvestities and Transsexuals (GLBT). The main theme this thesis is the masculinity emergency produced by transmen, the transmasculinity, which is becoming the “new” social and political identities in brazilian context. These identities seems to anchor, according to one point of view, in medical definitions and “psi” which pathologize them, and according to another one, in the fight for depathologization of their genre identities. The sample was compound majority by transmen that belongs to high and middle classes, caucasian, from south and southeast urban regions, age between 18 and 50 years old. Many investigation methods were used, I tried to articulate diferent approximations in a interdisciplinary perspective. For this I developed a ethnography, which were used many digital medias like e-mail, social networks and a own website. A participant observation in many sites where transmen used to walk arround was part of the ethnography. I could notice that there is no transmasculinity universal model, they are malleable and they are in constant production. The Brazilian transmasculinity can be alternatives masculinity, even being included in domination, subordination and marginalization practices. The transmasculinity, when they produce a masculinity without a penis, can be seen like a masculinity destabilizing, rejecting a sex and genre arbitrariness and questioning the certain if we are men or woman.

Key words: Male transsexuality; transmen; transmasculinities, visibility; trans autobiographies.

RESUMEN

Desde el año 2010, es posible percibir la creciente visibilidad de transhombres en Brasil, tanto en los medios de comunicación, como en el movimiento de lesbianas, gays, bisexuales y transexuales (LGBT). El tema central de la presente tesis es la aparición de masculinidades producidas por transhombres. Esas transmasculinidades que se han configurado como "nuevas" identidades sociales y políticas en el contexto brasileño parecen estar ancladas por un lado en las definiciones médicas y en los "psi" que las patologizan, y por otro lado, en la lucha por la despatologización de las identidades de género. En la investigación, la muestra ha consistido principalmente en transhombres pertenecientes a las clases alta y media, blanca, residentes de las zonas urbanas en el sur y sudeste del país, de entre 18 y 50 años. Han sido usados diversos métodos de investigación, con los cuales se han tratado de articular los diferentes enfoques en una perspectiva interdisciplinaria. Para ello, se ha desarrollado una etnografía en la que han se empleado medios digitales como el correo electrónico y las redes sociales. De la misma forma, se ha hecho necesaria la construcción de un sitio en la Web. En la etnografía se ha hecho uso de la observación participante. Se advirtió que no existe un modelo universal de transmasculinidades, se trata de identidades maleables y están en constante producción. Las transmasculinidades brasileñas pueden ser masculinidades alternativas, a pesar de estar dentro de prácticas de dominación, subordinación y marginación. Las transmasculinidades, en el momento de dar lugar a masculinidades sin pene, pueden ser concebidas como desestabilizadoras de masculinidades hegemónicas, rechazando el carácter arbitrario de sexo y género y cuestionando la certeza de que somos hombres o mujeres.

Descriptor: Transexualidad masculina; transhombres; transmasculinidades, visibilidad; autobiografías trans.

RESUMÉ

Depuis 2010, il est possible de percevoir la visibilité croissante des hommes trans au Brésil, à la fois dans les médias et dans le mouvement pour les personnes lesbiennes, gays, bisexuels et transgenres (LGBT). Le thème central de cette thèse est le développement des masculinités produites par des hommes trans. Ces transmasculinités qui sont configurés en tant que «nouveaux» des identités sociales et politiques dans le contexte brésilien semblent être ancré par une main dans les définitions médicales et le "psi" que les deviennent pathologisées, et d'autre part, dans la lutte pour la dépathologisation des identités de genre. Dans la recherche, l'échantillon était composé principalement par des hommes trans appartenant aux classes moyennes et supérieures blanches, des résidents des zones urbaines dans le sud et sud-est du pays, entre 18 et 50 ans. J'ai utilisé de diverses méthodes de recherche avec laquelle j'ai essayé d'articuler les différentes approches dans une perspective interdisciplinaire. Pour ce faire, j'ai développé une ethnographie où j'ai utilisé des médias numériques comme le courrier électronique et les réseaux sociaux. De même, il est devenu nécessaire de construire un site sur le Web. Il a fait partie de l'ethnographie l'observation participante dans plusieurs espaces où les hommes trans ont circulé. Il a été constaté qu'il n'y a pas de modèle universel de transmasculinités, elles sont malléables et sont en constante production. Les transmasculinités brésiliennes peuvent être masculinités alternatives, en dépit d'être dans les pratiques de domination, de subordination et de marginalisation. Les transmasculinités, au moment de la masculinité résultent sans pénis, peut être conçu comme déstabilisatrice des masculinités hégémoniques, rejetant le caractère arbitraire de sexe et de genre et remettre en question la certitude que nous sommes des hommes ou des femmes.

Mots-clés: Transsexualité masculine; hommes trans; transmasculinités, visibilité; autobiographies trans.

SUMÁRIO

Introdução.....	21
Capítulo 1 – O campo de pesquisa e suas complexidades.....	41
1 Conversas de acompanhamento.....	51
2 Sou transhomem... edaí?	59
3 Outras interações no campo	67
Capítulo 2 – “Você vira <i>Freak Show</i>”	77
1 Rodoviária – A viagem	77
2 Nos bancos da escolar – Parte I: O nome for a da ordem	87
3 “Fui expulso do <i>Orkut</i> ”	92
4 Nos bancos da escolar – Parte II – Roda de conversa.....	96
Capítulo 3 – Questões privadas e públicas nos processos de autoidentificação trans	105
1 A “descoberta” da “diferença”	107
2 Acesso às modificações corporais e assistência à saúde.....	122
3 Alternativas ao processo transexualizador	134
Capítulo 4 – Transhomens brasileiros em um novo regime de visibilidade	139
1 De “Erro de Pessoa” à “Viagem Solitária” de João W. Nery.....	139
2 “Olha pra mim de novo” – Silvyo Lúccio Nóbrega.....	160
3 Mídias digitais e redes sociais	165
Capítulo 5 – A emergência de transhomens brasileiros no movimento LGBT no Brasil	175
1 Núcleo de Apoio a Homens Trans - NAHT	188
2 Associação Brasileira de Homens Trans - ABHT	191
3 Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - IBRAT	202
Considerações finais	209
Referências.....	219

INTRODUÇÃO

Nós somos invisíveis para a maioria dos LGBT¹: invisíveis para os gays, para as lésbicas, para as travestis, e quiçá, para algumas MTFs² também. É curioso que dentro da própria ‘sigla’, somos quase que uma margem à margem. [...] A situação é precária, sem pessoas que falem a favor de políticas públicas e sociais que visem o cuidado específico e a inserção de homens transexuais. Estamos sempre na rebarba das mulheres trans, sem o mínimo protocolo específico até para coisas simples, como terapia hormonal. (Toni³, 26/03/2010).

Desde 2010, quando iniciei a pesquisa, percebi uma visibilidade crescente dos transhomens⁴ no Brasil, tanto na mídia quanto no movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Esta tese doutoral se insere na área de concentração denominada “Estudos de Gênero” do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo foi estudar a emergência de “novas” identidades trans no Brasil contemporâneo, mais especificamente as transmasculinidades.

Isso não significa que até 2010 não existissem transmasculinidades⁵, todavia, parece ser um momento em que algo novo está tomando forma, “assumindo vulto como consequência da intersecção de muitas sendas contingentes” (ROSE, 2013, p. 121), sendo colocada em discurso. Concordo com Joan W. Scott (2000) quando ela afirma que

tratar a emergência de uma nova identidade como um evento discursivo não é introduzir uma nova

¹ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

² Sigla em inglês para *Male to Female*. Tradução livre : de homem para mulher.

³ Toni é um dos meus interlocutores e seu nome é fictício. Os nomes dos interlocutores são fictícios para manter o seu anonimato.

⁴ Indivíduos que foram identificados como meninas no nascimento, mas se identificam com o gênero masculino. Os termos que definem os sujeitos trans não são consenso. Abordarei este tema mais adiante.

⁵ Identidades masculinas produzidas por transhomens.

forma de determinismo linguístico nem privar os sujeitos de agência. É se recusar a uma separação entre a ‘experiência’ e a linguagem, e em seu lugar insistir na qualidade produtiva do discurso (SCOTT, 2001, p. 66).

Identidade, para Stuart Hall (2000, p. 111-112), significa

o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais de pode falar.

Esta concepção de identidade permite o entendimento de que as identidades não são fixas nem estáveis e são definidas socialmente, em um processo de significação, estando, portanto, sujeitas ao poder (SILVA, 2007).

Essas observações trazem as seguintes questões: Por que os transhomens estão mais visíveis nos dias de hoje? Quais condições permitiram a emergência dessas identidades sociais e políticas no Brasil contemporâneo? A minha hipótese inicial é que, se por um lado, os discursos médicos⁶ e “psi”⁷ sobre transexualidade a colocaram por muito tempo no âmbito das doenças mentais, provocando sofrimentos e inúmeras dificuldades de diversas ordens na vida das pessoas trans, por outro, esses mesmos discursos abrem a possibilidade à produção de subjetividades trans e à constituição de sujeitos. Segundo Judith Butler (2005, p. 317), “a condição discursiva do reconhecimento social precede e condiciona a formação do sujeito: não que isso confira o reconhecimento de um sujeito; o reconhecimento forma esse sujeito”⁸.

⁶Algumas áreas da medicina tentam explicar as “origens” da transexualidade, buscando alterações no desenvolvimento do cérebro ou alguma área cerebral que possa justificar biologicamente a transexualidade.

⁷ Embora a psiquiatria seja uma especialidade médica, utilizarei a expressão “psi” para me referir tanto aos discursos psiquiátricos quanto aos discursos da psicologia e psicanálise.

⁸ A tradução das citações foi realizada pela autora.

Algumas pistas sobre a minha hipótese podem ser encontradas no contexto da vida de Toni. Ele iniciou seu processo de transição de gênero em 1999 em um hospital público localizado em uma capital do centro do país. Isso foi possível porque em 1997 o Conselho Federal de Medicina (CFM) autorizou as cirurgias de redesignação sexual⁹ no Brasil, a ser realizadas somente em hospitais universitários devido ao caráter experimental desses procedimentos¹⁰.

Foi em 2008 que o Ministério da Saúde instituiu o Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) com a publicação da Portaria nº 1.707. Nesta portaria, foram incluídos os procedimentos de redesignação sexual para mulheres trans¹¹, isto é, de homem para mulher, centrando a atenção à saúde no âmbito hospitalar. Os transhomens ficaram de fora desta Portaria, sendo que a sua inclusão nesse Processo aconteceu apenas em 2013.

A transexualidade coloca em xeque normas sociais. Para Richard Miskolci (2009), a ordem social do presente é a heteronormatividade, termo criado por Michael Warner em 1991, que é

um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. [...] é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da

⁹ Este termo não é consenso entre as pessoas trans e profissionais de saúde. Alguns/mas ativistas, preferem outros termos como por exemplo "confirmação de gênero" e "readequação de gênero". O termo "redesignação sexual" se refere principalmente às cirurgias para modificação da genitália (cirurgia de transgenitalização).

¹⁰ Para realizar as cirurgias de transformações corporais de acordo com sua identidade de gênero (em mulheres trans é construída uma vagina, vaginoplastia, e em transhomens, é construído um pênis, faloplastia), o sujeito transexual deve ser acompanhado em hospitais autorizados pelo Ministério da Saúde por uma equipe de saúde multiprofissional, que inclui médico endocrinologista, cirurgião, urologista, psiquiatra, psicólogo e assistente social. O período de acompanhamento é em torno de dois anos. Este período é considerado um período de avaliação do sujeito, a fim de definir se ele é um transexual "verdadeiro" e se está apto para as transformações corporais desejadas

¹¹ Entre os procedimentos para mulheres trans consta a vaginoplastia, que é a construção da vagina

sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e 'natural' da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009, p. 156-157).

Deste modo, falar de transexualidade implica na reflexão sobre o que é sexualidade para além das concepções biológicas, obrigando-nos a pensar nas vivências da sexualidade nos âmbitos privado e público, tanto como prática individual, como prática social e política. Da mesma forma, nos obriga a desconstruir binarismos rígidos presentes nas categorias de gênero tradicionais: homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual¹². A fala de Toni aponta para os processos de exclusão e invisibilidade social e política que permeiam as vidas de pessoas trans¹³, que se refletem nos campos individual, social e político, como pude observar no campo.

A transexualidade faz parte da literatura psiquiátrica desde o século XIX, seguindo a mesma lógica da psiquiatrização da homossexualidade como uma patologia (PELEGRIN e BARD, 1999). No século XX a transexualidade foi incluída em 1980 na terceira versão do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM III) da *American Psychiatry Association* (APA) como “Distúrbios de Identidade de Gênero” e em 1987 como “Disforia de Gênero” na versão revisada do DSM III (DSM IIIR), uma doença mental, psíquica. No DSM IV, publicado em 1994, a Disforia de Gênero passou a ser “Transtorno de Identidade de Gênero” (Castel, 2001) e no DSM V¹⁴, publicado em maio de 2013, voltou a ser “Disforia de Gênero”, porém nesta última versão está destacado que “é importante notar que não conformidade gênero

¹² Várias autoras tem problematizado essa questão a partir de diferentes perspectivas. Ver: Bourcier e Molinier, 2008; Newton, 2008; Steinberg, 2006; Butler, 2006; Rebreyend, 2005; Preciado, 2004; Facchini, 2002; Pellegrin e Bard, 1999.

¹³ Utilizo o termo “trans” com o mesmo significado proposto por Aimar Suess, ou seja, “refere-se a todas as pessoas que elegeram uma identidade ou expressão de gênero diferente da atribuída ao nascer, incluindo pessoas transexuais, transgêneros, travestis, cross dressers, não gêneros, multigêneros, de gênero fluido, gênero queer e outras autodenominações relacionadas” (Suess, 2010, p. 29).

¹⁴ Disponível em :

<http://www.dsm5.org/documents/gender%20dysphoria%20fact%20sheet.pdf>

não é, em si, uma desordem mental. O elemento crítico de disforia de gênero é a presença de sofrimento clinicamente significativo associado à condição” (APA, 2013, p. 1).

No entanto, é importante destacar que para além da transexualidade, o DSM “inventa” algumas desordens psiquiátricas para inúmeras emoções e sentimentos, como a timidez, por exemplo, que é considerada pelo DSM como uma “fobia social” (CECCARELLI, 2010). Concordo com Paulo Roberto Ceccarelli (2010, p. 747) quando ele afirma que o DSM é uma fonte geradora de controle de comportamentos, que se constitui em uma nova ordem repressora.

Na perspectiva de Jane Russo e Ana Teresa A. Venâncio (2006), o DSM III constituiu-se em uma mudança de paradigma radical na classificação psiquiátrica em relação às duas primeiras versões, nas quais não era clara a divisão entre o que era de ordem psíquica e o que era de ordem orgânica nos transtornos mentais. O DSM III provocou rupturas em três níveis relacionados entre si: no nível da estrutura conceitual propôs uma única lógica classificatória, rompendo com o ecletismo das classificações anteriores;

no nível da hegemonia dos campos de saberes concorrentes, representou uma ruptura com a abordagem psicanalítica dominante no âmbito da psiquiatria norte-americana; e, por fim, no nível das representações sociais relativas ao indivíduo moderno, forjou não apenas novas concepções sobre o normal e o patológico, mas também participou do engendramento de grupos identitários (RUSSO e VENÂNCIO, 2006, p. 464-465).

O DSM III ampliou significativamente o número de “transtornos”, tanto no caso das neuroses como no caso dos antigos “desvios sexuais”, e criou uma nova nomenclatura para classificar e medicalizar um terceiro grupo de transtornos mentais que desafiava as teorias existentes, não exatamente orgânicos nem psíquicos, mas “morais”, os chamados “distúrbios de personalidade”, que no campo da psicopatologia englobava o chamado ‘comportamento anti-social’ de um modo geral, incluindo desde grandes criminosos, passando por cleptomaníacos, drogaditos, até chegar nas perversões sexuais” (RUSSO e VENÂNCIO, 2006, p. 469).

A homossexualidade constava no DSM II, publicado em 1968, como um “desvio sexual”. A exclusão da homossexualidade dos manuais de doenças mentais aconteceu em 1973 por um referendo interno da APA após uma longa luta política empreendida pelo movimento gay americano no início dos anos 1970 (RUBIN, 1984; RUSSO E VENÂNCIO, 2006; PELÚCIO E MISKOLCI, 2009). No DSM III ela deixa de fazer parte das “parafilias”, transformando-se em “Homossexualidade ego-distônica” sob a rubrica “Outros transtornos psicosssexuais” e foi retirada do DSM IIIIR em 1987. Porém, o DSM III incluiu os chamados “transtornos de identidade de gênero” (RUSSO e VENÂNCIO, 2006). Russo e Venâncio afirmam que naquele momento, assistia-se a um movimento de medicalização de determinado 'modo de ser' ou comportamento que, embora compartilhando com as chamadas 'perversões' o fato de escapar do modelo de normalidade heterossexual, não havia ainda sido capturado pela engrenagem classificatória da psiquiatria (RUSSO e VENÂNCIO, 2006, p. 473).

O fato da homossexualidade não ser considerada mais uma doença mental não a exime de novas formas moralizantes de controle. Larissa Pelúcio e Richard Miskolci (2009) afirmam que a epidemia da aids surgida no início dos anos 1980 elegeu o desejo homossexual como a grande ameaça à ordem social, criando o maior pânico sexual da história contemporânea ao associá-lo à um vírus mortal.

A epidemia permitiu o reforço da norma heterossexual que servira como modelo para patologizar as sexualidades dissidentes desde fins do século XIX. Assim, nas últimas três décadas, o dispositivo da aids revelou-se eficiente na conformação dos antigos prazeres perversos em formas moldadas por padrões heterossexuais” (PELÚCIO e MISKOLCI, 2009, p. 127).

Desta forma, a homossexualidade, que fora despatologizada como doença mental na década anterior, foi repatologizada nos anos oitenta em termos epidemiológicos, dentro de um imaginário biopolítico da coletividade sob ameaça, reiterando a norma heterossexual por meios sanitários (PELÚCIO e MISKOLCI, 2009, p. 137).

Minha aproximação com a transexualidade se deu por meio do meu trabalho como fisioterapeuta. Em 1996 fui aprovada em um concurso público da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e fui lotada, por escolha minha, na Assistência Domiciliar Terapêutica a doentes de aids (ADOT) do Centro Municipal de Atendimento de DST/aids. Esse serviço era uma alternativa de atendimento aos/às doentes de aids considerados/as “graves” ou “terminais”, que tinham alta hospitalar por

não terem mais opções de tratamento, e eram acompanhados em casa por uma equipe interdisciplinar, muitas vezes até à morte.

Naquela época era comum amigos/as, colegas e familiares me perguntarem porque eu tinha escolhido trabalhar com pessoas pobres e com aids. Para ser mais honesta, diziam “pobres e aidéticas”, pois em 1996 o tratamento da aids se resumia ao uso de apenas uma medicação chamada AZT¹⁵ e imperavam, por falta de maiores informações e por ignorância no amplo sentido do termo, o medo da contaminação pelo HIV e o estigma contra as pessoas com HIV/aids.

Os/as pacientes que atendíamos na ADOT entre 1996 e 2001 eram predominantemente gays, travestis profissionais do sexo e usuários/as de drogas injetáveis (UDI). Ter aids para essas pessoas era motivo de vergonha, pois havia uma clara distinção entre “inocentes” e “culpados/as”. Os/as considerados/as “inocentes” eram crianças com HIV/aids e mulheres casadas que foram contaminadas via sexual pelos companheiros (muitos deles usuários de drogas injetáveis ou bissexuais) e os/as “culpados/as” eram aqueles/as que “buscavam satisfação em nome do prazer e do perigo sem levar em conta os riscos sociais de sua (leviana) sexualidade” (PELÚCIO e MISKOLCI, 2009, p. 140). Dito de outro modo, os/as “culpados/as” eram aqueles/as que, no sistema de valor sexual proposto por Gayle Rubin (1984), praticavam sexo que violava as regras da sexualidade “normal” ou do “bom sexo”, entendido como “heterossexual, marital, monogâmico, reprodutivo, praticado em casa, não comercial, sem envolvimento de pornografia, objetos fetichistas ou outros papéis que não o masculino ou feminino” (RUBIN, 1984, p. 152).

Quanto às pessoas trans, o sentimento de vergonha também se faz presente. Sentem vergonha do corpo, da família, dos/as amigos/as, e por vezes também há o sentimento de culpa por serem como são. Nei¹⁶ conta que faz tempo que não tem relações sexuais “com ninguém exatamente pelo fato da rejeição que eu tenho sobre o meu corpo, principalmente peitos e área genital...tenho um corpo que me envergonha”. A experiência da vergonha vem da não conformidade com

¹⁵ A terapia antiretroviral para o tratamento da aids, composta de 21 medicamentos de cinco grupos diferentes utilizada hoje, foi introduzida no Brasil em dezembro de 1996, a partir dos resultados positivos da terapia tripla (combinação de um medicamento de cada grupo) apresentados por pesquisadores/as na Conferência Mundial de Aids realizada em Vancouver em 1996.

¹⁶ Entrevista: 25/04/2010.

a heteronormarividade, o que as torna abjetas¹⁷ por bascularem as normas do sistema sexo-gênero, colocando-as no patamar do “mau sexo” na hierarquia sexual.

No início de 2000 comecei a trabalhar também no Serviço de Atendimento Especializado (SAE) em DST/aids do Centro Municipal, onde observei uma “nova” categoria de usuárias do serviço, autenticadas como “transexuais”. Até então minha experiência tinha sido apenas com as travestis que atendíamos na ADOT. É interessante notar que as transexuais começaram a “aparecer” mais, ou melhor, ter mais visibilidade após 1997, ano em que o CFM autorizou as cirurgias de redesignação sexual.

Em 2002 passei a compor a equipe de assessores/as técnicos/as na Política Municipal de Controle de DST/aids e entre 2002 e 2005 acompanhei vários projetos de prevenção do HIV/aids financiados pelo Programa Nacional de aids do Ministério da Saúde desenvolvidos por Organizações Não Governamentais, muitos deles direcionados a travestis e transexuais¹⁸. No contato com estas sujeitas¹⁹ pude observar o preconceito e as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia em função do não reconhecimento de sua identificação com o gênero feminino e a dificuldade de acesso às cirurgias de redesignação sexual para aquelas que têm essa vontade. Elas fazem várias críticas ao atendimento por parte dos profissionais de saúde, de modo geral, e, em especial, ao longo processo de acompanhamento que elas têm de se submeter em programas de redesignação sexual.

Quando decidi que era o momento de fazer o doutorado, eu sabia que queria trabalhar com transexualidade. Em 2008 participei de um processo seletivo na área da educação, mas não fui aprovada. Em 2009 tentei outro Programa de Pós-Graduação, mais próximo à minha formação acadêmica. Ao procurar referências teóricas na internet, encontrei um artigo de Josch Hoenes no número 45 do *Cahier du Genre* publicado em 2008 intitulado “Imagens e formações de corpos de

¹⁷ Júlia Kristeva (1988) desenvolve seu conceito de abjetos partir da distinção de dois momentos específicos da aquisição da linguagem no sujeito: semiótica e simbólico. Para a autora, abjeção é aquilo que se produz de forma ameaçadora e não assimilável; algo que solicita, inquieta, fascina o desejo. “*O que nos torna abjeto é aquilo que perturba uma identidade, um sistema, uma ordem. Aquilo que não respeita os lugares, os limites, as regras*” (Kristeva, 1988, p. 11).

¹⁸ Transexuais femininas, de homem para mulher.

¹⁹ Uso “sujeitas” para me referir às travestis e transexuais femininas no mesmo sentido proposto por Fernanda Cardozo (2009).

homens trans. Política visual nas fotografias de Loren Cameron”²⁰. Fiquei fascinada com as imagens daquele corpo masculino, “sarado”, todo tatuado, lindo e com vagina. Decidi que pesquisaria sobre a construção corporal desses sujeitos. Passei na prova, porém não fui aprovada novamente.

Desanimei totalmente e cogitei a ideia de desistir do doutorado. Comecei a desconfiar que transexualidade não era um tema muito bem vindo na Academia. Em uma última busca na internet por algum Programa que talvez eu pudesse desenvolver minha pesquisa, encontrei o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Porém, eu precisava de alguém que me orientasse. Tomei coragem e enviei um email para a professora Miriam Pillar Grossi comentando sobre meu projeto de pesquisa e obviamente perguntando se ela poderia ser minha orientadora. Para minha surpresa, ela imediatamente respondeu, solicitando que eu enviasse o projeto. Após ter enviado o projeto, professora Miriam fez uma série de observações e sugestões de leituras sobre gênero e sexualidade. E sua resposta foi sim, ela seria minha orientadora se eu fosse aprovada na seleção.

Uma vez tendo encontrado um Programa onde eu poderia realizar minha pesquisa sobre transexualidade, era preciso delimitar melhor meu objeto de pesquisa. Lembrei-me das travestis e transexuais das ONGs que eu acompanhava, das suas dificuldades e críticas. Isto me fez pensar que se as dificuldades acontecem com as travestis e as transexuais, que historicamente se organizaram em função da epidemia da aids, ou seja, são mais organizadas politicamente e têm mais visibilidade, o que aconteceria com os transhomens? Eles também enfrentam os mesmos problemas? Onde eles estão? Como eles vivem? Como eles resolvem estas dificuldades? Há alguma organização política para reivindicar seus direitos em relação ao reconhecimento de sua condição transexual?

Essas questões extrapolam o campo de conhecimento da área da saúde. Os discursos médicos “científicos” que tentam há muito tempo explicar a transexualidade e influenciam a compreensão da transexualidade pelos próprios indivíduos não levam em conta a reflexividade²¹, que permitiria o exame permanente e a reforma

²⁰ HOENES, Josch. Images et formations de corps d’hommes trans. Politique visuelle dans les photographies de Loren Cameron. *Cahiers du Genre - Les fleurs du mâle : masculinités sans hommes* ?N. 45, 2008. P. 43-58

²¹ Para Giddens, Beck e Lash (1997), na sociedade contemporânea, ou “pós-modernidade”, a reflexividade representa uma possibilidade de reinvenção da

constante das práticas sociais (GIDDENS, BECK e LASH, 1997), incluindo nestas a vivência das transversalidades e diversidades de identidades de gênero. Esses discursos são hegemônicos e uma das razões é a pretensa “verdade científica”, típica das ciências positivistas, nas quais se inclui a “ciência” médica.

As discussões sobre transexualidade ocorreram sob a égide da psicopatologização, com suas conseqüentes repercussões sociais. Neste processo, localizamos a apropriação da “experiência transexual”²², definida por Robert Stoller em 1982, pela psiquiatria, levando a necessidade de inserir procedimentos de redesignações sexuais em processos terapêuticos formais e normalizados (MURTA, 2008).

A psiquiatria compreende a “experiência transexual” como uma condição social “anormal”, posição criticada por vários/as autores/as como Márcia Arán (2005), Judith Butler (2006), Berenice Bento (2006), Tatiana Lionço (2006), Daniela Murta (2008), Marie-Hélène Bourcier e Pascale Molinier (2008), Flávia Teixeira (2009), Gerard Coll-Planas (2010), Carsten Balzer (2010) e Aimar Suess (2010). Para Márcia Arán (2005, p. 2) “a experiência dita transexual (...) traz consigo uma potencialidade crítica de subversão das nossas próprias crenças sobre sexo, gênero e identidade”, uma vez que o sujeito transexual não se encaixa em nenhum dos modelos propostos de identidade sexual segundo as práticas discursivas do século XIX (MURTA, 2008).

Concordo com a definição de Balzer (2010), que afirma que a transexualidade se fundamenta na não concordância entre o sexo biológico e o gênero pelo qual uma pessoa deseja ser reconhecida socialmente, ou seja,

as pessoas transexuais são aquelas que possuem ou vivem/representam uma identidade de gênero diferente da atribuída ao nascer, incluindo aquelas que por obrigação,

modernidade e suas formas industriais. Para os autores, vivemos em um mundo cada vez mais reflexivo, que estimula a crítica ativa e autoconfrontação. A modernidade reflexiva traz é a ideia que muitas modernidades são possíveis, em oposição à ideia fatalista de que só existe uma forma de modernidade: a da sociedade industrial.

²² A categoria “experiência transexual” foi utilizada pela primeira vez pelo psicanalista americano Robert Stoller em seu livro *The transsexual experiment*, publicado em 1975 nos Estados Unidos. Este livro foi publicado no Brasil em 1982 pela editora Imago.

preferência ou livre escolha optam por apresentar-se, através da vestimenta, acessórios, cosméticos ou modificações corporais de modo diferente das expectativas a respeito do papel de gênero atribuído ao nascer (BALZER, 2010, p. 81).

Nesta mesma perspectiva de Balzer, Gerard Coll-Planas (2010) afirma que as pessoas transexuais entendem que a não correspondência entre sexo e gênero requer a modificação de seu corpo mediante hormonização e cirurgias, sendo uma das demonstrações de que o corpo há muito tempo deixou de ser um corpo “natural”.

Os protocolos rígidos para o tratamento de redesignação sexual se baseiam em pressupostos biologicistas e anatômicos na determinação do sexo e nos papéis masculino e feminino fixamente determinados, não abrindo possibilidade para outras alternativas de vivência de gênero (SUESS, 2010). Um exemplo disso é o “teste da vida real”, período no qual o/a candidato/a aos serviços de redesignação sexual devem passar se vestindo e se comportando com o gênero com o qual se identifica; é uma forma de verificar se o/a candidato/a é um/a “verdadeiro/a transexual”²³, termo usado para designar aqueles que, na perspectiva médica, viveriam melhor após um curso terapêutico que culminaria com a cirurgia genital.

Aimar Suess (2010) acredita que é necessário contrapor ao discurso médico outras perspectivas de compreensão que nos ajudem a pensar a transexualidade não como “uma doença que precisa ser curada”, mas como uma entre tantas outras formas de viver a vida para além dos binarismo rígidos de gênero.

A utilização de termos que definem o sujeito transexual não é consenso entre os/as pesquisadores/as. Alguns estudos denominam o homem que se identifica com o gênero feminino de “transexual masculino” e a mulher que se identifica com o gênero masculino de “transexual feminino” (ATHAYDE, 2001), levando em conta o sexo e não o gênero²⁴; há outros que denominam o homem que se identifica

²³ Berenice Bento (2006) faz uma densa análise das estratégias discursivas de negociação dos/as transexuais candidatos/as ao processo transexualizador com o saber-poder médico neste processo de “convencimento” da equipe de que são transexuais “verdadeiros/as”, segundo os protocolos médicos psiquiátricos.

²⁴ Berenice Bento (2006) afirma que quando um transexual homem para mulher diz que se sente uma mulher e que precisa ajustar o seu corpo e o médico o

com o gênero feminino de “transexual feminina” e a mulher que se identifica com o gênero masculino de “transexual masculino” (BENTO, 2006), que leva em conta o gênero e não o sexo. Outras denominações encontradas na literatura, mais próximas das reivindicações do movimento *queer* são *MTF* (*Male to Female*), *FTM*²⁵ (*Female to Male*), *Transman*, sinônimo de *FTM*, e ainda *transgênero* (*transgender*) e *transpeople*.

No presente estudo utilizo o termo “transhomem” para me referir aos sujeitos que foram identificados no nascimento como pertencentes ao “sexo” feminino (ou transexuais masculinos, homens trans, ou trans masculinos ou ainda *FTM*) e que se identificam com o gênero masculino. Nas primeiras buscas na internet sobre transexualidade masculina encontrei um *blog* brasileiro chamado “Transhomem Brasil”, “criado [em 2002] para ajudar de alguma forma a transhomens, *FTMs*, homens transexuais, entre outros”. Imaginei que era um termo nativo. Porém, durante a realização da pesquisa, percebi que esse termo não era amplamente utilizado por meus interlocutores. Os termos mais utilizados por eles eram *FTM* e transexual masculino.

Consciente da controvérsia da nomenclatura e da ausência de um consenso sobre ela, optei por usar a categoria transhomem por três razões: a) por ser uma tradução do francês *transhomme*, utilizada pela teórica *queer* francesa Marie-Hélène Bourcier, uma das autoras a qual me apoiou teoricamente; b) desta forma “transhomem” se torna um substantivo, que é a palavra com que se denomina, e não se “qualifica”, um ser ou um objeto, como é o caso do adjetivo. Ao usarmos “masculino” ou “feminino” após transexual (transexual masculino, transexual feminino), ao usar “transexual” após homem ou mulher (homem transexual, mulher transexual) estamos qualificando o sujeito; c) porque em uma lógica “polissexual”, me parece adequado fugir dos binarismos já conhecidos, como por exemplo, homem/mulher, masculino/feminino, que discutirei mais adiante. Portanto, a categoria transhomem já circulava internacionalmente entre outras e é uma opção que pode gerar controvérsias, mas também traz vantagens como as destacadas mais acima. Nesta pesquisa, a categoria transhomem será utilizada ao longo do texto independentemente de os sujeitos terem

nomeia de “transexual masculino” está citando as normas de gênero que estabelecem que a verdade do sujeito está no sexo.

²⁵ Traduzindo literalmente, seria de mulher para homem.

recorrido às intervenções cirúrgicas ou ao seu desejo de se submeter a elas.

Também utilizei a categoria “transexperiência” masculina, para definir o estudo de indivíduos que se reconhecem como transhomens, partindo da categoria “experiência transexual” que aparece frequentemente em estudos publicados no Brasil sobre o tema, em uma perspectiva diferente da psiquiatria, como por exemplo os de Márcia Arán (2005) Berenice Bento (2006), Tatiana Lionço (2006) e Márcia Arán e Daniela Murta (2009). Como a “experiência” tem sido um conceito bastante usado na contemporaneidade, tanto como conceito-chave de explicação de senso comum (BOURDIEU, CHAMBOREDON E PASSERON, 2007) para as vivências dos sujeitos, quanto pelas teorias sociais contemporâneas (SCOTT, 2001), penso ser importante refletir um pouco sobre o que seria a “experiência transexual”, articulando com a categoria transexperiência masculina.

A categoria “experiência transexual” foi utilizada pela primeira vez por Robert Stoller, em 1975 no livro *The transsexual experiment*, publicado em 1982 no Brasil com o título “A experiência transexual”²⁶. Stoller usou “experiência” com dois sentidos distintos: como “experimento” e como socialização. O primeiro sentido se aproxima do conceito de “experimento” ou “experimentação” proveniente de pesquisas científicas de cunho positivista mais presentes no campo biomédico no qual ele se insere o outro sentido se refere às experiências de educação das famílias que tem um filho feminino. Poderíamos aproximá-lo do que José Ferrater Mora (2001, p. 618) define como experiência: “a apreensão por um sujeito de uma realidade, uma forma de ser, um modo de fazer, uma maneira de viver, etc. A experiência é, então, um modo de conhecer algo imediatamente antes da formulação de qualquer juízo formulado sobre o que é apreendido”.

Joan W. Scott, historiadora feminista, tem outra compreensão de “experiência”, que me ajuda a pensar na categoria “transexperiência masculina”. Para Scott,

não são os indivíduos que têm a experiência, mas os sujeitos os que são constituídos por meio da experiência. Nesta definição, a experiência se converte então não na origem de nossa explicação, não na evidência definitiva (porque tenha sido vista ou sentida) que fundamenta o

²⁶ STOLLER, Robert Jesse. *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago, 1982

conhecido, mas mais naquilo que procuramos explicar, aquilo acerca do qual se produz conhecimento” (SCOTT, 2001, p. 49).

Entender a experiência na perspectiva de Joan W. Scott significa problematizar a experiência, ou seja, seria dar historicidade a ela tanto quanto dar historicidade às identidades que produz. A experiência serve como uma maneira de falar o que ocorreu, de estabelecer diferenças e similitudes, de dizer que se tem um conhecimento “inalcançável”, pois os sujeitos são produzidos discursivamente, sendo a experiência um evento que não ocorre fora de significados estabelecidos, mas tampouco está confinada a uma ordem fixa de significado.

Voltando à noção de “transexperiência” masculina, observo que esta categoria se relaciona à experiência de transhomens, ou seja, de homens que nasceram com corpos biológicos femininos e que se identificam com o gênero masculino e transformaram seus corpos em corpos reconhecidamente masculinos. A noção de “experiência” de Joan Scott me possibilitou compreender a experiência como a história dos sujeitos produzidos discursivamente através de sistemas discursivos conflituosos e contraditórios, dentro de um dado contexto social e histórico, considerando que a “transexperiência” só existe como marca linguística, como espaço de construção individual em espaços no qual valores e representações de masculino e feminino são compartilhadas coletivamente.

É importante lembrar também outro conceito chave para minha pesquisa, o de agência. Este, segundo Sherry Ortner (2007, p. 58) também se relaciona com o poder, “com o fato de agir no contexto de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais”, sendo que o poder opera “de cima para baixo, como dominação, e de baixo para cima como resistência”.

Não desejei usar a categoria “transexperiência” para confinar os sujeitos transhomens desta pesquisa a uma categoria identitária fixa e determinada, mas entendê-la como parte de processos históricos que, por meio do discurso, da linguagem, posicionam os sujeitos e produzem suas “experiências”, sendo passíveis de interpretação, interrogando seus processos de criação, e tendo claro que estas experiências são sempre experiências políticas, tanto por sua construção individual, como coletiva.

Para definir masculinidades, apoie-me em Robert W. Connell²⁷ (1995, p. 188), para quem “a masculinidade é uma configuração da prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”. Para o autor, as masculinidades são construídas na esfera da produção social, uma vez que a configuração de práticas enfatiza aquilo que as pessoas fazem e não o que é esperado ou imaginado. Isso significa que a maioria dos homens internaliza a norma social na qual os homens devem agir e sentir de modo a se distanciar do comportamento das mulheres e da feminilidade, adotando maneiras e interesses ditos “masculinos” (CONNELL, 1995).

Connell (1995) chama a atenção também para duas questões : diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social e as relações de gênero incluem relações entre os homens e entre os homens e as mulheres, relações estas de dominação, marginalização e cumplicidade, nas quais uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas ao seu redor; daí falar de “masculinidades” no plural.

Assim como não existe um padrão de feminilidade universal, não existe um único padrão de masculinidade que seja encontrado em todas as culturas e em todos os períodos da história. Pelo contrário, há grandes evidências de que existem vários padrões de masculinidade, várias definições do que significa ser um homem e diversas maneiras que os homens vivenciam as relações de gênero (CONNELL, 2005a).

Connell (1995) afirma que há um determinado padrão de masculinidade que ocupa a posição dominante, que ele denominou de “masculinidade hegemônica”. Isso significa que o padrão de masculinidade que é mais valorizado é o que está mais associado à autoridade e ao poder, e que, a longo prazo, garante o privilégio coletivo dos homens. A existência de uma masculinidade hegemônica é uma das razões para a ilusão popular de que existe apenas um tipo de masculinidade (CONNELL, 2005a).

Connell não trata de masculinidades “femininas”, como Judith Halberstam. Em *Female Masculinity*²⁸, que seria o sinônimo de “masculinidades sem homens”, a autora inicia o livro questionando: “O que é masculinidade? Se a masculinidade não é a expressão social, cultural, nem política da virilidade, o que é?” (HALBERSTAM, 1998,

²⁷ Hoje Raewyn Connell.

²⁸ Em 2008 este livro foi traduzido para o espanhol e publicado pela editora EGALES.

p. 1). Mesmo sem ter respostas definitivas, a autora entende que as masculinidades femininas são consideradas “as sobras desprezíveis da masculinidade dominante, com o fim de que a masculinidade dos homens possa parecer como verdadeiro” (HALBERSTAM, 1998, p. 1) e nos dá pistas para compreender como as masculinidades se constroem, colocando em evidência que a “masculinidade não pertence aos homens”. Para Marie-Hélène Bourcier e Pascal Molinier (2008), Halberstam traz à cena lados inteiros de “subculturas” de gênero até então mal representadas, colocadas em discurso por outros, até mesmo patologizadas e concretamente reprimidas, o que permitiu explorar uma grande variedade de masculinidades femininas, forçadamente subversivas, até então invisibilizadas, como as *butches*²⁹, os *FTM* e os transgêneros.

A dúvida de Todd W. Reeser (2010) é a mesma que a minha: “O que significa masculinidade quando assumimos que a masculinidade e os homens não estão diretamente relacionados?” O que dizer das masculinidades produzidas por transhomens? Qual é o seu desejo de masculinidade?

Como eu me propus a realizar uma pesquisa interdisciplinar em uma área em que há hegemonia dos discursos médicos e “psi” na explicação sobre a transexualidade, situando-a no âmbito da patologia, nesta pesquisa busquei me distanciar desse marco teórico. Eu não queria realizar uma pesquisa na qual eu reproduziria esses discursos, enquadrando meus interlocutores na caixa patologizadora e opressora de um transtorno mental. Era preciso encontrar caminhos teóricos e metodológicos que me ajudassem a analisar a transexualidade masculina, ou melhor, as transmasculinidades, de modo mais crítico e criativo e em uma perspectiva interdisciplinar. Minha intenção foi estudá-las de forma mais abrangente. A produção no campo da Sociologia, da Filosofia e da Antropologia que objetivam a desconstrução da transexualidade como fenômeno patológico, e em um sentido mais amplo, a desconstrução crítica das categorias binárias de gênero (masculino/feminino, heterossexual/homossexual), foram minhas referências teóricas. Apoiei-me teoricamente também na produção do campo dos “estudos de gênero”, de “estudos da masculinidade”, “estudos trans”, na teoria *queer* e na produção brasileira sobre transexualidades e travestilidades.

²⁹ Lésbica masculina. No Brasil poderíamos traduzir como “sapatão”, “caminhoneira”.

O tema central desta tese é a emergência de masculinidades produzidas por transhomens, as transmasculinidades, que vêm se constituindo como “novas” identidades sociais e políticas no contexto brasileiro, identidades essas que parecem se ancorar, por uma lado, nas definições médicas e “psi” que as patologizam, e por outro, na luta pela despatologização de suas identidades de gênero. Essa inferência tem como base o que aconteceu com a homossexualidade nos anos 1970, ou seja,

após ter sido circunscrita e caracterizada como “doença” pela psiquiatria, acabou por constituir um elo político-identitário entre grupos de pessoas a ponto de sustentar um importante movimento político e cultural (RUSSO e VENÂNCIO, 2006, p. 471).

As questões que nortearam a pesquisa foram:

- Como os transhomens brasileiros produzem sua masculinidade?
- Qual é o seu desejo de masculinidade?
- As transmasculinidades podem se configurar em uma masculinidade alternativa à masculinidade hegemônica?
- Quais são as estratégias de resistência dos transhomens contra os discursos patologizantes sobre a transexualidade e como eles desenvolvem a agência?

Para analisar estas questões me apoiei nos estudos *queer*, que emergem na década de 1980, sendo que sua articulação teórica deve muito à terceira onda feminista dos anos 1980, que reformulou os conceitos de sexo e gênero, à luz de teorias pós-estruturalistas da história social, poder e discurso, bem como da filosofia pós-moderna (ZIELINSKI, 2007), à sociologia do desvio norte-americana, ao pós-estruturalismo francês e aos estudos gays e lésbicos (PINO, 2007).

Conforme Richard Miskolci (2012), Teresa De Lauretis cunhou o termo “Teoria *Queer*” em 1991 “como um rótulo que buscava encontrar o que há de comum em um conjunto muitas vezes disperso e relativamente diverso de pesquisas” (MISKOLCI, 2012, p. 31). Como uma teoria anti-essencialista da sexualidade, a teoria *queer* questiona e desvenda as categorias normativas de gênero e sexualidade, através das suas práticas críticas (ZIELINKI, 2007), porém ela não se limita a essas questões. Como afirma Nádía Perez Pino, a teoria *queer* coloca

em xeque as formas correntes de compreender as identidades sociais [...] a teoria *queer* surge em um momento de reavaliação crítica da política de identidades. Assim, busca evidenciar como conhecimentos e práticas sexualizam corpos, desejos, identidades e instituições sociais numa organização fundada na heterossexualidade compulsória [...] e na heteronormatividade (PINO, 2007, p. 160).

A teoria *queer* se distingue dos estudos lésbicos e gays, pois considera que estas culturas sexuais foram normalizadas e não apontam para a mudança social, daí o interesse em estudar culturas sexuais não-hegemônicas, caracterizadas pela subversão ou rompimento com normas socialmente prescritas de comportamento sexual e/ou amoroso, tais como a travestilidade, a transexualidade e a intersexualidade. No entanto, Miskolci destaca que a teoria *queer* “vem enriquecer os estudos gays e lésbicos com sua perspectiva feminista que lida com o conceito de gênero, e também sofisticada o feminismo, ampliando seu alcance para além das mulheres” (MISKOLCI, 2012, p. 31).

As teorias de Judith Butler abriam uma via às novas subversões das normas heterossexuais e à reflexão sobre a performatividade de gênero, iniciando o debate sobre as práticas transgenéricas e as análises dos discursos sobre estas práticas (REBREYEND, 2005).

Uma autora *queer* que também me apoiou teoricamente foi Marie-Hélène Bourcier (2008), principalmente no que se refere ao que a autora denomina de “TTT : Trans Teoria e Tecnologia”. Bourcier apresenta três novas tecnologias da transmasculinidade: a) o abandono da metáfora narrativa da transição ou transgressão, na qual ela analisa a pesquisa de Henri Rubin sobre transhomens, publicada em 1994, na qual está demonstrado que as respostas remetem às concepções essencialistas e pouco historicizadas da masculinidade; b) a testosterona (o culto dos “hormônios masculinos”), na qual a autora, a partir da análise da autobiografia de Max Valério, afirma que a testosterona ocupa à frente da cena na cultura transexual e transgênero a tal ponto de, às vezes, relativizar o papel da cirurgia; e c) o feminismo lésbico radical, em que Bourcier problematiza a rejeição por algumas feministas a pessoas transexuais de certos espaços feministas.

No primeiro capítulo, “O campo de pesquisa e suas complexidades”, apresentarei os diferentes procedimentos metodológicos que utilizei para coletar os dados, acessar meus

interlocutores, resolver alguns desafios e dificuldades encontrados no campo e aquilo que me afetou durante a pesquisa. Abordarei também como estabeleci minhas categorias de análise e suas interpretações.

No segundo capítulo, intitulado “Você vira *Freak Show*”, analisarei as questões que envolvem identidades de gênero, mais especificamente as identidades de transhomens, dentro de uma lógica engendrada por aquilo que a filósofa *queer* Beatriz Preciado define como tecnologias moles e líquidas na produção de corpos e subjetividades, como nos apresenta. Para tanto, tomei como ponto de partida quatro situações pelas quais passou um dos meus interlocutores, que chamo de Marcos.

No capítulo três, “Questões privadas e públicas nos processos de autoidentificação trans”, analisarei os processos de autoidentificação dos meus interlocutores, entendendo que é um processo longo e permeado de receios, fantasias, esperanças, contradições e conflitos, tanto na esfera privada quanto pública, até chegar ao difícil reconhecimento social do gênero desejado. Abordarei os conflitos que podem estar presentes no momento da “descoberta” de suas “diferenças”, o momento da revelação dessa percepção, como se dá o acesso às modificações corporais e assistência à saúde dos transhomens e alternativas ao processo transexualizador do Sistema Público de Saúde (SUS).

No quarto capítulo, “Transhomens brasileiros em um novo regime de visibilidade”, tomo como ponto de partida a mudança de cenário no final dos anos 2000 em relação à visibilidade dos transhomens brasileiros. Argumentarei que, a partir da virada histórica em 1997 na forma de compreensão da sociedade brasileira em relação ao universo das homossexualidade, como “o surgimento comercial da internet, a distribuição gratuita de medicamentos para o tratamento do HIV e o primeiro ano da Parada do Orgulho LGBT que tornou São Paulo destaque mundial”, identificada por Richard Miskolci (2013), a qual acrescento a autorização das cirurgias de redesignação sexual em nível experimental pelo Conselho Federal de Medicina, e a vinculação na mídia da história do americano Thomas Beatie, conhecido como “homem grávido”, a exibição no Brasil da série americana *The L Word* no final dos anos 2000, com seu personagem Max, um transhomem, e a recente participação dos transhomens brasileiros na cena política abriram condições para maior visibilidade dos transhomens. Além disso, a partir das observações que fiz no campo, nas quais estavam implícitos os usos de diferentes narrativas de “si mesmo” ou de “representações de si” na produção de subjetividades transmasculinas, seja pela leitura de uma autobiografia trans, seja por uma entrevista ou notícia vista na

televisão ou por informações encontradas na internet, ou ainda pelo uso das mídias digitais e redes sociais pelos transhomens, percebi que o campo se constituiu como um “espaço biográfico”, conceito proposto por Leonor Arfuch. Neste sentido, analisarei os modos de visibilidade dos transhomens brasileiros de março de 2010 até maio de 2014, articulando os mesmos com a noção de “espaço biográfico”.

No quinto capítulo, “A emergência de transhomens brasileiros no movimento LGBT no Brasil”, buscarei refletir sobre a participação dos transhomens no movimento social e político de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), inicialmente marcado pela presença das travestis e das transexuais. Argumentarei que entrada dos transhomens brasileiros no movimento se deu timidamente em 2005 e que o surgimento do Núcleo de Apoio a Homens Trans (NAHT) em 2011 foi o propulsor da criação da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), fundada em junho de 2012. Analisarei também os aspectos em comum e os que diferenciam a criação da ABHT de outros coletivos de travestis e mulheres trans surgidos nos anos 1990. Além disso, analisarei o quanto os discursos médicos e “psi”, as autorizações médicas e as resoluções oficiais para as intervenções no corpo, como hormonização e cirurgias, forjam identidades coletivas, ao mesmo tempo em que a organização política de pessoas trans pode se constituir como uma forma de resistência a esses discursos, autorizações e resoluções.

Capítulo 1 – O campo de pesquisa e suas complexidades

O observador encontra-se na ação.
Seu trabalho não é contemplativo, é interacional.
Encontra-se em ação, está situado e se desloca.
Interage, na ação e como interlocutor.
Hélio Silva (2009, p. 186)

Em outubro de 2009, quando estava nas explorações iniciais do que viria ser meu campo de investigação, uma amiga me falou que conhecia alguém que talvez pudesse participar da pesquisa. Ela conversou com Beto e ele a autorizou a informar seu telefone. Liguei para ele, expliquei os objetivos do trabalho e o convidei para uma entrevista. Ele tinha dúvidas em aceitar meu convite e disse que precisava pensar um pouco sobre isso. Após o terceiro telefonema, ele aceitou conversar comigo.

Beto tinha 42 anos, morava em um bairro de classe média em uma capital do sul do país, terminou o ensino médio e era dono de seu próprio negócio. Ele fez sua transição de gênero no início dos anos 2000 em um hospital universitário. Sua mastectomia³⁰ foi realizada por um cirurgião do sistema privado de saúde durante o período de transição. Durante a entrevista, que durou cerca de duas horas, entre outras coisas, relatou vários problemas de saúde decorrentes dos procedimentos cirúrgicos que se submeteu durante a transição e teceu várias críticas sobre o atendimento que recebeu no hospital e sobre alguns/mas profissionais da equipe. Ao mesmo tempo em que criticava, expressava o receio de precisar novamente da equipe e me pediu para ter muito cuidado com o que eu iria escrever para não identificá-lo, mas queria participar da pesquisa para poder contar a sua história, principalmente sobre os problemas que teve no hospital, para que outros trans não tivessem de passar pelas mesmas experiências que ele.

Para que se sentisse mais tranquilo, combinei de enviar a ele por e-mail a transcrição da entrevista para que pudesse acrescentar ou retirar informações. Recebi sua resposta, na qual dizia que estava “tudo errado”. Pedi que ele fizesse as correções que considerasse necessárias e me reenviasse, mas ele preferiu me encontrar pessoalmente para eu ajudá-lo porque não sabia usar muito bem o editor de texto e não tinha muita prática com e-mails e internet. Encontramos-nos em uma *lan house* e revisamos a entrevista juntos. Combinamos que o que não era

³⁰ Retirada cirúrgica das mamas.

para ser usado na pesquisa ficaria em letras vermelhas. O que estava “errado” eram os nomes dos/as profissionais, ou seja, ele não queria que eu os citasse, o que obviamente não seria feito por uma questão ética, e suavizou duas ou três críticas. O restante da entrevista não teve alterações.

No mesmo mês de 2009, recebi um e-mail de Flávio, 37 anos, morador de outra capital do sul do país, com formação superior e funcionário público. Ele estava em processo de transição também em um hospital universitário e já tinha realizado a mastectomia em um serviço privado. Seu e-mail era a resposta a uma mensagem que eu tinha enviado aos administradores dos dois únicos *blogs*³¹ direcionados a transhomens, Transhomem Brasil e FTMBrasil, que existiam na época. Os *blogueiros* divulgaram a mensagem, na qual eu explicava os objetivos da minha pesquisa e convidava transhomens a participar da mesma, junto com meu e-mail de contato.

Além de conhecer a trajetória de vida de Beto, minha expectativa era de que ele pudesse me apresentar a outros trans. Isso não foi possível porque ele não tinha amigos trans e parecia querer manter distância de outros transhomens. Flávio foi o único transhomem que respondeu à mensagem postada nos dois *blogs*. Naquele momento meu interesse era entrar em contato com transhomens do sul do país. O desafio que estava posto era como e onde acessar meus interlocutores, uma vez que eu já estava percebendo que os transhomens pareciam ter menos visibilidade que as mulheres trans e as travestis.

Antes de entrevistar Beto e Flávio, eu tinha participado da Parada LGBT de Porto Alegre daquele ano. Fui à Parada pensando em encontrar os interlocutores para a pesquisa que seria iniciada se eu fosse aprovada da seleção do doutorado e possivelmente fazer os contatos iniciais. Esta foi a minha primeira experiência em campo. Eu observava as pessoas, os modos que elas estavam vestidas, os seus comportamentos. Mas não “olhava” qualquer pessoa. Eu olhava para mulheres que pareciam pouco femininas ou bem masculinas, para o grupo de lésbicas, porque eu imaginava que era nesse grupo que eu encontraria possíveis interlocutores. Se eles estavam lá, estavam invisíveis aos meus olhos.

³¹ *Blog* é uma simplificação do termo *web blog*. Blogs são páginas da internet onde regularmente são publicados diversos conteúdos, como textos, imagens, músicas ou vídeos, tanto podendo ser dedicados a um assunto específico como ser de âmbito bastante geral.

Fui ao campo com uma “pequena” domesticação teórica do olhar, como diz Roberto Cardoso de Oliveira (2000), e uma “grande” vontade de ver o que eu imaginava que iria encontrar, ou seja, seres exóticos que estampariam na cara a sua transexualidade, como se isso fosse possível. No texto “Observando o familiar” Gilberto Velho (1978) discorre sobre a delimitação do antropólogo no trabalho de campo em pesquisas urbanas contemporâneas, no qual traz reflexões a respeito da trajetória antropológica em “transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico”, proposta por Da Matta. O autor argumenta que “o que vemos e encontramos sempre pode ser familiar, mas não necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto, familiar” (VELHO, 1978, p. 39). Ele continua: “estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente” (VELHO, 1978, p. 37). O que aconteceu na Parada foi que eu entrei no campo com minhas ideias pré-concebidas, permeadas por representações muito próximas aos estereótipos, embora eu pensasse que o que veria me seria familiar, já que fui a tantas outras Paradas de Porto Alegre. O processo de descoberta e análise do que é familiar pode envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico. Temos mapas mais complexos e cristalizados para nossa vida cotidiana do que em relação a grupos ou sociedades distantes e afastadas (VELHO, 1978).

As experiências iniciais no campo não foram muito animadoras. Eu ainda estava diante do desafio de encontrar os interlocutores. Quais estratégias eu poderia desenvolver?

Em março de 2010, no início do doutorado, ampliei o universo de pesquisa para todo o Brasil e usei a mesma estratégia, postar uma mensagem nos mesmos *blogs*. Desta vez, diferentemente das explorações iniciais do campo, obtive muitas respostas ao meu convite. O que eu não havia observado em Beto e Flávio antes, agora se torna mais claro. Ambos fizeram a transição de gênero em hospitais universitários, a mastectomia em serviços de saúde privados, e ambos querem ajudar outros trans de alguma forma, por razões diferentes. Porém, os modos como se deram conta que eram trans e as decisões que tomaram a respeito da transição são distintos.

Beto lembra que com três anos de idade urinava de pé e o forçavam a urinar sentado e “depois só fui numa evolução de condutas bem masculinas”. Já adulto (ele não lembra a idade) teve uma consulta em um ambulatório e o chamaram pelo nome de registro

e eu tava parado na frente da médica... chamavam o meu nome e não me enxergavam... esta médica me recebeu muito bem, foi incrível, e disse pra mim: 'por que você não procura, assim, um tal lugar'... ela me deu o caminho das pedras.

Após a indicação da médica para procurar um serviço de atendimento a pessoas trans, ele ainda tinha muitas dúvidas:

pensava que era louco, que era coisa da minha cabeça, me sentia muito perdido quando todo mundo dizia uma coisa e eu sentia outra.. Então peguei esta informação e deixei guardadinho pra quando eu me julgasse capaz de levar isso adiante... e foi a primeira situação que fiz... foi procurar orientação de um geneticista [...] e ele concluiu que eu era um transexual masculino. Isso aconteceu ao redor dos trinta anos de idade.

A “descoberta” de Beto parece solitária, um segredo mantido por alguns anos até se sentir em condições de decidir o que fazer, e é marcada pelos discursos médicos. Ele procurou apoio médico, precisou saber se havia alterações genéticas que podiam “atestar” sua transexualidade, um sentimento de diferença que vinha desde a infância. Depois que recebeu os resultados dos testes genéticos se sentiu mais à vontade para falar com os pais, “eu disse pra eles que não existiam culpados”. No entanto, prefere não conviver com outros trans, como se tivesse receio do passado vir à tona, como se desejasse um “apagamento” de seu passado.

Flávio conta que se descobriu “transexual” em 2002, quando adquiriu um computador e começou a pesquisar na internet sobre sexualidade. Ele ingressou em “um grupo de homossexuais femininas, mas lá eu não fui bem aceito, então me disseram que eu deveria ser um transgênero. Pesquisando a respeito, achei a definição de *transexualismo*³² e me encontrei”. Neste sentido, a internet marcou sua vida por proporcionar informações que o ajudaram na autoidentificação trans. Porém, ele não se deteve apenas nessas informações. Naquela época ele conheceu outro transhomem na internet, que lhe deu “um bom suporte para o começo e orientação sobre como iniciar a transição”. Por

³² Grifo meu.

meio da internet, Flávio passou a fazer parte de redes sociais em 2007, como o *Orkut*³³, onde criou uma comunidade virtual para transhomens, “para ajudar outros FTM, aconselhando e orientando como posso”.

É interessante observar que Flávio tinha 29 anos quando começou a usar a internet e o quanto sua trajetória espelha o papel desta tecnologia e das redes e informações que as mesmas propiciam aos sujeitos de minha pesquisa. A comercialização da internet foi iniciada em 1995 no Estados Unidos e no Brasil em 1997. Miskolci (2011) observa que devido aos preços elevados de telefonia e de provedores de acesso, o acesso a internet “começou em nosso país como um meio que conectava pessoas com alto nível de renda e escolaridade, jovem, e predominantemente do centro-sul” (MISKOLCI, 2011, p. 10).

Nos dias de hoje, a idéia de um mundo conectado pode passar a falsa ideia de que o uso de mídias digitais³⁴ é universal. Se, por um lado, é possível afirmar que o acesso às mídias digitais foi bastante ampliado no Brasil, embora ainda esteja em processo de disseminação, por outro, alguns fatores como “a baixa renda, pouca escolaridade e até impedimentos de caráter técnico e conhecimento necessário para o uso

³³ “Foi um software do Google, conhecido como uma rede social, criada em 24 de janeiro de 2004 pelo engenheiro turco Orkut Büyükkökten, com o objetivo de ajudar seus membros a iniciarem novas amizades e manterem as existentes” (Couto e Rocha, 2010). Essa ferramenta permitiu a criação de “comunidades virtuais”, onde os/as internautas podiam interagir com outros/as internautas a partir de interesses comuns e de troca de experiências. Essa rede social foi bastante popular no Brasil, com mais de 35 milhões de usuários/as até 2010. Com a crescente popularização do Facebook a partir de 2011, outra rede social criada em 2004, o *Orkut* perdeu milhões de usuários no Brasil e em meados de 2014 o Google decidiu desativar esta ferramenta .

³⁴ Estou utilizando o conceito de mídias digitais proposto por Richard Miskolci (2011, p. 12) : "são uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede, portanto referem-se – ao mesmo tempo – à conexão e ao seu suporte material. Há formas muito diversas de se conectar em rede e elas se entrecruzam diversamente segundo a junção entre tipo de acesso e equipamento usado. Por exemplo, é possível conectar-se por meio do uso de rede de telefonia fixa, wi-fi ou rede celular assim como essas formas de conexão podem se dar por computadores de mesa, portáteis, celulares ou tablets. É muito diferente acessar a rede por meio de um computador fixo em uma lan house usando linha telefônica ou acessá-la com o uso de um smartphone pela rede celular. dentre os elementos que variam destacam-se a frequência de acesso, a mobilidade, a velocidade da conexão e o tipo de redes em que o usuário se insere”.

de equipamentos” (MISKOLCI, 2011, p. 11) dificultam o acesso as mesmas, deixando de fora uma parte considerável de pessoas. Para Miskolci (2011), a incorporação do uso de mídias digitais no cotidiano se refere à maior parte da classe média ou alta brasileira “e está mais acessível a pessoas predominantemente de classe-média baixa para cima, letradas, jovens e residentes em regiões urbanas” (MISKOLCI, 2011, p. 11).

A internet, para Mônica Pieniz (2010), é um palco para a expressão da diversidade e um espaço de difusão de ideias. As mídias digitais, como aponta Miskolci (2011, p. 20-21), tornam possível “um acolhimento mínimo, mas promissor, de pessoas relegadas a contextos discriminatórios e de expressões individuais de diferenças que a sociedade construída verticalmente tendia a recusar ou relegar à invisibilidade”, tais como pessoas com sexualidades dissidentes. O uso de mídias digitais por transhomens é uma forma de interação social, de compartilhamento de experiências, de possibilidades de maior visibilidade e constituição subjetiva, como foi o caso de Flávio.

Participaram da minha pesquisa trinta e três transhomens de várias partes do Brasil, com idades entre 18 e 50 anos, que iniciaram e terminaram a transição de gênero, incluindo a mudança de nome no registro civil; outros em início do processo de transição; outros que fizeram parte das cirurgias necessárias para este reconhecimento (mastectomia e hysterectomia³⁵. Alguns fizeram também a ooforectomia³⁶); outros ainda em fase inicial de acompanhamento em hospitais que atendem pessoas trans (alguns desses hospitais fazem as cirurgias de redesignação sexual) e os que se descobriram transhomens recentemente.

Notei que os interlocutores provenientes dos contatos via internet, vinte e seis deles, ou seja, 78% da amostra, são jovens, com média de idade de 26 anos, e são usuários de mídias digitais, confirmando as análises de Miskolci (2011, p. 11):

o uso da rede é muito maior entre aqueles que nasceram ou chegaram à adolescência em meio à sua expansão comercial no final da década de 1990, portanto tendo mais chance e interesse de acionar seu uso para manter e/ou expandir suas relações sociais.

³⁵ Procedimento cirúrgico para retirada do útero.

³⁶ Cirurgia de remoção dos ovários.

Percebi também que muitos deles se conheciam, formavam uma rede de relações sociais e trocavam informações sobre participar ou não da pesquisa. O apoio que tive dos *blogueiros* para acessar os interlocutores foi fundamental, pois eram pessoas “confiáveis” que passavam informações “confiáveis sobre mim e sobre minhas intenções com a pesquisa”, ou seja, tive o que William Foote-Whyte (1980) chama de apoio dos “indivíduos-chave”, mesmo que a minha pesquisa não tenha sido exatamente em “campo fechado”. A pesquisa partiu de uma rede de interlocutores construída por meios digitais e *off line*, na qual foram incorporados sujeitos que não necessariamente se conheciam.

Os outros sete interlocutores foram contatados pessoalmente a partir de encontros em eventos ou através de algum/a amigo/a em comum. A média de idade deles foi de 37 anos. Quanto à escolaridade, observei ser um grupo bastante instruído com um número grande de formação universitária. Quinze têm formação em curso superior, sendo que cinco são estudantes de graduação, sete terminaram a graduação, um terminou o mestrado e dois o doutorado. Um interlocutor tem curso superior incompleto. Doze interlocutores têm ensino médio completo. Cinco participantes não informaram seu nível de escolaridade.

No que tange à autodefinição racial, vinte e seis deles se autodeclararam brancos, a grande maioria, sendo apenas dois que se autodefinem como negros. Seis interlocutores da internet não informaram este dado.

Considerando as características dos interlocutores, minha amostra foi composta majoritariamente por transhomens pertencentes às classes média e alta, brancos, moradores de regiões urbanas do sudeste e sul do país (quadro 1).

Quadro 1 - Perfil dos interlocutores

Nome	Idade	Região de moradia	Escolaridade	Raça
Ari	36	Sudeste	Não informado	Branca
Bernardo	20	Sul	Superior (em andamento)	Branca
Beto	42	Sul	Ensino médio	Branca
Carlos	20	Nordeste	Ensino médio	Branca
Davi	25	Sudeste	Ensino médio (curso técnico)	Branca
Douglas	34	Sudeste	Superior completo	Branca
Éder	23	Sudeste	Não informado	Não informada
Édson	32	Sudeste	Não informado	Branca
Evandro	42	Nordeste	Superior completo	Branca
Fabrcício	40	Sul	Superior (em andamento)	Branca
Fernando	38	Sul	Superior (em andamento)	Branca
Flávio	37	Sul	Superior completo	Branca
Gilson	18	Sudeste	Ensino médio	Branca
Gustavo	25	Sudeste	Ensino médio (curso técnico)	Negra
Henrique	23	Sul	Ensino médio (curso técnico)	Branca
Jairo	18	Sudeste	Ensino médio	Não informada
Jaques	20	Sul	Ensino médio	Não informada
Jéferson	31	Sudeste	Superior incompleto.	Branca

Quadro 1 – Perfil dos interlocutores (cont.)

Nome	Idade	Região de moradia	Escolaridade	Raça
Kauê	26	Sul	Superior completo	Branca
Leandro	18	Sul	Superior (em andamento)	Branca
Márcio	18	Sudeste	Ensino médio	Não informada
Marcos	36	Sul	Superior completo	Branca
Mário	18	Sul	Ensino médio	Não informada
Maurício	50	Sul	Superior. Mestrado	Branca
Michel	24	Sul	Ensino médio	Branca
Murilo	30	Sudeste	Não informado	Branca
Nei	32	Sul	Ensino médio	Branca
Otávio	21	Centro-Oeste	Superior (em andamento)	Branca
Pedro	22	Sudeste	Superior completo	Branca
Reni	23	Sudeste	Ensino médio (curso técnico)	Não informada
Toni	32	Sudeste	Superior completo	Branca
Vini	37	Sudeste	Superior. Doutorado.	Negra
Zeca	29	Sudeste	Superior. Doutorado.	Branca

Minha proposta de estudar as transmasculinidades exigiu vários métodos de investigação, com os quais busquei articular diferentes aproximações, em uma perspectiva interdisciplinar. Para tanto desenvolvi uma etnografia, que é uma descrição densa, que nos permita

a capacidade de explicitar os diferentes níveis interpretativos e os cruzamentos desses planos, para compreender a realidade estudada (Geertz, 1989), na qual foram utilizadas mídias digitais, dentre elas destaco o e-mail, as redes sociais, como o *Orkut* e *Facebook*, o *YouTube* e um site criado no início da pesquisa, chamado “Sou transhomem... e daí?”. As mídias digitais permitiram o acesso e a interação com os interlocutores e também a análise das tensões presentes no campo, dos modos como transhomens lidam com a transexualidade e com o desejo de modificações corporais e reconhecimento no gênero desejado, as práticas discursivas que atuam na constituição de suas subjetividades e os modos de visibilidade desenvolvidos por eles.

Além do uso de mídias digitais, fez parte da etnografia a observação participante em diversos espaços onde circulavam transhomens, tais como festas nas quais participei e havia convidados trans, movimento LGBT, acompanhamento de interlocutores em atividades de trabalho, encontros em eventos, congressos e seminários.

Concordo com Vagner Gonçalves da Silva quando ele afirma que

o campo não é somente a nossa experiência concreta que se realiza entre o projeto e a escrita etnográfica. Junto a esta experiência, o campo (no sentido amplo do termo) se forma através dos livros que lemos sobre o tema, dos relatos de outras experiências que nos chegam por diversas vias, além dos dados que obtemos em primeira-mão. (SILVA, 2000, P. 27).

Portanto, meu campo de pesquisa se constituiu também de todas as informações que tive acesso sobre a temática da transexualidade, em especial sobre transmasculinidades. A pesquisa teve vários procedimentos, que apresento a seguir.

1 Conversas de acompanhamento³⁷

Interlocutor: Opa, tudo bom, Simone? [...] Então, na verdade eu mexo muito com web (por ociosidade, coisa de *geek*³⁸ mesmo) e por isso fico ‘por trás’ desse meio virtual de *FTM*’s. [...] Mas na verdade andei iniciando minha harmonização recentemente (há cerca de três meses apenas). [...] Ou seja, já faz uns meses, mas tô no início mesmo. Dentro da minha situação vc acha que posso lhe ajudar nas suas pesquisas? Se der eu topo, claro.

Pesquisadora: Oi! Em primeiro lugar agradeço muitíssimo o seu contato! Você pode sim contribuir muito com o meu estudo. Ele é dirigido a transexuais masculinos, mesmo que ainda não tenham realizado a cirurgia. Isto é irrelevante. [...] Se você concordar, podemos começar o nosso papo por e-mail e mais tarde uma conversa pessoalmente. Se você quiser saber mais sobre a minha pesquisa, fique à vontade para perguntar. O que você acha?

Interlocutor: Claro, podemos começar a conversar. Tenho vinte anos. Estou no programa do Hospital Geral³⁹. E... Aí você vai ter de perguntar. :). Gostaria sim de saber mais sobre a pesquisa...[...] Eu não consegui encontrar vc no *Facebook*, vc não apareceu nos resultados das pesquisas. Também tenho muitos contatos *FTM*’s no Face e sou fã de alguns sites e portais, mas de outros países. Se vc puder me adicionar no *Orkut*, no *Facebook*, o que vc quiser, aqui estão meus *links* [...] E é, eu gosto muito de poder ter uma

³⁷ Metodologia proposta por Lara Roberta Rodrigues Facioli em sua dissertação de mestrado *Conectadas: uma análise de práticas de ajuda mútua feminina na era das Mídias Digitais*, defendida no Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos em 2013. Retomarei mais adiante este tema.

³⁸ *Geek* é uma gíria inglesa que se refere a pessoas aficionadas por tecnologias, jogos digitais, novidades eletrônicas, *mangás* (história em quadrinhos japonesa) e filmes de animação.

³⁹ Nome fictício.

rede de contatos na web, já que a utilizo tanto e gosto.

Pesquisadora: Procura de novo! Meu *Facebook* é [...].

Interlocutor: É, acho que o *Facebook* dá umas 'bugadas'⁴⁰ de vez em quando, como o *Orkut*. Hm...fui procurar também seu currículo Lattes, não achei. Só o da sua orientadora... :) Eu vejo tudo pela internet mesmo.

Pesquisadora: Meu Lattes está lá. Procura pelo meu nome completo.

Interlocutor: Agora te achei no Lattes. Antes tava mais complicado, os motores de busca não estavam tão assim a favor de mim e de você. Achei já. [...] Então, agora que já sei que vc é real, tudo ótimo. rs. Brincadeira... Na verdade comentei com meu primo que quando li seu post meu primeiro movimento foi repassar para o pessoal. O segundo foi me perguntar se sua identidade era real ou se não era. Mas agora tô 100% tranquilo. Como de início já estava porque vc chegou dando referências e daí já não se tinha muito o que desconfiar etc.

Essa troca de mensagens por e-mail aconteceu entre 22 e 23 de março de 2010. Esse interlocutor tinha vinte anos na época, é branco, tem ensino médio completo, morava com a mãe e o irmão em uma capital do país e participava de uma Organização Não Governamental (ONG), fazendo um trabalho de prevenção do HIV/aids entre travestis profissionais do sexo.

Nesse curto espaço de tempo, trocamos muitas mensagens, nas quais eu já havia exposto minha intenção em saber sobre desde quando ele se identificou como *FTM* e como ele se identificava antes disso. Chamou-me a atenção que ele havia contado vários detalhes íntimos de sua vida, mesmo antes de demonstrar sua preocupação em saber se eu era real ou não e quem era a minha orientadora. Esse interlocutor, como já apontado, é jovem e *geek*, como ele mesmo diz, e o uso de mídias digitais está incorporado em seu cotidiano. Para Miskolci,

⁴⁰ Gíria utilizada por internautas para se referir a um defeito de funcionamento de programas (*softwares*).

em uma etnografia, a aproximação com os sujeitos de pesquisa costuma ser paulatina, a partir da esfera pública e adentrando aos poucos na intimidade. Nas mídias digitais, diferentemente, costuma-se criar contato no privado de forma que a relação investigador/a-colaborador/a de pesquisa permite mais rapidamente acesso à intimidade, uma aparente vantagem que não deixa de criar embaraços e, sobretudo, dilemas éticos (MISKOLCI, 2011, p. 11).

O uso de mídias digitais em pesquisas não exige o/a pesquisador/a dos cuidados éticos exigidos em pesquisas em que o encontro com os interlocutores é face-à-face. Manter o anonimato deles, por exemplo, é imprescindível, por isso os nomes que utilizei são fictícios, e detalhes que poderiam identificá-los de algum modo foram suprimidos. Após o recebimento do primeiro e-mail do interlocutor acima, respondi agradecendo a disponibilidade em participar da pesquisa, informei sobre os objetivos da pesquisa, o nome do/a orientador/a, meu vínculo institucional, onde eu morava. Deixei claro desde o início que se não quisesse falar sobre algum tema que eu propusesse ele teria, obviamente, liberdade para não fazê-lo, colocando-me à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas por e-mail ou telefones, tanto o celular quanto o residencial. Outra informação que considero fundamental foi informá-lo que poderia desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, bastando apenas me dizer. Este procedimento foi realizado com os outros interlocutores.

A utilização do e-mail e de mensagens instantâneas via redes sociais, que abordarei mais adiante, foi uma alternativa à “entrevista semiestruturada”, na qual seria imprescindível a presença face-à-face. Ao invés de usar a entrevista de modo “tradicional”, considerei as trocas de e-mails e de mensagens instantâneas em redes sociais como uma “conversa”. Lara Roberta Rodrigues Facioli (2013) denominou apropriadamente de “conversas de acompanhamento” os diálogos que manteve ao longo de vários meses com suas colaboradoras de pesquisa,

pois não se tratava de entrevistas com horário marcado e final previsto, característica esta que a internet traz à pesquisa etnográfica, uma vez que possibilita, por meio das redes sociais, contato constante com os interlocutores, suas postagens nestes espaços, seus chamados no *MSN* e no

Facebook, seus e-mails, etc. Ou seja, apesar de contar com um roteiro pré-estabelecido de informações básicas, optei por manter contato diário com as pessoas que se utilizavam da plataforma, bem como conversas desvinculadas do objetivo da pesquisa, fundamentais para a aproximação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado (FACIOLI, 2013, p. 25).

Assim como Facioli, eu tinha um roteiro de perguntas previamente estabelecido, mas à medida que conversava com meus interlocutores eu explorava alguns detalhes a partir do que foi “dito” e de informações que eu não havia questionado, incorporando novas perguntas ou comentários. Portanto, o rumo que as conversas tomaram foram variados. Alguns dos interlocutores interpretaram a conversa como se fosse um questionário fechado. Um exemplo foi Murilo, de 30 anos, que após receber meu primeiro e-mail em 2011, no qual eu explicava que teríamos uma “conversa” ele me respondeu: “Tudo bem! Sem problemas! Pode mandar o questionário”. Alguns responderam exatamente o que foi perguntado. Por exemplo: uma das perguntas que fazia é sobre quando e como eles se identificaram como transhomens. Uns poucos responderam sinteticamente: “Desde pequeno. Sempre fui assim”. Para evitar este tipo de situação, tive de reformular o modo de conduzir as conversas.

Um outro interlocutor me enviou um arquivo de sete páginas, divididas em tópicos nos quais ele falou sobre quando se identificou como transhomem, como foi sua infância e adolescência, a relação com a família, o problema com o “volume superior”⁴¹ do corpo, como é sua vida hoje e como é tratado no trabalho. Para Facioli (2013, p. 76),

nas etnografias face-à-face, as conversas também eram passíveis de tomarem outros rumos, mas na rede, questões delicadas, que envolvem a esfera da intimidade, da família, da sexualidade e das relações amorosas podem vir à tona logo nos primeiros minutos de papo.

⁴¹ Este foi um termo bastante utilizado pelos interlocutores para se referirem às mamas. Por isso sempre será utilizado entre aspas.

Uma das vantagens do uso do e-mail é que o interlocutor dispõe de tempo para pensar sobre o que ele vai dizer. Por outro lado, este tempo compromete a espontaneidade nas conversas e traz algumas limitações. Para Roberto Cardoso de Oliveira (1998, p. 17), “olhar, ouvir e escrever são as principais faculdades do entendimento sociocultural”, inerentes ao modo de conhecer das ciências sociais. Um dos limites da interação apenas por e-mail é a impossibilidade de “olhar” e “ouvir” nos termos de Oliveira. Neste sentido, a troca de e-mails se desenvolve “com base textual, implicando em um trabalho de campo de estilo muito particular”, pois o que há para “ver” são textos (RIFIOTIS, 2010, p. 23). Para não perder nenhuma conversa, ou “texto”, eu abri uma pasta no computador para cada um dos interlocutores onde eu arqueei as mensagens por data. Além disso, fazia anotações em meu diário de campo.

Para mim, o uso do e-mail inicialmente, e mais tarde do *Facebook*, permitiu ter acesso a um número considerável de interlocutores de várias cidades do país, o que seria difícil de fazer se eu tivesse de me deslocar a cada uma delas, uma vez que durante o doutorado eu continuei trabalhando em dois lugares, na Secretaria Municipal de Saúde, em Porto Alegre, e na Universidade de Caxias do Sul, em Caxias do Sul. A participação em eventos, congressos, simpósios, etc. envolvia sempre negociações prévias nos trabalhos. Desta forma, viajar “apenas” para coletar dados envolveria outras negociações ainda mais difíceis. No entanto, o contato via e-mail permitiu encontrar alguns interlocutores quando precisei me deslocar para os eventos, momento que aproveitava para conversar pessoalmente com alguns deles.

Em uma ocasião, fui a uma cidade participar de um evento e informei meu interlocutor morador de lá. Convidei-o para um encontro, no qual eu queria aprofundar alguns assuntos conversados por e-mail. Ele prontamente aceitou. No dia combinado, ele desmarcou o encontro porque estava doente. Voltei novamente àquela cidade, marcamos novo encontro, e mais uma vez ele desmarcou de última hora. Fiquei pensando nos motivos pelos quais ele não quis um encontro pessoal. Será que ele tinha receio de não “corresponder” à imagem que talvez eu tivesse feito dele? Será que não quis ele próprio contrastar a imagem que ele tinha feito de mim? Será que em uma conversa face-à-face ele sentiria mais inibido para falar de si?

Em outra ocasião, fui para outra cidade e fiz a mesma coisa. Avisei meu interlocutor e marcamos um encontro em um *shopping center* por sugestão dele, já que eu não conhecia a cidade. Trocamos fotos por e-mail para que pudéssemos nos reconhecer. Eu estava ansiosa para conhecê-lo. Cheguei quinze minutos antes. No horário marcado ele não apareceu. Enquanto esperava eu lembrei do interlocutor que havia desmarcado o encontro, imaginando que novamente aconteceria o mesmo, porém quinze minutos depois ele chegou, acompanhado de um amigo.

As conversas por e-mail se desenvolveram entre março de 2010 a outubro de 2013. Porém, a partir de julho de 2010 comecei a utilizar também as redes sociais, principalmente o *Facebook*, para conversar com os interlocutores. Observei que para muitos deles, principalmente os mais jovens, diferentemente de mim, esta era a forma mais usual de interação social utilizando mídias digitais. Devo dizer que eu tinha certa resistência em usar outras mídias digitais para conversar com os interlocutores. Percebi que era uma questão de geração. Meu primeiro computador foi comprado no final da década de 1980 durante o mestrado, quando a grande maioria dos interlocutores ainda não tinha nascido e o acesso à internet era limitado às universidades. O computador era para mim uma “máquina de escrever” mais moderna. Comecei a usar a internet em 1997, no meu local de trabalho, e seu uso era basicamente para receber e enviar e-mails e buscar informações e notícias.

Em 2001 passei a ter acesso à internet em casa. A grande novidade em comunicação instantânea na época era o *ICQ*, um programa pioneiro de comunicação instantânea na internet criado por quatro jovens israelenses em 1996, mas eu não o utilizava. Achava estranho conversar “virtualmente” com pessoas que não conhecia. Para trocar mensagens instantâneas com meus/minhas amigos/as utilizava o *Messenger*⁴² e mais tarde o *Skype*⁴³.

A primeira vez que ouvi falar do *Orkut*, uma rede social por meio de uma plataforma *online*, foi em 2005 em uma das universidades onde trabalhava. Meus/minhas colegas mais jovens faziam parte da rede dos/as alunos/as e pareciam se divertir muito com isso. Somente em 2007 criei um perfil no *Orkut*, ainda assim com muitas limitações. Não aceitava, por exemplo, o convite de alunos/as para participar da minha

⁴² Foi criado pela Microsoft em 1999. Este programa foi desativado em 2013.

⁴³ O *Skype* foi criado em 2003 e permite a comunicação por voz, vídeo e texto.

rede por pensar que não manteria minha privacidade. Meu perfil no *Orkut* foi invadido por *hackers* após três meses de uso, que acessaram o meu e-mail a partir dele, o que me causou algumas incomodações. Deste modo, encerrei minha conta. Em 2009 criei um perfil no *Facebook*, que hoje acesso diariamente, tanto pelo celular e *tablet* quanto pelo *notebook*.

De julho de 2010 a julho de 2013 vários interlocutores foram adicionados como meus “amigos” no *Facebook*. Outros interlocutores foram incluídos na pesquisa através dessa rede. Desta forma, pude acompanhar suas postagens e trocar mensagens instantâneas, nas quais a conversa fluiu de modo mais espontâneo. Um dos meus “amigos” era o administrador de um dos *blogs* que citei anteriormente; no *blog* ele usa um pseudônimo, mas no *Facebook* usa seu o seu nome. Um outro tem dois perfis, um no qual ele usa um pseudônimo e outro em que usa o seu nome. Ter um perfil usando pseudônimo é uma outra forma de usar as mídias digitais, que pode ser considerada como “a busca de de uma zona de conforto em relação à vivência cotidiana” (MISKOLCI, 2011, p. 17).

O *Facebook* apresenta ainda outra possibilidade, que é participar de grupos de discussão, que podem ser abertos para todos/as que queiram participar ou fechados. Para entrar em um grupo fechado é necessário ser convidado/a. Particpei de vários grupos de transhomens que foram surgindo ao longo da pesquisa, tanto abertos quanto fechados. Esta ferramenta me permitiu identificar os tipos de postagens, a rede de amizade, os grupos de discussão que meus interlocutores participam e as temáticas propostas para debate, e analisar os discursos implícitos sobre a transexualidade que atuam na subjetividade dos transhomens na produção de masculinidades, além de ser uma forma de inclusão de novos interlocutores na pesquisa, como já comentado anteriormente. Surgiram questões importantes para minha investigação, que serão apresentadas ao longo desta tese.

O *Orkut* tinha comunidades virtuais, sendo uma delas a “Disforia de Gênero”. Nem sempre a entrada nesses grupos virtuais era aberta para todas as pessoas. Um dos meus interlocutores me enviou uma troca de e-mails entre um determinado grupo de discussão para transhomens. Para ter o acesso a esse grupo, era preciso ter um perfil e responder a um questionário, com perguntas como: “Você está usando hormônios?”

Qual? Você já fez mastectomia? Você usa *binding*⁴⁴?”. Respondi que não era transexual e o administrador do grupo negou o meu acesso. Argumentei que eu estava realizando uma pesquisa sobre transexualidade masculina e era como pesquisadora que eu solicitava permissão para participar do grupo, mas meus argumentos não foram aceitos. Então desisti de fazer meu perfil no *Orkut*. Mantive apenas meu perfil do *Facebook*.

Entendo a negativa da entrada de uma pesquisadora no grupo exclusivo. Participam de pesquisas somente quem têm esse desejo. Porém, esse fato aponta uma questão que vem surgindo, principalmente nas redes sociais, a respeito da legitimidade de quem pode ou não pode falar sobre transexualidade ou mesmo sobre outros temas como o racismo. Parece haver uma certa expectativa de que somente as pessoas diretamente concernentes podem falar sobre e este argumento parece estar sustentado por uma lógica identitária, que, se por um lado, fortalece um grupo, por outro, exclui os “diferentes” que não compartilham com a ideia dessa lógica. Falar sobre transexualidade do ponto de vista de um/a pesquisador/a não significa desqualificar ou desacreditar o discurso do/a nativo/a, e sim propor outras formas de análise, que longe de ser a única verdade, pode possibilitar a compreensão das múltiplas e diferentes formas de ser trans.

Uma outra ferramenta que faz parte das mídias digitais utilizadas em minha pesquisa é o *YouTube*⁴⁵, onde é possível postar e assistir vídeos gratuitamente. É possível também fazer a inscrição gratuita e ter um canal próprio. Percebi que o *YouTube* fazia parte do meu campo quando recebi um e-mail de um dos interlocutores em maio de 2010, informando que tinha postado um vídeo nessa plataforma. Nesse vídeo ele relatava as dificuldades que estava passando naquele momento em relação à falta de emprego, que o deixou sem condições financeiras para pagar as consultas do endocrinologista, que prescrevia sua hormonioterapia, e do psicólogo.

A partir daí, fiz uma busca de outros vídeos semelhantes no *YouTube*. Havia muitos canais de transhomens americanos e apenas três de brasileiros. No entanto, desde 2012 houve um aumento significativo

⁴⁴ Em tradução literal, o ato de colocar atadura, faixa ou bandagem. No caso de transhomens, são usados para esconder os seios.

⁴⁵ Fundado em 2005 por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim. “A inovação original era de ordem tecnológica (mas não exclusiva): o YouTube era um entre os vários serviços concorrentes que tentavam eliminar as barreiras técnicas para maior compartilhamento de vídeos na internet” (Burgess e Green, 2009, p. 17).

de canais e vídeos específicos de e/ou para transhomens brasileiros. São comuns, por exemplo, os vídeos em que os transhomens mostram suas modificações corporais após o uso de hormônios masculinos, como maior crescimento de pelos e barba, desenvolvimento de músculos, diminuição da taxa de gordura no corpo, que lhes dá uma aparência mais próxima ao gênero masculino desejado.

Neste sentido, o *YouTube* foi uma ferramenta útil para algumas análises que farei mais adiante, principalmente no que se refere às práticas de exposição de si na internet, que se constituem em regimes de visibilidade nos quais há o embaralhamento de fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada.

Ainda utilizando as mídias digitais, fez parte da pesquisa a criação de um site, citado anteriormente, que apresento a seguir.

2 Sou transhomem... e daí?

Os dois *blogs* direcionados a transhomens que existiam em 2010 me permitiram o acesso a eles, que foi um desafio para mim. Outro desafio foi proposto em abril de 2010 por um colega do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), que me convidou a administrar junto com ele o site do Concurso de Cartazes sobre Homofobia, do Projeto Papo Sério⁴⁶.

Eu não tinha a menor ideia de como fazer isso, mas ao me familiarizar com as ferramentas disponíveis no site do Concurso de Cartazes, percebi que eu também poderia desenvolver meu próprio site. Antes de desenvolvê-lo, analisei os tipos de conteúdos oferecidos, a linguagem utilizada e os links sugeridos nos dois *blogs* e um site daquela época e notei que eram mais frequentes informações sobre as cirurgias de redesignação sexual e *links* que remetiam a produtos como próteses penianas e coletes para esconder as mamas. A linguagem utilizada era muito próxima da linguagem médica, pois havia informações sobre “disforia de gênero” e “transtorno de identidades de gênero”. Não havia a discussão ou reflexão sobre despatologização e seus efeitos na vida dos transhomens, sobre direitos humanos ou sobre acesso às tecnologias de alteração corporais, por exemplo.

⁴⁶ Projeto de extensão do NIGS desenvolvido em escolas públicas de Florianópolis. Essa ação tem como objetivos a pesquisa e o enfrentamento às violências de gênero e homo-lesbo-transfobia no campo da educação escolar.

Em vista disso, utilizando a plataforma gratuita *Webnode*, criei o site “Soutranhomem... e daí?”⁴⁷ em março de 2010, também voltado para transhomens. Escolhi esta plataforma porque era de fácil utilização, era gratuita e permitia o controle detalhado sobre os acessos ao site, (número de visitas, páginas mais acessadas, *tags*⁴⁸ utilizados na busca, os dias da semana de maior acesso, tempo de navegação, entre outras informações). Minha ideia era usar o site como um espaço de reflexão sobre a temática desta pesquisa, e também como um possível espaço de interlocução com eles.

Minha intenção foi criar um site com visual moderno, *clean*, de fácil navegação, que permitisse certa interatividade e com conteúdos de cunho mais político, trazendo informações sobre legislação, direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), notícias sobre paradas LGBT tanto no Brasil, como no exterior, homofobia, transfobia, despatologização trans, etc. O nome foi escolhido como uma forma de “provocação”, que deslocasse a patologização da transexualidade. Os *tags* são: transhomem, transmasculino, *FTM*, transexualidade e sexualidade.

O site tem a seguinte estrutura:

⁴⁷ <http://soutranhomemedai.webnode.com/>

⁴⁸ Rótulos usados para informar ao navegador como deve ser apresentado o website, isto é, seriam as “palavras-chave” de busca no *Google*.

[Página Inicial](#) | [Mapa do site](#) | [RSS](#) | [Imprimir](#)



Sou transhomem... e daí?

Menu

- Notícias
- Agenda
- Transidentidades
- Transformações corporais
- Rede pela despatologização trans
- Legislação brasileira
- Serviços de Saúde para Trans
- Grupos de apoio trans
- Filmes
- Vídeos
- Livros
- Artigos
- Galeria FTM
- Mensagens
- Livro de visitas
- Forum
- Links






Bem-vindos/as ao nosso site



Meu nome é Simone Ávila. Sou pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil, onde faço Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH). Minha orientadora é a professora doutora Miriam Pillar Grossi, da UFSC, e meu co-orientador é o professor doutor Richard Miskolci, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

O tema da minha pesquisa de doutorado é a produção de masculinidades nas transexperiências masculinas no Brasil, iniciada em março de 2010. Tenho conversado por email e também pessoalmente, à medida do possível, com transhomens de todas as regiões do Brasil, de diferentes idades e classes sociais.

A criação deste site surgiu da necessidade de ter um canal próprio de comunicação via Internet. Minha idéia é usar o site como um espaço de reflexão sobre a temática da pesquisa e como um possível espaço de interlocução com os transhomens. Propositamente, os conteúdos do site são de cunho mais político. O nome "Sou transhomem... e daí?" foi escolhido como uma forma de "provocação", que deslocasse a patologização da transexualidade. Desta forma, este é um espaço para apresentação e discussão de questões que envolvem a transexualidade masculina, ou seja, pessoas que foram identificadas como meninas no nascimento, mas se identificam com o gênero masculino.

Transsexuais masculinos também são chamados de transhomens, homens trans ou FTM (sigla em inglês para *female-to-male*, de *mulher para homem*).

A transexualidade ainda é considerada por muitas como uma doença! Precisamos ir mais além! Pensar e entender a transexualidade é discutir sobre os dispositivos de poder que oprimem as

Pesquisar no site

[Pesquisar](#)

Contato

E-mail:

soutranshomemedai@hotmail.com

- Página inicial - apresentação do site, onde me apresento como pesquisadora e quais são os objetivos da pesquisa e do site.

- Notícias: neste espaço são postadas notícias sobre homofobia, transfobia, transexualidade, casamento entre pessoas do mesmo sexo, etc.

- Transidentidades: há um texto sobre transidentidades e um pequeno glossário.

- Transformações corporais: com informações básicas sobre cirurgias, hormônios e coletes para esconder as mamas.

- Rede de despatologização trans: esta é uma campanha transnacional pela retirada da transexualidade dos códigos de classificação de doenças (CID e DSM).

- Legislação Brasileira: informações sobre o processo transexualizador e uso do nome social pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

- Serviços de saúde para trans: são listados serviços de saúde de várias cidades brasileiras que acompanham pessoas trans. Este item foi incluído a partir das respostas à enquete da página inicial.

- Vídeos: nesta sessão, há documentários sobre transmasculinidades e depoimentos e entrevistas de transhomens disponíveis na internet.

- Livros: neste item há a indicação vários livros sobre transexualidade publicados em português, espanhol, inglês e italiano.

- Galeria FTM: neste item do menu, apresento vários transhomens de diferentes lugares do mundo que, de alguma forma, contribuíram ou contribuem para maior visibilidade e que subvertem ou transgridem as categorias de gênero, sexo e sexualidade.

- Mensagens: aqui os internautas podem enviar mensagens privadas para mim.

- Livro de visitas: permite que as pessoas que acessam o site deixem mensagens públicas.

- Fórum: os internautas são convidados a deixar um depoimento sobre a sua experiência como transhomem ou escrever sobre o que desejarem.

- Links: há uma série de links do Brasil e de outros países relativos a associações específicas para transhomens, ao transativismo, à transmasculinidade e à população LGBT.

O site foi lançado na internet no dia 24 de abril de 2010 e teve 48.890 visitantes únicos até 30 de abril de 2014, com 143.710 acessos do Brasil, República Checa, Estados Unidos, Rússia, Japão, México, Canadá, Austrália, Portugal, França, Espanha e outros países e se constituiu como uma via de acesso aos transhomens, pois a partir dele

cinco interlocutores foram incluídos no estudo. O site foi um ferramenta metodológica importante que funcionou também como um “diário de campo”, uma vez que para manter o site atualizado, principalmente em relação às notícias, artigos e vídeos que postava, era necessário fazer buscar diárias na internet sobre as temáticas da pesquisa. Para facilitar essa busca, criei alertas de notícias no *Google*, com as *tags*: transexualidade, transexuais, transmasculinos, *transsexuality*, *transmen*, *transsexualité* e *transgenre*. Desta forma, eu recebia o alerta no meu e-mail.

Além disso, o site me permitiu ter mais clareza sobre os usos que os transhomens fazem das mídias digitais, o que os leva a acessar a rede, a forma como falam de suas dúvidas quanto à transexualidade e suas narrativas autobiográficas. Antes da qualificação do projeto de tese em agosto de 2011, eu não informava que era pesquisadora; quem acessava o site pensava que eu era um transhomem e eu recebia muitas mensagens de jovens trans falando de suas descobertas, pedindo dicas de profissionais que pudessem atendê-los, alguns desabafos causados pela rejeição da família, de amigos/as, de companheiras/os, entre outras coisas. Eu sempre respondia me identificando como pesquisadora, informando meu nome.

Com alguns internautas eu mantive diálogo por algum tempo, e muitas vezes eu acabava desempenhando o “papel de psicóloga”. Percebi que o fato de não me conhecer deixava as pessoas mais à vontade para falar de si. Um exemplo foi Maria⁴⁹, de 22 anos, com quem conversei durante uma semana em fevereiro de 2011. Ela encontrou o site procurando informações no *Google* sobre transexualidade. Na primeira mensagem ela escreveu: “Me identifico muito com as histórias contadas. Não me sinto bem num corpo feminino. Vc tem informações de como eu poderia ter certeza do que sou? Desculpa pelo desespero. Mas este assunto é um TABU para mim”. Respondi que não existe uma fórmula ou receita para saber quem a gente é. Sugeri algumas leituras a respeito e em uma das mensagens ela diz que “este assunto me deixa transtornada!!!” Ela contou que não tinha com quem conversar sobre este tema e perguntei se em algum momento ela pensou em procurar um/a psicólogo/a.

⁴⁹ Esta internauta não assinou as primeiras mensagens e seu endereço de e-mail não permitia saber como queria ser chamada. Em uma mensagem perguntei “como você quer que eu te chame?” Respondeu: “Meu nome é Maria (nome fictício). Pode me chamar assim”.

Talvez vc não seja a pessoa correta para tomar conhecimento desses fatos. No entanto, a ideia de ir numa psicóloga não me cai bem. Sou covarde demais pra me expor dessa maneira. Já fiz análise um ano e sequer contei que sou lésbica. Não quero te incomodar com minha crise de identidade. Vc deve estar bem ocupada com seu projeto. Aliás, é muito enriquecedor estar conversando com vc... rrsrs.

Maria me ajudou a pensar em coisas que eu não havia pensado antes. No penúltimo e-mail que recebi dela, ela faz uma indagação muito interessante, que não percebi entre os meus interlocutores, que me fez pensar a respeito:

Se masculinidade e feminilidade não tem a ver (pelo menos não deveria ter) com o sexo biológico, se são construções, se são aprendizagens que independem do corpo físico... trocar de sexo não seria uma afirmação, um reforço pra essas construções?

Em seu último e-mail, Maria comenta que “estou cada dia me conhecendo melhor e sinto muita necessidade de uma opinião profissional. Mas ainda tem alguma coisa que não me deixa entrar fundo nessa descoberta”. Maria demonstra o quanto a identificação, sendo uma construção, é um processo, nem sempre fácil. Para Hall,

a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteiras’. Para consolidar este processo, ela requer aquilo que é deixado de fora - o exterior que a constitui (HALL, 2000, p. 106).

Um outro aspecto do site que merece atenção é a “Galeria FTM”. Este foi o item do menu mais acessado. Eu postei as fotografias logo que criei o site e ainda não havia percebido a importância das imagens no processo de autoidentificação trans. Porém, ao acompanhar os grupos que foram surgindo no *Facebook* e os novos canais direcionados a transhomens no *YouTube*, pude notar que as imagens se

constituem em um regime de visibilidade, que consiste não tanto no que é visto, mas no que torna possível o que se vê.

A criação do site foi questionada por uma colega antropóloga. Na disciplina “Seminário de Tese”, que cursei no primeiro semestre, nós apresentávamos aos/as colegas nossos projetos ou capítulos de tese e todos/as os/as tecíamos comentários a respeito, sugerindo alterações, fazendo perguntas, esclarecendo as dúvidas. Essa colega perguntou se com o site eu não estaria interferindo no campo. Respondi que talvez sim estivesse interferindo no campo, mas a questão não era exatamente essa, se haveria ou não interferência, e sim o quanto a nossa presença, seja física ou virtual, causa algum tipo de efeito, tanto nos/as nossos/as interlocutores/as quanto em nós mesmos/as.

Entendo que estar no campo pressupõe uma atitude respeitosa e atenta às relações intersubjetivas que estabelecemos com os nossos interlocutores e que a relação entre pesquisadora e pesquisados é uma via de mão dupla, onde ambos/as são observadores/as e observados/as, questionam e são questionados/as, deslocam-se e se influem, da mesma forma que com outros/as pesquisadores/as. Para Hélio Silva (2009, p. 186), “influir é fazer fluir para dentro. [...] é fazer penetrar no ânimo. Influir é exercer influência em ou sobre. Estar aberto para as contribuições das próprias atividades”.

Nossas pesquisas não são pesquisas de laboratório, onde tudo estaria, a princípio, sob controle. Neste sentido, Velho (1978) questiona a premissa das ciências sociais, de que seja necessária a manutenção de uma “distância mínima” entre “investigador/a” e “investigado/a”, que tem por objetivo dar condições de “objetividade” em seu trabalho, partindo do pressuposto de que sejam evitados “envolvimentos que possam obscurecer ou deformar seus julgamentos e conclusões” (Velho, 1978, p. 36), posição típica dos métodos quantitativos. No entanto, a antropologia identifica-se mais com métodos de pesquisa chamados qualitativos, no qual o/a pesquisador/a tenta se colocar no lugar do outro e captar vivências e experiências particulares (VELHO, 1978).

Em alguns momentos durante a pesquisa, pensei em desistir e questionei meu papel enquanto pesquisadora, pois me “colocar no lugar do outro” implicou em grande proximidade com os sofrimentos relatados por alguns, que me afetaram subjetivamente. Dei-me conta que para escrever a tese, era necessário manter certo distanciamento, mesmo que Gilberto Velho critique a “distância mínima”. Nei foi um dos interlocutores que me afetou, entre vários outros. Ele estava com 32 anos, é branco, morava no interior do Paraná, tem ensino médio

completo e era operário de fábrica. Com ele comecei a conversar em abril de 2010 e até hoje trocamos e-mails. Por um ano e meio suas preocupações maiores eram com o emprego, ou melhor, com o desemprego. Em agosto de 2011 recebi um e-mail dele, com o título “Tenho de desabafar”. Ele estava desesperado, chateado, revoltado, arrependido de ter iniciado a transição. Ele escreveu:

Vou raspar a barba e fingir que sou sapatão e me referir a mim mesmo como “ela”. Estou condenado ao desemprego, não tenho mais dinheiro pra nada, se não fosse minha família eu tava ferrado [...] chego até a me arrepender de ter começado a me hormonizar antes de ter uma vida profissional e financeira garantida... como sou burroooo. Agora tô me sentindo como se estivesse no meio do oceano, num barquinho furado, no meio da tempestade, sozinho! [...] Agora já estou no meio do caminho, sendo tratado como uma aberração, metade homem, metade mulher, sem conseguir emprego, com um tratamento parado no tempo, devendo no banco... que vontade de gritrrrrrrrrrr!

A única coisa que me veio à cabeça para responder à mensagem foi dizer para ele tentar não se desesperar, que no desespero nós não conseguimos pensar direito e que torcia para que as coisas melhorassem para ele. Neste dia, escrevi em meu diário de campo⁵⁰:

Não sei o que dizer quando leio e-mails como esse. Qual meu papel enquanto pesquisadora? Não posso só ficar lendo... observando... como se meus interlocutores fossem cobaias de laboratório [...] lembro do texto de Favret-Saada que discutimos em aula.. é outro contexto o meu, é claro! Mas me sinto afetada, tocada, chateada, sensibilizada com as histórias tristes de Nei e de vários outros. Sujeitos sem lugar! Sem voz! Sem vida! Fico pensando de que adianta eu pesquisar isso? O que muda na vida deles? O que eu poderia fazer mais? Por enquanto eu ‘escuto’, ou melhor, ‘leio’... sinto que é um espaço importante para alguns deles.

⁵⁰ 26/08/2011.

Estou sendo alguém com quem eles podem compartilhar suas angústias, suas frustrações, suas tristezas, suas vidas. Mas que mais? O que mais eu poderia fazer? Me sinto agora como há dezesseis anos, quando comecei a trabalhar com aids. Meus pacientes todos morriam. A sensação é a mesma: não posso fazer nada. Me diziam que sim, que eu já estava fazendo algo... que estava os ajudando a ter um final de vida mais digno. Até pode ser. Talvez anos mais tarde eu tenha me convencido disso também e esse passou a ser o meu discurso. Mas e agora? Eu não estou ajudando ninguém a ter uma morte digna e muito menos uma vida digna. Os anos passam, dizem que as 'mentalidades' mudam, que o mundo dá voltas e... sim! estamos diante, de novo, ou melhor, continuamos a tratar as pessoas 'diferentes' do que se espera como 'freaks', aberrações, espetáculo de horrores. Os 'monstros' de Foucault continuam por aí... ainda são tratados de 'anormais' ou como 'anormais'. Me sinto péssima, triste, frustrada e impotente.

Tive a mesma sensação quando soube das tentativas de suicídio dos interlocutores durante a pesquisa, que comentarei no terceiro capítulo.

3 Outras interações no campo

Como comentei anteriormente, fez parte da etnografia a observação participante em diversos espaços onde circulavam transhomens, tais como festas nas quais participei e havia convidados trans, movimento LGBT, acompanhamento de interlocutores em atividades de trabalho, encontros em eventos, congressos e seminários. A observação participante nesses espaços permitiram a observação e análise dos discursos e práticas que circulam nas interações sociais entre os transhomens, as estratégias que utilizam para seu reconhecimento no gênero masculino, as contradições e conflitos existentes no campo e seus desdobramentos. Este procedimento de pesquisa foi desenvolvido de setembro de 2010 a outubro de 2013.

Encontrei Kim em uma festa na casa de uma amiga em agosto de 2012. Ele e Estevão conversavam animadamente sobre a primeira

consulta que Kim teve naquela semana em um serviço de atendimento de pessoas trans. Estevão perguntou: “E você fez como te falei? Sentou de pernas abertas? Falou grosso?”. Kim respondeu rindo que sim, fez isso, que achava que “tinha convencido o pessoal de lá”. Estranhei o fato de Kim estar em um serviço especializado para trans. Eu o conheci um ano antes em um seminário sobre gênero e sexualidade. Nesse primeiro encontro ele disse não se importar em ser chamado de “ela” ou pelo nome feminino, queria apenas fazer a mastectomia e não queria tomar hormônios. Na festa ele disse que preferia ser chamado de Kim ou pelo sobrenome. Ainda na festa, Estevão, em tom de brincadeira, ensinava Kim a se comportar como homem com as mulheres, mostrando alguns códigos “masculinos” que demonstram interesse sexual, como por exemplo onde e como colocar a mão ao abraçar uma mulher. Percebi nessas falas o que Berenice Bento (2006) aponta como parte do

processo de reconstrução de corpo é marcado por conflitos que põem às claras as ideologias de gênero e colocam os/as transexuais em posição de permanente negociação com as normas de gênero. Essas negociações podem reproduzir as normas de gênero, assim como desestabilizá-las ao longo dos processos de reiterações (BENTO, 2006, p. 89).

Voltando às explorações iniciais do campo, lembro de ter conversado em 2009 com a presidenta de uma ONG para travestis e transexuais a respeito da presença de transhomens na sua instituição. Perguntei se havia algum trans na ONG e sua resposta foi: “Ah... esses dias apareceu uma lésbica lá...mas não ficou. Tu sabes como essas lésbicas são complicadas, né?!?”. Voltei a conversar com ela em 2014, não mais na condição de pesquisadora e sim como assessora técnica da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), para tratarmos sobre o dia da visibilidade trans. Na reunião havia outra ativista trans e mais dois colegas e falávamos sobre o material gráfico que seria produzido para esse dia com o nosso apoio. A imagem que queriam colocar era claramente um símbolo “feminino”. Comentei que aquela imagem não contemplaria os trans. Esse comentário suscitou uma grande discussão, pois elas argumentavam que não havia nenhum trans ali e se eles quisessem ser contemplados teriam de estar. Essa situação, entre outras, dá pistas para a compreensão sobre a pouca visibilidade dos transhomens no movimento trans. Este tema será abordado ao longo da tese.

O campo se constituiu também de todas as informações que tive acesso sobre a temática da transexualidade. Um tema que se impôs no campo foi a despatologização das identidades trans, tema que não era inicialmente o meu foco na investigação. No entanto, o campo mostrou que o estudo da transexualidade, principalmente fora dos marcos interpretativos biomédicos como me propus a fazer, implica em problematizar a patologização e despatologização da mesma e analisar suas consequências nas vidas dos transhomens. Deste modo, considerei importante ampliar esta discussão para além dos interlocutores, trazendo para a Universidade Federal de Santa Catarina este tema a partir da organização de um evento.

Durante o período eleitoral para Presidência da República em 2010, nós do NIGS tínhamos dúvidas se seria adequado ou não nos manifestarmos publicamente a respeito da mudança de opinião da então candidata Dilma Roussef em relação ao aborto devido às pressões religiosas⁵¹ por sermos um núcleo de pesquisa da academia. Após intensos debates na equipe, resolvemos nos manifestar, lançando dois manifestos⁵². Foi no calor desse debate que, em uma reunião de equipe realizada em setembro de 2010, comentei com os/as colegas e professora Miriam Grossi sobre a campanha *Stop Trans Pathologization 2012 – STP* promovida pelos ativistas desde 2007. Essa mobilização internacional tem circulado por todo o mundo com o objetivo de retirar a transexualidade do DSM – V, que na época estava em fase de reformulação, e que outubro era o mês da despatologização trans. Propus fazermos algo a respeito. A partir disso, o NIGS se uniu oficialmente a essa campanha, na perspectiva de que as pesquisas

⁵¹ Dilma Roussef tinha como uma das pautas a legalização do aborto. Os analistas da mídia consideravam que um dos principais motivos pelos quais Dilma Roussef não venceu no primeiro turno foi justamente essa questão. Como afirma Rosa Blanca (2011, p. 123), “O PT, por sua vez, culpa a ala feminista do PT por insistir em incluir a legalização do aborto no programa da campanha eleitoral de Dilma”. Por pressões de grupos religiosos, Dilma mudou de opinião quanto à interrupção da gravidez, ideia que apoiava desde 2009.

⁵² Manifestos são discursos programáticos e prescritos, que aspiram mudar realidades com palavras (Yanoshevsky, 2009). O objetivo dos manifestos era marcar a posição política do NIGS referentes à legalização do aborto e à interferência da bancada evangélica nessa questão e estabelecer uma comunicação direta com a sociedade, com “o mundo de fora” (Blanca, 2011, p. 123).

acadêmicas devem propiciar reflexões que produzam transformações sociais.

Neste contexto, organizamos o Trans Day NIGS 2010, que foi o primeiro evento sobre despatologização das identidades trans no Brasil. Durante a realização da pesquisa, fizemos quatro edições: 2010, 2011, 2012 e 2013. A ideia, desde a primeira edição, é promover um espaço de encontro entre pesquisadores/as sobre transexualidades e travestilidades e ativistas, articulando teorias trans e as reivindicações políticas.

O Trans Day NIGS 2010 teve uma roda de conversa com um representante dos transhomens e uma representante das mulheres trans. Escolhemos fazer uma “roda de conversa” por ter um caráter menos formal, possibilitando a participação de todos/as. As rodas de conversas foram mantidas nas outras edições. Estiveram presentes cerca de trinta pessoas, a maioria acadêmicos/as de ciências sociais, antropologia e psicologia da UFSC, mas também contou com poucos ativistas e com a presença de pessoas de fora da UFSC. Houve grande participação do público no debate.

A ideia de manifesto que emergiu durante a campanha de Dilma Rouseff também foi utilizada no Trans Day NIGS. Segundo Rosa Blanca (2011), quando nasce a necessidade de elaborar um manifesto, existe uma necessidade de trabalhar com uma linguagem que reivindique ou denuncie publicamente uma questão, um problema, um conflito. Realizamos o primeiro “manifesto visual” sobre questões trans nesta edição, pendurando faixas nas cores do arco-íris com “palavras de ordem”⁵³ no hall do Centro De Filosofia e Ciências Humanas (CFH) (figura 1). Nas edições seguintes, realizamos outros manifestos visuais e os definimos assim:

Sabemos que atuar publicamente significa construir uma visualidade. Sob estas premissas, construímos o manifesto visual como uma intervenção pública, montada no hall do CFH da UFSC. [...] O conceito de visualidade é um desdobramento do conceito de manifesto (ÁVILA, BLANCA, BOSCATTI, OLIVEIRA, FERREIRA E NUNES, 2011).

⁵³ Usamos a expressão palavras de ordem em um contexto de recriação e ressignificação do imaginário que circula ao redor do universo trans para criar novos deslocamentos de sentido a partir das frases propostas (Ávila, Blanca, Boscatti, Oliveira, Ferreira e Nunes, 2011).

No âmbito ainda das visibilidade, organizamos uma exposição de fotos de pessoas de gêneros não-normativos (transhomens, mulheres trans e transgêneros) encontradas na internet com a intenção de contribuir com a visibilidade desses indivíduos (figura 2).



Figura 1 – Manifesto visual - Trans Day NIGS 2010
Foto: Vinícius Ferreira, 2010



Figura 2 - Exposição de fotos - Trans Day NIGS 2010

Foto: autora

Pensar manifesto como conceito operativo é uma proposta que se gera a partir da prática, sendo uma prática artística e política gerada no trânsito inter e transdisciplinar, o que mostra que é possível articular o artístico com o político nas questões referentes às identidades trans, articulando os campos teórico e ativista numa relação inventiva. As ressonâncias do manifesto no espaço acadêmico foram variadas, deste o espanto e desconhecimento do tema e do universo trans pelo público que circulava no hall do CFH), provocados pelas visualidades desconhecidas que saíram da sua invisibilidade, até o encontro entre pesquisadores/as, acadêmicos/as e ativistas, que sustentaram este movimento que podemos chamar de resistência.

Em 2011, o Trans Day NIGS se torna um seminário, chamado de II Trans Day NIGS – Seminário Transfobia, Cidadania e Identidades Trans⁵⁴, tomando outras proporções, e deu início às atividades

⁵⁴ Ao longo da quatro edições, o Trans Day NIGS recebeu apoio das seguintes instituições e órgãos de fomento: Pró-Reitoria de Extensão e Pesquisa da UFSC (PRPE/UFSC), Ministério de Educação (MEC), CAPES, CNPq, Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPICH), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Núcleo de Antropologia Visual (NAVI/UFSC), Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC), Núcleo Margens, do Programa de Pós-Graduação em

comemorativas dos 20 anos do NIGS (1991-2011). Este evento teve como objetivo ampliar a reflexão científica e o debate sobre a patologização das identidades trans, abordando temas de grande importância política em nível nacional e internacional no campo dos estudos de gênero, tendo como enfoque os dilemas e paradoxos que envolvem a patologização dos sujeitos trans e o quanto todos esses aspectos operam na subjetividade desses sujeitos e suas implicações sociais. Incluímos nesta edição uma mostra de filmes sobre a temática trans.

Propusemos reunir e incentivar as produções acadêmicas atualmente existentes acerca da multiplicidade de identidades ou expressões de gênero trans, como travestilidades e transexualidades, e de questões relativas às políticas de direitos humanos e de saúde entre esses segmentos, bem como ampliar o debate entre a universidade e os movimentos sociais, proporcionando espaço para o estabelecimento de alianças e troca de experiências a partir do diálogo com os sujeitos envolvidos no ativismo e na implementação de políticas específicas.

A interação com outros/as pesquisadores/as e ativistas durante os Trans Day NIGS me ajudaram a pensar sobre algumas questões teóricas presentes no campo que foram analisadas nesta tese, como as vivências violentas e sexistas que atuam na produção de diferentes masculinidades e sua relação com os movimentos feminista, lésbico e trans; as iniciativas de acesso aos serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), levando em conta o princípio da integralidade, as dificuldades de acesso a esses serviços pelas pessoas trans; e as alternativas possíveis de atendimento às demandas de modificações corporais. Outra questão que surgiu diz respeito ao uso do nome social⁵⁵, que ao mesmo tempo que é um estratégia de inclusão, não resolve definitivamente os problemas cotidianos enfrentados por quem continua a apresentar o nome de registro nos documentos oficiais, o que dificulta a inclusão e/ou manutenção de pessoas trans na escola, na universidade e no mercado de trabalho, mantendo as desigualdades sociais. A transfobia internalizada por parte da pessoas trans, fruto de preconceitos

Psicologia (PPGP/UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Prefeitura de Florianópolis, Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres (CMPPM) de Florianópolis, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do governo federal, Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP) do Ministério da Saúde e Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH) de Florianópolis.

⁵⁵ Nome pelo qual a pessoa deseja ser reconhecida e chamada.

e rejeição da família e da escola, foi um dos aspectos apontados como motivo de isolamento e exclusão social das pessoas trans.

Quanto à participação de trans no movimento LGBT, foi destacado que a pauta de lutas pela aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo não atinge os direitos das pessoas trans. Isso as coloca em uma situação de invisibilidade no movimento, a qual atinge mais ainda os transhomens, cuja participação ainda é incipiente, demonstrando a necessidade de maior articulação política deste segmento. Por outro lado, o ativismo pode ser uma forma de afirmação de identidades trans à medida em que fortalece as identidades coletivas e proporciona maior visibilidade de gêneros que não estão de acordo com a heteronormatividade.

O que percebemos com a realização dos Trans Day NIGS, desde de 2010 até 2013, além das questões teóricas que surgiram, foi uma maior participação das pessoas trans, tanto nas rodas de conversa quanto na plateia. Na edição de 2013, das vinte pessoas convidadas, doze eram trans. Desta forma, este evento tem se constituído como um espaço no qual as pessoas trans podem falar por si mesmas, trazendo suas reflexões, suas críticas e suas propostas.

Como tentei demonstrar até aqui, utilizei diferentes estratégias metodológicas, algumas de certa forma mais fáceis para mim, outras um pouco mais complicadas. A relação com os interlocutores foi permeada por ambivalências e dúvidas, algumas semelhantes aos de Foote-Whyte (1980). O autor relata que muitas vezes se esquivava de emitir opiniões sobre temas delicados, mas que determinados temas “faziam parte do padrão social e que dificilmente alguém poderia participar de um debate sem se envolver” (Foote-Whyte, 1980, p. 81).

Diversas vezes encontrei meus interlocutores em eventos sobre gênero, sexualidade, transexualidade. Eu conhecia a opinião deles a respeito de certos assuntos, como, por exemplo, sobre a despatologização da transexualidade, que diferem do meu ponto de vista. Eu sou a favor da despatologização, alguns são contra. Muitas vezes tive dúvidas se falava sobre isso ou não com receio de exercer alguma influência sobre as opiniões deles. No entanto, na minha perspectiva, pesquisas devem ter como objetivo mudar a realidade social, mesmo que discretamente. Passava pela minha cabeça perguntas como: Será que devo expressar este tipo de posição? E se ele desistir da pesquisa?

Por outro lado, ao longo da pesquisa, fui compartilhando, com aqueles interlocutores que me solicitavam, algumas referências bibliográficas, textos que escrevi, livros ou capítulos de livros que eu tenho. Para um deles traduzi o texto de Marie-Hélène Bourcier⁵⁶, no qual ela aborda a transmasculinidade, para outros três que me solicitaram enviei cópia do livro *El género desordenado*, que ainda não foi publicado no Brasil, para outro ainda enviei um texto de Beatriz Preciado. Alguns pesquisadores/as vão compartilhando suas produções ao longo do processo de pesquisa, outros/as não. Alguns enviam seu trabalho final aos pesquisados/as, outros não, ou seja, alguns dão retorno aos pesquisados e outros/as não. Minha posição é de que devemos dar um retorno aos sujeitos; para mim é uma questão ética que faz parte da pesquisa, mesmo que alguns sujeitos discordem radicalmente do que foi escrito. Da mesma forma, também recebi de alguns interlocutores notícias sobre transhomens que encontravam na internet, vídeos produzidos por eles postados no *YouTube* e um ou outro texto escrito por eles mesmos.

A questão que coloco é como os interlocutores irão interpretar a “minha” interpretação sobre eles depois do campo? Recorro novamente a Foote-Whyte (1980, p.85) ao discorrer sobre as expectativas do/a pesquisador/a em ser aceito/a, em que ele fala da “sensação maravilhosa de ter correspondido à expectativa a meu respeito, o que me fez sentir ainda mais parte de Norton Street”. O autor está referindo a uma partida de baseball de *Norton Street* para a qual ele foi convidado. O jogo estava empatado e Foote-Whyte seria o rebatedor; era uma situação crucial para a sua equipe e alguns companheiros sugeriram ao organizador do time substituí-lo. O organizador respondeu que “não, confio no Bill Whyte. Ele se sairá bem” (Foote-Whyte, 1980, p. 85).

Li com surpresa o relatório do I Encontro de Homens Trans Norte e Nordeste (I EHTNN), organizado pela Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) em 2013, no qual consta: “Notamos que nos processos de identificação de muitos homens trans acontecem ao se depararem com uma imagem pública e midiática nos meios de comunicação (internet, televisão, filmes, livros, jornais, revistas)” (ABHT, 2013). Esta temática tem sido recorrente em minhas reflexões desde 2010, ano que apresentei o trabalho “Maria, Maria João, João:

⁵⁶ BOURCIER, Marie-Hélène. Technotesto : biopolitiques des masculinités tr(s)ans hommes. *Cahiers du Genre*, N. 45, 2008, p. 59-84.

Reflexões sobre transexualidade masculina” no Seminário Internacional Fazendo Gênero 9, publicado nos anais.

Tenho claro que não pesquisamos para agradar ou desagradar alguém, principalmente em se tratando de um tema delicado como este, e também tenho claro que, enquanto pesquisadora, estarei sujeita a críticas e observações com as quais nem sempre vou concordar. Esse exemplo da ABHT mostra que nós, pesquisadores/as, produzimos discursos que podem influir em nossos pesquisados/as.

Uma questão final que gostaria de apontar é sobre como produzir um texto em que eu consiga “traduzir” de modo mais claro possível tudo que me foi possível observar. Para tanto, vou me apoiar nos ensinamentos de Clifford Geertz (1989), que destaca quatro características da descrição etnográfica: ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social; a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o “dito” num discurso; e ela pode ser microscópica, isto é, se faz uma “análise muito extensiva de assuntos extremamente pequenos”, sem que isso nos livre dos problema metodológico, pelas dificuldades no manuseio metodológico e nos modelos explicativos propostos.

Seguindo o raciocínio de Geertz (1989), para analisar os dados coletados, escolhi, entre a multiplicidade de “estruturas conceituais complexas”, que muitas delas provavelmente estavam “superpostas ou amarradas umas às outras” e ao mesmo tempo “estranhas, irregulares e inexplicitas”, para estabelecer as minhas categorias de análise. Como é uma interpretação, desnecessário dizer que é provisória, incompleta e aberta a novas interpretações.

Capítulo 2 - “Você vira *Freak Show*”

Fazer o gênero implica em um conjunto de operações de naturalização/desnaturalização e de identificação/desidentificação. Beatriz Preciado (2011, p. 105).

1 Rodoviária – A viagem

Marcos é um sujeito simpático e inteligente, de baixa estatura, usa óculos e cavanhaque. Ele tem 39 anos e é estudante universitário. Ele foi convidado para ser palestrante em um evento acadêmico em outra cidade. Em uma manhã de novembro de 2010, pegou sua mochila e foi para a rodoviária de uma capital brasileira qualquer, decidido a tomar o ônibus que o levaria para o tal evento. Chegou mais cedo à rodoviária, com receio de ter problemas para viajar. Mostrou sua carteira de identidade para o motorista da empresa de ônibus. O motorista olhou o nome e a foto no documento, olhou para ele, olhou novamente para a carteira de identidade e disse que ele não poderia embarcar, pois a carteira de identidade não era sua. Marcos explicou que sim, que era mesmo dele o documento apresentado. O motorista, irritado, chamou outros colegas para tentar resolver o problema. Após muita explicação, após ter sido ameaçado de não entrar no ônibus, após ele mesmo ter ameaçado a empresa com um processo, foi liberado para embarcar. Os funcionários da empresa de ônibus ficaram olhando o ônibus se afastar, rindo dele e o apontando para outras pessoas.

Viajar é uma atividade comum à maioria das pessoas; faz parte do cotidiano. O que esta cena tem de peculiar? O que exatamente aconteceu? Por que um estudante universitário não poderia embarcar em um ônibus para uma atividade acadêmica?

Quando o motorista e seus colegas olharam para Marcos, identificaram um sujeito masculino, usando o critério visual. Seria simples, pois ele tem barba e não tem seios, o que seria, a princípio, atributos de um homem. Isso é o que dizem as teorias biológicas que essencializam o sexo e o naturalizam. Sendo assim, seria “natural” a identificação de Marcos como pertencente ao sexo masculino, pois os discursos dessas teorias essencialistas produzem o que deve ser visto, isto é, o critério visual está atravessado pelo discurso.

A tecnologia visual de identificação de sujeitos utilizada pelo motorista (e seus colegas) é a mesma tecnologia usada por médicos ao atribuir o “sexo” do bebê no momento do nascimento. Os médicos verificam através de uma inspeção visual se o bebê tem pênis ou vagina. Se tiver pênis, dirão que é um menino; se tiver vagina, dirão que é uma menina. Antes mesmo do nascimento, outra tecnologia é utilizada para a definição do sexo do bebê, a ecografia.

Essas tecnologias produzem sujeitos. Ao falar da morte do sujeito em “As palavras e a as coisas”, Michel Foucault recusava que se fizesse previamente uma teoria do sujeito; ele entendia como necessária a recusa de

uma certa teoria a priori do sujeito para poder fazer essa análise das relações possivelmente existentes entre a constituição do sujeito ou das diferentes formas de sujeito e os jogos de verdade, as práticas de poder, etc. (FOUCAULT, 2006, p. 275).

O que lhe interessava era a constituição histórica das diferentes formas do sujeito em relação aos jogos de verdade, e a constituição do sujeito de forma ativa, a partir de esquemas encontrados na cultura, “impostos ou sugeridos pela própria cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 2006, p. 275).

Na interpretação de Paul Veyne (2011, p. 178), Foucault “não rasurava os nomes próprios”. Para Foucault, o sujeito não é “natural”, ele se constitui a cada época, engendrado “pelo dispositivo e pelos discursos do momento, pelas reações de sua liberdade individual e por suas eventuais estetizações” (FOUCAULT, 2006, p. 275). O processo de constituição do sujeito livre, longe de ser um sujeito soberano, foi denominado por Foucault como subjetivação.

Foucault (2006a) acreditava que a sexualidade é o modo pelo qual um ser humano se torna sujeito, sendo a sexualidade um

dispositivo histórico, no qual a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos e o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 2006a, p 116-117).

Foucault (1986) descreve a passagem, em fins do século XVIII, de uma sociedade soberana a uma sociedade disciplinar como o deslocamento de uma forma de poder, que decide e ritualiza a morte, para uma nova forma de poder produtor, difuso e tentacular, chamada de biopoder, que calcula tecnicamente a vida em termos de população, saúde e interesse nacional. Este poder, para Beatriz Preciado (2008), é mais versátil e acolhedor, pois adquire a forma de uma tecnologia política geral, se metamorfoseando em arquiteturas disciplinares, calendários de regulação da vida, etc, pois não se comporta mais como uma lei coercitiva.

Partindo de Michel Foucault, Beatriz Preciado (2008) desenvolve o conceito de sexopolítica, que seria uma das formas dominantes da ação biopolítica que emerge com o capitalismo contemporâneo, questionando a concepção de política segundo a qual o biopoder só produz disciplinas de normalização e determina formas de subjetivação.

Embora Preciado (2008) reconheça as importantes contribuições de Foucault nesse campo, ela entende que ele, de certa forma, negligenciou a emergência de um conjunto de profundas transformações das tecnologias de produção de corpos e de subjetividade que se sucederam a partir da Segunda Guerra Mundial. Ela acrescenta um outro regime de subjetivação, nem soberano, nem disciplinar, emergente dessas transformações, proposto por Gilles Deleuze e Felix Guattari: sociedade de controle, que seria a organização do social derivada desse controle biopolítico, que ela própria denomina de sociedade “farmacopornográfica”.

Diferentemente da sociedade disciplinar, na qual as tecnologias de subjetivação controlavam o corpo desde o exterior, na sociedade farmacopornográfica

as tecnologias fazem parte do corpo, se diluem no corpo, se convertem em corpo. [...] a tecnopolítica toma a forma do corpo, toma o corpo, se incorpora. [...] o corpo não habita mais os lugares disciplinares: ele é habitado por eles, sua estrutura biomolecular e orgânica é seu último refúgio. Horror e exaltação da potência política do corpo (PRECIADO, 2008, p. 74 e 75).

Preciado (2008) argumenta que há uma simultaneidade interconectada entre os diferentes modelos políticos, não sendo apenas uma sucessão de modelos que irão se suceder historicamente um por outro, nem há rupturas e descontinuidades radicais. Para autora, esta simultaneidade é uma ação transversal dos vários modelos de *somatopolítica* que operam e constituem a subjetividade, de acordo com diferentes intensidades, vários graus de penetração e eficácia.

Elizabeth Stephens (2010) critica a teoria de Preciado por entender que, apesar de sua teorização de *somatopoder* e farmacopornografia estarem claramente influenciados pelos trabalhos de Foucault e Deleuze, ela não o faz de forma sustentada ou sistemática; em vez disso, e como Deleuze, como afirma a autora, ela está principalmente interessada na criação de novos conceitos, como reflete a tendência para os neologismos vistos acima.

Por outro lado, para Stephens (2010, p. 7), a teoria sobre o *somatopoder*

é o mais significativo e ambicioso destes novos conceitos, fornecendo um quadro teórico novo para compreender as implicações culturais e históricas das “novas relações de corpo-poder, prazer-conhecimento, droga-subjetividade” que caracterizam o “poder farmacopornográfico”.

Concordo com Stephens (2010) na argumentação de que Preciado entende a relação entre o sistema de *somatopoder* e o sujeito individual como uma influência recíproca e mútua de (trans) formação, e que a análise do regime farmacopornográfico de Preciado seja crítica. Concordo também com Stephens quando ela afirma que o objetivo de Preciado não é, na verdade, denunciar o sistema do *somatopoder* que ela examina, mas

explorar as condições e possibilidades em que suas ferramentas podem ser apropriadas e utilizadas de forma não autorizada — como exemplificado por sua própria decisão de utilizar ilegalmente a testosterona (STEPHENS, 2010, p. 8).

Marcos é um “representante” da sociedade farmacopornográfica. Ele produziu seu corpo do jeito que lhe convinha, utilizando testosterona (hormônio masculino) para mudar sua aparência, para ter mais pelos pelo corpo, para ter barba, para alterar a voz; recorreu à cirurgia para retirar seus seios, enfim... utilizou e utiliza as tecnologias do corpo, que Preciado (2008) denomina de “tecnologia moles, leves”, que estão disponíveis no mercado. Ele se identifica com o gênero masculino, embora no nascimento tenham dito que ele era uma menina. Penso que agora ficou claro que Marcos é transhomem, mas ainda não conseguiu alterar seu nome na carteira de identidade.

Já que falei que Marcos se identifica com o “gênero” masculino, penso ser importante abordar as várias noções de gênero que circulam. John Money, um psicólogo infantil, foi o primeiro a utilizar a noção de gênero, em 1947, para evocar a possibilidade de modificar, através de cirurgias ou terapia hormonal, o sexo de bebês nascidos ou com dois órgãos genitais e/ou com cromossomos (intersexos) que a medicina, através de seus critérios visuais e discursivos desta época, não podia classificar estritamente como femininos ou masculinos (PRECIADO, 2008).

Money acreditava que uma menina ou menino transexual ou intersexual, quando operado/a, podia se desenvolver “normalmente” a partir da socialização no gênero diferente do atribuído no momento do nascimento, poderia se adaptar muito bem ao novo gênero e ter uma vida feliz. Money argumentava que o gênero era construído socialmente⁵⁷ (BUTLER, 2006).

Embora o termo gênero tenha sido criado por um psicólogo, não é possível reduzi-lo a este campo. A categoria gênero passou por transformações no campo feminista, surgindo em oposição ao “sexo” e questionando e recusando as diferenças sexuais biológicas como determinantes do comportamento e da personalidade, que enfatizavam a relação de poder desigual e hierárquico entre as mulheres e os homens. O uso da categoria gênero foi estratégico e fundamental para a luta feminista (KNUDSEN, 2007).

⁵⁷ Judith Butler relata no capítulo 3 de *Deshacer el género* (2006) a história de David Reimer, que após uma cirurgia de fimose, ao redor dos oito meses de idade, teve o pênis queimado e mutilado acidentalmente. David (John) passou a viver como Brenda (Joan). Mais tarde, Brenda teve o desejo de voltar a ser menino. Esta história foi acompanhada por John Money por um determinado tempo e ficou conhecido como o “caso John/Joan”. Este caso foi bastante polêmico no campo biomédico.

Várias teóricas feministas, como Donna Haraway (1983), Gayle Rubin (1984) e Monique Wittig (2007), entre outras, questionaram a essencialização e naturalização do sexo e das relações de poder entre as mulheres e os homens utilizando o gênero como categoria de análise. Embora a transexualidade também se encontre no debate feminista ao questionar o sujeito do feminismo, não é este o meu objetivo neste capítulo.

Portanto, vou me deter nas noções de gênero de Teresa De Lauretis (1987), que discute as tecnologias de gênero, e Judith Butler, que problematiza a hegemonia heterossexual e os binarismos existentes (homem/mulher, feminino/masculino, heterossexual/homossexual), vinculando o processo de assumir um “sexo” com as identificações sexuadas permitidas ou excluídas pelo imperativo heterossexual.

Para Teresa De Lauretis, (1987, p. 3), o gênero é uma representação e construção sociocultural e histórica, sendo “um efeito de cruzamento de representações discursivas e visuais que emanam de diferentes dispositivos institucionais, como a família, a religião, os sistemas educativos, os meios de comunicação, os tribunais”. Outros dispositivos menos flagrantes seriam as teorias radicais e as práticas artísticas tais como a linguagem, a arte e a literatura.

Não sei o quanto Marcos e o motorista apreciam cinema, literatura, outras artes. Mas de qualquer modo, pensar sobre a produção da subjetividade sexual e de gênero a partir de registros, projeção, imagem e decodificação do aparelho cinematográfico, da fotografia e da literatura, como fez De Lauretis (1987), parece bastante esclarecedor sobre a produção de subjetividade trans. Nesse sentido, Preciado (2008) afirma que o sujeito está constantemente implicado em um processo corporal de significação, de representação e de auto-representação, pois é tanto produtor como intérprete desses signos.

Muito/as héteros se identificam com modelos de feminilidade e de masculinidade mostrados no cinema ou em outras produções visuais como a fotografia. Quem não se lembra da imagem *sexy* e provocante de Marilyn Monroe com o vestido levantado pela saída de ar do metrô como ícone da feminilidade ou ainda de Silvester Stallone como o másculo e viril Rambo?

Da mesma forma acontece com os transhomens. Muitos dos meus interlocutores se autoidentificaram ou se autodeterminaram trans a partir de um filme ou vídeo que assistiram, um livro que leram, ao ver um transhomem na mídia ou ao encontrar informações na Internet.

Jorge Leite Junior (2008, p. 138), ao analisar a história de Christine Jorgensen⁵⁸, afirma que a “extensão e a espetacularização” de sua história “é um dos elementos mais importantes de seu caso e da história da transexualidade”, pois a partir da ampla divulgação que teve milhares de pessoas ao redor do mundo ficaram sabendo da possibilidade científica de “mudança de sexo”. Segundo o autor, “é impossível pensar o desenvolvimento do conceito de ‘transexualidade’ sem a influência da mídia e da tecnologia médica” (Leite Jr, 2008, p. 138).

Deste ponto de vista, os *mediascapes* propostos por Arjun Appadurai (1990), que se referem tanto à distribuição de recursos eletrônicos como jornais, filmes, televisão, Internet, etc, para produzir e difundir informações, agora disponíveis para um número maior de pessoas em todo o mundo, quanto às imagens do mundo criado por esses meios, fornecem um repertório complexo de imagens e narrativas, que apontam para a importância dos fluxos globais da mídia eletrônica (APPADURAI, 1990).

A mídia teve um papel importante para a introdução da questão trans no senso comum. Como Carmen Rial (2007, p. 2) argumenta, “sem dúvida, a mídia eletrônica localiza-se hoje no centro do intenso trabalho da imaginação, central na construção das subjetividades contemporâneas”, sendo a imaginação a maneira pela qual os agentes sociais se mantêm sujeitos, “reorganizando, ativa e constantemente, as imagens recebidas da mídia”. Segundo a autora, as palavras-chave para se pensar atualmente o *mediascape* e as relações de gênero são descentralização, fragmentação, decréscimo da censura e lutas por representação identitária.

Deste modo, os *mediascapes* nos ajudam a pensar nas relações entre mídia, gênero e constituição de subjetividades, como podemos observar nos depoimentos de alguns interlocutores.

Toni conta que bem cedo, desde os cinco anos de idade, sentiu que havia algo diferente nele e esta sensação de estranheza o acompanhou até os vinte e dois anos, quando assistiu ao filme “Boys

⁵⁸ Conhecida como a primeira transmulher americana, George William Jorgensen era um ex- soldado que entre os anos de 1951 e 1952 fez a cirurgia de mudança de sexo na Dinamarca. Sua história foi publicada no jornal *The New York Daily News* em 1952, e teve grande repercussão na mídia. Ela tornou-se celebridade, participando de entrevistas e programas de rádio (Leite Jr, 2008)

*Don't Cry*⁵⁹ (“Garotos não choram”), que conta a história de Brandon Teena, um transhomem americano que foi assassinado quando descobriram a sua condição. Segundo ele, “algo me impeliu para ver o filme, e foi o que faltava para que eu juntasse alhos com bugalhos, e aí sim dar uma ‘definição’ dessa sensação estranha de inadequação que já existia”.

Flávio, como comentei no capítulo 1, descobriu-se “transexual” em 2002, quando adquiriu um computador e começou a pesquisar na Internet sobre sexualidade. Assim como ele, Nei, Carlos, Murilo também se identificaram como transexuais através de informações encontradas na internet.

Pedro, um carioca de 22 anos, conta:

eu soube que existiam FTM por acaso. Me deparei com uma entrevista num programa da Oprah⁶⁰ e quem estava sendo entrevistado era o homem grávido, o Thomas Beatie [...] e foi aí, vendo esse programa, que eu soube o que eu era e o que eu devia fazer: a transição.

É interessante observar que Carlos, um jovem de 20 anos, usuário contumaz de mídias digitais, autoidentificou-se como “FTM” através do personagem Max, da série “*The L Word*”⁶¹, e não por meio das mídias digitais. Max é inicialmente na série uma lésbica masculina, que mantém relacionamentos com outras mulheres e aos poucos vai de

⁵⁹ Baseado na história real de Teena Brandon, *Boys Don't Cry* (1999) relata a juventude de uma jovem garota que decide assumir sua homossexualidade, mas para fugir do preconceito e negação da sociedade adota nova identidade, transformando-se no garoto Brandon. *Meninos Não Choram* explora as contradições da identidade e juventude americana através da vida e da morte de Brandon Teena. Através de um caos de desejo e assassinato, surge a história de um jovem americano à procura do amor, de si mesmo e de um lugar para chamar de lar.

⁶⁰ “*The Oprah Winfrey Show*” é o programa de maior audiência da história da televisão norte-americana. É transmitido no Brasil pelo canal por assinatura GNT

⁶¹ Série de TV americana, considerada inovadora, que fez sua estréia em janeiro de 2004 nos Estados Unidos. É sobre um grupo de amigas lésbicas e bissexuais que vivem e amam em Los Angeles, e desafia as noções tradicionais de relacionamentos, estilos de vida *queer*, identidades de gênero, raça e etnia, sexo e sexualidade (Kim Akaas e Janet Maccabe, 2006)

identificando como um transhomem que se vê as voltas com a sua transformação corporal, colocando em discussão a tomada de hormônios e a cirurgia de mastectomia.

Outros exemplos que permitiram a alguns de meus interlocutores a autoidentificação ou auto-representação trans foram a leitura de livros e revistas sobre a temática, como Bernardo, 20 anos, que leu uma matéria em uma revista publicada em 2010 sobre o processo de transição de Chaz Bono⁶², e Vini, 37 anos, que leu a autobiografia do professor e advogado americano Jamison Green⁶³ e a primeira autobiografia de João W. Nery⁶⁴.

Judith Butler (2010a) afirma que o gênero se constitui em uma forma de regulação social, no qual dispositivos específicos de regulação (institucionais, militares, sociais, psicológicos, educacionais, legais, psiquiátricos) são evocados com o objetivo de refletir sobre a maneira pelas quais estas regulações são engendradas e impostas aos sujeitos. Butler (2005) afirma que a categoria “sexo” é normativa desde o começo, não funcionando somente como norma, mas também fazendo parte de uma prática reguladora na produção de corpos que controla e governa. No entanto, a autora chama a atenção sobre a condição não estática de um corpo, pois o sexo, sendo um ideal regulatório, é uma construção ideal que se materializa através do tempo em função da reiteração forçada dessas normas.

Ainda segundo Butler (2005, p. 18), “os corpos nunca acatam inteiramente as normas mediante as quais se impõe sua materialização”; são justamente as instabilidades que abrem possibilidades de rematerialização que marcam um espaço “no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra si mesma e produzir rearticulações que coloquem em juízo a força hegemônica dessas mesmas leis reguladoras” (ibidem).

Butler (2006) diz que o gênero é performativo, considerando a performatividade como “uma prática reiterativa e referencial mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia” (BUTLER, 2005, p. 18). No entanto, quanto à performatividade Preciado discorda, de certa forma, de Butler e argumenta que o gênero “não é nem metáfora, nem

⁶² Nascido como Chastity Bono, Chaz Bono é o único filho dos artistas Sonny e Cher. Iniciou seu processo de transição em 2008 e em 7 de maio de 2010, mudou legalmente seu gênero e nome.

⁶³ Green, Jamison. *Becoming a Visible Man*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2004.

⁶⁴ Nery, João W. *Erro de pessoa*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

ideologia e não pode ser reduzível a uma performance: ele é uma tecnocologia política” (PRECIADO, 2008, p. 104). Preciado entende que o conjunto de tecnologias de domesticação do corpo, de técnicas farmacológicas e audiovisuais que fixam e delimitam nossas potencialidades, é uma ficção “somatopolítica”, que funciona como próteses de subjetivação e questiona a certeza de sermos homens ou mulheres.

Gêneros inteligíveis, para Butler (2006), são aqueles que, de certa maneira, mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras: dentro da norma heterossexual (heteronormatividade), por exemplo, uma mulher (fêmea) deve ser feminina e se relacionar com homens (macho). Para a autora, entender o campo do gênero a partir de discursos restritivos que insistem no binário homem e mulher como forma exclusiva “tomam a forma de uma operação reguladora de poder que naturaliza o caso hegemônico [*heterossexualidade*] e reduz a possibilidade de pensar em sua alteração” (ibidem, p. 70-71).

Por outro lado, a existência de gêneros não-inteligíveis, como o de Marcos, que podem subverter e/ou transgredir a heteronormatividade, produzem seres abjetos, não-sujeitos, colocados em zonas invisíveis, inabitáveis da vida social. Butler (2005, p. 20) afirma que esta “zona de inabitabilidade constituirá o limite que define o terreno do sujeito; constituirá esse lugar de identificações temidas contra as quais – e em virtude delas – o terreno do sujeito circunscreverá sua própria pretensão à autonomia e à vida”.

Antes de seguir, gostaria de deixar claro que não são só as pessoas trans que utilizam as tecnologias presentes na sociedade farmacopornográfica. Somos todos nós. Marcos é apenas um exemplo daquilo a que Preciado (2008) se refere:

se no sistema disciplinar do século XIX o sexo era natural, definitivo, imutável e transcendental, o gênero aparece agora como sintético, maleável, variável, suscetível de ser transferido, imitado, produzido e reproduzido tecnicamente. (PRECIADO, p. 94)

2 Nos bancos da escola – Parte I: O nome fora da ordem

Marcos estuda em uma universidade pública brasileira. Nessa universidade foi instituído o nome social para travestis e transexuais. O nome social é aquele pelo qual as pessoas querem ser chamadas e reconhecidas socialmente. Várias universidades públicas brasileiras adotaram a utilização do nome social para travestis e transexuais nos últimos anos para evitar constrangimentos, reconhecendo o direito que o/as estudantes travestis e transexuais têm de não serem discriminado/as por suas identidades de gênero. Em uma aula, um colega lhe passa a lista de chamada. Procura seu nome para assiná-lo e se depara com um decalque sobre o mesmo, quando vê seu nome “fora da ordem”, riscado o primeiro nome, permanecendo apenas o seu sobrenome acrescentado do seu nome social. Então percebe que na semana anterior a lista já havia circulado. Ele se pergunta: “Mas o que isso tem de errado? Afinal, eu não queria apenas ser chamado de Marcos?” Uma professora socióloga, que insiste em chamá-lo pelo nome que consta na carteira de identidade, já lhe questionou sobre qual o problema de ser chamado por um nome feminino e porque isto o incomoda.

O subtítulo desta cena nos faz perguntar de qual ordem estamos falando. Em primeiro lugar, de uma “ordem alfabética”. O nome que consta na carteira de identidade de Marcos começa com a letra A. Sendo assim, o M de Marcos vem depois. Ao invés de ter o nome A rabiscado na lista com o nome social escrito por cima, não seria mais lógico incluir o nome social no lugar na ordem alfabética, no lugar depois do L? Se fosse assim, na hora da chamada o/a professo/ar seguiria a ordem alfabética, Marcos responderia e tudo estaria resolvido, sem problemas.

Em segundo lugar, estamos falando de uma “ordem jurídica”. Ao tomar emprestado a frase de Bauman como ilustração “hoje em dia, somos todos indivíduos *per jure*”, José Antonio Nieto Piñeroba (2008) acredita que o/as trans não são indivíduos *per jure*, pois ainda estão à espera do reconhecimento de seus direitos.

Os indivíduos de gêneros não-inteligíveis, por se encontrarem em uma zona invisível e inabitável da vida social, como dizia Butler, não são sujeitos jurídicos, ou melhor, estão sujeitos ao aparato regulador jurídico que toma como referência a heteronormatividade e os discursos biomédicos que colocam a transexualidade no âmbito da patologia.

No Brasil, para que um/a transexual possa alterar o nome que consta na certidão de nascimento tem de passar formalmente por um

processo chamado “transexualizador”⁶⁵, que é regulado pelos discursos biomédicos. Somente após o acompanhamento de pelo menos dois anos é que o/a transexual pode solicitar a mudança do nome no registro de nascimento. Os/as trans precisam de “autorização” para conseguir realizar seu desejo de mudar o sexo, primeiro de uma equipe de saúde que pensa que pode determinar o que é melhor ou não para um sujeito e segundo, de um juiz, que, mesmo com todas as tecnologias de produção corporal, muitas delas inventadas por médicos, pode ainda negar o pedido de troca de nome.

A alteração do nome nos documentos oficiais foi comentada por vários dos interlocutores. Para Éder, 26 anos, que está em processo de transição, o mais importante é a mudança de nome; ele diz “poder assinar meu nome Éder será a maior realização de todo o meu processo”. Toni, que terminou a transição em 2004, conseguiu alterar o seu nome após um processo jurídico que levou três anos e três meses, mais ou menos o mesmo tempo do processo de Jeferson, que durou três anos. Flávio obteve a autorização para a troca de nome após cinco anos. Já o processo de retificação de nome de Beto, 42 anos, durou apenas três meses.

Mesmo que hoje os processos de retificação de nome sejam, na maioria dos casos, demorados, é possível, ainda que com alguns entraves, fazer a alteração do nome. Em tempos relativamente recentes, como na década de 1970, isto era impensável. João W. Nery conta em sua autobiografia que fez sua transição em 1977. É importante lembrar que estávamos na época da ditadura militar no Brasil, quando as

⁶⁵ Para realizar as cirurgias de transformações corporais de acordo com sua identidade de gênero (em mulheres trans (de homem para mulher), é construída uma vagina, vaginoplastia, e em transhomens (de mulher para homem), pode ser construído um pênis, faloplastia (mas este procedimento só pode ser feito em hospitais universitários porque ainda é considerado um procedimento experimental) e são retiradas as mamas (mastectomia), útero (histerectomia) e ovários (ooforectomia), o sujeito transexual deve ser acompanhado em hospitais autorizados pelo Ministério da Saúde por uma equipe de saúde multiprofissional, que inclui médico endocrinologista, cirurgião, urologista, psiquiatra, psicólogo e assistente social. O período de acompanhamento é em torno de dois anos. Este período é considerado um período de avaliação do sujeito, a fim de definir se ele é um transexual “verdadeiro” e se está apto para as transformações corporais desejadas. Além das cirurgias, é prescrita a terapia hormonal. Embora o processo transexualizador tenha sido fruto das demandas do próprio movimento trans durante muitos anos no Brasil, ainda precisa ser mais debatido e ampliado.

cirurgias para mudança de sexo eram proibidas e orientações sexuais e identidades de gênero diferentes da norma eram consideradas “subversivas”. Os médicos que realizavam essas cirurgias eram tomados por criminosos.

Para alterar o seu nome, Nery foi a um cartório de uma cidade do interior acompanhado de duas testemunhas, uma mulher trans que conheceu no período de transição e o marido dela, e fez uma nova certidão de nascimento. Um dos problemas que ele aponta no livro é que com isso perdeu o direito de continuar exercendo a sua profissão de “psicóloga” e “professora universitária”, pois com a nova identidade ele passou a ser “analfabeto” (NERY, 1984) pela inexistência de comprovantes de escolarização deste “novo sujeito”.

Um interlocutor passou por situação semelhante. Fez sua transição no exterior na década de 1980 e quando voltou ao Brasil procurou três advogados para entrar com um processo na justiça para a mudança de nome e sexo e todos se negaram a fazê-lo. Este interlocutor também perdeu o direito de exercer sua profissão. Para resolver o problema, ele literalmente “comprou” uma nova identidade, o que também o tornou “analfabeto”. Com a nova identidade, ele relata que fez cursos supletivos de primeiro e segundo grau e passou no vestibular, tendo concluído sua graduação. Após ingressou em um programa de mestrado e foi contratado como professor em uma universidade.

Diferentemente do Brasil, em alguns países como Inglaterra, desde 2005, e Espanha, desde 2007, para que haja o reconhecimento legal da identidade de gênero das pessoas trans, não há necessidade da realização da cirurgia de redesignação sexual, porém se mantém a obrigatoriedade das pessoas trans de passar pelo diagnóstico psiquiátrico e pela prescrição do tratamento hormonal (GARCÍA, 2009). A Argentina, desde 2012, reconhece as pessoas trans, autorizando a mudança de nome e sexo nos documentos oficiais sem a necessidade de nenhum tipo de diagnóstico ou tratamento. Se fosse assim também no Brasil, vários interlocutores que não estão em programas de redesignação sexual, mas têm um laudo, como Gustavo, Éder, Reni, Nei, Otávio, Kauê, Evandro, Renato e Murilo poderiam solicitar a alteração do nome.

Esta impossibilidade de mudar o nome oficialmente é bastante dolorosa para eles e repercute em vários âmbitos de suas vidas. Nei relata que sofre muito com isso porque não consegue emprego e sem emprego, ele não tem mais condições de continuar pagando o

endocrinologista e o psicólogo que estavam o acompanhando. Nei mora em um Estado que não tem nenhum programa de saúde que atenda transexuais e com as dificuldades financeiras decorrentes do desemprego, não tem também condições de contratar um/a advogado/a que poderia ingressar com um processo judicial para a alteração do nome no registro civil.

Outro aspecto importante são os frequentes constrangimentos que alguns interlocutores passam ao serem chamados pelo nome feminino. Beto conta que, antes da transição, mas já com aparência, segundo ele, “bem masculina”, evitava ir à unidade de saúde porque “quando me chamavam para a consulta, me chamavam pelo nome que tinha lá na minha ficha, né! O nome de mulher! E quando eu levantava, todo mundo ficava me olhando”.

Larissa Pelúcio (2007) relata situações semelhantes vividas por algumas travestis, e eu acrescentaria também pelas mulheres trans, em serviços de saúde:

distantes da lógica burocrática que rege os serviços de saúde, ou buscando driblar os obstáculos sociais que impedem que elas adotem um nome e uma aparência que não aqueles determinados pelos poderes instituídos, no campo jurídico e médico, muitas travestis enfrentam constrangimentos constantes” (PELÚCIO, 2007, p. 163).

Embora na sociedade farmacopornográfica tenhamos disponíveis tecnologias do corpo que infiltram e penetram a vida, que tomam a forma do corpo nos quais controlam, que se transformam em corpo para se transformar em subjetividade, como diz Preciado (2008), ainda estamos sujeitos aos dispositivos de vigilância e controle próprios do regime sexopolítico disciplinar. Esta vigilância e controle não se encontram mais tanto no exterior, nas instituições; trata-se, como fala Francisco Ortega (2008, p. 32), “da formação de um sujeito que se auto-controla, auto-vigia e auto-governa”, que o autor denomina de “autoperitagem”, isto é, “o eu que ‘se pericia’ tem no corpo e no ato de se periciar a fonte básica de sua identidade”.

No caso de Marcos, a dificuldade ainda é maior. Ele não passou por todo esse processo. Ele não quer alterar a sua genitália, optou por fazer apenas a mastectomia, para poder ter um torso masculino. Ele tem em mãos apenas um laudo psicológico que atesta a sua transexualidade,

mesma situação de outros interlocutores como Éder, Reni, Otávio, Nei, Kauê, Evandro, Renato e Murilo.

Assim como não há o reconhecimento de Marcos como sujeito autônomo e livre para decidir o que é melhor para si, para a sua própria vida, pelo sistema jurídico, não há o reconhecimento de sua identidade de gênero não hegemônica por professores/as de uma instituição pública de ensino superior, na qual há uma resolução sobre o uso do nome social, que em última instância, reconhece identidades de gênero não normativas.

O que Marcos quer é a possibilidade de uma vida habitável, na qual ele possa ser o que ele deseja e ter autonomia sobre as suas decisões e sua vida. É na força da exclusão e da abjeção⁶⁶ que ele (e outros sujeitos de gênero não-inteligíveis) se constitui como sujeito. Nas palavras de Butler (2006, p. 23),

as críticas as normas de gênero devem se situar no contexto das vidas tal como se vive e devem se guiar pela questão do que maximiza as possibilidades de uma vida habitável, o que minimiza a possibilidade de uma vida insuportável, ou, inclusive, da morte social ou literal.

Para Maurício, 50 anos, “o que o trans quer é a normalidade. Ele quer ser um homem normal. Só isso!”

Antes de seguir, penso ser importante explicitar o que estou entendendo por exclusão aqui. Segundo Jorge Leite Jr (2008, p. 194), “a partir da segunda metade do século XX, a ‘inclusão’ dos ‘excluídos’ tornou-se a palavra de ordem”. A categoria científica da transexualidade ou dos transtornos de identidade de gênero seguiu esta lógica, pois “a pessoa transexual não é mais afastada para as margens concretas ou imaginárias do convívio social, mas convocada a se adaptar às normas de gênero do período”, tendo em vista a disponibilização de serviços de atendimento a estas pessoas. Como Leite Jr. aponta, a inclusão nestes serviços é para aquelas pessoas que “convencem” a equipe de saúde de

⁶⁶ Júlia Kristeva (1988) desenvolve seu conceito de abjeto a partir da distinção de dois momentos específicos da aquisição da linguagem no sujeito: semiótico e simbólico. Para a autora, abjeção é aquilo que se produz de forma ameaçadora e não assimilável; algo que solicita, inquieta, fascina o desejo. “O que nos torna abjeto é aquilo que perturba uma identidade, um sistema, uma ordem. Aquilo que não respeita os lugares, os limites, as regras” (Kristeva, 1988, p. 11).

que são “verdadeiramente” transexuais. Sendo assim, aquelas pessoas que se autoidentificam como transexuais, mas que desejam apenas tratamento hormonal ou psicológico, por exemplo, são excluídas deste sistema. É disso que estou falando.

3 “Fui expulso do *Orkut*”

Marcos participa de redes sociais como *Orkut* e *Facebook* e grupos de discussão na internet sobre transexualidade masculina. Em um dos grupos, o foco da discussão era o processo transexualizador a que os transexuais têm de passar para fazer a transição de um sexo a outro. Marcos propôs como tópico de discussão a (des) patologização da transexualidade. Ele se posiciona a favor da despatologização, pois não considera justo e digno ser tratado como doente mental para poder acessar o sistema de saúde. Para ele, despatologizar a transexualidade não significa não ter acesso à saúde. Como sua posição é contrária a dos demais membros, diz: “Fui expulso do *Orkut*!” Percebe-se assim que não há consenso sobre as estratégias de reconhecimento da identidade trans também no interior dos grupos de pessoas que buscam se reconhecer nela.

Há vários discursos sobre a transexualidade. Começo pelo discurso biomédico, pois a transexualidade surgiu neste discurso na segunda metade do século XIX, e estabeleceu uma correlação entre “travestilidade das mulheres⁶⁷” e “inversão sexual” (NEWTON, 2008), no qual houve a associação da homossexualidade feminina com “masculinização”, com especial ênfase na questão vestimentária, ligada às convenções de roupa associadas rigidamente a cada sexo e também marcadas por outras classificações sociais, como ocupação social.

Nesse contexto, a transexualidade seguiu a mesma lógica da psiquiatrização da homossexualidade como uma patologia (PELEGRIN e BARD, 1999). Desde então, vários estudiosos como Harry Benjamin, David Cauldwell, o próprio John Money, já citado anteriormente, Robert Stoller, entre os outros, tentaram explicar as causas orgânicas ou psicológicas da transexualidade.

⁶⁷ Esta é uma tradução livre do termo “travestissement féminin” utilizado pela autora. Mantenho entre aspas porque não me parece que “travestilidade de mulheres” se aplique ao contexto brasileiro, no qual a categoria “travestilidade” se construiu de outro modo, como apresentarei no quinto capítulo.

Atualmente, o discurso biomédico diz que Marcos é “uma mulher que se sente presa em um corpo de homem; ele não apresenta transtornos psiquiátricos graves que distorcem a percepção da realidade, mas necessita ser aceito socialmente e legalmente no gênero escolhido” (Sociedad Española de Endocrinología, 2002, citada por Suess, 2010), mas se estivéssemos em 1949, este mesmo discurso diria que Marcos é um “caso” de *Transsexualis psychopathia*. Em 1973, ele teria um distúrbio de gênero, chamado de “disforia de gênero” (DG); em 1987, ele apresentaria sintomas de “transexualismo”; já em 1994 Marcos teria “desordem da identidade de gênero” (DIG), em 2001, teria sido classificado como portador de “transtorno de identidade de gênero” (TIG) e finalmente em 2013 teria “disforia de gênero⁶⁸” novamente.

A título de esclarecimento, foi em 1987 que a transexualidade, que nesta época era chamada de “transexualismo”, foi incluída como “disforia de gênero” no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM III* (Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais) (CASTEL, 2001). O DSM foi alterado em 1994 (DIG), em 2001 (TIG) e em 2013 (DG).

É interessante observar como esta metáfora do corpo aprisionado está presente nas falas de vários interlocutores. Jéferson, Gustavo, Kauê dizem que nasceram no corpo errado e Vini afirma que desde que nasceu tinha “um desencontro entre corpo e espírito”.

Marcos mesmo diz que o “discurso médico é muito forte”. O discurso biomédico tem o status dito “científico” e para Joan Vendrell Ferré (2009) é do conjunto de saberes científicos que os/as transexuais extraem a explicação de si e a legitimação de seus atos individuais e coletivos na arena social e política. Ferré (2009, p. 3) resume esta ideia assim: “isto significa que os/as transexuais se pensam ‘cientificamente’!”. Se for mesmo assim, posso imaginar que os meus interlocutores estão se constituindo “cientificamente”, e esta ciência é a biomedicina, mas isso é apenas uma das diversas possibilidades de análise.

O discurso biomédico está atravessado pela norma heterossexual, desconhecendo ou ignorando a multiplicidade ou pluralidade de identidades de gênero, que comentarei mais adiante. O que pode parecer um paradoxo, pois como comentei anteriormente, se hoje existem as tecnologias de produção de corpos como as cirurgias de mudança de

⁶⁸ É importante lembrar que em 2013 a categoria “disforia de gênero” volta a ser utilizada no DSM V, porém sem estar classificada como transtorno mental, como mencionei na introdução.

sexo, os hormônios, as próteses, etc., muito se deve ao campo médico. No entanto, essas tecnologias têm sido utilizadas na fabricação de corpos “normais”, ou, de corpos “heteronormais” (para manter a coerência com os referenciais que estou utilizando), ou seja, uma vez fabricado um corpo “heteronormal”, o mesmo é reapropriado e ressignificado.

Como contraponto, ou resistência, ao discurso biomédico, tem surgido na última década outras noções sobre transexualidade, que Marcos muito bem conhece. Ele sabe que no campo político a perspectiva dos direitos humanos presente em declarações internacionais recentes se posiciona a favor da despatologização da transexualidade e da livre expressão das identidades de gênero, como Suess (2010) mostra: os Princípios de Yogyakarta⁶⁹ (2007), a declaração da Assembleia Geral da ONU sobre identidade de gênero (2008)⁷⁰ e o Informe Direitos Humanos e Identidade de Gênero de Thomas Hammarberg, Comissário de Direitos Humanos do Conselho da Europa (2009).

Um ponto que merece atenção é a prática política dos ativistas trans. Marcos sabe que esses ativistas, que vivem em diferentes países do mundo, assim como ele, reivindicam o protagonismo legítimo de um processo de decisão sobre o direito à autodeterminação de suas próprias identidades e gestão do corpo e à vivência de uma multiplicidade e formas de expressão e identidades não-binárias, mais condizentes com a sociedade farmacopornográfica.

Marcos também tem conhecimento da Campanha Internacional *Stop Trans Pathologization*. Por isso que ele propôs ao grupo de transhomens a discussão da patologização, ou melhor, despatologização da transexualidade. No entanto, não encontrou espaço para tanto neste grupo trans brasileiro. Para ele, seus companheiros preferem ser considerados “doentes mentais” por esta ser uma maneira de ter acesso às tecnologias cirúrgicas e hormonais de transformações corporais, oferecidas oficialmente pelos serviços de saúde. Este realmente é um debate acirrado, controverso, e não é consenso entre as pessoas trans.

Manuel Baldiz (2010) levanta um ponto importante na patologização das identidades trans. Para o autor, se algo é considerado uma doença, isso implica, entre outras coisas, uma desresponsabilização do sujeito a respeito do que se passa com ele e uma infantilização que

⁶⁹ http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf

⁷⁰ <http://www.un.org/webcast/pdfs/ga081218.pdf>

pode ser facilmente utilizada pelo poder médico. Segundo Baldiz, a responsabilização dos próprios sujeitos ou de seus familiares frente aos mal estares e seus sintomas não implica em uma culpabilização e sim poder dar respostas particulares, próprias, íntimas, de como cada um está envolvido e implicado naquilo que o faz sofrer.

Guilherme de Almeida (2010) acredita que a despatologização pode significar a perda da possibilidade de atendimento integral pelo SUS, o que poderia inviabilizar o atendimento a maioria de transexuais que não tem recursos para o atendimento privado, porém ele considera este tema como “uma questão política substantiva que precisa ser enfrentada pelo movimento transexual e no campo dos direitos humanos” (ALMEIDA, 2010, p. 141).

Os argumentos de Miquel Missé (2010) sobre esta questão me parecem bastante convincentes, quando ele afirma que o discurso contra a patologização trans explica que não se pode aceitar a etiqueta psiquiátrica de maneira estratégica porque tanto transexuais, travestis ou transgêneros não têm nenhum transtorno de identidade de gênero e porque eles/as devem ser tratados/as em sistemas de saúde pública direcionados a usuários e cidadãos/cidadãs, e não a doentes.

Butler (2006) problematiza a questão da seguinte maneira: apesar de se criticar duramente o diagnóstico de transexualidade e tudo que isto envolve, seria um erro sua total erradicação porque este diagnóstico é o instrumento através do qual se pode obter ajuda e status legal. A autora quer dizer com isso que o diagnóstico pode se utilizado de forma estratégica. Por outro lado, ela se pergunta se o fato de alguém se submeter ao diagnóstico não implicaria uma certa sujeição que levaria à internalização de tal diagnóstico por parte do sujeito, fazendo com que ele conceba a si mesmo como um doente ou “fracassado” da normalidade, ou ambos.

Uma questão que me chamou a atenção nessa cena foi a expulsão de Marcos do grupo de discussão. Não é possível estabelecer uma identidade trans “universal”, é claro. A constituição das identidades de gênero, inteligíveis ou não, hegemônicas ou não, como tenho demonstrado até aqui, é perpassada por vários discursos, dispositivos, tecnologias, experiências pessoais e vivências; não se dá em um vazio. Não se pode querer que todo sujeito, trans ou não, compartilhe das mesmas ideias e opiniões.

Esta situação mostra, de certa forma, como pode ser conflituoso o processo de autoidentificação como transhomem, principalmente quando esta constituição de sujeito está perpassada pelo saber médico,

como já demonstrado. Há ainda outros conflitos presentes, que serão problematizados no próximo capítulo. Nem todos os transhomens são críticos como Marcos. E nem todos têm os mesmos conflitos. Mas expulsar de um grupo alguém que pensa diferente não seria também uma forma de abjeção?

4 Nos bancos da escola – Parte II: Roda de Conversa

Marcos está finalmente no evento para o qual foi convidado, juntamente com Cristina, outra convidada, mulher trans, presidente de uma ONG para travestis e transexuais. Era uma roda de conversa sobre a despatologização das identidades trans. Cristina se pergunta: “Como despatologizar o que está patologizado?” Para ela, no decorrer do processo formal de acompanhamento para a “mudança de sexo”, não há espaço para o desejo dos/as trans, pois os/as trans devem adotar um “texto” que reproduza o que os/as psiquiatras médicos/as e psicólogos/as esperam de um/uma transexual “verdadeiro/a”. Marcos compartilha desta crítica, dizendo que não se trata de ser doente ou não, e sim se você é obediente. Além disso, Marcos critica o “teste da vida real”, que faz parte do processo transexualizador. Neste teste, o/a candidato/a deve se comportar e se vestir o tempo todo de acordo com o gênero escolhido. Ele diz:

se você é mulher trans, usa vestido, mas ainda tem uma barba que aparece, ou se você é homem trans, se ‘comporta’ como homem, mas seus peitos aparecem embaixo da camiseta, fica uma coisa esquisita, todo mundo fica olhando! Você vira *Freak Show!*

A discussão sobre a despatologização das identidades trans não se esgota nas questões problematizadas a partir da expulsão de Marcos do *Orkut*, pois realmente este é um tema que merece uma análise bastante cuidadosa.

A questão que Cristina levanta não é de fácil resposta, nem sei mesmo se há respostas. Um dos problemas que estão postos é o receio que os/as trans têm de perder o acesso aos serviços de saúde que disponibilizam as tecnologias de transformação do corpo. Talvez este também seja o receio dos companheiros de Marcos. No Brasil estes serviços são oferecidos pelo SUS, mas não podemos esquecer que o

acesso a essas tecnologias é também uma questão social e econômica. Ou seja, se um sujeito tem condições financeiras bastante confortáveis pode pagar por estes serviços, não precisa se submeter ao poder público. Ele pode também pagar por atendimento psicológico privado no qual vai conseguir o laudo que ateste sua transexualidade, como fizeram Toni, Maurício, Murilo e Kauê, e vai poder pagar também bons advogados para iniciar o processo jurídico para alteração do nome no seu documento de identidade. No entanto, são poucos os indivíduos que no Brasil têm acesso a estes recursos, inclusive se considerarmos que muitos deles “perdem” qualquer apoio familiar quando o desejo transexualizador se faz explícito, como relatam alguns dos interlocutores.

Mas talvez antes de pensar em como despatologizar, fosse interessante pensar sobre as implicações que a transexualidade teve ao ser considerada uma patologia. Cristina e Marcos são de gêneros não-normativos como já demonstrado na terceira cena. Os dispositivos e discursos sobre o que está fora das normas reguladoras são diferentes na sociedade disciplinar e na sociedade farmacopornográfica.

Ao analisar a origem e o desenvolvimento dos conceitos científicos das categorias “travesti” e “transexual”, Jorge Leite Jr. (2008) tomou inicialmente como foco de análise o mito do andrógino na figura do hermafrodita, que é para o autor, antes de tudo pertencente ao campo do fantástico intrinsecamente ligado à vida cotidiana. Para o autor, a ambiguidade sexual presente no hermafrodita e suas múltiplas encarnações na Idade Média e no Renascimento estava intrinsecamente relacionado ao mundo espiritual, ao campo do fantástico, ao universo dos monstros e criaturas mágicas.

No entanto, as mudanças de ordem política, social, econômica e epistemológica surgidas com o advento da modernidade, estruturadas como racionalista e científica, fizeram com que a figura do hermafrodita perdesse seu lugar como representação de uma ordem superior, surgindo o pseudo-hermafrodita,

filho da modernidade, da medicina e da “ciência sexual”. Não mais um “prodígio” da natureza, mas um ‘desvio’ desta. [...] O hermafrodita ou andrógino [...] não é apenas mais um monstro dos compêndios e coletâneas de narrativas fantásticas, mas o grande prodígio sexual que gradualmente vai crescendo em importância e influência até o surgimento da “ciência sexual” no século XIX,

fonte de desejo e medo, de curiosidade e receio (LEITE Jr., 2008, p. 15 e 18).

Foucault (2002) analisa o domínio da anomalia tal como funcionava no século XIX. Ele trabalha com a noção de “monstro humano”, anormal, sobre o qual recaía o problema da anomalia, que se constitui na violação das leis da sociedade e na violação das leis da natureza. O monstro “é o modelo ampliado, a forma, desenvolvida pelos próprios jogos da natureza, de todas as pequenas irregularidades possíveis. [...] modelo de pequenas discrepâncias” (ibidem, p. 70-71), sendo o princípio de inteligibilidade de todas as formas de anomalia.

Em uma direção semelhante, Alain Courtine (2008) analisa a espetacularização e a comercialização do monstro, do anormal, da anomalia, na segunda metade do século XIX e início do século XX. Nesta época, a exibição de homens-elefantes, mulheres barbadas, criaturas com duas cabeças, quatro braços e um tronco, etc., instigavam a curiosidade pelo bizarro. O público delirava nos circos e parques onde aconteciam esses espetáculos, esses “*Freak Shows*”.

No entanto, a teratologia⁷¹ científica vai mostrar que o monstro “não é senão um organismo cujo desenvolvimento foi interrompido [...] o anormal vai permitir compreender o normal” (COURTINE, 2008, p. 289). A ciência coloca o monstro no lugar da ordem da natureza e o “o direito o reintegra em seu lugar na ordem da lei” (ibidem, p. 296), passando a ser um elemento da apreciação jurídica a qual dependia agora da perícia médica. A questão do monstro passa para um domínio jurídico-biológico (FOUCAULT, 2002).

O discurso biomédico mostra que o monstro também é humano e faz surgir um novo sentimento de compaixão. As autoridades administrativas se comovem diante dos perigos a que a exibição das deformidades humanas expõe na ordem pública e na ordem moral. Aos poucos, os espetáculos de “fenômenos vivos” vão sendo enquadrados pelas autoridades até chegar à sua eliminação (COURTINE, 2008). Os monstros, agora humanos, precisam de cuidados médicos.

Na sociedade farmacopornográfica o monstro tal como interpretado no século XIX não existe mais, existe apenas como ficção. Os monstros da sociedade disciplinar agora têm tratamento. Eles saem

⁷¹ Especialidade médica que se dedica ao estudo das anomalias e das malformações ligadas a uma perturbação do desenvolvimento embrionário ou fetal.

da categoria de “anormais” e podem ser incluídos na categoria de “normais”. Há tecnologias para isso. Preciado (2008) toma como exemplo a mulher-barbada, que era considerada uma anomalia na sociedade disciplinar. Na sociedade farmacopornográfica, “ela é um caso clínico de hirsutismo⁷², usuária potencial do sistema de saúde e consumidora de moléculas manufaturadas que neutralizam a produção de testosterona, direcionadas à normalização hormonal ”(ibidem, p. 104).

Money, o mesmo que utilizou “gênero” pela primeira vez, evocou a possibilidade de modificar o sexo dos bebês intersexos através de meios hormonais e cirúrgicos. É importante lembrar que esta modificação visava alterar o sexo do bebê segundo a lógica binária, regulada pela heteronormatividade, ou seja, visava transformar o corpo em masculino OU feminino. Isto era o “normal”. Por outro lado, Money “opôs a plasticidade tecnológica do gênero à rigidez do sexo” (PRECIADO, 2008, p. 94). As tecnologias cirúrgicas de mudança de sexo surgidas no século XX seguem essa mesma lógica, ou seja, têm o mesmo caráter normalizador.

Outro discurso biomédico sobre a transexualidade diz que o/a transexual tem aversão de seus órgãos genitais e nega o seu corpo, o que não é de todo verdade; não se pode fazer uma generalização como esta. Kate Bornstein, por exemplo, diz:

eu sei que eu não sou um homem – sobre isso eu sou muito claro/a, e chego à conclusão que eu não sou provavelmente uma mulher, pelo menos de acordo com uma série de regras que as pessoas têm sobre este tipo de coisa (BORNSTEIN, 1994, p. 8).

Bornstein (1994, p. 47) diz ainda “eu nunca odiei meu pênis; eu odiava que isto fazia de mim um homem, em minha própria visão e na visão dos/as outros/as”. Neste sentido, Carlos chegou a ficar em dúvida se é mesmo transexual, uma vez que afirma ter sensibilidade no canal vaginal e “isso vai contra aquela velha coisa de que o transexual rejeita seu próprio órgão sexual. É, eu não rejeito, mas eu gostaria de ter um pênis”.

⁷² Crescimento irregular de pêlos geralmente com distribuição irregular pelo corpo devido a alterações hormonais.

O que percebo nos interlocutores é uma preocupação muito maior com a presença dos seios do que a falta de pênis. Gustavo chama os seios de “invasores” e na adolescência, quando eles ficaram mais aparentes, ouviu da avó que para que os seios não crescessem em um menino, deveria se bater com uma colher de pau nas “pedras” dos seios que elas quebravam e não nasciam mais. Ele relata que certa vez esperou todos saírem de casa, pegou a colher de pau e bateu forte nos seios, até ficarem roxos, “mas eu estava feliz, apesar da dor, pois não teria mais seios... Tudo inútil!”

Outros interlocutores falam que ficariam felizes se conseguissem fazer apenas a mastectomia, pois assim não teriam mais que esconder os seios com coletes compressores e poderiam ir à praia tranquilamente, sem camiseta. As demandas sobre as mudanças corporais não se limitam apenas à realização desse tipo de cirurgia.

Para Jose Antonio Nieto Piñeroba (2008), Bornstein nunca odiou o seu pênis, o que odiava era o fato de que o pênis era um atributo masculino, “foi a ‘ausência’ de sentimentos masculinos, mais que a ‘presença’ de sentimentos femininos que a levou a mudar seu gênero” (Piñeroba, 2008, p. 184). Surge aqui uma outra identidade trans que subverte o conhecido sistema de gêneros: o *gender outlaw*, alguém que está fora da lei de gênero, categoria criada por Kate Bornstein.

O exemplo de Kate Bornstein traz um aspecto interessante que merece ser abordado. Ela se identifica como *gender outlaw*, uma categoria nova entre a multiplicidade de identidades de gênero. Há outras categorias tais como intersexuais, transexuais, travestis, multigêneros, não gêneros, transeuntes de gênero, gêneros *queer*, transgêneros, cisgêneros. Gostaria de me deter um pouco na categoria “transgênero”, usada nos Estados Unidos e Europa. Esta categoria é uma categoria ampla que pode abarcar a pluralidade de gêneros não normativos, como as citadas. Houve uma tentativa de incluir este léxico no Brasil em fins da década de 1990, mas não foi aceito amplamente pela “comunidade” de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. No Brasil (e em alguns países latinos como Argentina e Colômbia) são usadas as categorias “transexual” e “travesti”.

A princípio o que diferencia estas duas categorias é o desejo de fazer a cirurgia de redesignação sexual (transexual) ou não desejo (travestis), porém isto não é consenso, não se restringe a esta única explicação e é um tema marcado por tensões, conflitos, contradições e disputas. A diferenciação entre as categorias “travesti” e “transexual” também é marcada pelo protagonismo médico psiquiátrico (BENTO,

2006; PELÚCIO, 2007; LEITE JR., 2008; BARBOSA, 2010). Como afirma Fernanda Cardozo (2009, p. 85), “as identificações entre transexualidades e travestilidades não seguem rígidos ou claros regimes divisórios”.

Leite Jr. (2008, p. 195) afirma que no Brasil há, no imaginário social uma forte associação entre as pessoas travestis “à marginalização e à prostituição, independente do quanto esta seja uma relação real ou não”. Da mesma forma, Cardozo (2009) aponta que o que suscita questionamentos políticos e teóricos no que se refere às relações entre travestilidades e prostituição é que a maioria das travestis relatadas em etnografias brasileiras, oriundas de classes populares, atua como profissionais do sexo.

Larissa Pelúcio (2007, p. 36) se deparou em sua pesquisa com pessoas “que se autoidentificavam como transexuais, mas viviam, segundo elas mesmas, como travestis, pois se prostituíam e faziam uso sexual do pênis”. O fato de mulheres trans usarem o pênis ativamente nas relações sexuais não estaria de acordo com a condição transexual, segundo os pressupostos médicos, pois não denotaria aversão aos órgãos sexuais como discutido anteriormente.

Nas observações de campo de Bruno César Barbosa (2010, p. 12) ele teve contato com pessoas que, “segundo os padrões clínicos da medicina, seriam classificadas como travestis, porém se diziam transexuais, transex ou trans.” O autor relata que o termo “trans” era utilizado pelas travestis e transexuais que acompanhou para se referirem de uma forma conjunta, porém destaca “que algumas travestis não se sentiam representadas por este termo, por o acharem sinônimo de transexual” (BARBOSA, 2010, p. 13).

Portanto, essas fronteiras de autoidentificação não estão claras. Há transexuais, como Marcos, Nei, Kauê, Éder, Pedro, Reni, Otávio e Bernardo, que não desejam mudar seus genitais, mas querem ter o direito de fazer as outras transformações corporais mais próximas de sua identidade de gênero, querem ter o reconhecimento social através do gênero com o qual se identificam e ter o direito de alterar o nome de registro. Este desejo de não alterar a genitália os incluiria na categoria travesti?

Outro exemplo é a história de Marcelly Malta, autoidentificada como travesti, que, em uma decisão inédita no Brasil, obteve em fevereiro de 2011 autorização de um juiz para mudar na certidão de nascimento o seu nome. Ela seria transexual?

Em dezembro de 2009 aconteceu no Rio de Janeiro o 16º Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (ENTLAIDS). A pauta do ENTLAIDS incluiu, entre outros temas, a discussão sobre o conceito do que é ser travesti e ser transexual e a reivindicação do reconhecimento da identidade “travesti” pelas políticas públicas específicas. As travestis querem ter o direito ao acesso às tecnologias moles de transformação corporal pelo poder público como acontece com os/as transexuais.

Pelúcio (2007) afirma

a travestilidade não é um problema de saúde pública, mas, via Aids, acaba sendo tratada como tal [...] nos espaços das unidades especializadas em DST/Aids que as travestis têm encontrado possibilidades de serem ouvidas, vistas e, assim, experimentado uma cidadania possível, ainda que esta esteja associada a doenças sexualmente transmissíveis e à Aids (PELÚCIO, 2007, p. 151).

É importante lembrar que a categoria travesti não é considerada uma categoria patológica no âmbito da doença mental, mas mesmo assim as travestis querem de algum modo ter o direito ao acesso às alterações corporais de forma segura. No entanto, mesmo que seja uma reivindicação legítima e inovadora no Brasil, há que se ter o cuidado de não a patologizar. Eu não seria tão otimista quanto a isso, pois os/as transexuais têm de se submeter aos protocolos do aparato regular biomédico e sabemos o quanto isso pode ser complicado, como demonstrei na terceira cena. E o mesmo pode acontecer com as travestis. Mesmo que elas façam o uso estratégico disso, correm o risco de serem consideradas sujeitas⁷³ portadoras de transtornos mentais.

Voltando à Cristina. Ela diz que não há espaço para o desejo dos/as trans quando em processo formal de “mudança de sexo”, ou seja, quando em “tratamento”. O que Cristina está questionando é o próprio tratamento. Mas o que significa ser “tratado/a”?, ou melhor, a questão é COMO Cristina e Marcos querem ser tratado/as?

Butler (2010 b), ao analisar a articulação política em torno da despatologização das identidades trans, chama a atenção pra os termos com os quais os/as trans se apresentam frente às autoridades médicas e legais, através dos quais são interpretados/as e tratados/as. Neste âmbito,

⁷³ Uso “sujeitas” para me referir às travestis e transexuais femininas no mesmo sentido proposto por Fernanda Cardozo (2009).

Butler (2010b, p. 9) identifica o seguinte dilema: “Pode haver um tratamento médico ou psicológico de acordo com as normas de um bom tratamento, do tratamento honrado e respeitoso, do tratamento igualitário?”

Butler (2010b) argumenta que quando um/uma trans solicita a uma autoridade legal, psicológica ou médica permissão para iniciar sua transição, de certo modo está dizendo que não pode fazer isso sozinho e pede o reconhecimento com respeito. Este/a trans se apresenta não como um “caso”, mas antes disso, coloca em jogo uma “cena de enunciação”. Em outras palavras, o sujeito se coloca em “uma relação de dependência com a autoridade, mas antes de mais nada faz uma petição ética ao outro” (BUTLER, 2010b, p. 10).

Para Butler (2010b), não é possível dissociar a prática e os termos de diagnóstico da cena ética. Os/as trans, aqueles sujeitos que não estão “alinhados” com as normas de gênero esperadas, com aquelas normas que estão implícitas em todo o processo de assinação sexual, não apresentam uma patologia que precisa ser retificada. Não se trata de conseguir a normalidade, e sim de encontrar um modo de viver e viver bem. Neste sentido, o que diferencia um tratamento patologizante de um tratamento ético é a primazia da proteção do desejo que se oferece.

No entanto, nos relatos que tenho ouvido dos interlocutores nem sempre os seus desejos são atendidos pelos profissionais de saúde que os atendem. O depoimento que ouvi de Beto ilustra esta situação. Ele conta que teve problemas na cirurgia de construção do neofalo (faloplastia). Após a cirurgia, ele ficou internado um mês no hospital. Ele teve necrose⁷⁴ do neofalo e teve de submeter à nova cirurgia para retirada do órgão necrosado. Para sua surpresa, ao acordar, percebeu que retiraram também o escroto, que já estava formado e em bom estado. Beto diz: “Eles não respeitam a sua vontade. Não te perguntam o que você quer. Eu não queria, por exemplo, ter mexido nisso!”.

Gêneros não alinhados não são gêneros que podem ser categorizados nem como normais, nem como anormais. O “não-alinhamento” a que Butler se refere é um tipo de desconformidade com as normas que pertencem ao domínio da expectativa, da antecipação e da imaginação. “Levar adiante uma transformação é se converter em algo distinto do que é um, é reclamar um imaginário alternativo, é

⁷⁴ Estado de morte de um tecido ou parte dele em um organismo vivo. A necrose é sempre um processo patológico e desordenado de morte celular causado por fatores que levam à lesão celular irreversível e conseqüente morte celular.

apostar pela sua realização de qualquer modo possível” (BUTLER, 2010b, p. 12-13). Cristina, Marcos, Maurício, Cláudio, Beto, Nei, Kauê, não são nem normais nem anormais. Não existem mais os *Freak Shows*, como sabemos. Eles não tiveram um tratamento ético.

Após ter passeado por Butler, Preciado, Foucault, personagens trans, vidas trans, *Freak Shows*, próteses, tecnologias moleculares, líquidas, viscosas etc., gostaria de dizer que poderia ter escolhido o caminho mais simples para pensar sobre transexualidade, que seria estudá-la da perspectiva biomédica, que alguns chamam de “especializada”, pois esta é a minha área de formação na graduação e é a perspectiva dominante de minha prática profissional como professora universitária de fisioterapia.

No entanto, seria reduzir demais as possibilidades de análise e, sobretudo, porque meu desafio atual, como doutoranda na área de Ciências Humanas é de encontrar novas leituras e interpretações sobre o tema da transexperiência, considerando que a “transexperiência” só existe como marca linguística, como espaço de construção individual em espaços no qual valores e representações de masculino e feminino são compartilhadas coletivamente.

Outras questões presentes no debate da despatologização trans são: a) a abordagem e a conveniência da luta pela despatologização em distintos contextos sociais; b) se há algo semelhante ao diagnóstico que possa ser formulado sem necessidade de patologização; c) se se deve suportar e resistir, com apoio coletivo, a força da patologização de qualquer diagnóstico com o objetivo de acessar o processo de transição e conseguir a transformação que se deseja; d) viver sem mediações institucionais deste tipo e aceitar uma falta de reconhecimento e de apoio institucional para levar adiante as transformações desejadas (BUTLER, 2010b).

Por fim, assinalo também que várias questões que ficaram de fora deste capítulo e algumas delas serão retomadas nos próximos. Procurei refletir sobre os diferentes discursos e dispositivos que constituem os sujeitos trans, sobre as tecnologias de gênero e tecnologias de produção de corpos em uma sociedade farmacopornográfica, sobre os dilemas e paradoxos que envolvem a patologização dos sujeitos trans e o quanto todos esses aspectos operam na subjetividade desses sujeitos.

O trânsito por tantos lugares e saberes me faz perceber as linhas de força e as tensões que estão presentes na discussão das identidades trans e suas subjetividades. Percebo que o tema é inesgotável, que não há soluções ou definições absolutas, não há verdades inequívocas.

Capítulo 3 – Questões privadas e públicas nos processos de autoidentificação trans

Não existimos porque somos
“reconhecidos”,
mas porque somos “reconhecíveis”.
Judith Butler (1997, p. 5-6)

Ao falar sobre um Natal em família, Beto lembra dos sentimentos quando ganhava brinquedos “de menina” e quando era obrigado a usar vestidos:

Quando eu era criança, no Natal eu sempre ganhava brinquedos de menina... eu não entendia isso. Eu achava que minha família não me amava! Em um Natal, não tinha mais lugar no carro do meu pai e eu tive de ir de ônibus com alguém para a casa da minha tia. Mas me ‘travestiram’ de menina, me colocaram um vestido! Eu não queria mais ir. Eu me sentia muito envergonhado.

A questão vestimentária, ou seja, o ódio que sentia ao ter de usar roupas “de menina” também foi referida por Henrique: “eu detestava vestidos”. Da mesma forma, Gustavo diz que desde criança nunca se viu como mãe, não gostava nada do que era de menina.

Beto, Henrique, Gustavo e outros sujeitos da pesquisa perceberam que eram diferentes de outras crianças porque pensavam que eram meninos. Suas experiências revelam um momento que pode ser conflituoso na vida dos transhomens, em que o conflito reside naquilo que eles sabiam e sentiam de si mesmos e a confrontação frequentemente involuntária com a percepção que os outros, neste caso suas famílias, tinham deles.

O conflito pode ser compreendido através de múltiplas perspectivas e é um assunto complexo. Portanto, optei por trabalhar com três abordagens de conflito, a saber: primeiro, o conflito como expressão de oposição de sentimentos, de idéias e interesses entre si e os outros ou a si mesmo (GODIN, 2004); segundo, a abordagem de Alain Touraine, que afirma que não há conflito onde não há relações sociais (TOURAINÉ, 1973) e terceiro, a perspectiva de Jacques Selosse (1991), que entende que todas as situações de interação caracterizadas por

diferenças de interesses, a concorrência pelo poder e antagonismos de objetivos provocam conflitos. Partindo desses conceitos, pude identificar nos meus interlocutores conflitos de ordem pessoal, social e política, lembrando que não são categorias fixas, pois se relacionam entre si.

Segundo a investigação e o contato prolongado que tive com meus sujeitos de pesquisa, a autoidentificação trans parece ser um processo longo e permeado de receios, fantasias, esperanças, contradições, tensões e conflitos, tanto na esfera privada quanto pública, até chegar ao difícil reconhecimento social do gênero desejado. Neste capítulo analiso o processo de identificação dos transhomens a um gênero diferente do assignado no nascimento, suas duas demandas em relação às modificações corporais e o acesso a elas e os conflitos presentes. Parte do percurso de pensar nas questões públicas e privadas do processo de identificação dos meus interlocutores surgiu das experiências que tive durante minha estada em Aix-En-Provence, França, onde fiz meu estágio de doutorado na Aix-Marseille Université⁷⁵ no período de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

Uma das minhas atividades obrigatórias foi participar do seminário do semestre sobre “Conflitos e confluências”⁷⁶, dirigido pelo professor Abderrahmane Moussaoui⁷⁷. Os temas, ou melhor, a abordagem sobre conflitos e confluências do seminário era quase que desconhecida para mim e para minha surpresa fui convidada pela professora Laurence Herault, minha orientadora na MMSH, a apresentar a minha pesquisa na sessão de fevereiro de 2012, porém eu deveria relacioná-la com os temas do mesmo. Desta forma, senti-me desafiada a olhar minha pesquisa sob esse ângulo particular.

⁷⁵ Meu estágio de doutorado foi realizado no Institut d’Ethnologie Méditerranéenne et Comparative (IDEMEC) da Maison Méditerranéenne des Sciences de l’Homme (MMSH) da Aix-Marseille Université (antiga Université de Provence), de novembro de 2011 a fevereiro de 2012, sob a orientação da professora Laurence Héralut, através do convênio CAPES/COFECUB.

⁷⁶ Seminário « Conflits et Confluences », promovido pelo IDEMEC/MMSH da Aix-Marseille Université, 2011-2012, Aix-En-Provence, França.

⁷⁷ O professor Moussaoui é antropólogo e tem duas linhas de pesquisa. Uma delas é sobre antropologia do sagrado, cujas pesquisas giram em torno do Magreb Islâmico, irmandades muçulmanas, santidade, islamismo, rituais festivos e funerários e peregrinações, e a outra sobre antropologia do espaço, na qual pesquisa discursos e práticas do espaço, cidades e assentamentos humanos, violência urbana e sociabilidade na cidade.

Então me perguntei: Quais são os conflitos dos meus interlocutores? O que se passa com eles? Em certo sentido, quando se fala em conflitos relacionados às pessoas trans se pensa de imediato nos conflitos “psicológicos”, porém, esta é apenas uma das possíveis abordagens, da qual eu procurei me afastar, pois o conceito de conflito em ciências humanas e sociais é um conceito polissêmico; ele é o cruzamento de múltiplos horizontes e é atravessado por diferentes disciplinas, como a filosofia, a sociologia, a antropologia, a psicologia.

1 A “descoberta” da “diferença”

Como apontado anteriormente, um momento que pode ser conflituoso para meus interlocutores foi aquele no qual eles se deram conta que eram “diferentes”, seja na infância, na adolescência ou mesmo na idade adulta. Em geral esta descoberta aconteceu na esfera privada. A esfera privada está relacionada à vida em família, à intimidade e aos prazeres (GUTIONNET e NEVEU, 2004). Para Raewyn Connell (2009, p. 94), o aprendizado sobre os “papéis sexuais” ou “modelos sexuais” são construídos no processo de socialização e que “ser um homem ou uma mulher é acima de tudo questão de experiência pessoal”. Porém, Connell (2009) não limita suas análises sobre gênero em apenas essa dimensão. Para ela, gênero é uma dimensão chave não só da vida pessoal, como também das relações sociais e cultura.

Connell problematiza os comportamentos e expectativas do que ela chama de “*pink babies*” e “*blue babies*”. Na maioria das vezes, espera-se das meninas um comportamento mais passivo, mais amoroso, que gostem de vestidos, que aprendam a cozinhar e que brinquem com bonecas, por exemplo. Quanto aos meninos, espera-se um comportamento mais ativo, de certa forma mais agressivo, que gostem de futebol, que resolvam problemas de matemática e que brinquem com carrinhos. A autora argumenta que esse aprendizado se dá através de inúmeras interações na família, entre outras instituições, que transferem para as meninas e meninos as “normas” sociais ou as expectativas de comportamento, que são “internalizadas” por eles/as.

Beto, Henrique e Gustavo não eram “*pink babies*”, para usar os termos de Connell. Há meninos que não gostam de esportes como futebol ou meninas que não gostam de vestidos. Connell (2009) critica o modelo de socialização que supõe que o aprendizado de gênero é importante para a aquisição de regularidades de comportamentos, pois as agências de socialização não são passivas, são ativas, ou seja, há

resistências. Pequenos exemplos de resistência a essas regularidades de comportamentos podem ser observados na continuidade dos relatos de Henrique e Gustavo. Henrique diz: “Como eu tinha primos mais velhos, eu acabava ganhando as roupas deles. Eu ficava muito feliz com isso”. A maior alegria de Gustavo na infância era quando podia ficar só e vestir as roupas do irmão. Segundo ele, “isso fazia com que meu sonho de ser menino fosse menos doloroso e me fazia esquecer um pouco a realidade”.

Toni conta que se sentia “diferente” desde os cinco anos de idade e não sabia o que acontecia com ele. Ele não faz uma relação direta com os tipos de brinquedo que gostava quando era criança ou com as roupas que tinha de usar. Era apenas uma “sensação” de “diferença” que ainda naquela fase da vida não conseguia entender o porquê.

Outro problema apontado por Connell no que se refere ao modelo de socialização é que ele reconhece apenas uma direção da aprendizagem, em direção às normas dos papéis sexuais. Muitos meninos e meninas não conseguem corresponder aos ideais de gênero e aprendem a se distanciar de uma dada identidade de gênero (CONNELL, 2009). As estratégias de distanciamento desses ideais foram relatadas por alguns interlocutores, como os exemplos que cito a seguir.

Reni conta que desde muito pequeno pedia a Deus para que o transformasse em um menino. Ele achava que, de um jeito mágico, Deus o transformaria e ele acordaria como um menino.

Gustavo também recorre a um pensamento mágico para se distanciar dos ideais de gênero comentados acima. Ele conta que quando tinha de quatro para cinco anos ouviu uma conversa de uma prima, que dizia que quem encontrasse um arco-íris e passasse por baixo mudaria de sexo. Ele diz:

Fiquei tão feliz ao ouvir aquilo e esperei o dia em que eu encontrasse um... Duas semanas depois apareceu um arco-íris, não pensei duas vezes e saí escondido de todos e fui atrás. Depois de andar por mais de uma hora, tentando encontrar o lugar onde ele ficava, cansei, sentei no chão e chorei. Voltei pra casa triste...

Otávio recorda que ao redor de quatro ou cinco anos perguntava à sua mãe porque ele não podia usar cuecas e quando ia à piscina do clube se recusava a usar a parte de cima do biquini. Em uma determinada ocasião, uma menina na piscina perguntou a ele porque ele não tinha “bolinha, feito os outros meninos. Na época fiquei sem resposta”.

Para além da família, a escola se constitui como a entrada no espaço público dos interlocutores, que é um espaço de passagem de encontros para o uso de todos/as (BAERLOCHER, 2010) e é um dos lugares de expressão da esfera pública. O ingresso na escola é “a ocasião para a aprendizagem do estigma, experiência que às vezes se produz de maneira bastante precipitada no primeiro dia de aula, com insultos, caçadas, ostracismo e brigas” (GOFFMAN, 2008, p. 42), sendo o estigma uma construção social. Erving Goffmann (2008) afirma que o estigma é

um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro (GOFFMAN, 2008, p. 148-149).

Portanto, o estigma surge do não cumprimento de expectativas sobre determinados indivíduos que deveriam cumprir as “normas” .

A inserção na sociedade se dá pela família, porém a família exerce um papel de proteção às muitas demandas exteriores. Pedro, 24 anos, diz:

Durante minha infância inteira eu não tive sexo. Eu era simplesmente eu. Uma pessoa. Uma criança que gostava mais de jogar bola, andar de bicicleta, brincar de brigar, do que brincar de boneca, brincar de casinha ou pentear o cabelo. Mas só isso, uma criança com suas preferências. E eu tive a sorte (ou azar) de ter pais que não tinham preconceitos quanto a isso. Brincadeira de menina e brincadeira de menino. Pra eles tanto fazia. Ou era só uma fase. Muito comum, nada demais.

Ele conta que a “fase” não passou, mas amenizou externamente. Ele ainda jogava bola, andava de bicicleta, mas não usava mais roupas masculinas ou unissex. Conformava-se. Usava o que era esperado que ele usasse e ainda assim

não tinha sexo. Não me via como homem ou mulher. Claro que eu não era assexuado, tinha desejos, mas esses eram reprimidos [...] um sinal de homossexualidade. Mas nem isso eu admitia, ou me admitia. Tinha medo (quase inconsciente) da reação dos outros, dos olhares (Pedro).

É na escola que percebemos que somos “diferentes”, “é no ambiente escolar que os ideais coletivos sobre como deveríamos ser começam a aparecer como demandas e até mesmo como imposições, muitas vezes de uma forma muito violenta” (MISKOLCI, 2012, p. 38). Foucault (1986) analisou o papel dos mecanismos reguladores em algumas instituições como prisões, hospitais e escolas, que tinham como resultado esperado a normalização dos indivíduos, e em um sentido mais amplo, a normalização da sociedade. Práticas escolares como uniformes diferentes para meninas e meninos, divisão entre meninos e meninas nas filas, banheiros masculinos e femininos, etc, ainda se fazem presentes em muitas escolas e ensinam de modo nem tão explícito, o que é ser “normal” e como você tem de ser ou se comportar para ser aceito/a socialmente, como evidencia o relato de Reni:

Quando entrei na pré-escola o uniforme era uma camiseta branca e para os meninos um short vermelho mais largo e para as meninas também um short vermelho, mas o delas tinha elástico que prendia nas coxas. Eu não entendia porque o meu era diferente de outros meninos. Juntou isso, e mais o fato de eu sempre estar na fila das meninas (modo que a professora dividia a sala) eu acho que a minha ficha foi caindo.

A escola deveria estar comprometida com mudanças sociais profundas e ser um espaço de acolhimento, compreensão e respeito às diferenças/diversidades, no entanto, a instituição escolar “está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão”, objetivando de modo muito claro a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais “nos padrões da sociedade em que a escola se inscreve [...] a escola produz identidades de gênero [...] através de relações de desigualdade” (LOURO, 2007, p. 81). Essa distinção binária homem e mulher como forma exclusiva presente na escola, e na sociedade ocidental em geral, reduz as possibilidades de pensar em sua

mudança, uma vez que naturaliza o caso hegemônico, diga-se “heterossexual”, ao tomar a forma de uma operação reguladora do poder (BUTLER, 2006, p. 70-71).

Sobre suas experiências escolares, onze interlocutores⁷⁸ comentaram que eram mais “fechados”, que tinham poucos/as amigos/as e evitavam participar de atividades coletivas. Os conflitos nas relações entre eles e os/as outros/as colegas que os estigmatizavam podem ter provocado esse isolamento ou comportamento mais tímido, como aponta Goffman (2008) em outros contextos. Essas experiências também acontecem com as pessoas homossexuais, como bem demonstrou Didier Eribon (2008). O autor afirma que o/a homossexual também experimenta o sentimento de ser “diferente”, mas dissimula essa diferença para não ser expulso/a do grupo a que pertence e com frequência ele/a mesmo/a se exclui de situações e grupos nos quais se sente fragilizado e em profundo mal-estar. Eribon (2008, p. 128) acrescenta: “A solidão, o recuo de si (tendo, talvez, por corolário o fato de se voltar para os livros e a cultura) [...] são, então, uma maneira de se ‘virar’ com a identidade estigmatizada, de geri-la no dia a dia”.

Uma forma que meus interlocutores encontraram para lidar com sua (s) “diferença (s)” na escola e, conseqüentemente, para serem tratados com mais respeito e talvez para serem aceitos foi estudar bastante, “voltarem-se para os livros”. Muitos deles afirmaram que foram excelentes alunos, como Reni, por exemplo. Ele conta que na terceira série mudou de escola e já não brincava tanto, preferia ficar “de canto” no recreio, não queria falar com ninguém, não se sentia bem na escola, só dentro de sala de aula. Em aula sempre foi o melhor aluno e se cobrava muito para tirar 10. “Eu queria ser bom, bom pra todo mundo, eu queria que minha mãe se orgulhasse de mim. Eu ficava muito feliz quando minha mãe me elogiava após a reunião de pais na escola”.

É importante sublinhar que todos os interlocutores terminaram o ensino médio, alguns estão na faculdade ou terminaram o curso superior e dois deles concluíram o doutorado. Não podemos ignorar que meus interlocutores, na sua grande maioria, são pertencentes à classe média. Se eles fossem de classes populares, talvez a realidade fosse outra.

O fato de serem da classe média faz com que a escola e a universidade façam parte de suas experiências de vida. Apenas a partir de fins dos

⁷⁸ Beto, Evandro, Jeferson, Fabrício, Bernardo, Henrique, Reni, Gustavo, Leandro, Davi e Kauê.

anos 1990 que o Brasil colocou todos na escola. Até os anos 1980 era um privilégio de classe chegar ao ensino médio e, ainda mais, à faculdade (Miskolci, 2014)⁷⁹.

Jeferson, 34 anos, descobriu-se “transexual” em meados do segundo ano da faculdade. Ele conta que era “muito torturante” ser chamado pelo nome de registro pelos/as professores/as e colegas. Naquela época não havia ainda nenhuma resolução sobre o uso do nome social. Ele foi o único interlocutor que abandonou os estudos universitários, motivado claramente pelo desconforto de ser designado por seu nome de registro.

Essa é uma realidade diferente da encontrada pelas travestis e mulheres trans, que por sofrerem inúmeras violências, tanto verbais quanto físicas, por parte de colegas, professores/as e dirigentes acabam por abandonar a escola, como demonstrado por vários estudos brasileiros como os de Hélio Silva (1993), Marcelo Oliveira (1994, 1997), Cristina Florentino (1998), Maria Cecília Patrício (2002), Wiliam Peres (2005), Alexandre Vale (2005), Larissa Pelúcio (2006, 2007a), Marcos Benedetti (2005), Fernanda Cardozo (2009) e Flávia do Bonsucesso Teixeira (2009).

O espaço escolar constitui uma das dimensões mais eivadas de conflitos e ofensas morais na experiência das travestis. Ele explicita e agudiza uma ruptura entre o desejo das travestis e a heteronormatividade pressuposta e reproduzida pela educação formal. Não raras vezes, a evasão escolar se configura como um desfecho viável, quase inevitável na experiência dessas sujeitas (CARDOZO, 2009, p. 186).

No entanto, Tiago Duque (2011) observou em sua pesquisa sobre travestilidades adolescentes na cidade de Campinas, São Paulo, uma mudança nesse cenário. O autor afirma que “outra característica dos processos de travestilidades observados em campo é que a *montagem*”⁸⁰

⁷⁹ Análise realizada pelo mesmo, co-orientador desta pesquisa.

⁸⁰ “Este termo êmico” (Duque, 2011, p. 30) “é um processo de manipulação e construção de uma apresentação que seja suficientemente convincente, sob o

tem sido tolerada nos espaços de educação formal [...] já se encontram relatos de adolescentes travestis que frequentam as aulas” (DUQUE, 2011, p. 95).

Mesmo que a evasão escolar não tenha sido uma realidade para meus interlocutores, com exceção de Jeferson, seria ingenuidade pensar que seus tempos de escola tenham sido fáceis. Eles também relatam inúmeras situações de violência na escola.

Volto a Reni. Ele lembra que até a segunda série ele era do mesmo jeito, sempre brincando com os meninos, mas da terceira série em diante já não brincava tanto, preferia ficar “de canto” no recreio, não queria falar com ninguém. Quando estava na quarta série uma professora o chamou e perguntou se ele brincava com meninos ou meninas quando estava em casa e se tinha amigos ou amigas. “Na época eu não contei nada pra minha mãe, eu fiquei com medo de ter feito algo indevido”.

Depois da sexta série, Reni teve de mudar para uma escola com fama de ser “da pesada” devido aos atos de vandalismo e brigas que aconteciam com frequência. Esta escola ficava em outro bairro.

Ao entrar na escola no primeiro dia de aula fiquei com medo e, se dependesse de mim, não voltaria mais, mas tive que voltar. A minha carteira era a primeira, em frente à mesa da professora, eu não falava com ninguém. Nesta época eu ouvia algumas piadas por parte dos demais alunos que eu ignorava. Eu sabia que se eu continuasse a ignorar aquilo não iria acabar nunca. Então um dia na aula de Educação Física, eu não lembro o que foi, mas sei que eu ouvi uma piada e parti pra cima do menino, pedindo para ele repetir o que tinha falado. Lembro que o segurei pela gola da jaqueta e o ergui, isso no meio da quadra. Com isso não houve mais piadas... então entendi eu aquela era a forma de obter respeito naquele lugar (Reni).

Evandro diz que foi expulso de sete escolas porque se recusava a usar o banheiro feminino e “no masculino, apanhei muito e sofri violência sexual”. Beto se sentia excluído na escola:

ponto de vista das travestis, de sua qualidade feminina” (BENEDETTI, 2000, p. 60).

eu ficava chorando num canto... não queria entrar no banheiro porque eu não sabia em que banheiro entrar... ou melhor, saber eu sabia, mas daí fazer o que? Vai chocar este? Vai chocar aquele? Iam dizer: 'ei, o que tu tá fazendo aí?' ou as meninas do banheiro iam dizer: 'ai, tu não é daqui'. Entendeu?

A autoidentificação dos interlocutores como trans na infância deve ser interpretada com um certo cuidado, pois há muitas pessoas que se identificam como heterossexuais que também não gostavam de “brincadeiras exclusivas” de menino e menina e nem por isso se dizem trans.

Ao falar de suas infâncias, os interlocutores recorrem às lembranças e tentam dar um significado a ela. Porém, há vinte ou trinta anos atrás, não se ouvia falar de crianças trans como hoje. Os discursos sobre “crianças transexuais” são um fenômeno relativamente recente. Como exemplo cito o caso de uma criança argentina de seis anos, identificada como menino ao nascimento, que desde os quatro se referia a si mesma como menina e que em 2013 teve reconhecida oficialmente sua identidade de gênero. Isso só foi possível por que a Argentina implementou em 2012 a Lei de Identidade de Gênero, que permite a mudança de sexo e gênero nos documentos oficiais sem ter que receber um diagnóstico psiquiátrico ou cirúrgico.

As lembranças constituem as memórias individuais, que são interpretações das histórias pessoais e sociais dos indivíduos, marcadas pelos contextos nos quais esses indivíduos estão inseridos e pelas formações discursivas de cada época (PERALTA, 2007). Nessa busca às suas memória, não só das memórias da infância, os interlocutores parecem ressignificar no presente o seu passado em uma tentativa de compreenderem-se ou reconhecerem-se a si mesmos, e o fazem através da linguagem que, segundo Flores (1972, citado por LE GOFF, 1992), é produto da própria sociedade.

Na perspectiva de Elsa Peralta (2007), Foucault tornou evidente a relação entre memória e poder. A autora argumenta que Foucault,

ao relacionar a produção social do conhecimento com as práticas sociais e as questões políticas e ideológicas, Foucault considerou que quem controla as memórias dos grupos também controla a suas dinâmicas internas (PERALTA, 2007, p. 12).

O que está em questão aqui são as relações de poder e o “regime de verdade”. Neste sentido, as memórias contadas pelos interlocutores são frequentemente perpassadas pelos discursos médicos que moldam suas subjetividades.

Lembremos do psicanalista Robert Stoller (1975), que afirmava que o fato de uma criança gostar de brincadeiras ou de se vestir com roupas de outro gênero seria um indicativo de uma sexualidade “anormal”. Esta afirmativa bastante duvidosa nos dias de hoje ainda é um dos critérios médicos para o “diagnóstico” de transexualidade. Como demonstrei anteriormente, alguns interlocutores se identificaram como trans justamente porque não gostavam de brincadeiras e roupas “próprias” para meninas. As memórias são sempre construídas retrospectivamente, ou seja, a partir da forma como atualmente os interlocutores se veem e querem se compreender. Memórias são, portanto, construções interessadas do passado por parte dos próprios sujeitos. Nikolas Rose (2013) afirma que a biomedicina tem sido pródiga no modelamento de subjetividades e “julgamos e agimos sobre nós mesmos parcialmente na linguagem da biomedicina” (ROSE, 2013, p. 44).

Os discursos médicos sobre a transexualidade definem um “regime de verdade” no qual as pessoas trans são catalogadas como doentes. Para Joan Vendrell Ferré (2009), é do conjunto de saberes científicos que as pessoas transexuais extraem a explicação de si mesmos e a legitimação de seus atos individuais e coletivos na arena social e na arena política. Esta “ciência” seria a biomedicina, atravessada por discursos que patologizam os indivíduos tanto no plano físico, no caso de indivíduos que desejam se submeter à cirurgia de redesignação sexual, como no plano mental, que as diagnostica como pessoas afetadas por um transtorno de identidade de gênero e as faz se submeter ao poder médico regulador.

Foucault (1996) demonstrou que as relações de poder operam em diferentes contextos da vida social, uma vez que o poder consiste em relações de força, múltiplas e móveis, desiguais e instáveis, que não podem emanar de um ponto central, mas sim de instâncias periféricas, localizadas. O poder está em todo o lugar e em nenhum lugar ao mesmo tempo. “Onde há poder ele se exerce [...] não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui [...] onde há poder, há resistências” (FOUCAULT, 1996, p. 75).

Nem todos os interlocutores se autoidentificaram como trans na infância. No segundo capítulo procurei demonstrar isso, no qual apresentei os modos pelos quais se autoidentificaram como pessoas trans. Alguns se autoidentificaram como trans na idade adulta, identificando-se anteriormente como “lésbicas”, “lésbicas masculinas” ou “lésbicas ultramasculinas”. Gostaria de trazer a história de Fernando, hoje com 40 anos, por ser uma história diferente de todos os outros interlocutores. Até os 34 anos se identificava como lésbica e nunca tinha pensado na possibilidade de mudar o gênero. Ele tem dois filhos, um menino e uma menina, que foram adotados junto com sua companheira em 1998. Aos 34 anos ele teve um problema de saúde, sua pressão arterial estava muito elevada e teve de ser internado em um hospital. Os médicos descobriram que Fernando tinha a “síndrome 46X4, hermafrodita verdadeiro, por dentro eu era homem, por fora, mulher”. Os testículos de Fernando estavam presos à bexiga e estavam se deteriorando, necessitando de uma intervenção cirúrgica para retirá-los e resolver a infecção causada.

Além disso, esse problema provocou alterações hormonais nele. Fernando ficou internado por dois meses e nesse período os médicos tiveram de decidir sobre o seu tratamento hormonal. Baseados na aparência masculinizada de Fernando, os médicos sugeriram o uso de testosterona. Fernando conta que estava em um momento de muita fragilidade emocional e aceitou a sugestão dos médicos. Em mais dois meses, de posse do laudo que atestava o seu “hermafroditismo”, ele fez mastectomia e alterou seu nome nos documentos oficiais. A escolha do seu nome foi, segundo ele, “um ritual de passagem. Meus filhos escolheram meu nome e passaram a me chamar de pai”.

Esse é o sonho da maioria dos meus interlocutores, tirar as mamas, alterar o nome e ser finalmente reconhecidos como pertencente ao gênero masculino. Porém, Fernando conta que tudo foi muito rápido, ele não teve tempo de decidir com calma as alterações realizadas. A testosterona não teve os efeitos de masculinizar a sua aparência, nem mudar a sua voz.

Fernando é treinador de um time de futebol infanto-juvenil e líder comunitário. Um dia o acompanhei em um campeonato de futebol. Durante a nossa conversa, ele me diz que não sabe mais quem ele é. “Me sinto não pertencendo a mundo nenhum. Eu sou pela metade. Eu sempre vou fazer parte de dois mundos. Vivi 34 anos como mulher! Como vou desligar uma tomadinha?”. Ele parou de falar, pensou um pouco, me olhou e disse : “mas agora eu já sei!”. Perguntei então o que

ele era e ele responde: “antes eu me considerava andrógino... agora eu sou um transexual masculino!”. Perguntei como ele tinha chegado a essa conclusão. Respondeu que sabia porque a minha pesquisa era sobre transexualidade masculina.

A autoidentificação trans é uma descoberta processual que pode levar muito tempo. Para alguns começa com uma “sensação” ou “percepção” de estranheza, de que são “diferentes” de outras pessoas ou não estão satisfeitos consigo mesmos. Essa “descoberta” pode se tornar um segredo que pode durar anos, como foi o caso de Beto, já comentado no primeiro capítulo. Essa revelação inicialmente se dá na esfera privada, mas com consequências na esfera pública.

Para Élodie Baerlocher (2010, p. 122), “o espaço público (lugar de passagem e de encontros para o uso de todos) é o lugar de expressão da esfera pública”. A restrição da homossexualidade à esfera privada, decorrente “de uma forma de regulação da vida social de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, mas temem as consequências nas esferas familiar e pública” (MISKOLCI, 2007, p. 58), instituída em fins do século XIX, que constitui o “armário”⁸¹, “tornou o espaço público sinônimo de heterossexualidade” (ibidem). Quando falamos de pessoas trans, é importante observar que não falamos sobre sua sexualidade ou orientação sexual, mas de sua identidade de gênero, mesmo que, como diz Eve Kosofsky Sedgwick (1998, p. 45), “gênero e sexualidade se embaracem entre si, pois podem se expressar um em termos do outro”. Flávia Teixeira (2009, p. 151) afirma que “para as pessoas (transexuais) esta relação com o segredo também é negociada cotidianamente, mesmo após a cirurgia”.

A decisão dos interlocutores de revelar seu segredo é marcada por sentimentos ambivalentes. De um lado, há o desejo de compartilhar com sua família, amigos/as, companheiras/os ou mesmo para as pessoas de um modo geral, e de outro, há o medo da rejeição e das consequências dessa revelação.

A respeito de uma amiga, Marcos conta:

Ela foi a primeira pessoa a me apoiar quando decidi iniciar a transição, e ela me disse somente agora que ela compreendia porque pensava que eu

⁸¹ Para compreensão crítica das armadilhas e contradições presentes na “metáfora do armário”, ver: SEDGWICK, Eve Kosofsky. *La epistemología del armario*. Barcelona : Ediciones de la Tempestad, 1998.

tinha um problema no cérebro. Ela pensa que eu sou um doente. Eu tô longe disso! E fico triste, porque aos poucos eu perco meus amigos. É doloroso!

Tendo uma aparência masculina e um nome feminino na sua carteira de identidade, ele é confrontado com diversos problemas na vida cotidiana, tais como dificuldade de abrir uma conta bancária, tomar um ônibus ou um avião, conseguir um emprego, etc. Vários dos interlocutores se defrontam com esses mesmos problemas, como Nei, que relata que após ter iniciado suas mudanças corporais tem muitas dificuldades para conseguir um emprego.

Kauê é pertencente à classe média, foi criado pelos avós e mora com a mãe. Seu pai faleceu quando ele era pequeno. Ele se autoidentificou como “FTM” aos 17 e anos e “se assumiu”⁸² aos 22 anos. Contou primeiro para mãe, mas foi difícil porque sempre teve um relacionamento complicado com ela. Ele é filho único e a mãe tem muitas dificuldades em aceitá-lo. A primeira vez que o vi, em 2010, quando ele estava com 26 anos, tinha uma aparência mais “andrógina” e parecia tímido. Ele controlava o uso da testosterona para não ter uma aparência muito masculina. Isso o ajudava no emprego. Ele que ser o melhor profissional possível da sua área. Três anos após o reencontrei e pude perceber o quanto mudou a aparência, como desenvolveu mais os músculos, usa o cabelo bem curto, sua aparente timidez desapareceu e hoje faz parte de uma associação voltada a transhomens. Tornou-se também ativista.

Henrique relata:

medo de toda essa transição, a rejeição dessa condição, porque convenhamos, é relativamente ‘fácil’ deixar como estava, ainda que passasse o resto da vida infeliz, mas não tinha que enfrentar nada nem ninguém. Mas não dava. [...] A primeira rejeição foi dela [a namorada]. Ela fazia de tudo pra tirar da minha cabeça ‘aquilo’. Que eu ia ficar com pelos no rosto [...] E eu estava decidido que eu queria fazer a transição. E ela enlouquecia, literalmente.

⁸² Expressão utilizada pelo interlocutor.

O medo da rejeição e da exposição pública implicam em diferentes negociações que dependem de diversos contextos. Uma ilustração disso é a história de João W. Nery, que fez sua transição nos anos 1970, durante a ditadura militar, momento em que as cirurgias de redesignação sexual eram proibidas no Brasil e as orientações sexuais e identidades de gênero diferentes da norma eram consideradas “subversivas”. Os médicos que naquela época realizavam este tipo de cirurgias eram considerados criminosos e eram presos. Para ter uma nova certidão de nascimento, com seu nome masculino, ele contornou a lei, como consta no seu livro autobiográfico “Erro de Pessoa”. Esse livro foi publicado em 1984 e por razões evidentes foi muito pouco divulgado. Ele deu apenas uma entrevista naquela época, publicada em uma revista na qual sua fotografia não permitia identificá-lo. Quando ele estava escrevendo sua nova autobiografia, que acabou tendo o título de “Viagem Solitária”, publicada em 2011, perguntei se ele não tinha medo da exposição. Ele me respondeu: “Não! Eu não tenho mais medo de nada!”. Se hoje ele pode se expor publicamente é porque não estamos mais em um regime ditatorial. Retomarei sua história no capítulo quatro.

Ari, de Belo Horizonte, tem 36 anos e mora na Espanha, onde faz tratamento hormonal. Ele conta que tem

um relacionamento de dez anos. Nós saímos do Brasil, eu e minha esposa, por problemas com a nossa família, nem a minha nem a dela aceita muito bem nosso relacionamento. Eu sou espírita há mais de vinte anos e isso me ajuda bastante a entender e aceitar algumas situações.

Sua fala traz duas situações que percebi em campo. A primeira diz respeito à religião, que, se por um lado, pode ser um fator de certo conforto e compreensão de si, por outro, pode ser uma dificuldade; e a segunda se refere à necessidade de distanciamento da família para fazer a transição, seja para tentar manter os laços familiares, seja para romper esses laços.

Otávio, de 21 anos, conta que sua família sempre o apoio e diz:

sofrer todos nós sofremos, mas acho que eu sofri um pouco menos que outros. Digo isso pela família que tenho, de fato fui criado pela minha mãe e familiares maternos, minha mãe é divorciada há muito tempo. Entretanto, a minha

família toda é espírita, aspecto que a meu ver ajudou muito, pois nós vemos os fatos de maneira diferente.

No caso de Éder, a situação familiar é diferente da de Otávio. Ele tinha 23 anos e morava no Espírito Santo em 2010 quando conversamos, autoidentificou-se como “FTM” aos dezessete anos a partir de pesquisas na internet, tem um irmão mais velho e uma irmã mais nova e é oriundo de uma família evangélica, com exceção do pai. Sua mãe é pastora evangélica, que o obrigava a frequentar a igreja e “se isso não acontecesse, acabávamos sofrendo algum tipo de chantagem ou até mesmo castigos”. O pai é

o bonzinho da história, foi criado diferente da minha mãe e por isso sempre soube dar mais carinho e até confesso que sou o preferido. Sempre conversamos muito e por isso, pra mim, não foi difícil contar a ele a verdade sobre meus sentimentos.

Éder tinha uma namorada há três anos, que morava em outro Estado, e decidiu fazer a transição longe de casa “justamente para não afetar o ambiente da minha mãe, seria muito ruim para ela dizer que tem um filho trans...”. Ele refere que seu único medo da decisão que tomou de “de mudar completamente” é a rejeição da família, principalmente das pessoas que são mais importantes para ele, como o pai, a mãe, o irmão e a irmã. No entanto, preferiu se distanciar da família para justamente tentar manter os laços familiares.

Carlos foi um interlocutor que acompanhei desde março de 2010 até o final da pesquisa. Ele tinha 20 anos e estava no início do seu processo de transição, tendo se identificado como “FTM” aos dezenove anos. Ele morava com a mãe e o irmão. Ele relata que sempre teve um relacionamento conflituoso com a família por falta de afinidades. Na época ele não trabalhava e fazia um curso profissionalizante. Tinha a intenção de voltar a estudar para ter um bom emprego que lhe possibilitasse sair de casa “bancando minha harmonização, minhas roupas masculinas e, principalmente, fazer minha transição em paz”. Em junho de 2010 ele passou a morar sozinho, pois desde que se “assumiu” como “transexual ficou um clima insuportável dentro de casa”.

A decisão de fazer a transição pode levar a situações muito delicadas para os interlocutores. Márcia Arán e Daniela Murta (2009) afirmam que as trajetórias de vida de pessoas trans são diferentes e nem todas as pessoas trans passam pelos mesmos tipos de sofrimento, como também encontrei na minha pesquisa. Porém, o sofrimento psíquico, assim como depressão e angústia que podem levar ao suicídio, é provocado

não apenas pelo conflito de não-pertencimento ao sexo biológico, como também pelas inúmeras consequências sociais, éticas, jurídicas e culturais intrínsecas à condição transexual.” As autoras destacam a importância de se levar em conta “os contextos cultural e social nos quais esses sintomas aparecem, já que na transexualidade o risco de patologização de um problema social está sempre presente (ARÁN e MURTA, 2009, p. 22).

Gostaria de comentar duas situações que aconteceram durante a pesquisa. Em um dia de 2013, um dos interlocutores, também amigo no *Facebook*, branco, com mais de trinta e cinco anos, me deixou a seguinte mensagem na minha caixa:

Sou um fracasso Simone, não consegui ser mulher, não consigo ser um homem, não consigo parar em emprego, não consigo ter um relacionamento, todas as mulheres que tive reclamaram das mesmas coisas, ou que sou muito sensível, ou que sou muito agressivo, ou que sou um idiota... to exausto. Pretendo me suicidar essa noite...então, espero que você seja feliz..se é que felicidade existe.

Eu fiquei em choque quando li, não sabia o que fazer, não tinha para quem ligar. Tentei ligar para o celular dele, mas estava desligado. Enviei uma mensagem pelo *Facebook* e ele me respondeu. Estava certo de levar a ideia adiante. Tentei convencê-lo a desistir da ideia e o máximo que consegui foi convencê-lo a ligar o celular.

Conseguimos conversar pelo celular. Ele reafirmou que estava cansado da vida, de não ser compreendido pela família, pelo chefe no trabalho e pelas pessoas. Por mais que eu argumentasse, ele parecia

irredutível. Tentei argumentar que ele era importante, que tinha algumas opções. Falei bobagens para fazê-lo rir e para diminuir minha angústia e impotência diante do fato. Depois de duas horas, desliguei o telefone e tinha certeza de que ele ia mesmo tentar se matar. Tive uma noite péssima; eu estava em pânico por não ter o que fazer.

No outro dia, cedo da manhã, liguei novamente para o seu celular. Não atendeu. Pensei que ele tinha mesmo conseguido tirar a vida. Sentia-me péssima. Fiquei triste e desanimada. À tarde, recebi uma mensagem dele no celular, dizendo que estava saindo do hospital e que estava arrependido do que fez.

Em 2011, outro interlocutor, também branco, com mais de 35 anos, tentou o suicídio. Não suportava mais o sofrimento de viver como trans, de não achar saídas para a sua vida, de não conseguir mudar o seu nome, de ter problemas na faculdade por causa disso, enfim, por não ser reconhecido como desejava.

Além dessas duas tentativas de suicídio, outros seis interlocutores, tanto os mais jovens quanto os de mais idade, relataram o mesmo em algum momento de suas vidas. Butler (2006, p. 116) coloca a seguinte questão: “o que implica viver com tal diagnóstico [transtorno de identidade de gênero]?” Ela mesma responde afirmando que não se pode subestimar a força da patologização, pois o diagnóstico pode ser debilitador e até mesmo homicida: “às vezes, assassina a alma e às vezes se converte em um fator que contribui para o suicídio” (ibidem). Butler coloca esse debate como uma questão de vida ou morte, pois enquanto para uns o diagnóstico implica a vida, para outros significa a morte. “Outros consideram o diagnóstico uma benção ambivalente ou mais, uma maldição ambivalente” (ibidem, p. 117).

2 Acesso às modificações corporais e assistência à saúde

O identificar-se como trans implica em pensar sobre a decisão a tomar em relação a transição e que tipos de conflitos podem surgir a partir daí. Como vimos no capítulo anterior, a entrada da transexualidade nos manuais de problemas mentais no século XX, mais precisamente em 1987, a coloca no domínio psiquiátrico e médico, e segundo Miriam Ventura e Fermin Roland Schram (2009), sua construção como doença foi bastante consensual. Ao mesmo tempo ela foi objeto de um certo número de conflitos entre as diferentes especialidades médicas, as ciências sociais, o Direito e outros campos do conhecimento, e os movimentos sociais organizados.

No Brasil, a instituição do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) se deu em 2008 através da Portaria nº 1.707 do Ministério da Saúde. Nesta portaria, foram incluídos os procedimentos de readequação de gênero para mulheres trans⁸³, isto é, de homem para mulher, centrando a atenção à saúde no âmbito hospitalar. Os transhomens ficaram de fora. No entanto, foi em 1997 que as cirurgias de redesignação sexual iniciaram no país, a partir da Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº. 1.482/97, que retirou da clandestinidade intervenções cirúrgicas do processo transexualizador, mas somente hospitais universitários estavam autorizados a realizar este tipo de cirurgia. Em 2002, o CFM revisou esta portaria por entender que nem todos os procedimentos de transgenitalização eram experimentais e publicou a Resolução CFM no. 1.652/02, que foi referência nacional “para todas as ações endereçadas às pessoas transexuais, mesmo para os profissionais não vinculados ao Conselho Federal de Medicina”. A partir desta nova resolução, muitas dessas intervenções foram incluídas na Tabela de Procedimentos do SIH/SUS⁸⁴.

Em setembro de 2010, o CFM publicou a Resolução CFM nº 1.955/2010 que considera que os procedimentos de retiradas de mamas, ovários e útero no caso de transhomens deixam de ser experimentais e podem ser feitas em qualquer hospital público e/ou privado que sigam as recomendações do Conselho. No entanto, a neofaloplastia (construção do pênis) ainda não foi liberada e permanece em caráter experimental, tendo em vista as limitações funcionais do órgão construído cirurgicamente.

Em novembro de 2013 o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 2.803, que redefine e amplia o Processo Transexualizador. Nesta portaria foram incluídos/as travestis e transhomens e para garantir o cuidado aos/às usuários/as com demanda para a realização das ações no Processo Transexualizador no Componente Atenção Especializada foram definidas as modalidades de atendimento ambulatorial e hospitalar.

⁸³ Entre os procedimentos para mulheres trans consta a vaginoplastia, que é a construção da vagina.

⁸⁴ Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde.

Destaco que a instituição do processo transexualizador foi considerada uma vitória pelo movimento LGBT e pode ser considerado um avanço nos direitos dos transexuais. Percebe-se aqui uma dinâmica na qual parece haver opções de “escolha”, como se o indivíduo tivesse autonomia, algo do tipo: “Você pode fazer a sua mudança de gênero... DESDE QUE aceite ser tratado como doente”. O processo transexualizador ainda está fortemente atrelado a um diagnóstico patologizante e não condizente com a autonomia dos sujeitos em relação aos desejos modificações corporais. Nikolas Rose afirma que em democracias liberais “o indivíduo é levado a pensar a si mesmo como alguém que modela ativamente o curso da sua vida através de atos de escolha em nome de um futuro melhor” (ROSE, 2013, p. 45).

Antes de seguir, gostaria de fazer uma pequena observação quanto ao papel desempenhado pelo Conselho Federal de Medicina nessa questão. Foi um “conselho de especialistas de uma profissão só” que passou a determinar formas de governar as condutas públicas, e por que não dizer privadas também?, no que tange à transexualidade. Rose (2013, p. 19) chamaria isso de “expertise somática”, na qual esses especialistas “exercem seus diversos poderes na administração de aspectos particulares da nossa existência somática”.

Sendo assim, as escolhas já estão colocadas: ou a transição acontecerá “oficialmente”, com a inclusão no processo transexualizador, ou a transição acontecerá “informalmente”. Porém, Leite Jr. (2008) aponta que a inclusão de indivíduos no processo transexualizador é para aquelas pessoas que “convencem” a equipe de saúde de que são “verdadeiramente” transexuais. Em consequência, as pessoas que se identificam como trans, mas que querem somente a utilização de hormônios, por exemplo, são excluídas desse sistema.

Eu gostaria de desenvolver um pouco mais a ideia de “convencimento” da equipe de que eles são transexuais “verdadeiros”. Foi durante as décadas de 1960 e 1970 que os médicos começaram a utilizar este termo para designar aquelas pessoas que, na perspectiva médica, esperavam realizar a totalidade dos tratamentos propostos, incluindo as cirurgias genitais. Há dois critérios que me parecem importantes de sublinhar: de uma parte, a orientação sexual dos candidatos, que deve ser homossexual porque após eles se tornarão “heterossexuais” e de outra, ter aversão pelos órgãos genitais de origem, critérios altamente questionáveis, uma vez que há transhomens que se identificam como gays e não têm aversão aos seus órgãos genitais.

Berenice Bento (2006)⁸⁵ faz uma densa análise das estratégias discursivas de negociação dos/as transexuais candidatos/as ao processo transexualizador com o saber-poder médico neste processo de “convencimento” da equipe de que são transexuais “verdadeiro/as”, segundo os protocolos médicos psiquiátricos.

A grande dificuldade encontrada pela maioria dos interlocutores é o acesso ao processo transexualizador, pois até novembro de 2013⁸⁶ somente quatro hospitais estavam credenciados pelo SUS⁸⁷, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, Hospital das Clínicas da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo e Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Esse credenciamento é fundamental para que os hospitais recebam do Ministério da Saúde o pagamento dos procedimentos realizados a partir da Tabela de Procedimentos do SIH/SUS⁸⁸. Há outros serviços que atendem pessoas trans⁸⁹ no âmbito do SUS, mas por não serem credenciados contam com recursos próprios e/ou recursos provenientes das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde. No caso de verbas provenientes dessas secretarias, o repasse de verba é realizado por meio do estabelecimento de convênios.

⁸⁵ Berenice Bento. “A reinvenção do corpo - Sexualidade e gênero na experiência transexual”. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 (Coleção Sexualidade, gênero e sociedade).

⁸⁶ Em novembro de 2013 foi publicada a nova portaria (Portaria nº 2.803/13) que regula o processo transexualizador, que inclui as travestis e os transhomens e permite a assistência ambulatorial, antes restrita ao atendimento hospitalar. Por conta disso, os serviços já credenciados deverão se recredenciar, atendendo as exigências da nova portaria, e novos serviços poderão ser credenciados para o atendimento de pessoas trans.

⁸⁷ Credenciados em 2008 após a publicação da Portaria nº 1.707, que instituiu, no âmbito do SUS, o Processo Transexualizador.

⁸⁸ Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde.

⁸⁹ Programa de Atendimento a Transexuais e Cirurgia de Transgenitalização do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho UFRJ, Ambulatório de Endocrinologia Especial (Transtorno de Identidade de Gênero) do Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione (IEDE), Hospital das Clínicas da UFMG, Transexualidade - Serviço de Urologia da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto da Faculdade de Medicina e Hospital de Base, Atendimento Ambulatorial a Transexuais do Hospital Universitário de Brasília, Departamento de Psicologia do Instituto Paulista de Sexualidade e Hospital Universitário de Pernambuco (ARAN e MURTA, 2009b).

Dos trinta e três interlocutores, apenas dez tiveram acesso ao PTS. Destes, seis têm idades entre 18 e 23 anos e quatro entre 37 e 42 anos e moram em capitais ou cidades próximas aos quatro hospitais credenciados, com exceção de Flávio, Fabrício e Mário, que se deslocavam para fazer seu acompanhamento médico. Flávio se deslocava do Paraná até Goiânia, Fabrício do Paraná até São Paulo e Mário de Santa Catarina a Porto Alegre. A localização geográfica dificulta o acesso daqueles que não têm condições financeiras para viajar por um período mínimo de dois anos de acompanhamento, como está previsto na Portaria, ou seja, o acesso a esse serviço público depende da classe. Flávio, por exemplo, tem 37 anos, é funcionário público e independente financeiramente. Fabrício tem 40 anos, mora com os pais, é estudante universitário, e na época que começou a viajar era bolsista de graduação, e Mário, 18 anos, com ensino médio, trabalha eventualmente como tatuador e mora com os pais.

Além disso, a diretriz de regionalização da assistência à saúde⁹⁰ do SUS também dificulta o acesso. O processo de regionalização

deverá contemplar uma lógica de planejamento integrado, compreendendo as noções de territorialidade, na identificação de prioridades de intervenção e de conformação de sistemas funcionais de saúde, não necessariamente restritos à abrangência municipal, mas respeitando seus limites como unidade indivisível, de forma a garantir o acesso dos cidadãos a todas as ações e serviços necessários para a resolução de seus problemas de saúde, otimizando os recursos disponíveis (BRASIL, 2002).

Essa lógica da territorialidade, se por um lado, permite o desenvolvimento de ações em saúde de acordo com as realidades locais e com as demandas dos/as usuários, por outro, torna difícil o encaminhamento de usuários/as de determinada cidade ou Estado para outros serviços.

Embora a norma operacional que define a regionalização não impeça que serviços de saúde de um Estado encaminhem os usuários/as

⁹⁰ Ver: Norma Operacional da Assistência à Saúde NOAS-SUS 01/02 (Portaria MS/GM n.º 373, de 27 de fevereiro de 2002, e regulamentação complementar). Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/caderno%20NOAS%202002.pdf>

para outros Estados, na prática o que percebemos é que dificilmente isso acontece, e quando acontece, muitas vezes os serviços de outros Estados se recusam a receber o/a usuário. O atendimento de pessoas fora do território depende mais da boa vontade dos profissionais do serviço que recebem esses/as usuários/as do que da norma que estabelece esta possibilidade. Portanto, é possível afirmar que Flávio, Fabrício e Mário se constituíram em exceções dentre desse cenário. Para que a regionalização funcione como preconizado na norma, todos os Estados do país deveriam ter, no mínimo, um serviço de referência para a assistência à saúde de pessoas trans.

Fabrício teve ainda outra experiência que merece ser comentada. Antes de ser incluído no PTS, ele estava sendo atendido por um endocrinologista e uma psicóloga da rede pública de saúde na sua cidade, localizada no interior do sul do país. Esses/as profissionais, mesmo referindo não ter experiências no atendimento de pessoas trans, dispuseram-se a atendê-lo.

Entre os interlocutores, apenas um realizou a neofaloplastia. No entanto, ele teve vários problemas com o neofalo, que acabou necrosando, e por isso teve de ser retirado. Penso ser importante problematizar como se dá o atendimento em alguns dos poucos hospitais que contam com o processo transexualizador. Como exemplo, trago o depoimento de um interlocutor que iniciou sua transição no início dos anos 2000, quando o atendimento de pessoas trans ainda era considerado experimental. Ele conta:

Eu tenho muita mágoa do psicólogo e do psiquiatra [...] há pessoas que saem de lá pior que quando entraram em relação à mastectomia. Eles dizem: “Cara, to condenado! Nunca mais vou poder tirar a camisa!” Lá no hospital eles não respeitam seus desejos. Eles não perguntam o que você quer. Você tem de responder o que eles querem ouvir.

Pode-se afirmar que não respeitar os desejos das pessoas trans é claramente uma forma de violência. Esse exemplo mostra a complexidade do tema e das relações entre serviços e usuários, nos quais muitas vezes os usuários não se sentem ouvidos e compreendidos e os profissionais muitas outras vezes desenvolvem defesas contra o enigmático da questão trans.

Com as dificuldades de acesso ao programa “oficial” para realizar as modificações corporais que darão aos meus interlocutores o sentido de pertencimento ao universo masculino, quais são as estratégias que eles desenvolvem para levar adiante sua transição?

Maurício conta que não sabia o que ele era, porque era “diferente” das outras crianças. Na adolescência, com a chegada da menstruação e crescimento dos seio, se desesperou. Não queria isso para ele. Ele começou a pesquisar em livros e revistas algo que pudesse ajudá-lo a entender o que estava acontecendo. Ele descobriu na revista “O Cruzeiro”

uma história de um cara que contava uma história parecida com a minha... daí ele fez uma cirurgia e se transformou lá no País das Maravilhas⁹¹. [...] Foi a primeira coisa que eu li na minha vida e aquilo ficou na minha cabeça e o País das Maravilhas pra mim se transformou assim... num ícone! Ah, o País das Maravilhas! Minha salvação!

Maurício, durante toda a faculdade, economizou o dinheiro que ganhava com os estágios para poder viajar e fazer a transição lá. Quando se formou, no início da década de 1980, foi para o País das Maravilhas e ficou um ano, onde fez mastectomia e iniciou a aplicação de hormônios.

Vários interlocutores moram em cidades e Estados que não tem serviços públicos que atendem pessoas trans, como comentei mais acima. Sendo assim, muitos fazem sua transição de modo “informal”, autoaplicando-se a testosterona e fazendo mastectomia e histerectomia em serviços privados, o que, de certa forma, constitui-se como uma resistência ao discurso “oficial” e aos rígidos protocolos médicos. Nei conta que iniciou sua transição com um endocrinologista particular que lhe prescrevia a hormonioterapia e fez acompanhamento psicológico por um ano e meio, também em um serviço privado. Durante sua transição, foi demitido do emprego e passou a ter dificuldade de encontrar uma nova colocação profissional devido à sua aparência masculina e o nome feminino. Sem emprego, não teve mais condições de pagar seu tratamento.

⁹¹Uso este nome fictício de país para preservar a identidade de Maurício, cujo nome também é fictício, como já mencionado na introdução.

Com todas essas dificuldades, para manter seu tratamento hormonal ele falsifica receitas médicas para ter acesso à testosterona. Ele enviou um email para a ouvidoria de um hospital público da capital de seu Estado relatando sua história e solicitando alguma providência, como uma consulta com endocrinologista, e recebeu a seguinte resposta:

O hospital X é totalmente público, 100% financiado pelo SUS [...] Dessa forma, todos os usuários devem seguir a seguinte regulamentação: 1. Realizar uma consulta com um médico em uma UBS de sua localidade. 2. Caso haja necessidade, a UBS agendará via internet, a consulta com um especialista da área, gerando o código de transação que autorizará seu atendimento com ele. OBS.: [...] no caso de cirurgias plásticas, o SUS somente cobre as cirurgias reparadoras [...].

Nei diz: “Lamentável! E as pessoas ainda me perguntam: Por que você se arrisca tanto a tomar hormônios sozinho?”

Kauê conta que fugiu de casa para fazer mastectomia em outra cidade. Segundo ele, “custou bem caro. Mais caro que o comum, mais caro que seria as pessoas fazendo conforme as leis, porque nas leis hoje em dia tu nem paga!” Ele conta que gostaria de fazer tratamento psicológico para conseguir um laudo que ateste sua transexualidade para conseguir alterar seu nome, mas não encontra nenhum/a profissional que queira atendê-lo. “Eu vou atrás, eu não acho uma psicóloga que queira me fazer este tratamento, ficar do meu lado... o problema também é que eu preciso de hormônio e também não acho médico...” Kauê toma testosterona adquirida no “mercado paralelo”.

Davi, 26 anos, mora no Japão e fez sua mastectomia na Tailândia. Ele diz:

Tô me sentindo bem mais leve e mais feliz sem esses volumes... hehehe... posso usar camisas sem me preocupar se alguém vai ver os volumes, posso usar regata e camiseta colada... Uma liberdade total mesmo!

Os desejos dos transhomens quanto às modificações corporais que pude identificar durante a pesquisa de campo, diferentemente do que se poderia pensar, não estão centrados na neofaloplastia, que seria

talvez o “grande” símbolo de masculinidade. Segundo Miskolci (2014)⁹² “o desejo maior de retirar as mamas mostra que a preocupação é mais com a aparência, com o que é socialmente mais visível do que com o órgão sexual (que fica sob as roupas). O olhar público guia a transição ou, ao menos, como ela se inicia”. Todos os interlocutores têm o desejo de retirar as mamas e fazer uso de hormônios masculinos. Apenas treze interlocutores realizaram a mastectomia, sendo que dez deles fizeram o procedimento em serviços privados e três pelo SUS. Aqueles que ainda não retiraram as mamas usam coletes ou faixas para comprimi-las a fim de esconder o “volume superior” e usam camisetas ou camisas mais largas.

Quanto à testosterona, eles aprendem as formas de aplicação, dosagens, marcas e efeitos a partir da internet. Eles pesquisam em sites médicos e de indústrias farmacêuticas, mas principalmente em sites, *blogs* e canais do *YouTube* administrados por outros transhomens, que compartilham suas experiências e dão dicas sobre como usar a testosterona para ter o corpo mais masculino. Penso que é possível analisar essa socialização das experiências no uso de mídias digitais levando em conta as noções de biossociabilidade, proposta por Paul Rabinow e bioidentidades de Francisco Ortega.

A partir da análise sobre uma forma de articulação dos discursos e práticas do biopoder simbolizada pelo Projeto Genoma, Paul Rabinow (1999) introduziu a noção de biossociabilidade. Para o autor, biossociabilidade “é uma rede de circulação de termos de identidade e lugares de restrição, em torno da qual e através da qual surgirá um tipo verdadeiramente novo de autoprodução” (RABINOW, 1999, p. 143). Segundo Rose (2013), Rabinow identificou novos tipos de identidades individuais e coletivas e práticas que surgiam de novas técnicas genéticas e tais grupos se encontravam para partilhar experiências, entre outras coisas. Na interpretação de Rose, Rabinow “previu também os modos pelos quais eles desenvolveriam novos tipos de relações com especialistas médicos, clínicas, laboratórios e com o conhecimento médico” (ROSE, 2013, p. 41).

Francisco Ortega (2008) introduz a noção de bioidentidades, na qual está implícita a ideia da construção das identidades pessoais produzidas através da biossociabilidade, enfatizando a formação de um sujeito que se “autopericia”, ou seja, nas palavras do autor “um sujeito que se autocontrola, autovigia e autogoverna” (ORTEGA, 2008, p. 32).

⁹² Análise feita pelo mesmo, co-orientador desta pesquisa.

Parece haver um deslocamento da peritagem técnica para a autoperitagem.

O uso de mídias digitais tem se constituído como espaços de biossociabilidade para os transhomens, onde eles próprios desenvolvem uma “expertise” de si mesmos, produzindo discursos que possibilitam a outros novas práticas de si, modelando novas subjetividades. Marcos, Nei, Kauê, Eder, Pedro, Reni, Otávio e Bernardo, por exemplo, não desejam modificar seus órgãos genitais, mas querem ter o direito de realizar outras modificações corporais para afirmar sua identidade de gênero, e querem o reconhecimento social do gênero com o qual se identificam e principalmente o direito de mudar o nome de registro. Para ilustrar isso, apresento o depoimento de Bernardo e Nei:

Homônios para mim seriam secundários, o meu interesse maior é mesmo pela cirurgia de remoção dos seios, porque são eles que me incomodam e causam desgosto. Podendo andar numa praia, sem camisa, já me traria um alívio e uma felicidade imensa (Bernardo).

Preciso de ajuda para fazer minhas cirurgias, principalmente a mastectomia. Estou me sentindo muito mal com esses peitos... é muito difícil escondê-los e parece que todo mundo repara. As pessoas me olham como se eu fosse um ET! (Nei).

As tecnologias de (re) construção corporal dos transhomens se constituem em um campo de batalha biopolítica, marcado por regimes de verdade e jogos de poder-saber, uma vez que elas não são simplesmente técnicas no sentido literal do termo, mas devem ser compreendidas como tecnologias também materiais e discursivas, culturais e políticas. Para Maria Rita de Assis César (2007), essas tecnologias são tomadas como produtos de controle e linhas de fuga ao mesmo tempo e devem ser consideradas positivamente como potência mesma na incorporação protética dos gêneros, questionando os regimes de representação política e os sistemas de saber científico dos “normais”.

O acesso às transformações corporais e aos serviços de saúde dos transhomens não deveria ser pautado pelo diagnóstico. O processo transexualizador não dá conta de todas as demandas. Seria interessante pensar no acesso à saúde integral de todas as pessoas, incluindo as

peças trans, pois a integralidade é um dos princípios do SUS. O SUS é para usuários, cidadãos e cidadãs, e não para doentes.

O SUS foi criado pela Constituição Federal de 1988 para que toda a população brasileira tenha acesso ao atendimento público de saúde. O SUS apresenta cinco princípios, entre eles o princípio da universalidade, no qual a saúde é reconhecida como um direito fundamental do ser humano, cabendo ao Estado garantir as condições indispensáveis ao seu pleno exercício e o acesso a atenção e assistência à saúde em todos os níveis de complexidade; a saúde “é um direito de todos”; igualdade, pois todos devem ter igualdade de oportunidade em usar o sistema de saúde e equidade, que é um princípio de justiça social porque busca diminuir desigualdades; isto significa tratar desigualmente os desiguais (BRASIL, 2009).

A temática da igualdade foi desenvolvida no campo da teoria política por Norberto Bobbio (1997) ao afirmar que duas coisas ou duas pessoas podem ser iguais ou equalizadas sob muitos aspectos: a igualdade entre elas, ou sua equalização, só tem a ver com a justiça quando corresponde a um determinado critério (critério de justiça), com base no qual se estabelece qual dos aspectos deva ser considerado relevante para o fim de distinguir entre uma igualdade desejável e uma igualdade indesejável. Não há teoria da justiça que não analise e discuta alguns dos mais comuns critérios de justiça, que são apresentados habitualmente como especificação da máxima generalíssima e vazia: *a cada um, o seu*. Exemplos de critérios: *a cada um segundo o mérito... segundo a capacidade... segundo o talento... segundo o esforço... segundo o trabalho... segundo a necessidade... segundo o posto...* Nenhum dos critérios tem valor absoluto, nem é perfeitamente objetivo, embora haja situações nas quais um é mais aplicado do que outro.

A regra de justiça é a regra segundo a qual se deve tratar os iguais de modo igual e os desiguais de modo desigual. O problema da justiça como valor social não se reduz à regra de justiça, nem nela se esgota (BOBBIO, 1997). Bobbio diferencia igualdade diante da lei, igualdade de direito, igualdade perante a lei e igualdade de fato. A igualdade diante da lei é a única determinação histórica da máxima que proclama a igualdade de todos universalmente acolhida; é a que afirma que *todos os homens são iguais perante a lei*, ou *a lei é igual para todos*. Este princípio é antigo e não pode deixar de ser relacionado com o conceito clássico de *isonomia*, que é conceito fundamental, além de ideal primário, do pensamento político grego. Apesar da sua universalidade,

também este princípio não é de modo algum claro, tendo dado lugar a diversas interpretações.

A igualdade de direito significa o igual gozo, por parte dos cidadãos, de alguns direitos fundamentais constitucionais assegurados que resulta de algumas formulações célebres (Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão) e a igualdade de fato é entendida como a igualdade com relação aos bens materiais, ou igualdade econômica, que é assim diferenciada da igualdade formal ou jurídica e da igualdade de oportunidades ou social (BOBBIO, 1997).

No campo da teoria feminista, Joan Scott (2005) afirma que não existem soluções simples para as questões da igualdade e da diferença, dos direitos individuais e das identidades de grupo. Reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos. Para a autora, atribuições a identidades de grupo tornaram difícil a alguns indivíduos receber tratamento igual, mesmo perante a lei, porque sua presumida pertença a um grupo faz com que não sejam percebidos como indivíduos. A identidade de grupos é o resultado de distinções categóricas atribuídas (de raça, de gênero, de sexualidade).

A igualdade só pode ser implementada quando os indivíduos são julgados como indivíduos. Essa é uma posição frequentemente legitimada por interpretações rígidas da Constituição e da Carta de Direitos, as quais tomam a igualdade para significar simplesmente a presumida igualdade de indivíduos perante a lei (SCOTT, 2005), que Bobbio (1997) define como apenas uma forma específica e historicamente determinada de igualdade de direito ou dos direitos que representou um dos pilares do Estado liberal. Segundo Scott (2005), o outro lado diz que os indivíduos não serão tratados com justiça (na lei e na sociedade) até que os grupos com os quais eles são identificados sejam igualmente valorizados.

Como os transhomens não foram inicialmente reconhecidos como pertencentes ao grupo de transexuais que se reportava a portaria 1.707 do SUS, uma vez que as cirurgias para transhomens, como a neofaloplastia ainda são consideradas experimentais no Brasil, embora esta cirurgia seja realizada há mais de trinta anos em outros países, não sendo incluída nessa portaria específica, parece que alguns transexuais são mais iguais que outros; não foram respeitados os princípios fundamentais do próprio SUS, como o princípio de universalidade, de igualdade, de equidade, e menos ainda a regra de justiça. No entanto, na

portaria de novembro de 2013 a neofaloplastia foi incluída como procedimento experimental no âmbito do SUS e ainda não é possível saber de que modo isso vai se dar.

Esses exemplos mostram o quanto que a vida privada e pública se misturam e se influenciam mutuamente, embora frequentemente sejam tomadas como distintas na sociedade ocidental. A transexualidade, diferentemente da homossexualidade, parece exigir uma exposição pública necessária para o reconhecimento de sua existência no gênero desejado. Se, por um lado, a autorização para a realização das cirurgias de redesignação sexual em 1997 no Brasil foi marcada pela patologização das identidades trans, por outro, trouxe a possibilidade para muitas pessoas trans realizarem o desejo de alterar seus corpos de acordo com seu gênero e permitiu maior visibilidade das mesmas.

3 Alternativas ao processo transexualizador

A Portaria nº 2.803 amplia o processo transexualizador para o nível ambulatorial. Porém, antes de sua publicação em novembro de 2013, foram criadas algumas alternativas ao processo transexualizador no país, como o Ambulatório Saúde das Travestis do Complexo do Hospital das Clínicas das Universidade Federal de Uberlândia, inaugurado em 2007. Este ambulatório faz parte do “Em cima do salto: saúde, educação e cidadania”, programa de extensão da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, coordenado pela antropóloga e professora Flávia Teixeira desde novembro de 2006, que visa o acolhimento das travestis (TEIXEIRA, ROCHA e RASERA, 2010). Esse ambulatório inclui estudantes de medicina e psicologia, o que permite a formação de profissionais de saúde que reconheçam as singularidades dos/as sujeitos /as usuários/as e tenham uma prática profissional diferenciada do ponto de vista da humanização dos atendimentos e do princípio da integralidade da assistência à saúde de pessoas trans.

Para Flávia Teixeira, Rita Rocha e Emerson Rasera (2010, p. 156), a constituição desse ambulatório foi permeada por desafios e dificuldades frente aos protocolos “legitimados e informados pela lógica da heteronormatividade”. Neste sentido, os/as autores/as afirmam que

a clínica tornou-se o espaço da alteridade, em que o ponto de partida não seria estabelecido pela suposta segurança ao posicionar as travestis e/ou transexuais em categorias diagnósticas indicativas

de transtornos ou distúrbios - da sexualidade ou do gênero - mas sim pela compreensão de que, ao buscarem esse serviço específico, suas particularidades importariam e não seriam relegadas a um processo de exclusão e ao silenciamento (TEIXEIRA, ROCHA e RASERA, 2010, p. 156).

Outras alternativas ao PTS são o ambulatório de saúde “T” de São José do Rio Preto, criado em outubro de 2008 para atender as travestis da cidade, o ambulatório de saúde integral para travestis e transexuais, do Centro de Referência e Treinamento do HIV/Aids de São de Paulo (CRT-SP), em funcionamento desde junho de 2009, que oferece avaliação médica, endocrinológica, proctológica e serviço de atenção à saúde mental, e mais recentemente o ambulatório de saúde integral para pessoas trans de João Pessoa, em funcionamento desde julho de 2013.

A constituição de ambulatórios específicos para trans pode nos levar a pensar que seriam “ambulatórios guetos”, ou seja, seria mais uma forma de discriminação e estigmatização desses indivíduos. Esta questão foi amplamente discutida na Argentina, onde há “consultórios amigáveis” para a população LGBT. Ao analisar as ações afirmativas, Joan Scott (2005) afirma que as mesmas tentaram preencher a lacuna entre o legal e o social, os direitos dos indivíduos e os limites postos sobre eles por causa de sua suposta pertença a um grupo. Porém, para acabar com o problema da exclusão, a inclusão teve de ser destinada aos indivíduos como membros desses grupos; para reverter a discriminação, deve-se praticá-la.

Em dezembro de 2013 tive a oportunidade de conhecer a experiência argentina nesse campo. Eu e um colega de trabalho participamos da missão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na Argentina. O objetivo da missão, organizada pelo Ministério da Saúde da Argentina e PNUD, foi conhecer os consultórios amigáveis direcionados às pessoas LGBTQI⁹³ a fim de analisar as possibilidades de implementação de algo semelhante em Porto Alegre, levando em conta o contexto local, mas podemos pensar também em algo semelhante no Brasil.

⁹³ Na Argentina, a sigla LGBT inclui o “Q”, de *queer*, e o “I”, intersexos.

A criação da equipe de Diversidade Sexual na Argentina foi criada em 2008, antes ainda da Lei de Identidade de Gênero. Para que fosse possível elaborar a política de atenção integral à saúde das pessoas LGBT, foi realizada em 2009 uma pesquisa sobre as condições de vulnerabilidade, na qual foram incluídas as pessoas concernentes e profissionais de saúde. As conclusões dessa pesquisa permitiram identificar a discriminação da população LGBT nos serviços de saúde, nem sempre percebida; as dificuldades de acesso e problemas com qualidade da atenção à saúde; e a falta de capacitação e informações dos profissionais de saúde.

Todos os consultórios amigáveis trabalham com “promotores/as da diversidade”, que são capacitados para trazer a população LGBT aos serviços. Os/as promotores/as são pessoas trans, gays e lésbicas, a maioria deles/as militantes/ativistas, e são o elo entre a população e os serviços. Esta estratégia utiliza a lógica da comunicação e educação por pares. Seria algo parecido com os nossos “agentes comunitários de saúde (ACS)”⁹⁴.

A Argentina tem um sistema federativo, como no Brasil. Isto significa que as políticas nacionais são recomendações e/ou diretrizes, e cada Província ou município tem autonomia para decidir qual a melhor maneira de implementá-las e quais articulações políticas são possíveis, dependendo da realidade de cada local. Lá eu tive a oportunidade de conhecer consultórios amigáveis da Província de San Juan e da cidade de San Martin, duas experiências bastante peculiares.

O consultório de San Juan atende não só as pessoas trans, como também lésbicas (em um número menor) gays, homens clientes das trans profissionais do sexo e mulheres desses clientes. O foco é a saúde sexual das pessoas, possibilitando uma escuta ativa e acesso aos serviços de saúde. Como disse a médica da equipe: “nosso objetivo é ‘amigar’ a pessoa com o sistema de saúde!”. Neste serviço, 80% da demanda trans é pela hormonização.

Chamou muito a minha atenção como se deu o processo de elaboração e implementação da política de saúde integral para a população LGBT, tanto no nível federal quanto no nível local. No Brasil houve também a participação da população LGBT na elaboração da Política LGBT em 2010, mas talvez não tenha a mesma participação na sua implementação. A criação dos consultórios amigáveis da Argentina

⁹⁴ Estes profissionais fazem parte da Estratégia de Saúde da Família do Ministério de Saúde.

se constituiu como um dispositivo democrático desde o princípio, tendo como atores principais as Organizações da Sociedade Civil (OSC), que permitiu reordenar o modelo de atenção à saúde e a forma de trabalho com a população LGBT. Ainda em relação aos profissionais que comporiam tal equipe, é importante selecionar profissionais “amigáveis”, dispostos a trabalhar com a população LGBT e todas as suas especificidades, ou seja, buscar colegas parceiros, como aconteceu com o ambulatório de saúde integral do CRT de São Paulo.

A criação de ambulatórios específicos para pessoas trans, como está apontado na Portaria 2.803 do SUS coloca um grande desafio, mas parece ser uma oportunidade de criar um espaço no qual as pessoas LGBT, em especial as pessoas trans, sejam bem tratadas e acolhidas nas suas demandas.

Gostaria de lembrar o que o professor Maussaoui nos disse no seminário que citei anteriormente: “o conflito se distingue da violência [...] Ele nem sempre é negativo, pois é um lugar de mudança social e também um produtor de coalisão, podendo confirmar a composição de diferentes grupos e o reforço de alianças entre eles”.

Isto não significa, por exemplo que a despatologização das identidades trans seja consenso entre as pessoas concernentes, pois uma parte delas tem medo de perder o benefício dos tratamentos oferecidos pelo SUS, e também não quer dizer que não haja violências contra as pessoas trans, tanto no sentido do não reconhecimento de sua autonomia enquanto sujeitos, da assistência “oficial” às alterações corporais, que frequentemente não as respeita, quanto aos ataques transfóbicos causados pela publicização da transexualidade e intolerância contra indivíduos que não se enquadram nas normas de gênero esperadas, como disse anteriormente.

As questões discutidas aqui explicitam porque a assistência à saúde e o acesso às modificações corporais são fortemente criticadas pelos ativistas. A transexualidade não se limita ao nível privado ou individual, ela se insere na esfera pública e política. A emergência nos últimos anos de associações de luta pelos direitos trans sugerem isso. No campo político, a perspectiva dos Direitos Humanos, principalmente nas declarações internacionais recentes⁹⁵, defende a despatologização da transexualidade e a livre expressão das identidades de gênero.

⁹⁵ Princípios de Yogyakarta (2007), a declaração da Assembleia Geral da ONU sobre identidade de gênero (2008) e o Informe Direitos Humanos e Identidade de Gênero de Thomas Hammarberg, Comissário de Direitos Humanos do Conselho da Europa (2009).

A este respeito, os ativistas trans reivindicam um protagonismo legítimo no processo de decisão. Neste sentido, lembro da Campanha Internacional *Stop Trans Pathologization – 2012*. Esta campanha chegou ao Brasil também e teve a adesão de algumas poucas associações de pessoas trans, não necessariamente ligadas aos transhomens. Relembro que o Trans Day NIGS 2010 foi o primeiro evento brasileiro desta campanha.

A transexualidade é uma questão bastante complexa, marcada por diversos conflitos, como demonstrei aqui, que são expressos tanto no nível privado como público e afetam profundamente as pessoas implicadas. Porém, gostaria de ressaltar que a transexualidade se tornou mais visível no Brasil ao redor de 1997, tendo em vista a aprovação das cirurgias de redesignação sexual em caráter experimental naquele ano. Apesar das críticas aos discursos médicos e “psi” que tendem a manter a transexualidade em uma condição patológica, não podemos deixar de observar que há profissionais de saúde que não compartilham desses discursos patologizantes, colocando-se ao lado, e não contra, as pessoas trans. Neste sentido, é importante lembrar que o Conselho Regional de Psicologia (CRP) de São Paulo foi o primeiro Conselho de profissionais de saúde a se posicionar formalmente contra a patologização das identidades trans em 2011.

Como pude observar em campo, o percurso das pessoas trans pode parecer algumas vezes solitário, mas não o é, uma vez que implica múltiplas dimensões. Provavelmente vários aspectos abordados aqui não tem uma resposta única ou talvez tragam mais perguntas que respostas.

Capítulo 4 - Transhomens brasileiros em um novo regime de visibilidade

As visibilidades, por mais que se esforcem para não se ocultarem, não são imediatamente vistas nem visíveis. Elas são até mesmo invisíveis enquanto permanecerem nos objetos, nas coisas ou nas qualidades sensíveis, sem nos alçarmos até a condição que as abre.

Gilles Deleuze (2005, p. 66).

1 De “Erro de Pessoa” à “Viagem Solitária” de João W. Nery

João W. Nery nasceu em 1950 no Rio de Janeiro, é pertencente à classe média, oriundo de uma família de quatro filhos, sendo ele o terceiro e único filho. O pai era comandante de avião e a mãe professora primária. Ele iniciou seu processo de transição aos 27 anos de idade. Em 2011, Nery publicou “Viagem Solitária”, que denominou de releitura da sua história publicada vinte e sete anos antes com o título “Erro de Pessoa” (1984).

Em nota no início de “Erro de Pessoa”, Nery justifica sua necessidade de expor publicamente sua história:

Escrevi este livro enquanto me recuperava das cirurgias e não podia trabalhar, por não ter mais direito aos documentos civis e curriculares⁹⁶. Meu objetivo, antes de qualquer pretensão literária, foi o de documentar as sensações que fui tendo das vivências ambíguas no transcurso da minha vida – o de ter nascido homem, aprisionado num corpo de mulher. Sei que não sou o único, mas um dos poucos que, além de viver este dilema dual, pode ter condições não só de expressá-lo no papel, através de total desnudamento diante dos leitores, como também de denunciar a hipocrisia e

⁹⁶ Antes da transição, João W. Nery era psicólogo e professor universitário, tendo iniciado um curso de mestrado. Ao encontrar possibilidades de fazer a transição, ele pediu demissão do emprego e abandonou o mestrado.

ignorância sociais diante de um problema sério, profundo, e até agora unicamente humano. Esta não é propriamente a história da minha vida, mas da minha sexualidade. Alguns fatos – que talvez façam falta – foram esquecidos; outros, omitidos por meu ‘filtro’ de interesse, e outros ainda modificados, para não comprometer ninguém. Em meados de 1984, o Presidente ‘não’ sancionou a lei que permitiria as cirurgias transgenitais [...] Em decorrência, usei pseudônimo para assinar a obra, assim como os nomes e alguns dados dos personagens são fictícios. [...] Até agora, não tive a oportunidade de conhecer nenhum transexual feminino com quem pudesse conversar, trocando informações a nível experiencial (NERY, 1984, p. 7).

Já em “Viagem Solitária” ele justifica a releitura afirmando que o primeiro livro tratava da infância até as cirurgias, e não é claro nesta primeira versão de si mesmo se ele havia realizado a neofaloplastia, e “Viagem Solitária, 30 anos depois, inclui minha vida desde então, quando tive a grata experiência da paternidade, ainda que não biológica, mostrando que é possível um transexual ter filhos saudáveis” (NERY, 2011, p. 12). Contudo, essa promessa não se cumpre na sua totalidade, pois na versão de 2011 foram mantidas as narrativas das três partes que compõem a primeira versão, com pequenas alterações na ordem dos capítulos, algumas mudança nos títulos, mas não exatamente nas narrativas, alguns fragmentos foram retirados e foi incluída uma quarta parte, na qual ele fala da paternidade. Para Leonor Arfuch (2010a), se há um certo “reversionismo” da vida na escrita, esta poderá ser retomada mais de uma vez; várias versões de autobiografia permitem desdobrar uma temporalidade aleatória que dispensa inspiração.

Faz-se necessário esclarecer que não foi por acaso que João W. Nery retoma sua história, depois de quase trinta anos. Entre os dois livros, várias mudanças políticas e sociais ocorreram no país, como o processo de abertura política, com o fim da ditadura militar, em 1985 e a democratização do Brasil, e o surgimento de movimentos sociais. Quanto aos movimentos sociais, cabe destacar o hoje chamado movimento LGBT, que emerge do Movimento Homossexual Brasileiro surgido no final dos anos 1970 e, desde então, foi liderado, predominantemente, por gays (SIMÕES E FACCHINI, 2009). No início

da década de 1990 surgiram as primeiras organizações ativistas de travestis. Para Carvalho e Carrara (2013, p. 321), “a aids foi notadamente um catalisador de organização política das travestis”. Larissa Pelúcio (2007a, p. 120) afirma que o surgimento das ONGs/Aids foi

fortemente marcado pelas lideranças gays, passando depois a incorporar outras performances de gênero/sexuais” [...] o ativismo proporcionou a construção e rearticulação de ‘identidades’ por meio da experiência subjetiva da doença e da sua politização.

Na perspectiva de Miskolci (2013, p. 43), o ano de 1997, no Brasil, foi marcado por vários eventos importantes, como o “surgimento comercial da internet, a distribuição gratuita de medicamentos para o tratamento do HIV e o primeiro ano da Parada do Orgulho LGBT que tornou São Paulo destaque mundial”, que produziram uma virada histórica na forma como “a sociedade brasileira compreende o universo das homossexualidades” e, acrescentaria, também do universo trans. Ainda em 1997 houve a aprovação das cirurgias de redesignação sexual em nível experimental pelo CFM.

A dispensação gratuita dos medicamentos antirretrovirais para os doentes de aids trouxe a possibilidade de tratamento para uma doença antes considerada fatal e relacionada negativamente ao desejo homossexual. Deste modo,

o novo tratamento para a aids começou pouco a pouco a diminuir o pânico sexual que tinha surgido em torno da epidemia. Isto levou à contemporânea perspectiva de acordo com a qual a doença pode ser vista principalmente como crônica [...] A mudança de perspectiva em relação à aids, a Parada LGBT de São Paulo e colunas em jornais e revistas, associados com a expansão do comércio dirigido a um público homossexual, também ajudaram a promover essa nova visibilidade (MISKOLCI, 2013, p. 44).

Gerard Coll-Planas (2010b, p. 221) afirma que relacionar homossexualidades e transexualidades vai “na contramão da maioria dos estudos sobre o tema, do discurso psi hegemônico, das declarações do

movimento LGBT e da opinião da maioria de trans, lésbicas, gays em nível individual”. No entanto, o autor esclarece que “embora se tratem de dois fenômenos que se podem distinguir analiticamente, na prática estão relacionados de forma complexa” (COOL-PLANAS, 2010b, p. 221).

As organizações compostas por transexuais⁹⁷ surgem em meados dos anos 1990, tais como o Grupo Brasileiro de Transexuais (GBT), que esteve ativo entre 1995 e 1997, e o Movimento de Transexuais de Campinas (MTC), que iniciou as atividades em 1997. Um dos pontos centrais na luta das transexuais era a demanda por intervenções cirúrgicas que possibilitassem a elas a expressão de sua identidade de gênero, o que aconteceu em 1997, como mencionado anteriormente. Por ter entre suas integrantes usuárias do Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o MTC tinha forte ligação com os serviços de saúde e uma “preocupação ‘pedagógica’ no que diz respeito à transexualidade” (CARVALHO e CARRARA, 2013, p. 332), por meio da qual as transexuais tentavam se diferenciar das travestis, historicamente ligadas à prostituição e à aids.

Mário Carvalho e Sérgio Carrara (2013, p. 342, 343) argumentam que “enquanto as organizações de travestis surgem do binômio ‘violência policial – AIDS’, as organizações exclusivamente transexuais surgem a partir de relações entre pessoas que buscam esclarecer o ‘fenômeno da transexualidade’ [...] A reconstrução do discurso médico-psiquiátrico sobre transexualidade realizada por essa militância passa pela diferenciação de suas experiências em relação àquelas vividas por travestis”, mesmo que muitas das lideranças tenham construído parcialmente sua identidade de modo muito próximo ao universo travesti, “principalmente no que tange à prostituição, seja como profissionais do sexo, seja trabalhando em programas de prevenção junto a essa população”.

A despeito de todas as formas de discriminação, preconceito e transfobia contra travestis e transexuais, a aproximação das transexuais com os discursos médicos e “psi”, ao mesmo tempo em que as patologiza, distancia as transexuais daquilo que marca negativamente as travestis, a aids e a prostituição, o que seria “moralmente” mais “aceitável”. Ainda assim, do ponto de vista heteronormativo, as transexuais continuam violando as normas sociais.

⁹⁷ Neste período faziam parte do movimento apenas as transexuais femininas.

Para Nery (2011, p. 11), “as transidentidades saíram da clandestinidade e conquistaram um espaço de cidadania”, assinalando o surgimento de “movimentos pós-gêneros como *queer* que propõe o fim da polaridade de masculino e feminino, questionando técnicas e conhecimentos fundamentados na heterossexualidade compulsória” como elementos que impulsionaram a criação de “uma nova versão”. Mesmo não estando mais nos tempos da ditadura militar, em que ele não podia aparecer publicamente por razões evidentes, por que manter o pseudônimo em “Viagem Solitária”? Esta informação não consta na segunda autobiografia.

As autobiografias são reconhecidas como um gênero literário. Seu pertencimento à literatura pode provocar certo estranhamento. Elas não são consideradas o mero desenrolar histórico de uma vida, mas também não é ficção, elas estão no limite e no tensionamento entre o histórico e o ficcional, “oscilando entre a lógica representativa dos fatos e o fluxo da recordação, ainda reconhecidamente arbitrário e distorcido” (ARFUCH, 2010a, p. 104) em um proposital jogo de luzes e sombras sobre o que deve ser contado e o que deve permanecer no esquecimento, colocando sob suspeita a memória, que “por vezes, como no caso da reconstituição da infância, é a memória dos outros” (CHIARA, 2007, p. 168).

Para Elizabeth De Mijolla (1994, citada por ARFUCH, 2010a, p. 104),

é a nostalgia e o pesadelo de um tempo passado, a beleza e o terror, que remonta à infância como um lugar imaginário de um poder sempre irrealizado, e é a perda desse poder – e dessa paixão – o que está na origem da autobiografia.

O contexto de produção de uma autobiografia opera no trânsito de estilos literários, finalidades privadas e públicas, contexto social e múltiplas audiências. As narrativas pessoais podem ser pensadas como reconstituições ficcionais que apresentam um eu e sua intimidade para uma audiência pública (HARRISON e LYON, 1993; ARFUCH, 2010a, 2012).

O fato histórico de uma autobiografia não é totalmente verificável. O “eu” autobiográfico constitui-se no ato de contar histórias verossímeis, isto é, semelhantes ao real, que não supõe necessariamente veracidade. Trata-se menos de “como uma vida foi vivida”, mas como através de atos biográficos uma vida é criada e construída para uma

esfera pública. Para Arfuch (2010a), não importa a “verdade” do que aconteceu, e sim as estratégias (ficcionais) de autorrepresentação e sua construção narrativa, “os modos de nomear (se) no relato, o vai e vem da vivência ou da memória, o ponto de olhar, o deixado na sombra... em definitivo, que história (qual delas) conta alguém de si mesmo ou de um outro ‘eu’” (ARFUCH, 2010a, p. 60).

Marie-Hélène Bourcier (2008, 2011) retoma o termo “tecnologia”, que foi colocado em discurso e politizado em uma perspectiva biopolítica por autores tão diversos como Foucault, Teresa de Laurentis ou Donna Haraway, ao apresentar as novas tecnologias da transmasculinidade, que ela denomina de “TTT: Trans Teoria e Tecnologia”: o abandono da metáfora narrativa da transição ou transgressão⁹⁸, a testosterona (o culto dos “hormônios masculinos”) e o feminismo lésbico radical. Sua proposição parte da análise da autobiografia do hispanoamericano Max Valério⁹⁹, publicada nos Estados Unidos em 2006. Para Bourcier (2011), a tecnologia autobiográfica trans é uma questão transversal, que produz subjetividades através da linguagem, colocando em questão a biopolítica e o tropo da metamorfose de gêneros.

A partir das observações que fiz no campo, nas quais estavam implícitos os usos de diferentes narrativas de “si mesmo” ou de “representação de si” na produção de subjetividades transmasculinas, seja pela leitura de uma autobiografia trans, por uma entrevista ou notícia vista na televisão ou por informações encontradas na internet, percebi que o campo se constituiu como um “espaço biográfico”, conceito proposto por Leonor Arfuch (2010a). Ele pode ser entendido como a articulação entre diversos gêneros discursivos contemporâneos ligados aos relatos de experiências pessoais, à exposição pública da intimidade e aos horizontes de expectativa, de modo que uma história ou experiência de vida, contada de diferentes maneiras, integra a multiplicidade de formas do “espaço biográfico”. Feitas essas considerações, meu objetivo nesse capítulo é analisar os modos de

⁹⁸ Bourcier se refere à reformulação das narrativas trans, antes marcadas pela metáfora do “corpo errado” ou “uma alma masculina presa em um corpo de mulher” ou a “adequação do gênero psicológico ao sexo biológico”. Neste sentido, a autora entende que o que é novo nas novas autobiografias trans é a rearticulação do discurso sobre transição e transgressão na qual o uso dessas metáforas não são mais encontradas.

⁹⁹ VALERIO, Max Wolf. *The testosterone files: my hormonal and social transformations from female to male*. Berkeley: Seal Press, 2006

visibilidade dos transhomens brasileiros de 2010 até maio de 2014, articulando os mesmos com a noção de “espaço biográfico”.

No conceito de sociedade de controle o poder ocupa o psiquismo e o corpo dos indivíduos através do desejo. O termo “sociedade de controle” foi empregado por Gilles Deleuze (2005) para explicitar o processo de complexificação do poder disciplinar que caracterizou o ethos social até a metade do século XX. O controle no lugar da disciplina corresponde ao deslocamento da produção centrada no valor que dá ênfase à produtividade material em direção a uma produção imaterial ou simbólica que dá ênfase ao desejo. Essa passagem implica, contudo, num modelo de regulação social e permite um novo regime de visibilidade pública e de comunicação. A produção é a própria produção de si como algo vital. O poder se torna uma função integrante que o indivíduo adota e reafirma espontaneamente.

Um regime de visibilidade prevê uma reordenação dos modos de ver e de ser visto em um mesmo movimento nos dispositivos de vigilância, os quais são cada vez mais diversos em suas técnicas, modos de atuação e significação. A vigilância se dá nas formas de deslocamento no espaço, nos fluxos invisíveis das redes informacionais infiltradas no espaço ampliado. Tais relações podem ser apreendidas segundo a noção de regimes de visibilidade, sendo estes pertinentes a épocas e sociedades.

Seguindo o pensamento de Michel Foucault (1983), um regime de visibilidade consiste não tanto no que é visto, mas no que torna possível o que se vê. Dessas condições de visibilidade participam máquinas, práticas, regras, discursos que estão articulados a formações de saber e jogos de poder em uma construção constante, social e histórica, de fatos e artefatos (BIJKER e LAW, 1992; CALLON, 1989; LATOUR, 1994). Isto não constitui um campo visual unificado de teorias e práticas, mas um terreno de disputas e embates em que concorrem modelos mais dominantes e uma série de práticas e culturas menores. Os dispositivos de vigilância participam ativamente desses múltiplos e concorrentes modos de fazer ver e de ser visto em nossas sociedades e os articulam com procedimentos mais ou menos explícitos de monitoramento, identificação, controle, coleta e produção de informações sobre os indivíduos e suas ações.

Miskolci (2014, p. 12-13), ao analisar os regimes de visibilidade na esfera da sexualidade, entende que

um regime de visibilidade traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em

proibições diretas, antes em formas indiretas, mas altamente eficientes, de gestão do que é visível e aceitável na vida cotidiana. Assim, um regime de visibilidade é também um regime de conhecimento, pois o que é visível e reconhecido tende a estabelecer as fronteiras do pensável.

Cada sociedade possui seus modos particulares de enunciar e dar visibilidade aos discursos do poder. Do dispositivo panóptico, analisado por Foucault (1986), até a realidade virtual, uma série de regimes de visibilidade foi agenciadora das mais diversas estratégias de poder na constituição de cada momento histórico. Não se trata de tornar as coisas visíveis a um olho exterior, mas de torná-las transparentes a si mesmas. A potência do controle é internalizada, os indivíduos não são mais “vítimas” das imagens, eles se transformam em imagem

O aumento da visibilidade de transhomens constatada nesta pesquisa me levou a pensar sobre as seguintes questões: O que faz os transhomens brasileiros mais visíveis hoje? Quais condições se abriram para que os mesmos se manifestem e mostrem sua existência? Os modos de visibilidade de transhomens mais jovens são os mesmos de transhomens mais velhos? A visibilidade é um desejo comum a todos eles?

Voltando a Nery, ao ler as duas autobiografias, percebe-se uma atualização de linguagem. Em “Erro de Pessoa” ele fala de “transexual feminino” ao se referir a si mesmo, pois era a denominação usada na época, oriunda da medicina, que privilegia a primazia do sexo biológico sobre a identidade de gênero. Em “Viagem Solitária”, ao se referir às pessoas trans, ele usa outras expressões como *FTM*, *MTF*, transmulheres, transhomens, trans, homens trans e apenas transexuais. Em “Erro de Pessoa” ele trazia o relato de um congresso no qual ele participou como um “caso” (como “cobaia”, segundo suas próprias palavras) apresentado por um de seus médicos e narrou em detalhes os temas que foram discutidos no mesmo. Em “Viagem Solitária” este fragmento foi excluído. Nessa segunda versão de si ele cita em duas páginas que teve conhecimento de outras teorias, como a teoria *queer*.

A década de 1960 inaugurou o uso da tecnologia autobiográfica pelas pessoas trans para falar de si. A primeira autobiografia trans que se tem conhecimento é a da americana Christine Jorgensen, publicada em

1967, sob o título “*Christine Jorgensen: A personal Autobiograph*”¹⁰⁰. Segundo Pat Califia (2003), sua autobiografia, na qual ela se mostra como uma “mulher respeitável”¹⁰¹, foi uma resposta à espetacularização exacerbada da mídia sobre sua “mudança de sexo” nos anos 1950 e determinou “as condições de compreensão e discussão da transexualidade pelo grande público para as décadas futuras” (CALIFIA, 2003, p. 28). Parecer uma “mulher respeitável” faz com Jorgensen se aproxime daquilo que é aceitável segundo a moral vigente, ou seja, parece ser uma condição para ser reconhecida como “mulher”.

Seis anos mais tarde, em 1974, a britânica Jan Morris publica sua autobiografia “*Conumdrum: An Extraordinary Narrative of Transsexualism*”¹⁰². Em 1977 o ítalo-americano Mario Martino publicou “*Emergence: A transsexual Autobiography*”¹⁰³. Conforme Califia (2003, p. 61), este livro “foi comercializado como a única autobiografia completa de uma mulher que se tornou homem”.

Em um estilo intermediário entre autobiografia e biografia, estilos híbridos que compõem o “espaço biográfico”, o americano Chris Johnson, em co-autoria com Wendy Nelson, publicou em 1982 “*The Gender Trap: The moving autobiography of Chris & Cathy, the first transsexual parents*”¹⁰⁴ e em 1983 a americana Renée Richards publicou a sua história em “*Second Serve: The Rennée Richards Story*”¹⁰⁵, também em co-autoria com John Ames (NELSON, 2011; CALIFIA, 2003). Diferentemente das outras autobiografias citadas, na contracapa do livro de Richards há duas fotos de carteiras de identidade, uma do “capitão de corveta” Richard H. Rasking, da Marinha dos Estados Unidos, e a outra a licença da Federação Feminina de Tênis “da tenista” Renné Richards (CALIFIA, 2003). Em 1984, encontramos João W. Nery¹⁰⁶.

¹⁰⁰ Publicada em Nova York em 1967 pela editora *Paul S. Eriksson Inc.* Em 1968, a editora *Bantam Books* publicou uma edição de bolso (*pocket book*).

¹⁰¹ “Uma mulher de respeito é uma mulher que está adequada aos comportamentos reconhecidos socialmente como femininos” (Grossi, 2004, p.12).

¹⁰² Publicada em Nova York pela editora *Henry Holt and Company, Inc.* A biografia de Jan Morris foi reeditada em 1986 em uma edição de bolso, na qual a autora incluiu uma nova introdução e um epílogo.

¹⁰³ Publicada também em Nova York pela *Crown Publishers, Inc.*

¹⁰⁴ Publicada em Londres pela editora *Proteus Books Ltd.*

¹⁰⁵ Publicada em Nova York pela editora *Stein and Day.*

¹⁰⁶ Publicada no Rio de Janeiro pela editora *Record.*

Como o meu interesse está em autobiografias de transhomens, a partir daqui citarei as que encontrei referenciadas em outros/as autores/as e na minha própria busca, tanto na internet, em livrarias virtuais, quanto nas viagens que fiz para outros países. Provavelmente há outras autobiografias, inclusive em outras línguas que não domino, que não estão listadas. Portanto, não é uma lista completa, mas nos permite analisar os contextos de suas publicações e sua articulação com a maior visibilidade de transhomens.

Na década de 1990 há um aumento no número de autobiografias trans, principalmente de transhomens britânicos, duas escritas em co-autoria, como as de Raymond Thompson e Kitty Sewell, sob o título *“What took you so long? A Girl’s Journey to Manhood”*¹⁰⁷, publicada em 1995, e a de John Hewitt e Jane Warren, *“A Self-Made Man: The Diary of a Man Born In a Woman’s Body”*¹⁰⁸, publicada em 1996. Mark Rees, também em 1996 publicou *“Dear Sir or Madam The autobiography of a female-to-male transsexual”*¹⁰⁹ (CROMWELL, 1999). Lou Sullivan, um transhomem americano que faleceu em 1991 em decorrência da aids, fundou em 1986 o primeiro grupo de apoio voltado para transhomens em San Francisco, que mais tarde se tornou a *FTM Internacional*. A exposição pública de Sullivan pode ter incentivado a publicação dessas autobiografias de transhomens, aumentando a visibilidade dos mesmos em outros contextos. Além disso, relembro que a transexualidade entrou para o DSM III-R em 1987 como “distúrbios de identidades de gênero”, quando a homossexualidade foi retirada definitivamente desse manual.

Nos anos 2000 há uma proliferação de autobiografias de transhomens, além da de Max Valerio, já citada anteriormente. O americano Jamison Green publicou em 2004 *“Becoming a Visible Man”*¹¹⁰, o também americano Matt Kailey escreveu em 2005 *“Just Add Hormones An Insider’s Guide to the Transsexual Experience”*¹¹¹ (NELSON, 2011). Em 2005 o italiano David Tolu publicou *“Il viaggio di Arnold. Storia di un uomo nato donna”*¹¹², um misto de autobiografia com ficção, outro estilo que compõe o “espaço biográfico”. Em 2006 foram publicadas as seguintes autobiografias: *“The Mirror Makes No*

¹⁰⁷ Publicada em Londres editora *Penguin Books Ltd*.

¹⁰⁸ Publicada em Londres pela *Headline Publishing Group*.

¹⁰⁹ Publicada em Londres pela editora *Cassell*.

¹¹⁰ Publicada em Nashville pela *Vanderbilt University Press*.

¹¹¹ Publicada em Boston pela *Beacon Press*.

¹¹² Publicada em Roma pela *Edizione Universitaria Romane*

Sense”¹¹³, do cubanoamericano Mark Angelo Cummings; “*Transman-Bitesize The story of a Woman Who Became a Man*”¹¹⁴, do britânico Rico Adrian Paris; e “*Both Sides Now one man’s journey through womanhood*”¹¹⁵ de Dhillon Kosla, autoapresentado como “metade germânico-metade indígena americano” (NELSON, 2011). Em 2008 Thomas Beatie publicou “*Labor of Love – The Story of One Man’s Extraordinary Pregnancy*”¹¹⁶. O francês Axel Léotard lançou “*Mauvais genre*”¹¹⁷ em 2009. 2011 foi um ano com várias publicações autobiográficas trans, como as do americano Chaz Bono “*Transition – The Story of How I Became a Man*”¹¹⁸, em co-autoria com Billie Fitzpatrick; do argentino Alejandro Iglesias, “*Dos cuerpos, un alma*”¹¹⁹; do americano Nick Kieger, “*Nina Here Nor There: My Journey Beyond Gender*”¹²⁰ e de João W. Nery, “*Viagem Solitária – Memórias de um transexual trinta anos depois*”¹²¹. E finalmente em 2013, o americano Reno Prestige Wright publicou “*MAKING MR. WRIGTH – Memoirs of a Black Female-To-Male Transsexual*”¹²².

Várias autobiografias trans, principalmente americanas¹²³, foram publicadas digitalmente e comercializadas a partir de 2007, quando a empresa americana Amazon lançou um leitor de livros digitais (*e-books*) chamado *Kindle*, que permite a compra de livros digitais e a leitura dos mesmos em por meio de uma rede sem fios. A Amazon disponibilizou em 2009 o *software* do *Kindle* para ser utilizado em diferentes plataformas como o *Windows* da *Microsoft*, *iOS* e *Mac*, da *Apple*, *Android* e *Black Berry*¹²⁴. Deste modo, livros digitais hoje podem ser lidos não só no leitor *Kindle*, mas também em computadores de mesa, *notebooks*, celulares e *tablets*. Se por um lado, o *Kindle* facilitou o acesso à produção discursiva sobre transmasculinidades, por outro lado

¹¹³ Publicada em Bloomington pela *Author House*.

¹¹⁴ Publicada em Bloomington pela *Author House*.

¹¹⁵ Publicada em Nova York pela editora *Jeremy P. Tarcher/Penguin*.

¹¹⁶ Publicada em Berkley pela *Seal Press*.

¹¹⁷ Publicada em Paris pela *Éditions Hugo & Compagnie*.

¹¹⁸ Publicada em Nova York pela *Dutton*.

¹¹⁹ Publicada em Buenos Aires pela editora *De los Cuatro Vientos*.

¹²⁰ Publicada em Boston pela *Beacon Press*.

¹²¹ Publicada em São Paulo pela Editora *Leya*.

¹²² Publicada em Bloomington pela *Balboa Press*.

¹²³ Cummings, Kailey, Bono, Kieger e Wright

¹²⁴ Disponível em:

http://blog.seattletimes.nwsources.com/brierdudley/2007/11/chatting_with_amazons_kindle_d.html. Acesso: 17 mai 2014.

o acesso a essa mídia digital se restringe às pessoas que têm conhecimentos da língua inglesa e têm condições financeiras para adquirir os livros.

É emblemático o interesse dos transhomens em escrever suas autobiografias. As autobiografias trans podem não ser representativas da experiência de muitas pessoas trans, mas podem indicar o estabelecimento de um discurso “oficial” trans (ou um conjunto de discursos) que regula a autorrepresentação trans e, portanto, modos de subjetivação trans (HAUSMAN, 2006). Emily Nelson discorda de Bernice Hausman quanto ao estabelecimento de um discurso “oficial” trans, porém ela concorda que as autobiografias trans são

ferramentas poderosas para a compreensão de vidas inimagináveis por pessoas não transexuais, tanto quanto para a compreensão dos/as próprios/as transexuais que eles/as não estão sozinhos/as em sua experiência (NELSON, 2011, p. 13).

Emily Nelson¹²⁵ (2011) analisou dez autobiografias publicadas nos Estados Unidos e Reino Unido entre 1977 e 2008 que problematizam a transexperiência, nas quais é possível acompanhar mudanças nas narrativas trans. Todas falam da transição *FTM* (*female to male*) e é possível agrupá-las de acordo com o modo como eles descrevem as suas vidas e seus processos de transição. Nelson identificou três gerações de autores. Compõem a “primeira geração” Mario Martino (1977), Chris Johnson (1982) e Mark Rees (1996), que nasceram antes dos anos 1950 e publicaram seus livros no século passado. Todos escreveram sobre sexo¹²⁶ de modo muito concreto, cada um é ou um homem ou uma mulher, não há espaço ou compreensão para qualquer outra alternativa. Nenhum deles se identificou como uma lésbica e a ideia de ser lésbica é considerada distante da ideia de ser trans. Essas autobiografias são centradas na transição e na transexualidade (Nelson, 2011).

As autobiografias de Nery seguem um percurso muito próximo à primeira geração e trazem as mesmas temáticas que Nelson identificou em sua pesquisa. A autora localizou cinco grandes temas

¹²⁵ Antropóloga americana. Mestre em Ciências Humanas e Estudos de Gênero pela Universidade de Uppsala, Suécia.

¹²⁶ A autora usou o termo “sexo” e não gênero.

autobiográficos que todos os transhomens descrevem em suas autobiografias. Eles apresentam lutas relacionadas com muitos fatores, entre estes a legislação, normas sociais, práticas médicas e crenças. Os temas são os seguintes: a tentativa de se encaixar em um corpo/papel/mundo feminino, no qual relataram as dificuldades de se encaixarem em um corpo e papel relativos ao “sexo” feminino a partir da percepção social de que eram “meninas” e os sentimentos em relação a sua anatomia feminina e como se identificam antes de se autoidentifarem como trans; e a descoberta da vida trans e a “saída do armário”, que se relacionam à descoberta de ser trans e como revelaram para amigos/as, família e sociedade. Nelson afirma que Martino, Johnson e Rees estavam tentando entender o que o “conceito” de transexual significava em uma época em esse conceito foi se tornando mais conhecido tanto no campo médico como para o público em geral (NELSON, 2011).

A aquisição de hormônios e as cirurgias foram também temas recorrentes nessas autobiografias, nas quais eles relatam a idade em iniciaram a transição e as dificuldades, principalmente financeiras, em relação à transição e aos pagamento dos procedimentos médicos que foram realizados. Outra temática comum às autobiografia trans identificada por Nelson é a tentativa de estabelecer ou restabelecer uma identidade masculina. Segundo Nelson (2011, p. 52), “com a ajuda de testosterona e *SRS*¹²⁷, esses homens foram finalmente capazes de fazer o mundo vê-los e interagir com ele como homens” e tiveram de aprender a negociar com o mundo como um homem; e, por fim, narrativas sobre relacionamentos sexuais ou amorosos, em que um dos maiores problemas relatados pelos autores foi encontrar um/a parceiro/a sexual e/ou amoroso e as negociações que foram realizadas entre os/as parceiros/as para aqueles que já tinha relacionamentos anteriores à transição.

Na época dessa geração era comum a afirmativa essencialista: “me tornei o homem que eu já era”. Deste modo, a trajetória de João W. Nery se move em direção a uma identidade socialmente mais óbvia do gênero masculino; ele se sente um homem, sofrendo como fato de que seu ser masculino não é visível para os outros e este é um estágio que precisa ser atingido. Ele nunca colocou em dúvida o fato de ser homem.

¹²⁷ Sigla em inglês para *Sex Reassignment Surgery*. Tradução literal: cirurgias de redesignação sexual.

Já no primeiro capítulo dos dois livros, ele apresenta um sentimento muito específico. Começa a trabalhar como motorista de táxi, com “camisa e gravata”, e se sentia gratificado

pelo fato de estar exercendo, pela primeira vez, uma profissão basicamente masculina [...] Uma ansiedade só. De repente, parei o carro. As portas se abriram. Estranhos se acomodaram e deram ordens. Minha privacidade invadida. Mudo, concentrei-me em dirigir, obedecendo à risca a rota indicada. A inibição me dominava. Sensação de estar sendo observado pela nuca, sem defesa, e de não poder corresponder à aparência de um homem maduro e responsável (NERY, 1984, p. 13; 2011, p. 22).

Nas narrativas trans da primeira geração, os autores escrevem que estavam convencidos desde a infância de que algo não concordava com o corpo que possuíam, e portanto, é constituído por algo mais além do corpo, daí vem a imagem frequente relatada pelos trans do “aprisionamento em um corpo errado”. Em ambos os livros, Nery (1984, p. 25; 2011, p. 32) afirma:

Não conseguia entender por que me tratavam como se fosse uma menina! Faziam questão de me ver como nunca fui. Sabiam que não gostava disso! Por que insistiam em me entristecer, em me ridicularizar? Algo estava errado. Restava saber se com eles ou comigo. Tornei-me um ser acuado [...]

Ser um prisioneiro do corpo errado é uma “autenticação” da identidade trans; estar “preso no corpo errado” é o que define o sentimento de ser trans na primeira geração de autores analisada por Nelson. Embora Nery tenha publicado em 2011 “Viagem Solitária”, ele mantém a metáfora do “corpo errado” de “Erro de Pessoa”, que aliás, parece não ter sido por acaso a escolha desse título, indicando a posição do autor sobre sua experiência de ser trans.

A metáfora do “corpo errado” faz com que descrevam a infância como se devessem ser garotos, que sua anatomia deveria corresponder a um homem e não a uma mulher. O desconforto que sentiram ao crescer com sua anatomia feminina é claro nos textos da primeira geração:

O pior é que quanto mais eu crescia, mais exigências iam sendo feitas, aumentando as dificuldades. Sabia não possuir um pinto tão grande como o dos outros meninos da minha idade. Mas alimentava a esperança que ele ainda crescesse. Deitava na cama e ficava puxando o meu “pinto”, para ver se aumentava. Ao acordar, a desilusão! Tudo continuava na mesma. Nenhuma fada apareceu. Nenhum milagre aconteceu (NERY, 1984, p. 25; 2011, p. 33).

Os relatos sobre seus incômodos com o corpo feminino são recorrentes nos dois livros de Nery. Aos quatorze anos acontece à primeira “monstrução”.

Tudo, absolutamente tudo, estava fora do lugar [...]. O que sobrava em cima faltava embaixo e vice-versa. [...] Cadê o pau para ter relações sexuais? E puxava o clitóris com toda força, como querendo agigantá-lo, arrancá-lo da terrível escuridão. Tudo tremendamente estúpido e grosseiro [...] Seu aleijão, só lhe resta chorar pelos cantos (NERY, 1984, p. 38,39; 2011, p. 47).

É importante reafirmar que Nery não é uma mulher, não poderia ser homossexual e persegue um caminho para chegar a ser um homem com pênis, portanto “*um homem completo*”. Suas autobiografias não deixam espaço para a interpretação como uma “mulher masculina”.

Quando entrei na adolescência, ainda não existia sequer o conceito de transexualismo. Eu me sentia um homem, com um físico inexpressivo que não convencia ninguém. Eu não me via de forma alguma como homossexual, embora os outros assim o fizessem. Desconhecia outra ‘categoria’ na qual pudesse me enquadrar e tampouco sabia de pessoas iguais a mim (NERY, 1984, p. 44; 2011, p. 53).

Para Laurence Hérault (s.d), a entrada na transexualidade também é um momento no qual as pessoas iniciam um trabalho biográfico para

apoiar sua descoberta e garantir uma “verdade de si”. “Eles revisitam sua história mais ou menos cuidadosamente, mais ou menos coletivamente, segundo o contexto nos quais eles evoluem a fim de dar sentido a práticas e comportamentos passados” (Héroult, s.d., p. 3), entre os quais a exclusão de grupos por “não adequação” pode se tornar indícios ou “prova” de transexualidade.

As cirurgias, para Nery, são um desejo de “restaurar” o corpo para a auto-promulgada superfície do corpo, são a possibilidade de ter o corpo que deveria ter sido. A grande parte de “Erro de Pessoa” é a espera pelas cirurgias. A angústia pelo tempo dessa espera e o intenso desejo por um pênis. Não se identificava como lésbica e queria se distanciar da homossexualidade, não se identificava com a ideia que ama “outra” mulher. Nesse caso, o processo não teria sentido. Queria ser identificado como um homem para uma mulher (heterossexual) e como homem para os próprios homens. Há uma grande preocupação em não ser confundido com uma lésbica.

No capítulo 17 da quarta parte de “Viagem Solitária”, intitulado “O reencontro de cobaias”, Nery narra o encontro que teve com três amigos trans. Davi, seu amigo de longo tempo, havia os apresentado. O mais novo, Darcy, tinha 49 anos.

Apesar de não termos intimidade, a cumplicidade que imediatamente se estabeleceu entre nós nos fazia sentir como se tivéssemos convivido durante todo esse tempo, ou como irmãos que moram longe uns dos outros (NERY, 2011, p. 303).

O tema inicial da conversa foi sobre as cirurgias que fizeram e Nery escreve “Dos quatro, só ele [Darcy] levava as cirurgias até o fim, com a neofaloplastia” (NERY, 2011, p. 304). Nery finalmente deixa claro que não fez a neofaloplastia. Os assuntos giraram em torno das temáticas que Nelson identificou nas autobiografias trans; conversaram sobre a fabricação dos próprios pênis, sobre metoidioplastia¹²⁸, sobre uso de próteses nas relações sexuais, etc. As “novidades” temáticas foram sobre paternidade, pois três tinham filhos não biológicos, menos Davi e sobre suas preocupações com a velhice.

¹²⁸ Cirurgia alternativa à neofaloplastia, na qual são liberados os ligamentos internos do clitóris para que ele aumente de tamanho. Neste tipo de procedimento, a sensibilidade do clitóris é mantida.

No capítulo seguinte, Nery conta que estava “mais interessado em conhecer a opinião deles sobre a última bomba em relação aos trans: ‘o homem grávido’” (NERY, 2012, p. 316). As reações ao “homem grávido” foram da surpresa à indignação. Amadeus, um dos amigos, disse: “Acho que são pessoas que não sabem quem são nem o que querem. Vivem de experiências novas, buscando provar não sei o quê nem pra quem. O meu dom é a paternidade em função do que sou. Eles, afinal, são o quê? Pai ou mãe? Darcy comentou sobre dois trans que

viraram homens, continuaram juntos e um deles engravidou¹²⁹. São os trans-homo? Aí fundi a cuca! E os filhos, como ficam? Até posso respeitar a decisão deles. Mas não me vejo numa situação dessas, por mais que seja um ato de amor. Não consigo imaginar um homem dando à luz! É tão intimamente associado à maternidade! Como Amadeus falou, acho o máximo da feminilidade. Talvez o que mais pareça estranho é querer trazer a público a experiência. Porque algumas pessoas já tinham feito isso de forma discreta, privada. Não é por vergonha, mas por envolver terceiros, e sobretudo uma criança que nem nasceu ainda”(NERY, 2012, p. 317, 318).

Podemos pensar muitas coisas a respeito dos comentários acima. Uma delas é que eles são de uma geração em que a metáfora do “corpo errado” era o que os identificava, era a “autenticação” de ser trans, como já comentado anteriormente. Thomas Beatie desestabiliza suas convicções ao contrapor outras formas de ser trans e sobre o que é ser uma família.

Beatie constitui, junto com Matt Kailey (2005) e Rico Paris (2006), a “terceira geração” de autobiografias trans. Diferentemente de

¹²⁹ Darcy se refere à história dos americanos Pat Califia e Matt Rice. No final de 1999 Mat decidiu parar de tomar testosterona e engravidar através de inseminação artificial. Segundo Laurence Héault (2011), sua história veio à tona em 2000 em um artigo publicado por Califia, no qual ele afirma que ambos tiveram o “apoio da família de origem, dos vizinhos e da família de eleição, composta por gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e alguns heterossexuais. No entanto, sofreram hostilidade de um FTM que considerava que os verdadeiros homens não ficam grávidos” (HERAULT, 2011, p. 2).

seus antecessores, eles relatam que não foram socializados como homens e se sentem mais confortáveis descrevendo-se como transhomens do que como homens. Kailey e Paris tiveram longos casamentos heterossexuais antes de se autoidentificarem como trans (NELSON, 2011).

Na sua autobiografia, Beatie afirma que seu livro é sobre várias coisas, mas acima de tudo sobre família. Ele espera que as pessoas, ao ler seu livro, vejam algo

de sua própria família em minha história. [...] mas eu seria ingênuo de pensar que nós [sua família] não somos diferentes. Eu sou, tanto quanto eu posso dizer, o primeiro homem totalmente legal e marido a engravidar e dar à luz a uma criança. Em 1974 eu nasci menina e vivi os primeiros vinte e quatro da minha vida como mulher. Desde que lembro [...] eu quis viver minha vida como homem. Quando era jovem, eu era tomboy¹³⁰. Eu me identificava com o gênero masculino em todos os sentidos. Eu nunca pensei ter nascido no corpo errado, no entanto, jamais quis ser qualquer outra pessoa. [...] Algumas vezes eu ficava confuso sobre como fazer o resto do mundo entender minha situação (BEATIE¹³¹, 2008, p. 5, 6)

Beatie se mostra confiante em estabelecer uma confusão de gêneros quando parou de tomar injeções de testosterona para conceber uma criança. Mesmo tendo feito mastectomia, ele diz de sentir suficientemente confortável com seu corpo para carregar uma criança por nove meses. Beatie não se inscreve nos registros exclusivos das categorias binárias de gênero e nem na metáfora do “corpo errado”, que no limite tende a “normalizar” as pessoas trans. Beatie pode ser um “homem grávido” sendo trans. Ele traz para o “espaço biográfico” outros modos de ser trans, borrando as fronteiras de gênero de modo contundente, e o questionamento sobre paternidade/maternidade.

Um “corpo errado” pressupõe a existência de um “corpo certo”. Um “corpo errado” precisaria ser consertado. Essa ideia de “corpo

¹³⁰ Menina que apresenta características e comportamentos considerados tipicamente masculinos pela cultura.

¹³¹ Versão digital para *Kindle*. Talvez a paginação seja diferente na versão impressa.

errado” que precisa de conserto é uma construção dos discursos biomédicos, que faz com que os trans tenham de passar pelos “*gate keepers*”, pelos “guardiões do portão”, constituídos pelos médicos e a equipe de saúde para receberem a autorização de “correção de seus corpos”. Para liberar a passagem, eles devem aprender a homogeneizar as suas experiências em uma narrativa médica (PROSSER, 1982). É interessante observar o quanto esta ideia está presente nas autobiografias trans da primeira geração, que muitas vezes pode levar a uma espécie de “vitimismo” que se estabelece na impotência da recriação de si.

O “homem grávido” parece ter possibilitado a Nery uma ressignificação de sua experiência. Ele acaba estabelecendo a identidade de um homem que não precisou ir até o “fim”. Quando fala da paternidade, ele parece mais tranquilo e mais “pacificado” em relação à turbulência que foi sua trajetória de vida. Com a paternidade, ele parece ter realizado um dos seus sonhos: “ser um super-herói, mais tarde casar com uma princesa e ser pai” (Nery, 2011, p. 34). Nery fala de Yuri, seu filho, com orgulho e amor imensos.

Meu filho tornou-se um ser tão belo que parecia um Jesusinho na terra. E eu, literalmente o José, o pai que o criava, mas que não o tinha feito [...] Meu filho seria realmente especial, decidi. Não queria criá-lo com consumismo, desperdício ou chantagem (NERY, 2011, p.258, 260).

Quanto à educação de Yuri, Nery conta:

Quis criar meu filho como um homem gentil, sincero, sensível, que não tivesse vergonha de chorar. Enfim, decidi adotar todos os melhores valores que na nossa cultura são considerados femininos, sem fazer dele um ser necessariamente efeminado, fortalecendo sentimentos que dificilmente são enaltecidos nos homens. Mesmo sendo um transhomem, fazia questão de preservar essas características, atitude esta rara em muitas pessoas do meu gênero (NERY, 2011, p. 262).

Yuri parece ter sido fundamental na vida de Nery, mudando suas perspectivas com a convivência com o filho.

Depois de lhe contar a última conversa com meus amigos trans, sobre o homem grávido, perguntei a opinião dele. Respondeu sem pestanejar: - Acho que precisamos ser mais tolerantes (...) Senti que a minha paternidade tinha valido à pena e, sobretudo, que ele se tornara o meu ‘acerto’ de vida (NERY, 2011, p. 327).

Nery buscou uma narrativa que tornou possível reordenar relações entre comportamento sexual, identidades eróticas, construções de gênero, formas de conhecimento, regimes de enunciação, lógica da representação e modos de autocriação, ressignificando as relações entre poder, verdade e desejo, seguindo fluxos e suas indeterminações. A retomada de sua história não é simplesmente uma reinteriorização, mas articula novas externalizações. Foi preciso retomar a legibilidade, ou seja, ele transformou sua história para torná-la mais inteligível e visível aos olhos dos outros e de si mesmo. Ao final de “Viagem Solitária” ele entende que é possível ser um homem sem pênis, sua fixação desde “Erro de Pessoa”, que não há uma masculinidade única e universal, há diferentes masculinidades. A autobiografia é feita de fragmentos de uma vida, no qual quem escreve faz escolhas. Lembremos do que Nery nos adverte em “Erro de Pessoa”: “Alguns fatos – que talvez façam falta – foram esquecidos; outros, omitidos por meu ‘filtro’ de interesse, e outros ainda modificados, para não comprometer ninguém”. Portanto, a “verdade de si” é provisória, inacabada, que possibilita a abertura ao olhar do outro, o/a leitor/a.

As narrativas de Nery mostram uma forma contemporânea de autodefinição social, que nos permite contemplar de outro modo a experiência de ter uma identidade ou expressão de gênero não normativa como resultado de uma dinâmica biográfica complexa. Mostra também que todos e todas nós estamos imbricados em um sistema discursivo marcado por conflitos e contradições, mas ao mesmo tempo somos sujeitos que têm agência.

Os atos biográficos de uma vida criada e construída para uma esfera pública dão visibilidade a estas experiências. A aparição do autor na mídia, a repercussão de sua publicação, a imagem que ele constrói de si mesmo e os efeitos dela se constituem em novos modos de visibilidade de transhomens.

Após o lançamento de “Viagem Solitária” no II Trans Day NIGS, realizado em outubro de 2011, Nery participou de vários programas de televisão de grande audiência, que são também outras formas que

compõem o “espaço biográfico”, como “De Frente com Gabi”, “Programa do Jô”, “Altas Horas” e “Superpop”, sendo entrevistado por jornalistas e apresentadores/as famosos/as como Marília Gabriela, Jô Soares, Serginho Groisman e Luciana Gimenez. A entrevista midiática, segundo Arfuch (2010b), é uma estrutura dialógica que consiste em um breve intercâmbio que permite a expansão narrativa que tem a ver com as transformações de uma história. A autora aponta que mais que conhecer os “fatos”, a entrevista, com muita frequência,

coloca em relação dois universos existenciais, o público e o privado, em uma variedade de cruzamentos, mesclas e superposições. (...) A interdependência entre estes dois espaços assume na entrevista uma dimensão modelizadora: não só se mostra uma vida, um acontecimento, mas também se propõe critérios de valoração e identificação, postula-se uma ordem desejável, exemplarizadora (ARFUCH, 2010b, p. 20).

Outro aspecto da entrevista diz respeito à afetividade, pois a entrevista autoriza uma hipótese a respeito do uso regulador dos sentimentos no plano social, uma vez que há a expressão de sentimentos, os/as personagens que se desenham em cena, tanto entrevistadores/as quanto entrevistados/as, em busca de admiração, reconhecimento e identificação (ARFUCH, 2010b). Não podemos ser ingênuos a ponto de pensar que a entrevista sempre desperta admiração entre entrevistador/a, entrevistado/a e audiência. O uso que será feito deste aspecto da entrevista depende de uma multiplicidade de fatores e contextos, nos quais estão os interesses do tema como produto a ser explorado para aumento da audiência, as intenções do/a entrevistador/a e do/a entrevistado/a, que pode criar um/a novo/a “herói/heroína” ou pode derivar para a exploração excessivamente midiática de ambos, e a interpretação do público, que pode não se reconhecer e não se identificar com o que está sendo apresentado.

Nery, a partir do II Trans Day NIGS, onde conheceu diversos/as pesquisadores/as que trabalham a temática da transexualidade e foi conhecido por eles/as, e da sua aparição na mídia, tem sido convidado como palestrante de vários eventos acadêmicos que debatem questões relacionadas às transexualidades e identidades de gênero. Ele também participou em janeiro de 2013 da campanha pelo dia nacional da visibilidade trans, veiculada nas redes sociais, onde sua presença é

constante através de seus dois perfis do *Facebook* e outras redes virtuais. Ele também criou uma *fan page* de “Viagem Solitária” para divulgação do livro e um site.

Diferentemente de Nery, que tem exposto publicamente sua experiência em relação à transexualidade através de diferentes suportes do “espaço biográfico”, encontrei na minha pesquisa outros transhomens mais velhos, na faixa etária entre 40 e 50 anos, que não querem nenhum tipo de visibilidade. Um deles afirmou com toda convicção: “o que todo homem trans quer é sumir na multidão”.

2 “ Olhe pra mim de novo” - Sillvyo Luccio Nóbrega

Sillvyo Luccio Nóbrega nasceu em 1964 em Fortaleza. É formado em Letras, é funcionário público e mora há 23 anos em Pacatuba, interior do Ceará. Ele é um dos/as fundadores/as do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), uma ONG de Fortaleza fundada em 1989, que tem

atuado diretamente no enfrentamento ao preconceito por orientação sexual, desenvolvendo ações no âmbito da proposição, execução e controle social de políticas públicas, assim como do ativismo em torno dos direitos da população homossexual, tendo como missão melhorar a qualidade de vida de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Pessoas Vivendo com HIV/AIDS no Estado do Ceará¹³².

No início de novembro de 2011 Sillvyo Nóbrega deixou uma mensagem no livro de visitas do “Sou transhomem... e daí?”, na qual informava ter sido protagonista de um documentário chamado “Olhe pra mim de novo”, de Cláudia Priscilla e Kiko Goifman. Procurei na internet informações sobre o documentário e encontrei o trailer e uma notícia sobre a exibição do mesmo no 39º Festival de Cinema de Gramado, realizado de 5 a 13 de agosto de 2011. Postei tanto o trailer quanto à notícia no meu site.

¹³²http://www.grab.org.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=1&Itemid=12

Desde então fiz inúmeras buscas para assistir ao filme, mas não o encontrei. O documentário foi exibido em outros festivais de cinema, tendo recebido o prêmio do público e prêmio especial do júri de melhor documentário no Festival de Cinema do Rio e no 19º Mix Brasil, ambos em 2011. Também foi exibido na 35ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo em outubro de 2011, na mostra paralela “Panorama” do Festival de Cinema de Berlim de 2012 e no Queer Lisboa 17 – Festival Internacional de Cinema *Queer* em 2013. O filme entrou em circuito comercial em São Paulo apenas em 2013.

A sinopse¹³³ de “Olhe pra mim de novo” é a seguinte:

Um road-movie pelo sertão do Nordeste Brasileiro. Sillvyo Luccio - o personagem principal - atravessa os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Pelo caminho encontra uma família com doença genética, uma mãe que recorreu ao DNA para saber se seu filho - já com 33 anos - foi trocado na maternidade, uma família de albinos. O ponto de partida é a pequena cidade de Pacatuba, no Ceará. Segundo o próprio personagem que conduz a viagem: ‘ele nasceu mulher, tornou-se lésbica e agora é homem’. Sillvyo Luccio é um transexual masculino em fase de transformação no sertão brasileiro, uma região marcada pelo forte calor, pobreza e também pela cobrança de extrema virilidade do homem. Paradoxos e singularidades em um filme de viagem sobre maternidade e famílias contemporâneas. Tem que ser muito macho.

O fato de ter encontrado somente o trailer e poucas informações a respeito do filme, já é um achado. Sillvyo não vive em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo os/as diretores/as, ele vive em uma pequena cidade onde todos o conhecem e, embora existindo preconceito, ele é respeitado.

Nossa proposta, de viajar com o Sillvyo em um road-movie, foi a de tirar o personagem de sua ‘zona de conforto’. [...] Levá-lo em nossa viagem foi abrir o filme ao desconhecido e ao

¹³³ Disponível em: <http://olhepramimdenovo.wordpress.com/>

acaso, aspecto que julgamos fundamental em um documentário (PRISCILLA e GOIFMAN)¹³⁴.

Filmes e documentários, assim como as autobiografias, biografias, autoficções, confissões, memórias, diários íntimos, correspondências, entrevistas, blogs, *fotologs*, *chats*, *reality shows*, *talk-shows* e outras narrativas em diferentes suportes, constituem o “espaço biográfico” na trama cultural contemporânea, no qual

rostos, vozes, corpos assumem palavras, reivindicam autorias, reafirmam posições de agência ou autoridade, testemunham ter vivido ou ter visto, desnudam suas emoções, rubricam uma política de identidade. Um concerto – ou desconcerto de vozes – que povoam de lampejos biográficos toda sorte de discursos, infringindo os limites, nunca nítidos, entre o público e o privado (ARFUCH, 2012, p. 45).

Concordo com Arfuch quando ela afirma que o “espaço biográfico” é um interessante campo de indagações porque “permite a consideração das especificidades respectivas sem perder de vista sua dimensão relacional, sua interatividade temática e pragmática, seus usos nas diferentes esferas da comunicação e da ação” (ARFUCH, 2010a, p. 49-50) e “expressa uma tonalidade particular da subjetividade contemporânea” (ARFUCH, 2010a, p. 17). Nesse contexto, podemos entender que filmes, autobiografias, entrevistas, exposição de si nas mídias digitais, através de *blogs*, *fotologs*, vídeos, etc, são tecnologias “que produzem a vida [...] são tecnologias materiais e discursivas, culturais e políticas e não simplesmente técnicas no sentido literal do termo” (BOURCIER, 2008, p. 65).

Na cena inicial do trailer oficial¹³⁵, surge a imagem de uma estrada do sertão cearense e ao fundo a voz de Sillvyo:

O filho da puta nasce com corpo de mulher, mentalidade de homem, família evangélica. Sai de casa aos dezesseis anos de idade. Eu sempre fui na

¹³⁴ Disponível em: <http://olhepramimdenovo.wordpress.com/visao-dos-diretores/>

¹³⁵ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=cowoiZ59EYI>

constramão”. Mais adiante, ele diz: “Eu costumo dizer que eu sou um homem completo. Eu sei ser um homem que realiza qualquer mulher. Eu sei como é uma TPM foda, mas eu sei o que é o tesão, a tara masculina, da penetração, da pegada de um homem com uma mulher. Então, eu sou completo. Só falta... glamour!!!”

Ele termina a frase com uma gargalhada. A ironia do “glamour” desloca a discussão sobre ter ou não pênis, sugerindo que Sillvyo considera desnecessário ter um pênis para ser um homem. De outra parte, a “tara masculina”, a “penetração”, a “pegada” masculina remetem à uma masculinidade essencializada, na qual ser homem é ser o “ativo”, o que “penetra”.

“Olhe pra mim de novo” causou bastante polêmica no Festival de Gramado. Em reportagem publicada em “O Tempo”¹³⁶, sobre o debate após a exibição do documentário, um jornalista escreveu “Sillvyo vai apresentando sua personalidade à câmera, tanto em depoimentos solo quanto no contato com outras pessoas. Em linguajar popular, ele incorpora a figura piadista e bem-humorada do ‘macho escroto’ - para incômodo de muita gente, que não gostou de algumas colocações do personagem”. No debate, Sillvyo respondeu a uma mulher da plateia que se disse desrespeitada com o filme. Ele diz:

eu não podia representar o homem perfeito. Eu não sou ator. Eu não sou perfeito. Eu sou um cara cheio de cicatrizes feitas exatamente por pessoas que tem um comportamento do ‘correto’, dos que acham que estão com a ‘verdade’ e com o ‘certo’. Porque acham que eu sou uma aberração, uma ‘sem-vergonhice’, como dizem lá no nosso nordeste. Eu sou o incorreto, eu sou o imperfeito. Eu sou aquilo que ninguém gostaria de ter como filho ou como filha porque eu tenho uma indefinição¹³⁷.

Ainda no trailer, há uma cena em que Sillvyo está com sua companheira e falam sobre ter filhos, um desejo do casal. A ideia deles

¹³⁶ <http://noextracampo.blogspot.com.br/2011/08/gramado-2011-olhe-pra-mim-de-novo-de.html>

¹³⁷ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=V739tRkGrFE>

era a unificação dos óvulos de Sillvyo e da companheira, “juntando o meu e o dela com o semen de um banco”.

No dia 10 de fevereiro de 2014, Sillvyo fez parte da reportagem “Transgêneros: o plural de ser”¹³⁸, da Tribuna do Ceará. Nesse programa Sillvyo conta

eu não me encontrei como homem trans mais jovem. Faz só sete anos sete anos que assumi minha identidade. Mas foi por preconceito meu próprio, por falta de conhecimento, por falta de nomenclatura também. [...] Eu sempre me senti diferente. [...] Foi lendo sobre a história dos transexuais que eu me identifiquei. [...]. Quando criança eu já vivenciava experiências lésbicas; eu tinha vontade de beijar minhas coleguinhas. Eu tinha um envolvimento afetivo diferente”. Esta foi a única entrevista dele que encontrei.

O discurso de Sillvyo no “espaço biográfico” abre outras possibilidades sobre a experiência trans ao trazer as dificuldades, os sucessos, as contradições e complexidades de sua construção masculina, não se colocando como o “homem perfeito”. Em relação à infância, ele não fala, ou não lembra, de estar em um “corpo errado”. O que ele lembra é de ter uma afetividade diferente. O desejo de ter filhos é colocado em uma perspectiva tecnológica de reprodução assistida. Não discute quem será o pai ou a mãe. Ele expõe, sem pudores, que tem óvulos e que os mesmos poderiam ser utilizados para gerar uma criança. E quando aceita expor a sua imagem “em uma tela de cinema ou em uma tela de televisão, é para que outros jovens não vivenciem o tormento da angústia, da depressão, da exclusão que vivenciei”.

Ainda nessa reportagem, chamou-me a atenção a história de Daniele Freire, um jovem trans de 19 anos. Ele, mesmo se identificando como trans, independentemente de fazer ou não alterações corporais, deseja manter o nome de Daniele, pois é seu nome de batismo e foi

¹³⁸ Disponível em : <http://tvuol.uol.com.br/assistir.htm?video=transgenero-o-plural-de-ser-e-desvendado-pelo-camera-12-0402CC9B366CD4C14326&tagIds=30175&orderBy=mais-recentes&edFilter=all&time=all¤tPage=1#assistir.htm?video=estudante-transexual-fala-sobre-constrangimentos-que-sofre-no-diaadia-04020E9A3368D4B94326&tagIds=30175&orderBy=mais-recentes&edFilter=all&time=all¤tPage=1>

escolhido por sua mãe. Esta perspectiva eu ainda não havia encontrado no campo.

3 Mídias digitais e redes sociais

Na totalidade do “espaço biográfico”, as mídias digitais se abrem à existência virtual: “sites, páginas pessoais, diários íntimos, autobiografias, relatos cotidianos, câmaras perpétuas que olham – e fazem olhar -, experiências on line em constante movimento, invenções de si, jogos identitários, nada parece vedado à imaginação do corpo e do espírito” (ARFUCH, 2010a). Sendo assim, o último aspecto que gostaria de apresentar é a ampliação do uso das mídias digitais pelos transhomens. De 2010 até fevereiro de 2012 houve um aumento no número de sites, *blogs*, canais do *YouTube* direcionados para transhomens. Em 2010 havia apenas um site, dois *blogs* e tres canais no *YouTube*. Em 2012, encontrei oito *blogs*¹³⁹ e quatorze canais do *YouTube*. Surgiram também vários grupos de transhomens na rede social *Facebook*.

Nos *blogs* é possível identificar o destaque dado às informações sobre as cirurgias de redesignação sexual, os *links* que remetem a produtos como próteses penianas e coletes para esconder as mamas e relatos sobre a vivência de sua transexualidade.

Em alguns *blogs*, observei narrativas semelhantes às encontradas na primeira geração de autobiografias trans analisa por Nelson, nas quais os autores escrevem que estavam convencidos desde a infância de que algo não concordava com o corpo que possuíam. Há relatos também sobre desconforto que sentiram ao crescer com sua anatomia feminina. Como em alguns *blogs* não há maiores informações sobre a idade do “dono” do *blog*, não é possível analisar o recorte geracional.

As práticas de exposição de si por meio de mídias digitais podem ser vistas como uma demanda pelo olhar do outro, que se torna assim

¹³⁹ <http://transhomembrasil.blogspot.com.br/>
http://ftmguaybrasil.blogspot.com.br/2010_07_25_archive.html
<http://becomingbernardo.tumblr.com/>
<http://jwnescritor.blogspot.com.br/>
http://www.meusegundonascimento.blogspot.com.br/2013_01_01_archive.html
<https://sites.google.com/site/brasiftm/>
<http://homenstrans.blogspot.com.br/>
<http://paulotrans85.blogspot.com.br/2010/01/dicas-de-como-sobreviver-como-ftm.html>

uma conquista individual, privada e não mais um dado público. Porém, ao mesmo tempo, a intimidade se transforma, é exposta, volta-se para fora, como em busca de um olhar que a reconheça e lhe atribua sentido (BRUNO, 2004). Os limites entre o público e privado se fundem, borram-se as fronteiras. “Os dispositivos de visibilidade atuais oferecem o olhar do outro e uma cena pública numa realidade social onde o indivíduo só existe se ele é capaz de fazer saber que ele existe” (EHRENBERG, 1995, p. 251).

Os vídeos nos canais do *YouTube* criados em 2012 são postados por transhomens visivelmente jovens e se referem principalmente à exibição das mudanças corporais na fase de transição de um gênero a outro. São várias as imagens dos primeiros pelos de barba aparecendo, as cicatrizes da mastectomia são exibidas com certo orgulho, os comentários sobre os efeitos dos hormônios sobre o desenvolvimento de músculos e sobre a mudança da voz, agora mais grave. Não há centralidade na faloplastia ou na metáfora do “corpo errado”, porém há alguma referência ao desejo de retirar as mamas. Muitos deles falam de sua vida anterior, enquanto lésbicas ou mulheres masculinas. Não escondem suas vidas “passadas”. Essas narrativas são semelhantes às autobiografias trans da terceira geração de autores, citada anteriormente, e da segunda geração, da qual fazem parte as autobiografias de Jamison Green (2004), Max Valerio (2006), Mark Cummings (2006) e Dhillon Khosla (2006). Eles publicaram os seus livros já no século XXI. Green, Valerio e Khosla viveram e vivem na Califórnia. Descreveram-se como lésbicas durante um período considerável de suas vidas. Green e Cummings relatam longas relações com parceiras lésbicas. Khosla e Valerio eram feministas e engajados na “comunidade” lésbica feminista. Quando reconheceram a transexualidade como razão de sua inquietação ao longo dos anos, desejaram iniciar rapidamente a transição (NELSON, 2011).

Em alguns canais do *YouTube* há a indicação, a partir das experiências pessoais, da dosagem da testosterona que deve ser administrada e receitas de cremes faciais que fazem crescer a barba. Ao mesmo tempo em que isso revela a ideia de autonomia sobre as alterações de seus corpos longe do controle biomédico, o uso indiscriminado de hormônios pode trazer consequências à saúde, como por exemplo, o acidente vascular cerebral (AVC).

Essas narrativas do “eu” e seus desdobramentos presentes no “espaço biográfico” se dirigem a uma pluralidade de públicos, leitores e audiências, estabelecendo uma relação complexa entre sujeitos,

linguagem e sociedade, e expressam valores compartilhados, práticas de comportamento, vidas imaginadas e modelos sociais de realização pessoal que apontam para uma abertura às ressignificações do sujeito em processos de subjetivação plurais e dinâmicos (ARFUCH, 2010a; CHIARA, 2007).

Observei que nos comentários de alguns grupos de transhomens do *Facebook* há uma certa “hierarquização” de quem é mais “trans”, isto é, é mais trans quem iniciou a transição, mesmo que de modo “informal”, do que quem não iniciou, quem toma hormônios do que quem não toma, quem fez mastectomia do que quem não fez, quem tem mais “aparência masculina” do que quem não tem. E assim por diante. O que está em jogo é justamente a “legitimidade”, ou seja, quem é mais “legítimo” para falar de si: quem fez a transição? Quem fez as alterações corporais desejadas? Além disso, há também uma tendência nesses grupos de exibir as imagens das transformações corporais durante o processo de transição. Há imagens do “antes” e “depois” da mastectomia, “antes” da “T”,¹⁴⁰ um mês de “T”, três meses, um ano de uso da “T”. Essa exibição aponta para a centralidade que a transformação do corpo tem na constituição identitária trans e que é reificada no próprio grupo estudado.

Loren Cameron, um fotógrafo trans californiano e ativista que iniciou sua transição no início dos anos 1990, registrou suas transformações corporais e publicou em 1996 seus auto-retratos no livro *Body Alchemy: Transsexual Portraits*¹⁴¹. Josch Hoenes (2008) analisa, a partir da articulação entre teoria *queer* e políticas visuais, três imagens de Cameron (figura 3) em poses de *bodybuilding*¹⁴² publicadas no livro dele.

¹⁴⁰ Termo êmico para testosterona.

¹⁴¹ CAMERON, Loren. *Body Alchemie – transsexual portraits*. Berkley: Cleis Press, 1996.

¹⁴² Fisiculturismo.



Figura 3 - Loren Cameron
Fonte: Josch Hoenes, 2008.

Trago a discussão de Hoanes a respeito das imagens de Cameron porque me parecem pertinentes à discussão da exposição das imagens dos trans brasileiros e à constituição de subjetividades transmasculinas que parecem baseadas em um modelo estético corporal predominantemente branco. A autora argumenta que as fotografias de Cameron podem ser compreendidas como projeto de visibilização dos transhomens, e que possuem fortes potenciais políticos, produzindo figuras de identificação positivas e mostrando visíveis posições subjetivas dos transhomens, porém o ideal deste corpo não pode se estender a todos os transhomens, uma vez que a estreita ligação entre a figura do *bodybuilder*¹⁴³ e o ideal da masculinidade branca traz os

¹⁴³ Fisiculturista.

questionamentos sobre em qual ponto as imagens de Cameron podem servir de proposição de identificação dos transhomens não brancos, em que ponto a transexualidade é aqui estabelecida como branca e em qual medida as imagens de Cameron possuem um efeito político de resistência que possa representar uma subversão das relações de poder e dominação heteronormativas e patriarcais. Podemos também nos interrogar a respeito da identificação dos transhomens que fogem deste modelo do *bodybuilder*, como aqueles considerados “acima” do peso “ideal”.

Segundo Hoenes (2008), as imagens de Cameron não produzem rupturas entre sexo e gênero, mas uma ruptura no interior da categoria sexo, evidenciando que a masculinidade está ligada muito mais à posse de um corpo especificamente codificado do que à posse de um pênis. A autora conclui, afirmando que se esta retomada pode ter efeitos sobre as relações de poder heterossexistas, as imagens continuam ambivalentes porque justamente retomam outros signos poderosos, cristãos e brancos, que reproduzem as posições de poder da masculinidade hegemônica.

Cameron iniciou sua transição no início da década de 1990 e seu corpo masculinamente codificado é um corpo musculoso, uma representação de transmasculinidade baseada no ideal de masculinidade branca americana, no qual “a musculatura hiperdesenvolvida atesta de forma inequívoca a masculinidade do fisiculturista” (IRIART, CHAVES e ORLEANS, 2009, p. 773).

O fenômeno do culto ao corpo explode de maneira definitiva a partir da década de 1980 nos Estados Unidos e chega ao Brasil nos anos 1990 (BERGER, 2008), onde rapidamente proliferaram academias de ginástica aeróbica e musculação. É nessa época que surge a expressão corpo “sarado” para se referir a corpos musculosos (MISKOLCI, 2013).

Na perspectiva de Miskolci (2013, p. 55), no início dos anos 1990 “o espectro da aids foi projetado sobre os corpos”. O autor cita a pesquisa de Grant Tyler Peterson e Eric Anderson no contexto americano, que observaram um cenário marcado por um ambiente de policiamento corporal sistemático, fomentado pela suspeita de homens sobre o status sorológico de outros homens, “que funcionava como uma forma de sobrevivência sexual (PETERSON e ANDERSON, 2012, p. 126-127 citados por MISKOLCI, 2013, p. 55). Conforme Miskolci, “neste contexto, o uso de esteróides, originalmente utilizados para tratar pacientes de aids, logo foi associado a práticas de trabalho corporal nas academias, voltadas ao *bodybuilding*”. Portanto, o pânico sexual provocado pelo medo da aids forjou uma nova corporeidade masculina e

um novo padrão de beleza, que “associava saúde, masculinidade, musculabilidade”, que representavam uma boa condição física (*fitness*) (MISKOLCI, 2013, p. 56). Neste sentido, ter um corpo “sarado” poderia representar ter um corpo “saudável”, ou seja, sem aids.

Quanto aos transhomens, ter um corpo musculoso, “sarado”, ao mesmo tempo em que é uma forma de ter um corpo reconhecido como masculino pelo olhar do outro e de si mesmo, pode ser um meio de atribuir “saúde” a um corpo sobre o qual pesam dúvidas por conta da patologização que lhe é imposta.

Observei no campo uma hipervalorização da construção de um corpo masculino “sarado” e a desqualificação de transhomens que não seguem esse modelo. A esse respeito, trago como exemplo o que aconteceu em um dos grupos do *Facebook* em relação às imagens de Chaz Bono. Bono iniciou seu processo de transição em 2008 e em 2010 a mídia divulgou a mudança oficial de seu nome. Nessa época ele era “gordo”. Em 2014, Bono surge novamente na mídia, visivelmente mais magro e forte. Essas novas imagens de Bono foram postadas nesse grupo do *Facebook* e teve muitas “curtidas” e comentários, assim como acontece com outras fotos de trans “magros e sarados”. O que chamou a atenção nesse episódio em especial foram os desdobramentos que se seguiram, apresentados abaixo.

Um internauta branco, de 22 anos, postou em 06 de maio de 2014 a foto de um trans “gordo” todo machucado, seguido deste comentário:

Foto do resultado do preconceito DE OUTROS HOMENS TRANS contra o [...], quando olhei pela primeira vez pra foto fiquei chocado, agora me diz afinal quais são os requisitos para ser o tal "HOMEM" que eu também não me encaixo muito não... depois de ver a foto não consegui trabalhar direito...

No mesmo dia, ele escreve, indignado:

Fiquei ATERRORIZADO por conta que um homem trans tentou se matar depois de tanto ouvir críticas de outros homens trans por conta que ele não era dos tais "padrões"... MAS QUE CARALHO QUE TA ACONTECENDO NA MENTE DESSES MERDAS? afinal querem ditar um padrão agora? [...] já estou de SACO CHEIO de ver meninos sofrendo no começo de suas

transições por sofrerem preconceito de outros homens trans, por serem gordos, sem pelos, como se barba e tempo de T determinasse alguma merda.

Bono foi uma das referências para a autoidentificação trans em 2010, quando não tinha o corpo “sarado”, e volta à cena em 2014 ao mostrar um corpo modificado e continua forjando subjetividades transmasculinas de outro modo. Os transhomens que não se enquadram no modelo “sarado” porque não podem ou não querem ou não se identificam com o mesmo são excluídos da representação de transmaculidades e permanecem invisíveis. Ao mesmo tempo em que as imagens de transhomens presentes no “espaço biográfico” podem ser uma forma de resistência aos assujeitamentos do poder médico patologizante, pode também ser uma forma de opressão de uns trans sobre os outros.

Houve um outro episódio no *Facebook* que demonstra determinados conflitos que encontrei no campo. Um dos meus interlocutores ora se identifica como lésbica, ora como trans e altera seu nome no perfil do *Facebook* de acordo com este trânsito entre os gêneros. Esse interlocutor mora no interior de um dos Estados do sul do país. Ele era atendido por uma psicóloga e um endocrinologista, que prescrevia seu tratamento hormonal, de uma Unidade Básica de Saúde de sua cidade que se interessaram pela sua história, mesmo não tendo experiências anteriores no atendimento de pessoas trans. Ele também iniciou atendimento em dois centros especializados em transexualidade fora de seu Estado, mas não deu continuidade. Uma das justificativas é que era muito caro viajar para seguir o acompanhamento terapêutico. Sua ambivalência em relação à autoidentificação foi motivo para ser “xingado” de “lésbica” no *Facebook*. Em uma das vezes em que mudou seu nome masculino para feminino, eu recebi algumas mensagens privadas no *Facebook* de outros trans, me “avisando” para tomar cuidado com ele, pois ele era uma “lésbica louca, meio *border line*, que não se decide”, “que fica dizendo desaforos para todo mundo no Face”. É interessante observar como as ambiguidades de gênero são percebidas pelos trans. Para alguns, isso é inaceitável, é um “desserviço para a causa trans”. Ao mesmo tempo em que querem ser reconhecidos como trans, não aceitam que outras pessoas possam transitar entre os gêneros sem necessariamente se fixar em determinada categoria identitária.

A mídia brasileira tem contribuído para maior visibilidade dos transhomens. A ampla divulgação no Brasil da publicação da Resolução

nº 1.955/2010 do CFM em setembro de 2010, que autoriza os procedimentos de retiradas de mamas, ovários e útero no caso de transhomens, embora as notícias se referissem inadequadamente “às transexuais femininas”, em uma linguagem claramente biomédica, também foi uma das condições que se abriram para maior visibilidade dos transhomens, pois a mesma foi bastante veiculada na mídia. No entanto, é preciso destacar que esta condição que permitiu, em certa medida, maior visibilidade aos transhomens foi possível a partir do poder médico sobre os corpos e autonomia dos sujeitos, embora o CFM tenha sido pressionado a mudar sua posição em relação à proibição dos procedimentos específicos para os transhomens. Por outro lado, permitiu também trazer os transhomens à cena para o público em geral, mais habituado a ver, ler e/ou ouvir histórias, relatos ou experiências de vida de travestis e mulheres trans.

As notícias sobre Thomas Beatie que circularam na mídia em 2008 com o título apelativo de “o primeiro homem grávido” também contribuíram para maior visibilidade dos transhomens. Chama a atenção que nesse mesmo ano foi instituído o processo transexualizador no âmbito do SUS, mesmo que os transhomens não tenham sido incluídos. Ainda sobre esse aspecto, o personagem Max, da série de televisão *The L Word* exibida no Brasil em meados dos anos 2000, inovou ao mostrar um transhomem, tendo como pano de fundo a problematização de questões referentes às identidades de gênero, à orientação sexual, às possibilidades de alterações corporais e à desconstrução da naturalização da maternidade/paternidade, uma vez que Max, ao se relacionar com um gay, se vê às voltas com uma gravidez não planejada.

Neste capítulo tentei demonstrar a crescente visibilidade de transhomens brasileiros, apontando alguns caminhos para melhor compreender esse fenômeno. Embora tenha aumentado o número de *blogs*, sites, canais do *YouTube*, presença na mídia televisiva isso não significa necessariamente que todos os transhomens desejam visibilidade, pois como diz Foucault (1986), a “visibilidade é uma armadilha”.

O “espaço biográfico” composto por autobiografias trans, documentários, entrevistas, mídias digitais e televisivas e redes sociais virtuais tem se constituído como modos de visibilidade de transhomens, no qual não só circulam diferentes discursos sobre ser trans como também os resignificam. É possível perceber que o uso das mídias digitais e redes sociais se dá principalmente por transhomens jovens, que ao mesmo tempo em que compartilham coletivamente suas

experiências na construção de masculinidades, produzindo discursos e linguagens que se contrapõem aos discursos essencialistas e patologizantes e mostrando que é possível vivenciar a transexualidade para além dos binarismos rígidos de gênero, revelam os embates e contradições na produção de transmasculinidades brasileiras.

Concordo com Arfuch quando ela afirma que

a internet popularizou novas modalidades das (velhas) práticas autobiográficas das pessoas comuns, que, sem necessidade de mediação jornalística ou científica, podem agora expressar livre e publicamente os tons mutantes da subjetividade contemporânea (ARFUCH, 2010a, p. 150).

Alguns desafios que se colocam nesse campo e que precisam ser mais problematizados são sobre o significado desses modos de visibilidade para outros transhomens, que não participam de redes sociais, não utilizam mídias digitais ou não têm acesso à internet, na constituição de suas identidades e subjetividades e o quanto os modelos de transmasculinidades americanos moldam as subjetividades de transhomens brasileiros.

Capítulo 5 – A emergência de transhomens brasileiros no movimento LGBT no Brasil

É um coletivo de homens trans. Nós aceitamos todas as identidades como homens trans, *FTM*, transhomens, transgêneros, homens, etc...

Leonardo Tenório¹⁴⁴ (2012)

“Nunca fiz e nem faço parte de ONGs ou quaisquer grupos de militância LGBT” (Toni, 23/03/2010).

“Não. Não participo de ONG. Eu sou ‘ING’... Indivíduo Não Governamental!!” (Marcos, 24/08/2010).

Toni e Marcos expressam a realidade dos transhomens quanto à participação no movimento LGBT que encontrei quando iniciei a pesquisa. Ao longo da mesma pude observar algumas mudanças no cenário ativista dos transhomens. No início de novembro de 2011, quando eu estava em Aix-En-Provence realizando meu estágio doutoral, recebi um e-mail com o assunto “Procedimentos do Encaminhamento para as Cirurgias de Redesignação Sexual”. No corpo da mensagem havia informações sobre a Resolução do CFM nº 1.955/2010 e a Portaria do Ministério da Saúde nº 457/2008, sobre o atendimento psicoterapêutico do ambulatório ambulatório de saúde integral para travestis e transexuais do CRT-SP para obtenção de laudo para fins hormonais, uma lista de endereços e telefones de equipes “que lidam com transexuais em outros Estados” e finalmente a informação de que haveria uma reunião no CRT-SP para tratar de questões relacionadas ao atendimento deles nesse serviço. O que me chamou a atenção nesse e-mail foi a assinatura: Núcleo de Apoio a Homens Transexuais (NAHT), coordenado por Andreas Maurice Boschetti.

A organização do NAHT revela a mudança de cenário em relação à participação de transhomens no movimento LGBT, pois a trajetória do movimento de travestis e transexuais no Brasil, até fins da primeira década dos anos 2000, foi marcada pela presença de mulheres trans no que se refere a transexuais.

¹⁴⁴ Ativista. Presidente da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT).

Como já aponte, o percurso das pessoas trans pode parecer algumas vezes solitário. No entanto, não podemos desconsiderar que se hoje, de uma forma ou de outra, as pessoas trans estão mais visíveis, isto é decorrente das mudanças na compreensão por parte da sociedade brasileira do universo das homossexualidades e do universo trans, provocadas pela distribuição gratuita de antirretrovirais para doentes de aids, o surgimento comercial da internet, a realização da primeira Parada do Orgulho LGBT em São Paulo e autorização das cirurgias de redesignação sexual nos anos 1990, mais precisamente em 1997, e também das inúmeras lutas coletivas ao longo dos últimos quarenta anos, como nos mostra a história do movimento social e político de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, tanto em nível nacional como internacional.

Conforme Julio Assis Simões e Regina Facchini (2009), a denominação por sigla - LGBT - remonta à década de 1990, tendo em vista que até 1992 o termo usado para denominar o movimento político em torno das homossexualidades era “Movimento Homossexual Brasileiro”, que emergiu no final dos anos 1970 em um contexto de grande ebulição, “marcado pela contracultura, pela ditadura militar, por uma intensa atividade de grupos de esquerda e pelo surgimento e visibilidade das versões modernas do movimento feminista e negro” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 60). A sigla LGBT emerge em dois contextos: no Brasil pela demanda de maior reconhecimento no interior do movimento do protagonismo de lésbicas e das pessoas trans e internacionalmente pela articulação dos movimentos de defesa de pessoas gays, lésbicas e trans na luta por políticas de reconhecimento mundial, em particular nas grandes conferências temáticas organizadas pela Organização da Nações Unidas (ONU) e organizações a ela associadas sobre aids, população, mulheres e racismo, que ocorrem desde a década de 1970 (GROSSI, 2014¹⁴⁵).

Barbara Garii (2007), ao analisar o movimento LGBT americano, afirma que em fins do século XX o movimento trans surge como um crescente desdobramento do movimento LGBT e mobiliza recursos para gerar mudanças políticas e jurídicas na sociedade (GARII, 2007) em diferentes partes do mundo. O movimento trans tem se distinguido do movimento LGBT por ter reivindicações específicas como, por exemplo, a luta contra a medicalização e patologização da transexualidade, e reivindicação de políticas que permitam o amplo

¹⁴⁵ Análise realizada pela mesma, orientadora desta tese.

acesso a serviços de saúde sem serem discriminados pelos profissionais desta área e a mudança de nome, condizente com sua identificação de gênero (GARII, 2007).

Durante meu estágio doutoral na França, pude perceber que lá o movimento trans tem suas próprias lutas e reivindicações, estando à parte do movimento LGBT, ou neste caso LGB. O “T” tem “vida própria”, o que estaria de acordo com a perspectiva de Garii. No Brasil conhecemos o movimento LGBT, chamado também de LGBTTTT como tentativa de integrar os movimentos de travestis, transexuais e transgêneros, no qual está inserido o que seria o “movimento trans” brasileiro. Por um lado, há a defesa de que juntando as “letrinhas”, o movimento se mostra mais forte; seria uma associação estratégica. Por outro, há o argumento de que as especificidades das travestis e pessoas transexuais não estão contempladas nas reivindicações de gays e lésbicas, tornando as pessoas trans invisibilizadas no movimento. Este é um tema permeado por dúvidas, controvérsias, tensões e disputas identitárias que, a meu ver, precisa ser problematizado. Diferentemente de outros países que usam a categoria “transgênero” (*transgender*, *transgénero*, *transgenre*) como uma categoria guarda-chuva que abarca as diferentes identidades ou expressões de gênero, no Brasil há as categorias “travesti” e “transexual”.

Antes de abordar a entrada de travestis e transexuais no movimento LGBT, faz-se necessário abordar historicamente como se configurou a inserção de outras categorias no movimento homossexual. O jornal *Lampião* e o grupo *Somos*, de São Paulo, foram marcos do cenário de contestações a que se referem Simões e Facchini. Lançado em abril de 1978, o *Lampião* tinha como propostas ser uma alternativa libertária que desafiava convenções e convicções políticas tanto nos campos conservadores quanto na esquerda, e ser um veículo pluralista aberto a diferentes pontos de vista sobre questões minoritárias, publicando matérias sobre movimento feminista, movimento negro, transexualidade e sadomasoquismo, por exemplo. Este jornal enfatizava nas suas publicações as questões de discriminação, violência e arbitrariedade que atingiam os homossexuais da época (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

O Grupo *Somos*, de São Paulo, inicialmente formado apenas por homens, apareceu publicamente em 1979 em um evento promovido pelos estudantes do Centro Acadêmico do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Este evento, que foi uma semana de debates sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados,

teve cobertura da grande imprensa e alavancou a formação de outros grupos, como o Eros, formado por estudantes de filosofia da USP, o Libertos e o Grupo do Chá. A frequência de mulheres no Somos começou em 1981, porém elas estavam organizadas em um grupo separado, o Grupo de Ação Lésbica Feministas (GALF) (SIMÕES E FACCHINI, 2009). Em outros lugares do Brasil, como em Porto Alegre, também havia na mesma época grupos que se auto-reconheciam e lutava por direitos de pessoas gays e lésbicas como o pioneiro grupo feminista Costela de Adão que também nos anos 1970 reunia-se e publicava panfletos denunciando a opressão das mulheres (GROSSI, 1988).

O processo de redemocratização do país no início dos anos 1980 teve influências significativas sobre o movimento homossexual. Simões e Facchini (2009, p. 61) destacam que “em meados dos anos 1980 houve uma redução na quantidade de entidades e mudanças na distribuição geográfica dos grupos mais influentes e na postura política dos mesmos”. Contribuíram para esta mudança de cenário a eclosão da Aids, mudando o foco de ação para seu combate, a redemocratização, que enfraquece a ideia de um inimigo “externo” que catalisava a luta contra o poder, e a abertura de canais de comunicação com o Estado (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Com a chegada da aids no Brasil em meados dos nos 1980 se percebe uma nova geração de ativistas e a inclusão de outros/as atores/atrizes no movimento de gays e lésbicas. Para Simões e Facchini (2009), essa nova geração configura um ativismo menos refratário à ação no campo institucional e o estabelecimento de organizações de caráter mais formal, e a busca por financiamentos de projetos, financiamentos derivados do Programa Nacional de Controle de DST/aids¹⁴⁶ do Ministério da Saúde (MS). O Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 1980, pelo antropólogo e ativista Luis Mott, foi o primeiro grupo a obter registro como sociedade civil sem fins lucrativos, em 1983. Outros dois grupos seguiram o mesmo caminho, o Triângulo Rosa, oficializado em 1985, e o Grupo Atobá do Rio de Janeiro, criado

¹⁴⁶ Os recursos do Programa Nacional de DST/Aids do MS foram utilizados para financiamentos de projetos de prevenção do HIV/Aids e como incentivos à organização do movimento e seu engajamento político na luta contra a epidemia (SIMÕES e FACCHINI, 2009). Entre 2008 e 2009 houve uma reestruturação do Programa e passou a ser Departamento de DST, Aids e hepatites virais e uma reconfiguração dos critérios de financiamento e apoio às Ongs.

em 1985 e registrado oficialmente em 1986 (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Foi no início da década de 1990 que surgiram as primeiras organizações ativistas de travestis, principalmente ligadas à aids, como comentado no capítulo anterior. A Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), fundada em 1992 no Rio de Janeiro, foi a primeira organização política de travestis da América Latina e nasceu de uma necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial, principalmente nos locais tradicionais de prostituição naquela cidade (CARVALHO, 2011) e ilustra a nova relação com o Estado, pois sua criação foi possível a partir do apoio do Ministério da Saúde ao projeto de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids denominado “Saúde na Prostituição”. Carvalho e Carrara identificam o reconhecimento da identidade “travesti” como “sujeito político a ser incorporado pelo então movimento homossexual quando a opção por uma política identitária começa a se consolidar e as categorias abarcadas pelo movimento passam a ser especificadas” (CARVALHO e CARRARA, 2013, p. 6).

A ASTRAL organizou em 1993, no Rio de Janeiro, o I Encontro de Travestis e Liberados que Trabalham com Aids, que mais tarde passou a ser chamado de Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Trabalham com Aids (ENTLAIDS), que contou com a participação de cerca de cem pessoas e foi o propulsor para o surgimento de outras associações, como o Grupo Esperança de Curitiba (1994), a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) (1995) e a Igualdade-RS de Porto Alegre (1999), entre outras (CARVALHO, 2011).

A inclusão oficial da letra “T” na sigla aconteceu em 1995 no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (VIII EBGL), no qual houve, pela primeira vez, a participação formal de organizações de travestis em um espaço do movimento (CARVALHO, 2011). Portanto, o “T” refere-se somente às travestis neste momento. Vale destacar que este foi o primeiro encontro financiado com recursos do Ministério da Saúde (MS), o que possibilitou um aumento significativo de grupos, estando presentes oitenta e quatro entidades. Em anos anteriores, o encontro que registrou maior participação foi o VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (VII EBLH), realizado em 1993 em Cajamar, São Paulo, onde estiveram presentes vinte e um grupos (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Carvalho (2011) aponta que no VIII EBGL foi criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e o nome desses encontros nacionais passaram a ser chamados de Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT) (SIMÕES e FACCHINI, 2009). Carvalho e Carrara citam o depoimento da ativista Jovanna Baby a respeito desse momento, que indica que a presença e inclusão das travestis no movimento de gays e lésbicas foi um momento tenso e difícil.

Eles [gays e lésbicas] não queriam por hipótese alguma colocar o T. Aí, a partir de lá [EBGL de Curitiba], que nós brigamos e conseguimos aprovar o T. Aí, a partir daí, que as travestis começaram a participar... e ainda de forma tímida, e ainda muito discriminadas. A gente ia para os eventos e eles nos discriminavam (JOVANNA BABY, 2010, citada por CARVALHO e CARRARA, 2013, p. 331).

A participação de ativistas que viviam no exterior nos anos 1990 trouxe a entrada da categoria “transexual” no movimento e foi o início de disputas entre as identidades “travesti” e “transexual” (CARVALHO e CARRARA, 2013). O Movimento de Transexuais de Campinas (MTC) e o Grupo Brasileiro de Transexuais (GBT) foram as primeiras organizações composta apenas por transexuais. O GBT esteve ativo entre 1995 e 1997 e o MTC iniciou suas atividades em 1997. Em fins dos anos 1990 houve a tentativa de usar o termo “transgênero”, mas não foi aceito amplamente pelo movimento LGBT (ÁVILA, 2012, p. 444).

Os anos 2000 são marcados pelo surgimento de redes nacionais de travestis e transexuais, apontando a presença mais efetiva das transexuais na cena política e um certo distanciando do movimento LGBT e, também, talvez, indicando o início da consolidação de um movimento trans, e pela mudança na interlocução entre travestis e transexuais e poder público, como veremos a seguir.

Em 2000 foi fundada a Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Trâns gêneros¹⁴⁷ (ANTRA) e em 2005 foi criado o

¹⁴⁷ Carvalho e Carrara (2013, p. 329) fazem a seguinte observação: “O termo ‘transgênero’, apesar de não ser mais utilizado no discurso formal do movimento nem em suas publicações, aparece no sítio da ANTRA (<peessoal.atarde.com.br/ marccelus2/antra/index.html>), assim como em outras referências à associação.

Coletivo Nacional de Transexuais (CNT). O XXII EBGLT realizado em Brasília em 2005 favoreceu a realização do I Encontro Nacional de Transexuais no mesmo ano, onde houve a participação de trinta lideranças (CARVALHO, 2011). É importante destacar que o XII ENTLAIDS, realizado em 2005 em Florianópolis, contou com a participação de Alexandre Peixe dos Santos, conhecido como Xande Peixe. Esta é a primeira vez que observei a participação de um ativista trans no movimento.

Carvalho e Carrara (2013) afirmam que as militantes do CNT estabeleceram uma aliança estratégica com setores mais progressistas da academia, que propiciaram várias mudanças nas políticas públicas de saúde voltadas para a população trans, principalmente no que concerne ao processo transexualizador, e, ao mesmo tempo, foram responsáveis por consolidar essa identidade como diferente da identidade travesti. Neste aspecto, faz-se necessário reconhecer a importância dos trabalhos de Márcia Arán¹⁴⁸, professora e pesquisadora do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IMS/UERJ) e de Tatiana Lionço¹⁴⁹, professora e pesquisadora do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

¹⁴⁸ Márcia Arán era psicóloga e psicanalista, doutora em saúde coletiva pela UERJ e professora do IMS/UERJ de 2008 até o seu falecimento em 2011. No IMS/UERJ coordenava a linha de pesquisa Gênero, Subjetividade e Biopolítica, onde desenvolveu os seguintes projetos: Transexualidade e Saúde: condições de acesso e cuidado integral; a psicanálise e o dispositivo diferença sexual; análise dos sistemas de sexo-gênero no discurso sobre transexualidade nas práticas de saúde; reprodução, gênero e ciência. Entre 2006 e 2010 publicou inúmeros artigos sobre essas temáticas. Faleceu no dia 13 de abril de 2011 aos 46 anos de idade.

¹⁴⁹ Segundo Flávia Teixeira (2009, p. 209), “os textos da Portaria [Portaria 1.707/2008] estão marcados pelas concepções teóricas e políticas principalmente das pesquisadoras Márcia Arán (2005) e Tatiana Lionço (2008), que participaram diretamente das reuniões para a construção do Processo Transexualizador. Eles revelam as tentativas de constar na Portaria os debates que problematizam as relações estabelecidas entre: verdade/mentira; autorizar/negar; transexualismo/cirurgia”. Outros/as pesquisadores/as participaram também das discussões dessa Portaria, como Berenice Bento, Marcos Benedetti, Ana Maria Costa, Flávia Teixeira e Aline Bonetti, além de ativistas, profissionais de saúde e técnicos do Ministério da Saúde.

Segundo Carvalho (2011), a afirmação de algumas ativistas transexuais à identidade feminina¹⁵⁰ e o debate acerca da inexistência de uma identidade transexual ao mesmo tempo que propiciou um afastamento progressivo das transexuais dos espaços do movimento LGBT, as aproximou de espaços institucionais de políticas para mulheres, como no caso da participação no “Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS e outras DSTs”. Em 2008 o CNT se transformou em uma nova rede, chamada ARACÊ - Rede Social em Direitos Humanos, Feminismos e Transexualidade, existente até hoje apesar de ter pouca atuação, conforme afirma o autor. “O afastamento de algumas militantes da política LGBT para uma aproximação com movimentos feministas foi alvo de críticas e acusações de divisionismo do movimento” (CARVALHO, 2011, p. 20).

A participação das trans no movimento feminista deu lugar a debates inflamados, não só no Brasil como em outros países, que merecem uma atenção maior neste momento, pois se a presença delas no movimento feminista causa certos desconfortos e tensões, também provoca deslocamentos e novos desafios.

Flávia Teixeira (2009, p. 196) observou que muitas mulheres trans têm como meta possuir uma vagina, “o que exteriorizaria o sentimento de pertencimento e encerraria a incongruência. A finitude da condição transexual é declarada como um apaziguamento garantido pela cirurgia que asseguraria o fim desta passagem”. A autora chama a atenção que as mulheres trans se afastam da desnaturalização da mulher, um dos pilares das lutas do movimento feminista, ao destacarem a presença da vagina como condição de ser mulher e ao explicitarem a reiteração das normas de gênero. Paradoxalmente, é justamente “o não

¹⁵⁰ Surge neste período a expressão “mulheres que ‘vivenciam’ a transexualidade”, que não durou muito tempo. No entanto parece marcar a emergência de “mulheres trans” ou “mulheres transexuais”, tornando mais difusas e controvertidas as fronteiras de gênero. Para Flávia Teixeira (2009, p. 174), “a adoção do mesmo [mulheres que vivenciam a transexualidade] pelos representantes do Programa Nacional de DST/Aids e sua replicação pelos representantes do Ministério da Saúde e Secretaria Especial de Política para as Mulheres expressam uma posição política afinada com a perspectiva da despatologização da transexualidade, principalmente para aqueles que desempenham a função de assessores ou técnicos”. Porém, Teixeira observou durante a I Consulta Nacional sobre DST/Aids, Direitos Humanos e Prostituição, realizada no início de 2008 em Brasília, que o uso desse termo causou descontentamento entre as pessoas transexuais, especialmente entre os homens trans.

atrelamento ao biológico que se constituiu no principal argumento daquelas que defendem o ingresso das mulheres (transexuais) nos coletivos feministas” (TEIXEIRA, 2009, p. 197).

Cristina Garaizabal (2010) segue em uma direção semelhante à de Flávia Teixeira ao destacar os dois principais argumentos do feminismo contra a presença das transexuais. Ela afirma que, por um lado, algumas feministas entendem que as transexuais violam o corpo das mulheres ao reduzir a “verdadeira” forma feminina a um artefato e se apropriam deste corpo para si; e por outro, os argumentos são de que a transexualidade tem como função reforçar os estereótipos sexuais e de gênero, tendendo a manter as mulheres submetidas a um papel tradicional do qual estavam próximas a se libertar.

Garaizabal argumenta que a identidade do sujeito não se dá baseada nem na natureza, nem na verdade, mas no campo político e que é importante desconstruir as categorias existentes e estar consciente do potencial revolucionário que tem a transgressão, pois as coisas excêntricas e inesperadas questionam a ordem estabelecida. Neste sentido, Garaizabal entende que as organizações de transexuais, juntamente com outros movimentos preocupados com a opressão sexual e de gênero, podem ser um motor de mudança social.

Para Itziar Ziga (2010), não há nada mais feminista que o desafio trans, por dois motivos. Primeiro porque o feminismo separou o sexo biológico do gênero social para rebater a inevitabilidade dos papéis binários e da supremacia machista, e segundo porque o feminismo explodiu a feminilidade normativa. Para Ziga, as feministas estão, ou deveriam estar, mais preparadas que ninguém para empatizar com alguém que não comunga com seu gênero assignado, porém, há muitas reticências do feminismo para compartilhar espaços com feministas trans.

Tendo o transfeminismo como prática política cotidiana, Ziga critica o feminismo que se autoproclama autêntico, legítimo, de *pedigree*, que tende a rechaçar quem não nasceu e permaneceu de modo linear e claro como mulheres, afirmando que há uma razão poderosa e oculta por trás deste rechaço: o poder. Como analisei mais detalhadamente em outro texto (ÁVILA, 2012b), em última instância, o que Ziga faz é questionar de forma contundente o sujeito do feminismo e faz uma provocação ao afirmar que há milhões de feministas transfóbicas e cada vez haverá mais. Sendo assim, ela questiona por que renunciar a alianças tão poderosas, e para ela, nunca foi algo estranho nem forçado se identificar com a luta antipatriarcal trans, apesar de ter

entre as pernas o que os médicos dizem ser um pênis.

Ziga faz um desafio, uma brincadeira, uma provocação à história ao perguntar:

por acaso alguém pode nos assegurar que Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Susan B. Anthony, Concepción Arenal, Simone de Beauvoir, Betty Friedan e tantas outras ilustres feministas tinham entre as pernas exatamente o que deve ter uma mulher? (ZIGA, 2010, p. 208).

Barbara Biglia e Imma Lloret (2010) também questionam o sujeito do feminismo, como Garaizabal, Ziga e outras autoras. Para Biglia e Lloret, o sujeito do feminismo não tem uma identidade estável, mas ocupa múltiplas posições, distribuídas ao longo de vários eixos de diferença e é atravessado por discursos e práticas que podem ser contraditórios, porém tem capacidade para se mover e se deslocar de forma autodeterminada, de tomar consciência política e responsabilidade social, inclusive em sua contradição e falta de coerência. É por essa razão que as autoras consideram impossível um projeto político feminista que se mantenha dando às costas aos sujeitos genericamente não normativizados.

Do ponto de vista de Biglia e Lloret, os objetivos primordiais da luta feminista deveriam apostar no fortalecimento das relações sociais e de redes e seguir lutando contra o suposto de que se se fala de gênero é porque já não se está mais em um quadro heteropatriarcal e a luta contra a patologização dos/das trans deve ser um elemento chave das agendas feministas.

Se parece haver resistências das trans à presença dos trans no movimento, o mesmo parece acontecer no movimento de lésbicas. Vini comentou que sempre foi feminista e era ativista “lésbica”. No entanto, após decidir fazer a transição de gênero, se tornou uma pessoa indesejada no movimento lésbico, pois passou “de possível vítima a agente de violência, de companheira à opressor, de feminista à patriarcal e potencial agressor”.

Outro interlocutor, jovem, branco e morador do sul do país, disse que era muito complicado participar do movimento LGBT por várias razões:

não somos aceitos no movimento de lésbicas porque passamos a ser “homens”, não somos aceitos no movimento gay porque somos “lésbicas” para eles e não somos aceitos no movimento feminista porque elas acham que nós viramos o “opressor”.

As razões que Marcos traz sobre a participação no movimento LGBT são diferentes desses interlocutores. Começamos a conversar em setembro de 2010, ele se dizia “ING”, não se envolvia diretamente com o movimento. Em 2012, ele diz:

Estou envolvido com questões que me interessam. Não gosto da segmentação do movimento LGBT [...] Defendo e milito pela despatologização das identidades trans [...] Não sou *FTM* bonzinho. Pode o subalterno falar? É claro que não. Só se for pra dizer: Sim, senhor.

Voltando à mudança na interlocução entre travestis e transexuais e o poder público que citei anteriormente, esta se torna mais evidente na inclusão de outras iniciativas e demandas que foram além das questões de saúde. Um exemplo emblemático foi a campanha nacional “Travesti e Respeito”, idealizada por ativistas e construída em parceria com o Departamento de DST/Aids do Ministério da Saúde em 2004 (CARVALHO e CARRARA, 2013). A campanha foi lançada em 29 de janeiro no Congresso Nacional, em Brasília, e teve a presença de integrantes da ANTRA. A partir dessa iniciativa, o dia 29 de janeiro foi estabelecido como o “Dia Nacional da Visibilidade Trans”¹⁵¹ e deu início a uma série de discussões sobre o direito à identidade de gênero para travestis e transexuais no Brasil. Carvalho e Carrara (2013) consideram esta data simbólica, pois evidencia o reconhecimento do movimento de travestis e transexuais pelo poder público. Segundo os

¹⁵¹ O Dia Internacional da Visibilidade Trans é 31 de março, que tem por objetivo homenagear as pessoas trans e sensibilizar contra a discriminação enfrentada por elas no mundo todo. A data foi fundada em 2009 por Rachel Crandall (ativista americana, diretora da *Transgender Michigan*) como um contraponto ao Dia da Memória Trans, que lembra as pessoas trans vítimas de crimes de ódio e não homenageia as que estão vivas. Para saber mais, acesse: <http://www.transgendermichigan.org/Index.html>

autores, elas deixam de ser “população-alvo” das políticas de saúde e se tornam “protagonistas” de uma política pública mais abrangente conduzida por elas próprias.

Mesmo com a crescente aceitação da letra “T” na sigla LGBT, ora se referindo às travestis, ora às transexuais e ora a pessoas transgêneros, os debates sobre o seu significado se estendem ao longo dos anos 2000. As categorias “travesti” e “transexual” não são categorias fixas. Como apontou Pelúcio (2007b), algumas transexuais profissionais do sexo se identificam como travestis na “pista”. Foi somente em 2008, na I Conferência Nacional GLBT, que se consolida oficialmente no plano político a letra “T” para referir-se apenas às travestis e transexuais (CARVALHO e CARRARA, 2013). No entanto, as tensões e disputas continuam. Em dezembro de 2009, no 16º Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (ENTLAIDS), uma das pautas era a discussão sobre o conceito do que é ser travesti e ser transexual e a reivindicação do reconhecimento da identidade “travesti” pelas políticas públicas específicas (ÁVILA, 2012). Nesse Encontro, foi proposta a utilização do termo “pessoas trans” para se referir tanto às travestis, quanto aos/às transexuais, termo que parece ser mais abrangente e tem sido menos criticado (CARVALHO e CARRARA, 2013).

A presença de transhomens no movimento antes de 2010 era praticamente inexistente, pois até então não havia nenhum grupo, associação ou organização de transhomens e a grande maioria dos interlocutores referiu não participar do movimento LGBT. O que percebi foi que Xande Peixe, ao participar do XII ENTLAIDS em 2005, foi se constituindo como uma referência dentro do movimento, ocupando alguns espaços políticos que considero importantes. Ele foi presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT) entre 2008 e 2010, representante do Brasil na *Red Latino Americana de Hombres Trans en el Activismo* e participou do Fórum Paulista de Travestis e Transexuais.

Xande também fez parte da construção do Processo Transexualizador do SUS (PTS)¹⁵², apresentando demandas como mastectomia e histerectomia. No entanto, como já apresentei anteriormente, estes dois procedimentos para transhomens não foram incluídos na portaria de 2008. A esse respeito, Xande traz à tona a

¹⁵² Flávia Teixeira (2009) faz referência à participação de outro ativista neste processo além Xande, que participou da primeira reunião e solicitou a saída do grupo por divergências políticas. Ela não cita o nome dele.

invisibilidade dos transhomens e dá pistas de que a participação dos trans no movimento provoca resistências, como mostra a sua fala durante o Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde¹⁵³, em 2008:

A invisibilidade de homens trans, que é como eu vejo, é complicada. [...] Quando vamos a um encontro, isso eu já disse várias vezes também, em uma Conferência Nacional em que colocamos nossas demandas e depois recebemos os anais e o Plano, vemos que elas não estão contempladas. Isso é real. Então, os homens trans estão dentro de gavetinhas, os homens trans estão lá, mas os homens trans não estão lá no nome. A gente não tem nada nem dentro do movimento, hoje a gente pode estar construindo, a gente pode tentar construir, tentando construir.

Devido à manutenção do caráter experimental dos procedimentos de retirada das mamas, ovários e útero dos transhomens na citada Portaria, vários/as professores/as, pesquisadores/as, profissionais de saúde e do direito e Xande, o único trans ativista desse grupo, enviaram uma carta¹⁵⁴ ao promotor de justiça Diaulas Costa Ribeiro do Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT) em outubro de 2009, solicitando a intermediação junto ao CFM pela retirada do caráter experimental desses procedimentos. A solicitação ao MPDFT foi

¹⁵³ Este seminário foi promovido pela Comissão de Cidadania e Reprodução (CRR) em colaboração com o *Sexuality Policy Watch (SPW)* reunião ativistas, pesquisadores/as, profissionais de saúde e do Direito. O relatório completo foi publicado em 2010. Ver: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn (org.). *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

¹⁵⁴ Assinaram a carta Xande (Alexandre Santos), Flávia Teixeira, Tatiana Lionço, Márcia Arán, Daniela Murta, Berenice Bento, Mariluzza Terra Silveira, Eloísio Alexandre da Silva, Miriam Ventura da Silva, Sérgio Zaidhaft, José Luiz Telles, Lena Peres, Lidiane Ferreira Gonçalves, Ben-Hur Braga Taliberti, Maria Clara Giannae Emerson Rasera. O conteúdo completo da carta está disponível em: <http://pt.slideshare.net/unidadetematica3/carta-promotoria-ftm-cfm-2009>

acolhida e em setembro de 2010 o CFM publicou a Resolução nº 1.955/2010, atendendo a demanda solicitada¹⁵⁵.

1 Núcleo de Apoio a Homens Trans - NAHT

Três dias após o primeiro e-mail que recebi do NAHT em novembro de 2011, recebi outro e-mail com o relato da reunião que houve com a psicóloga Lucia Pereira, do ambulatório de saúde integral para travestis e transexuais do CRT-SP. Este e-mail foi enviado para um grupo de quatorze pessoas, mas não havia a informação sobre quem mais estava presente na reunião, além do coordenador do NAHT Andreas Boschetti. Os pontos relatados como relevantes nessa reunião foram:

1. Concordamos que a maioria dos homens transexuais não tem acesso à legislação específica que regulamenta os critérios para as cirurgias de 'mudança de sexo'¹⁵⁶, então esses textos serão encaminhados aos poucos para que todos possam conhecer o que rege a legislação; 2. Serão feitas reuniões quinzenais com os primeiros homens trans que serão encaminhados ao HC/São Paulo para juntada de documentos e preparação de relatórios; 3. O HC 'precisa'¹⁵⁷ nos explicar em detalhes quais são os riscos e benefícios das cirurgias.

Os pontos relevantes que foram destacados revelam ações de *advocacy*. As políticas de aids, principalmente nos anos 1990, passaram a incluir termos como *advocacy*, empoderamento (*empowerment*) e educação por pares. Na pesquisa de Mário Carvalho (2011), ele identificou entre suas colaboradoras travestis e transexuais o uso dessas expressões. Esses termos não foram utilizados pelos meus interlocutores, mas é possível identificar ações de *advocacy*.

¹⁵⁵ Márcia Arán faz uma breve análise da visibilidade do transhomens a partir dessa Portaria do CFM, publicada no site da CLAM em 2010: <http://www.clam.org.br/publicue/media/Aran.pdf>

¹⁵⁶ Grifo meu.

¹⁵⁷ Idem.

Advocacy pode ser entendida como a defesa ou argumento em favor de uma causa, demanda ou posição. Para Marlene Libardoni (1999, p. 2), *advocacy* também se refere às “articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil com o objetivo de dar maior visibilidade a determinadas temáticas ou questões no debate público e influenciar políticas visando à transformação da sociedade”.

As questões que vêm à tona são por que somente em 2011 os transhomens se organizam coletivamente, embora ainda em um pequeno grupo? E por que se organizaram em São Paulo e não em outra cidade?

No meu ponto de vista, houve uma conjunção de fatores. Não podemos esquecer a entrada das travestis e transexuais no movimento LGBT em meados dos anos 1990, o crescente protagonismo das mesmas na cena política e abertura de diálogo com o Estado, no qual a luta das mulheres trans ao longo dos últimos anos pelo acesso às transformações corporais e às cirurgias de redesignação sexual possibilitou o reconhecimento das suas demandas por parte do poder público, com a inclusão das transexuais em 2008 nas políticas públicas de atenção à saúde, ainda que vinculadas a uma condição patológica que precisa ser mais debatida e combatida. A divulgação de notícias sobre Thomas Beatie que circularam na mídia em 2008, o personagem Max, da série de televisão *The L Word*, o uso de mídias digitais e as narrativas trans presentes no “espaço biográfico” em diferentes suportes contribuíram para maior visibilidade dos transhomens, como analisado no capítulo anterior.

Considero que a ampla divulgação no Brasil da publicação da Portaria do CFM em setembro de 2010, que também permitiu maior visibilidade de transhomens, potencializou nos integrantes do NAHT o que Rodrigo Horochovski e Giselle Meirelles (2007) chamam de recursos responsáveis pelo aumento da autoestima, da autoconfiança, do sentimento de pertença e de devir, entre outros, ou seja, deu a eles mais sentido de pertencimento a um grupo, uma vez que a sua inclusão em uma norma técnica que lhes possibilita o acesso às alterações corporais que tanto aspiram denotam o reconhecimento não só dos seus desejos, mas também de sua existência.

Quanto ao surgimento do NAHT em São Paulo, penso que a implementação de um serviço de saúde integral para pessoas travestis e transexuais no CRT-SP, no qual Xande também participou das discussões para seu planejamento, foi um fator fundamental, pois este serviço criou protocolos próprios para o atendimento de pessoas trans

que facilitam o encaminhamento para serviços de referência que atendem transexuais.

As ações do NATH não se restringem apenas às questões de saúde. Em 2011, nós do NIGS, junto com a Associação de Pesquisadores Brasileiros na França – APEB-Fr, estávamos organizando a *Journée D'Études APEB-NIGS "Questions LGBT: Recherches au Brésil et en France – Questions théoriques et politiques"*. Na programação estava prevista uma sessão de vídeos sobre ativismo LGBT no Brasil com o objetivo de apresentar aos/às franceses/as algumas experiências brasileiras nesse campo. Convidamos algumas organizações, e a ABGLT, a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a ANTRA e o NAHT enviaram seus vídeos.

Andreas Boschetti produziu o vídeo exclusivamente para este evento, no qual ele expos outros objetivos do NAHT, que são a recolocação profissional dos transhomens no mercado de trabalho e mudanças organizacionais nas empresas, e ainda apontando a organização de um coletivo nacional específico, por meio de ações de *advocacy*, como podemos observar no seu depoimento:

o segundo objetivo do NAHT é a recolocação profissional. Eles nos encaminham os currículos, analisamos e formatamos, tudo de forma gratuita, agendamos uma entrevista com as empresas de recursos humanos (RH), conversamos com a equipe de treinamento, recrutamento e seleção a respeito da transexualidade. Explicamos para eles os conceitos e todas as dificuldades que um homem transexual tem para se recolocar no mercado de trabalho. Cerca de 60% dos 100, que nós temos no nosso banco de dados, já foi chamado para algum tipo de entrevista. Desses 60%, 50% já está trabalhando com carteira assinada. Para o ano de 2012 temos dois objetivos principais: a) a formação de uma ONG nacional, com o apoio de coordenadores regionais, todos homens transexuais, espalhados pelo Brasil inteiro; b) Nosso segundo plano para 2012 é a aprovação do Estatuto da Diversidade Sexual que prevê retificação de nome e gênero (BOSCHETTI, 2011).

A ONG nacional a que Boschetti se refere é a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT). O NATH parece ter sido o propulsor da ABHT e da participação mais expressiva de transhomens no movimento LGBT.

2 Associação Brasileira de Homens Trans - ABHT

Durante a pesquisa, tive a oportunidade de acompanhar o processo de organização da ABHT, que surgiu no início de 2012 e foi oficializada em 30 de junho do mesmo ano. A ABHT se diferenciou da organização de outras associações ou coletivos LGBT que demonstrei anteriormente. A utilização das mídias digitais permitiu a sua criação e a participação de transhomens de várias cidades do país, pois ela foi articulada a partir de encontros e discussões virtuais propiciados através das redes sociais, como o *Facebook*. A ABHT é a primeira organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que objetiva reivindicar e garantir os direitos humanos da população transmasculina no Brasil.

Mesmo antes de sua formalização, a ABHT participou da 10ª Reunião da Comissão Intersetorial de Saúde da População LGBT (CISPLGBT) do Conselho Nacional de Saúde que aconteceu em Brasília nos dias 27 e 28 de março de 2012, na qual foram discutidas a revisão da Portaria do PTS, a despsiquiatrização e despatologização das transidentidades e saúde sexual lésbica. A ABHT foi representada por Leonardo Tenório, Leonardo Manera e Raicarlos Coelho.

Para a revisão dessa Portaria foi criado um Grupo de Trabalho (GT), composto por membros do Comitê Técnico de Saúde da População LGBT, acadêmicos/as, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), profissionais de saúde, e pessoas trans da sociedade civil organizada. Dois representantes da ABHT foram incluídos no GT, Raicarlos Coelho e Leonardo Manera. Após essa reunião, a ABHT enviou em 04 de abril de 2012 uma carta¹⁵⁸ à CISPLGBT, apresentando

um panorama e as demandas de saúde da população de homens trans em nosso país. [...] O entendimento das informações contidas no documento frente a ocorrência da 10ª Reunião da

¹⁵⁸ O conteúdo completo da carta (22 páginas) está disponível em: www.ftmbrasil.org/2012/03/melhoras-no-processo-transsexualizador.html

CISPLGBT¹⁵⁹ nos dias 27 e 28 de março de 2012 – a qual conta com um ponto de pauta sobre a saúde dos homens trans [questionamento sobre a manutenção da neofaloplastia como procedimento experimental] – faz-se necessário para que ocorram melhores encaminhamentos. Principalmente ao lidarmos com uma população ainda socialmente bastante invisibilizada, como a dos homens trans, e quando o movimento social LGBT, gestores e sociedade em geral ainda pouco conhecem nossa problemática.

Pouco a pouco a participação de transhomens no movimento LGBT vai se ampliando. No 7º Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste, realizado em maio de 2012, em Belo Horizonte, houve a participação de dez transhomens. Esse encontro foi organizado pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Nuh) da Universidade Federal de Minas Gerias (UFMG) em conjunto com o Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade de Colatina (GOLD) de Colatina, Espírito Santos, e com o Núcleo Trans do Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual (CELLOS-Trans), de Belo Horizonte, e teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento dos grupos nele envolvidos e

¹⁵⁹ No Resumo Executivo da Ducentésima Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Nacional De Saúde – em 11 e 12 de abril de 2012, consta a seguinte informação: “3.1 GT responsável pela revisão da Portaria 457, de 19/08/2008: a) Recomendar ao GT responsável pela revisão da Portaria 457, de 19/8/2008, a incorporação das contribuições da 10ª reunião da CISPLGBT, com ênfase no debate sobre o porquê da cirurgia de transexualização masculina ainda continuar como experimental, dado que o mesmo processo cirúrgico em outros países já são considerados como definitivos. A comissão aponta a necessidade de investimentos em pesquisas, formação de profissionais e ampliação do núcleo de profissionais no SUS na alta e média complexidade para atendimento da demanda real do processo transexualizador masculino e feminino. b) Ampliar o GT, considerando as contribuições de cinco participantes da reunião no item sobre o processo transexualizador no SUS (2 homens trans, 2 mulheres trans e 1 travesti), com vistas a contribuir para que as cirurgias deixem de ser um procedimento experimental. 3.2 Sobre o processo transexualizador e o debate sobre a despatologização: a) Que o tema continue sendo aprofundado no âmbito da CISPLGBT e do Comitê Técnico de Saúde LGBT; b) pautar o debate sobre estes temas no CNS, após aprofundamento do debate na CISPLGBT ».Disponível em : conselho.saude.gov.br/atas/2012/RE_232.doc.

promover a inserção da temática LGBT no espaço acadêmico e, especialmente, junto aos órgãos do poder público, através da articulação de temas como educação, saúde, segurança pública e direitos humanos.

No dia 30 de junho de 2012¹⁶⁰ foi realizada a Assembléia Geral de Fundação, na qual foi aprovado o estatuto social e eleita a primeira diretoria do biênio 2012-2014, constituída apenas de transhomens. No dia 1º. de julho de 2012 foi organizado um evento público no Teatro dos Satyros, em São Paulo, para a devida divulgação da fundação da ABHT, do qual participei como convidada, e foram firmadas relações de parcerias com as representatividades presentes tanto da esfera governamental, quanto do movimento social e academia. Este foi o primeiro evento da ABHT e teve o apoio do Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP) da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) do Ministério da Saúde (MS).

O teatro é pequeno, mas estava cheio. Participaram da mesa¹⁶¹ junto com Leonardo Tenório, o principal articulador e presidente da ABHT, Sócrates Bastos, do DAGEP/SGEP do MS, Juliana Takarabi, também do Ministério da Saúde¹⁶², Judit Busanello, do Ambulatório de Saúde Integral de Travestis e Transexuais do CRT-SP, Heloisa Alves e Debora Malheiros, da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo, Janaína Lima, da ANTRA e Fórum Paulista de Travestis e Transexuais, Marcia Rocha, da Associação Brasileira de Transgêneros (ABRAT), Luis Henrique Silva, da Rede Afro LGBT, Berenice Bento, socióloga pesquisadora e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Fátima Lima, antropóloga pesquisadora e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e eu, apresentada como “doutoranda da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora do NIGS, onde desenvolve a primeira tese sobre transhomens no Brasil”.

Leonardo Tenório afirmou no seu discurso que a ABHT não nega as lutas do movimento LGBT e, em especial, a luta de travestis e transexuais, “a ABHT quer somar, e não dividir”, e aceita todas as autoidentificações, “como homens trans, transhomens, *FTM*, transgêneros, etc”. Tenório usou categorias êmicas nessa fala, apesar de todos os embates a respeito das categorias até então reconhecidas, travestis e transexuais, como já apresentados nesta tese. Com isso, a

¹⁶⁰ Notas do meu diário de campo. 01/07/12.

¹⁶¹ Notas do meu diário de campo. 01/07/12.

¹⁶² Representando a Política de Saúde do Homem.

ABHT demonstra uma ampliação nas categorias identitárias, que ainda é cedo para avaliar se será ou não ponto de divergências.

Em meu diário de campo¹⁶³ anotei as principais pautas de luta apresentadas na fala de Leonardo Tenório na abertura do evento, que são a constituição de uma Lei de Identidade de Gênero no Brasil, a aprovação do Estatuto da Diversidade Sexual, a criminalização da homofobia e da transfobia. Entre os objetivos da ABHT, Leonardo Tenório elencou promover encaminhamentos sobre despatologização e despsiquiatrização das transidentidades; reivindicar a participação na construção de políticas públicas afirmativas para que as pessoas trans tenham acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, trabalho, habitação e segurança; a visibilidade e o fortalecimento de cada transhomem, e sua inclusão na sociedade.

Também estão nos planos da ABHT a realização de projetos, a manutenção de parcerias oficiais com entidades representativas do movimento LGBT e da academia, e, principalmente, segundo Leonardo Tenório, fazer com que a ABHT possa contar com e ajudar transhomens de todo o Brasil. Ele ainda afirmou a importância da articulação entre movimento social, organizações governamentais e universidades; a composição da mesa de convidados/as ilustrou essa intenção.

A constituição da primeira diretoria da ABHT¹⁶⁴ é a seguinte: presidente, Leonardo Tenório, de Recife; vice-presidente, Marcelo Caetano, de Brasília; quatro diretores executivos, Andreas Maurício Boschetti e Leonardo Moreira Sá, de São Paulo, e Leonardo Manera, de João Pessoa, e André Pavanelli, de Curitiba; três conselheiros fiscais, Renato Kesselring, Eduardo Cavadinha e Cláudio Penha, de São Paulo; coordenador do Núcleo Regional São Paulo, Andreas Mauricio Boschetti; coordenador suplente do Núcleo Regional São Paulo, Nicola Lopez; coordenador do Núcleo Regional Curitiba, André Pavanelli; coordenador suplente do Núcleo Regional Curitiba, Caio Novaes Martins; coordenador do Núcleo Regional Nordeste, Leonardo Tenório; coordenador suplente do Núcleo Regional Nordeste, Leonardo Manera.

Desde a sua fundação até dezembro de 2013, a ABHT tem cerca de 150 associados em todo o Brasil. A ABHT tem participado ativamente das discussões sobre despatologização das identidades trans e seus representantes têm tentado ocupar espaços importantes de

¹⁶³ Notas do dia 01/07/2012.

¹⁶⁴ Disponível em : www.ftmbrasil.org e

<http://homenstrans.blogspot.com.br/p/diretoria-da-abht.html>

decisões políticas, reivindicando reconhecimento de sua existência e respeito às suas demandas específicas. Em 2013 a ABHT se inseriu nas atividades do Dia da Visibilidade Trans. Entre as atividades, Andreas Bochetti participou em janeiro da audiência com a Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Eloisa de Sousa Arruda, que teve como pauta receber as demandas das travestis e das/dos transexuais do Estado de São Paulo, e Leonardo Tenório participou em fevereiro do mesmo ano de uma roda de conversa organizada pelo Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (LABESHU) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Na sua fala, Tenório¹⁶⁵ abordou os seguintes temas: quem são os transhomens (as definições e as diversidades), a problemática da saúde específica (os procedimentos, a burocracia e a patologização), as violências que os transhomens sofrem e sugestões para pensar as políticas públicas.

No Rio de Janeiro, a Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual e a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil da Prefeitura do Rio realizaram no dia 29 de janeiro de 2013 o I Seminário de Cidadania Trans – Dignidade, Inclusão e Respeito, no qual houve a participação de alguns transhomens. Guilherme de Almeida, professor da Faculdade de Serviço Social da UERJ, expos as dificuldades e curiosidades sobre seu processo de transição e também citou a importância de ter um maior reconhecimento jurídico no Brasil em relação à população trans.

A ABHT organizou entre os dias 14 e 16 de junho de 2013 o I Encontro de Homens Trans do Norte e Nordeste (I EHTNN) em João Pessoa. Segundo o relatório¹⁶⁶, a ABHT foi convidada pela Sessão de DST/AIDS e pela coordenação do Centro de Testagem e Aconselhamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) para realizá-lo. Porém, ocorreram mudanças na PMJP, que inviabilizaram a liberação de verbas pelo município, e o evento contou com o apoio da Gerência LGBT da Secretaria da Mulher e Diversidade Humana do

¹⁶⁶Disponível em:

http://www.4shared.com/office/WKWYmpBc/RELATRIO_DO_I_ENCONTR_O_DE_HOME.html? Assinam o documento, além de Leonardo Tenório, outros nomes que não constavam na composição inicial da ABHT: Luciano Palhano, diretor executivo da ABHT; Diego Rodrigues, coordenador do Núcleo Paraíba e Eduardo Hallier, coordenador suplente do Núcleo Paraíba da ABHT.

Governo do Estado da Paraíba, do DAGEP/MS e do Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais do MS.

Apesar dessas dificuldades, o

encontro seria uma oportunidade ideal para fomentarmos a militância e o protagonismo dos homens trans, facilitarmos o processo de empoderamento¹⁶⁷ do segmento e sensibilizar os gestores e acadêmicos neste sentido de garantia de direitos. Propusemos-nos a organizar este momento para promover discussões e espaços de diálogos sobre direitos como saúde, educação, trabalho, também sobre transfobia, homofobia, machismo, despatologização, identidade trans, movimento social etc. (ABHT, 2013).

O IEHTNN contou com a participação de dezessete transhomens apenas do Nordeste no decorrer dos três dias, além de gestores/as e acadêmicos/as, numa totalidade de cento e dez pessoas, “possibilitando um feito histórico na construção da cidadania dos homens trans do Brasil” (ABHT, 2013, p. 3). Na avaliação do Encontro, os relatores afirmam que

durante a realização do Encontro, percebemos que para muitos o momento com outros homens trans e outras pessoas sensíveis à causa foi um momento único, em que vários pela primeira vez, puderam sentir-se reconhecidos e legitimados pelos outros, independente de suas anatomias, num ambiente de respeito, dignidade e aceitação. Este fato nos evidenciou a realidade de isolamento social que passamos e a necessidade de promover estes espaços de encontro e convergência social (ABHT, 2013, p. 7).

No final desse Encontro, a ABHT fez uma moção sobre a reformulação da Portaria do PTS e a despatologização das transidentidades, se posicionando a favor da Campanha *STP*, tendo aderido a ela oficialmente em 2013, e um abaixo-assinado enviado ao

¹⁶⁷ Esta foi a primeira vez que identifiquei o uso desse termo por parte dos transhomens.

MS no qual manifestaram seu posicionamento em relação à Portaria, reivindicando a remoção dos seguintes pontos:

1. Exigência do diagnóstico multidisciplinar como condição ao acesso às modificações corporais desejadas.
2. Obrigatoriedade da psicoterapia no Processo Transexualizador no SUS.
3. Tempo pré-estabelecido de dois anos para que se realize o diagnóstico (ABHT, 2013, p. 8).

A Campanha *Stop Trans Pathologization 2012* (STP¹⁶⁸) foi criada em 2007 por meio da articulação entre ativistas da Espanha e da França. Esta é uma campanha internacional pela despatologização das identidades trans (transexuais e transgêneros) e pela sua retirada da categoria “disforia de gênero”/“transtornos de identidade de gênero” dos catálogos diagnósticos, como o DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), da Associação Americana de Psiquiatria (*American Psychiatric Association -APA*), cuja nova versão foi publicada em maio de 2013, e o CID¹⁶⁹ (Código Internacional de Doenças), da Organização Mundial de Saúde (OMS), que será publicada em 2014. Outro objetivo é “a luta pelos direitos sanitários das pessoas trans. Para facilitar a garantia do atendimento público de saúde trans-específico, a STP propõe a inclusão de uma menção não patologizante no CID-11”.

Fazem parte da equipe de coordenação da STP Karine Espineira, transativista francesa/chilena, que vive em Marseille, França, autora de várias publicações; Natasha Jiménez Mata, ativista trans/intersex¹⁷⁰ da Costa Rica, coordenadora-geral de Mulabi/Espaço Latinoamericano de Sexualidades e Direitos e representante trans/intersex para América Central junto à ILGA; Amets Suess¹⁷¹, ativista trans, licenciado em Sociologia, doutorando em Antropologia Social na Universidade de Granada e autor colaborador do livro “*El género desordenado. Críticas*

¹⁶⁸ A partir de 2013 a campanha *Stop Trans Pathologization 2012* passou a ser denominada como Campanha STP.

¹⁶⁹ Tradução do inglês : ICD - *International Classification of Diseases*.

¹⁷⁰ Esta informação consta na página da Campanha STP. Disponível em : <http://www.stp2012.info/old/pt/quem-somos>

¹⁷¹ No livro *El género desordenado* ele assina o seu capítulo como Aimar Suess.

en torno a la patologización de la transexualidad”]; e Miquel Missé, ativista trans espanhol, sociólogo, vive em Barcelona e tem sido um membro ativo da Rede Internacional pela Despatologização Trans desde seu início. Em 2010 organizou, juntamente com Gerard Coll-Planas, o livro *El género desordenado: críticas en torno a la patologización de la transexualidad* e em 2013 publicou o livro *Transexualidades – Otras miradas posibles*, ambos pela editora EGALES.

Desde 2009, a Campanha STP convoca, sempre no mês de outubro, um Dia Internacional de Ação pela Despatologização Trans, com manifestações simultâneas e outras ações em diversas cidades do mundo. Atualmente a Campanha conta com a adesão de mais de 370 grupos e redes de ativistas da América Latina, América do Norte, Ásia, Europa e Oceania. Em outubro de 2013, havia mais de 100 ações em 49 cidades ao redor do mundo, organizadas por grupos e organizações no marco da convocatória da STP. O NIGS aderiu a esta campanha em 2010, sendo a primeira instituição brasileira a participar formalmente da mesma.

Essa campanha não é consenso entre as pessoas trans. No Brasil há o receio de, ao despatologizar, perder o acesso às transformações corporais pelo SUS. Por outro lado, há fortes argumentos que demonstram a urgência na despatologização das identidades trans. A STP, sendo um movimento político transnacional, pode contribuir localmente na luta das pessoas trans contra os diferentes tipos de discriminações sofridas por este coletivo (ÁVILA e GROSSI, 2013), não se limitando às questões de acesso às tecnologias de alterações corporais. A adesão da ABHT a essa campanha ilustra uma mudança importante de perspectiva dos transhomens nos últimos dois anos em relação ao tema, uma vez que os distancia dos discursos patologizantes e os aproxima dos marcos teóricos dos direitos humanos. No entanto, não é possível afirmar que haja um consenso entre todos.

Dentro do marco teórico dos direitos humanos, há outras iniciativas internacionais que contribuem para o debate da despatologização das identidades trans, que repercutem no Brasil e inspiram ativistas e legisladores/as. A Espanha, por exemplo, reconheceu alguns direitos das pessoas trans, tendo aprovado em 2007 da Lei de Identidade de Gênero¹⁷² (Mendéz, 2009). Esta lei regula os requisitos de acesso para alterar o registro do sexo de uma pessoa no cartório, quando esse registro não reflete a sua identidade de gênero.

¹⁷² Lei 3/2007, de 15 de março de 2007.

Também inclui a mudança de nome para não ser discordante com a afirmação de gênero. Porém, ainda é necessário o diagnóstico de Disforia de Gênero ou Transtorno de Identidade de Gênero. Além disso, em 2010 o governo espanhol solicitou à Organização Mundial da Saúde (OMS) a retirada da transexualidade como doença do Código Internacional de Doenças. Estes avanços só foram possíveis também graças ao ativismo do movimento LGBT, e mais particularmente do movimento trans.

Não podemos deixar de citar os avanços da Argentina no que tange aos direitos trans. Em maio de 2012 a Argentina aprovou a Lei de Identidade de Gênero (lei no. 26.743), que permite às pessoas trans a retificação do nome e sexo na certidão de nascimento. Essa lei, em seu artigo 4º, estabelece que “em nenhum caso será requisito realizar intervenção cirúrgica para redesignação genital total ou parcial, nem realizar terapias hormonais ou outro tratamento psicológico ou médico”. Além disso, a lei garante a cobertura das práticas de adequação à expressão de gênero em todo o sistema de saúde argentino, tanto público como privado. Esta é a única lei do mundo que não patologiza a transexualidade.

No Brasil, a senadora Marta Suplicy apresentou em outubro de 2011 o Projeto de Lei do Senado (PLS) 658/2011¹⁷³, inspirado na legislação uruguaia, que reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais. Porém, no Art. 3º, sobre a adequação documental da menção ao sexo e ao nome poderá ser feita, deve seguir os requisitos do inciso II: “essa discordância deve ser atestada por laudo técnico fornecido por profissional de qualquer das áreas médica, da psicologia ou da psiquiatria, nos termos dos procedimentos estabelecidos na presente lei”. Este PLS, que não teve nenhuma proposição de ementa, foi aprovado em 21 de novembro de 2012 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), encaminhado para a Comissão de Cidadania e Justiça (CCJ) em 05 de fevereiro de 2014, aguardando a relatoria do senador Eduardo Suplicy¹⁷⁴.

Em fevereiro de 2013, a deputada federal Erika Kokay e o deputado federal Jean Willys apresentaram ao Congresso Nacional o

¹⁷³ Disponível em :

<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=98732&tp=1>

¹⁷⁴ Informações disponíveis em :

http://www.senado.leg.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103053

Projeto de Lei (PL) 5002/2013¹⁷⁵, que dispõe sobre o direito à identidade de gênero em termos próximos à Lei de Gênero da Argentina, e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973¹⁷⁶, de modo a não vincular as alterações de nome e sexo nos documentos a nenhum tipo de laudo. Este PL ainda se encontra em tramitação.

Voltando à ABHT, seus integrantes também participaram do I Seminário Nacional sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, promovido pelo DAGEP/SGEP/MS em Brasília, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2013. A associação foi representada por Leonardo Tenório, Edu Cavadinha, Diego Rodrigues, Paulo Bevilacqua e Miguel Marques. Além de participar do seminário, os representantes da ABHT se reuniram com o coordenador da Política LGBT da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, Gustavo Bernardes, e com o coordenador da Política LGBT do município de São Paulo, Julian Rodrigues, a fim de iniciar um diálogo e apresentar as demandas dos transhomens.

Em dezembro de 2013, a ABHT se posicionou contrária à aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 72/2007¹⁷⁷ “que altera o artigo 58 da Lei no. 6.015, de dezembro de 1973, que dispõe sobre registros públicos e dá outras providências, possibilitando a substituição do prenome de pessoas transexuais”. Nessa proposta de alteração, a alínea “b” do inciso “I” vincula a mudança do prenome com a necessidade de laudo de avaliação médica, ainda que a pessoa não tenha se submetido a procedimento médico-cirúrgico “destinado à adequação dos órgãos genitais”. Além disso, o parágrafo único da PLC 72/2007 determina que “será objeto de averbação do livro de nascimento com a menção imperativa de ser a pessoal transexual”.

¹⁷⁵ Para conhecer o teor da proposta, acesse:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>

¹⁷⁶ A lei no. 6.015/73 dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios. (Redação dada pela Lei nº 9.708, de 1998). Parágrafo único. A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público. (Redação dada pela Lei nº 9.807, de 1999). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015.htm

¹⁷⁷ Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=51002&tp=1>

No ofício enviado ao senador Eduardo Suplicy, relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a ABHT argumenta que

Isso é uma ofensa à nossa Dignidade Humana e nossos direitos humanos, sociais e civis, posto que não só a existência das categorias psiquiátricas nos conota enquanto doentes mentais, mas também porque retira nosso direito de autonomia sobre o nosso corpo – quem tem o poder de decisão sobre o nosso próprio corpo são profissionais da saúde –, e porque contribui para retirar nosso direito de autodeterminarmos quem nós somos. Afinal se somos “doentes psiquiátricos”, não temos “capacidade” de dizermos quem somos [...] E esse é o problema que o supracitado Projeto de Lei nº 72/2007 se aprovado faria a manutenção: que o Estado Brasileiro passe por lei a nos considerar incapazes de dizermos quem somos, que identidade de gênero possuímos e que nome gostaríamos de sermos chamados, nos tutelando não só juridicamente, mas psiquiatricamente também¹⁷⁸.

É interessante observar que a ABHT questiona, com razão e bons argumentos, a tutela estatal representada neste PLC. Entretanto, não percebemos esta mesma coerência quando se trata de financiamentos do Estado para a realização de eventos, como, por exemplo, o I EHTNN, realizado a convite de órgãos estatais e financiado pelos mesmos, como citado anteriormente.

A ANTRA também se posicionou contra a votação e aprovação deste PLC, enviando ofício para o relator Eduardo Suplicy. Mesmo que a ABHT não seja afiliada à ANTRA, nesse momento uniram esforços por uma mesma causa.

¹⁷⁸ Disponível em : <http://homenstrans.blogspot.com.br/2013/12/abht-tambem-se-posiciona-contra-o-pl.html>

3 Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - IBRAT

Outro grupo de transhomens que surgiu recentemente, em julho de 2013, foi o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). Ele é “formado por transhomens, instituições e pessoas parceiras, acadêmicos, ativistas militantes, estudantes e profissionais voluntários, das áreas de saúde, jurídica, comunicação e assistência social”¹⁷⁹.

A forma de organização é semelhante à ABHT. A sede nacional e administrativa, inicialmente, era em João Pessoa, porém em abril de 2014 o IBRAT inaugurou sua sede física em Florianópolis, e há sedes e coordenações nas regiões norte, nordeste, sudeste e sul. O IBRAT tem um coordenador geral, Luciano Palhano, e três coordenadores regionais: Xande Peixe, São Paulo, Raicarlos Coelho, Pará, e Sillvyo Nóbrega, Ceará.

Diferentemente da ABHT, o IBRAT tem um núcleo de pesquisa, composto por um coordenador, Eduardo Sergio Soares Sousa, e um orientador, Leonardo Peçanha, uma assessoria jurídica, composta por Régis Vascon e Raicarlos Coelho, e uma relações públicas e assessora de comunicação, Louise Monteaux.

O IBRAT, segundo informações que constam no site,

nasceu em um contexto de coletividade. E visa ser atuante em todo o Brasil como um canal de promoção de visibilidade, saúde e cidadania para os transhomens do Brasil, além de promover discussões nas diferentes áreas de conhecimento e atuação que possam ser relevantes para o cumprimento da missão e objetivos institucionais: a melhoria da qualidade de vida desta população.

Segundo um interlocutor, o IBRAT é uma dissidência da ABHT e está filiado à ANTRA. Ele diz:

nós passamos a ter algumas diferenças na ABHT. A forma como as coisas eram decididas [...] a gente achava que estava tudo meio centralizado. As coisas não estavam mais sendo discutidas no coletivo. Então resolvemos criar o IBRAT. Mas temos sim a intenção de retomar o diálogo com eles. Essas coisas acontecem...

¹⁷⁹ <http://institutoibrat.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>

Esse interlocutor afirma que o IBRAT ainda está se organizando em núcleos regionais e tem a intenção de trabalhar mais a visibilidade dos transhomens. Talvez por esta razão não se tenha notícias a respeito de maior participação política do IBRAT.

A mídia brasileira divulgou amplamente a história de Thomas Beatie em 2008, mesmo ano em que o Processo Transexualizador foi instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde, ainda que os transhomens não tenham sido incluídos na Portaria. Do mesmo modo, chama-me a atenção que o início da organização política dos transhomens tenha se dado logo após a publicação da resolução do CFM em 2010, na qual os procedimentos para transhomens foram autorizados.

Voltando um pouco à história, em 1997 o CFM autorizou as cirurgias de redesignação sexual em hospitais universitários para mulheres trans, que era uma reivindicação do movimento LGBT. O Grupo Brasileiro de Transexuais criado em 1995 esteve ativo até 1997, ano em que foi criado o Movimento de Transexuais de Campinas e, segundo Mário Carvalho (2011), foi em torno de 1999 que as transexuais se fizeram mais presentes no movimento.

Essas constatações não parecem coincidências. O que é possível notar é que, no campo das transexualidades, os discursos médicos e “psi”, as autorizações médicas e as resoluções oficiais para as intervenções no corpo, como hormonização e cirurgias, forjam identidades coletivas, ao mesmo tempo em que a organização política de pessoas trans pode se constituir como uma forma de resistência a esses discursos, autorizações e resoluções. Ao analisar o surgimento de transhomens no movimento trans em outros contextos, como nos Estados Unidos e na França, encontrei algumas semelhanças.

A primeira intervenção cirúrgica em transexuais realizada nos Estados Unidos foi uma mastectomia em um transhomem no ano de 1960, em Stanford, e em 1963 foi criada a primeira Clínica de Identidade de Gênero (*Gender Identity Clinic*)¹⁸⁰, na Universidade Johns Hopkins, porém somente em 1965 iniciaram as cirurgias de redesignação sexual nesse serviço, onde um transhomem negro foi operado nesse mesmo ano (CASTEL, 2003). Em 1966 Harry Benjamim publicou o livro “*The Transsexual Phenomenon*”. No final dos anos

¹⁸⁰ Criada por John Hoopes, Milton Edgerton, Normam Knor, Howard Jones, Eugen Meyer, James Callison e John Money.

1960 Mario Martino¹⁸¹ fundou em Nova York a *Labyrinth Foundation Counseling Service*, primeira organização americana de pessoas trans a abordar especificamente as necessidades de transhomens (BEEMYN, 2008).

Segundo Pierre-Henri Castel (2003), até 1973 foram realizadas nos Estados Unidos cerca de quinhentas intervenções cirúrgicas. Em 1973 John Money, Norman Fisk e Donald Laub introduziram o conceito de “disforia de gênero” e no período entre 1973 a 1979 foram realizadas em torno de seis mil cirurgias de redesignação sexual nas vinte Clínicas de Identidades de Gênero que existiam na época, ligadas a universidades americanas. Conforme Susan Stryker (2006), as organizações trans fundadas no final dos anos 1970 e 1980 nos Estados Unidos foram mais focadas no apoio pessoal e socialização do que em protesto e ativismo militante.

Lou Sullivan é um personagem que se destaca nessa história. Em 1973, aos 22 anos, Sullivan era identificado como uma “travesti feminina” e em 1975 passou a se autoidentificar como *FTM* gay (CALIFIA, 2003; STRYKER, 2006). O fato de ser gay foi motivo de exclusão do programa de redesignação sexual da Johns Hopkins, uma vez que a equipe médica não o reconheceu como um “verdadeiro” transexual (CALIFIA, 2003). Em 1980 o atendimento de pessoas trans nos Estados Unidos passou para o setor privado de saúde com o início do fechamento de algumas Clínicas de Identidade de Gênero das universidades (CASTEL, 2003) e Sullivan fez sua mastectomia nesse ano com um cirurgião do âmbito privado. Em 1986 ele realizou a metoidioplastia¹⁸² e implantes testiculares, também no setor privado, e fundou um grupo de apoio local para transhomens em San Francisco (CALIFIA, 2003), que em 1991 Jamison Green¹⁸³ transformou em uma organização internacional, chamada *FTM Internacional* (STRYKER, 2006), sendo a principal organização de defesa para os transhomens (BEEMYN, 2008). Atualmente a *FTM Internacional* tem ramificações

¹⁸¹ Mario Martino publicou sua autobiografia . « *Emergence : a transsexual autobiograph y* ». New York : Crown Publishers, 1977

¹⁸² É uma cirurgia alternativa à neofaloplastia. O uso da testosterona aumenta o tamanho do clitóris. Na metoidioplastia, os ligamentos do clitóris são afrouxados, o que permite mover o clitóris mais à frente, próximo ao que seria o posicionamento de um pênis. As vantagens deste tipo de procedimento quando comparado à neofaloplastia são a manutenção da sensibilidade do clitóris e não há o risco de necrose.

¹⁸³ Publicou sua autobiografia em 2004.

em vinte países e conta com a participação de milhares de membros. Esta parece ser a primeira organização transnacional dentro do movimento trans. Em 1987, Sullivan descobriu ter aids, falecendo em 1991, aos 39 anos, em decorrência da doença (CALIFIA, 2003; BEEMYN, 2008).

Na França o atendimento de transexuais iniciou em 1973 no Hospital Henri-Rousselle, em Paris. Porém, em 1975 a Corte de Cassação proíbe as alterações de nome na certidão de nascimento das pessoas diagnosticadas como transexuais e operadas, e em 1977 os tribunais de Toulouse e Dijon admitem as cirurgias de redesignação sexual para “fins terapêuticos” (CASTEL, 2003). Em 1979 foi criada no Hospital Saint-Louis, um hospital público de Paris, uma equipe pluridisciplinar para atender transexuais, composta pelo cirurgião Pierre Banzet, o psiquiatra Jaques Breton e o endocrinologista Jean Pierre Luton (ESPINEIRA, 2011a).

O *Conseil National de L'Ordre des Médecins*, que seria o equivalente no Brasil ao Conselho Federal de Medicina, considerou essas intervenções terapêuticas e as autorizou em 1983 (MACÉ, 2010), sendo reembolsadas pela previdência social (*Sécurité Sociale*)¹⁸⁴. Em 1989 o Ministério da Saúde francês publicou uma circular¹⁸⁵, formalizando o protocolo de atendimento da equipe de Pierre Banzet, sem base legal, que exigia dois anos de acompanhamento por uma equipe especializada dentro de um hospital público, distanciando-se da prática liberal de livre escolha de médicos/as pelos/as pacientes (MACÉ, 2010), como acontecia antes (ESPINEIRA, 2011a).

As primeiras associações trans francesas surgiram na década de 1990. Em 1994 Tom Reucher, psicólogo clínico transhomem, fundou a *Association du Syndrome de Benjamin (ASB)*, pela defesa e dignidade das pessoas trans. A *ASB* criou em 1997 a marcha *Existran*. Em 2005 houve a segunda edição da marcha e a partir de 2007 a *Existran* passou a ser um coletivo interassociativo, do qual fazem parte o *Groupe Ativiste Trans (GAT)*, *Act-Up*, *Sans Contrefaçon*, *Mutatis Mutandis*, *Trans Act e*

¹⁸⁴ A *Sécurité Sociale* na França é composta por um conjunto de instituições, cuja função é proteger os indivíduos das conseqüências de diversos eventos ou situações, geralmente referidos como riscos sociais. Existem quatro tipos de riscos, que formam os quatro ramos da previdência social, sendo um deles relativos às doenças, maternidade, invalidez e morte. Para conhecer melhor sua organização, estrutura e funcionamento, acesse: <http://www.securite-sociale.fr/L-organisation-de-la-Securite-sociale>

¹⁸⁵ Essa circular parece seguir os protocolos internacionais, como o *SOC*.

a *Organisation Internationale des Intersexué-e-s*, que organiza a marcha anualmente. A ABS foi dissolvida em 2008 e alguns membros fundaram outra associação chamada *ORTrans (Objectif Respect Trans)*.

Assim como há semelhanças entre Brasil, Estados Unidos e França no que se refere ao movimento trans, há também particularidades decorrentes dos contextos locais. Na década de 1990 nos Estados Unidos, a organização política dos coletivos trans se expandiu e diversificou. A proliferação de grupos locais naquele país levou ao desenvolvimento de diversas organizações nacionais, ao crescimento dos movimentos pelos direitos dos/as transexuais e pelo fim da violência contra pessoas trans (BEEMYN, 2008). Segundo Genny Brett Beemyn (2008), a falta de atenção da sociedade para a crise da aids, no final dos anos 1980 e início de 1990, renovou a militância do movimento LGBT e inspirou uma nova geração de ativistas trans. O *Transgender Nation*, um grupo que se formou em 1992 a partir do *Queer Nation* de San Francisco, foi a primeira organização da nova onda de ação direta que desafiou a transfobia dentro do movimento LGBT e da sociedade em geral (BEEMYN, 2008).

Na França, em 1993 surgiu a *PASST (Prévention Action Santé Travail pour les Transgenres)*, fundada por Camille Cabral, direcionadas às trans trabalhadoras do sexo, cujo objetivo era dar suporte principalmente às imigrantes. O trabalho da *PASST* inicialmente estava centrado na prevenção do HIV/aids. No Brasil, no início dos anos 1990, a luta era pelo direito ao tratamento da aids e contra o estigma das pessoas infectadas.

No Brasil o início dos anos 2000 inaugurou uma nova relação com o Estado, com a abertura de maior diálogo e apoio. Na França, esse período foi marcado pela emergência de coletivos trans e de espaços políticos e teóricos contestatórios, como o *GAT* de Paris e o *STS67 (Support Transgenre Starsbourg)* de Strasbourg (ESPINEIRA, 2011b), como podemos perceber na forma como tanto o *GAT* quanto o *STS67* se apresentam em seus sites na internet: “O *GAT* é um grupo informal, libertário, independente e alternativo de trans irritadas com as políticas associativas consensuais e as instituições médico-jurídicas despóticas”¹⁸⁶.

O *STS67* funciona de um modo estritamente igualitário, laico, independente e voluntário. Os pensamentos sectários e normativos, as lendas, os

¹⁸⁶ Disponível em : <http://transencolere.free.fr/gat/questcequegat.htm>

boatos e os mitos não nos interessam, nós os combatemos: nós não vendemos sonhos, nós informamos você da realidade¹⁸⁷.

Ao longo dos anos 2000 surgiram outras associações, tais como a *Trans Aide*, *Gest*, *Intertrans*, *C'Est Pas Mon Genre*, *Pink Freak'X* e *Chrysalide*. A despatologização das identidades trans é pouco a pouco compartilhada entre elas, porém há outros pontos que são mais polêmicos, como por exemplo a recusa ou não da intervenção do Estado nas questões de gênero (ESPINEIRA, 2011b), enquanto que no Brasil a luta pela despatologização das identidades trans é mais recente, provocando muitos debates, assim como a discussão a respeito da intervenção ou não do Estado no que se refere ao gênero .

¹⁸⁷ Disponível em : http://www.sts67.org/html/fr_accueil.html

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para chegar às transmasculinidades brasileiras, foi necessário entender os processos de autoidentificação dos transhomens. Nesta tese, evidenciei que esses processos são longos e marcados por anseios, medos, fantasias, esperanças, conflitos, contradições e diferentes formas de violências, umas mais explícitas, outras nem tanto, presentes tanto na esfera privada como pública e política. Estudar transmasculinidades implicou entrar em um campo marcado por tensões, contradições e contestações, pois a investigação mostrou que há variadas transmasculinidades e elas podem ser compreendidas não como um dado acabado, mas como um fenômeno complexo, em movimento, e como tal, instável e fluído.

Na introdução justifiquei o uso da categoria “transhomem” e ao longo do texto me referi muitas vezes aos interlocutores genericamente como “trans”. Nas transcrições das falas, foi possível perceber outros termos que os sujeitos da pesquisa usaram na autoidentificação de suas identidades ou expressões de gênero. Nos trabalhos brasileiros que li e em eventos acadêmicos nos quais que participei, li e ouvi frequentemente o uso, por parte de colegas pesquisadores/as, do termo “homem trans” como se fosse a categoria mais “politicamente correta” a ser utilizada e algumas críticas a respeito de outras categorias, como “transgênero” e mesmo “transhomem”. Talvez os/as pesquisadores/as estivessem fazendo uma analogia à forma como as mulheres trans, na sua maioria (não podemos generalizar), desejam ser reconhecidas e às disputas que há entre as travestis e as transexuais.

Porém, o campo mostrou algo diferente. Poucos interlocutores se autoidentificam como “homens trans”. Apenas um deles se identifica como “transgênero” e um como “*gender less*” (“sem gênero”). Três se identificam como “transexuais”. A autoidentificação de grande parte dos meus interlocutores é “FTM”. Quando percebi isso, pensei que se tratava de indivíduos mais jovens, entre dezoito e vinte e poucos anos que se autodefiniram tendo como referência Thomas Beatie ou Chaz Bono. Porém, isso não se confirmou. A categoria “FTM” foi utilizada independentemente da idade ou faixa etária. A categoria “transhomem” faz parte do vocabulário das pessoas trans (para usar um termo talvez “politicamente correto” e menos criticado), uma vez que alguns interlocutores se autoidentificam assim. “FTM” é a principal forma como se referem a si mesmos ou aos outros, mas notei que não há uma preocupação da parte deles em usar sempre os mesmos termos, e parece

haver um entendimento tácito de que todas as categorias são sinônimas. Ora usam um termo, ora usam outro. Não observei divergências a respeito dessas “categorias identitárias” entre meus interlocutores nem nas propostas da ABHT.

Cinco entre trinta e três interlocutores afirmam que sempre foram “homens”; que nasceram homens, como se isso fizesse parte de sua “natureza”, remetendo a um essencialismo biológico binário. Chamou a atenção que desses cinco, três deles fizeram ou estão fazendo sua transição de modo “oficial”, ou seja, em serviços especializados. A relação com a equipe médica não é unilateral, pois os indivíduos têm agência e desenvolvem inúmeros mecanismos de negociação, entre os quais estão “construir-se como vítimas, o silêncio e a essencialização de suas identidades” (BENTO, 2006, p. 62). Este fato corrobora a ideia de “normalização” de gêneros presente nos discursos médicos e “psi” e na fabricação de corpos heteronormais. Neste caso a transição não é processo, é fim, como se isso fosse possível. Os gêneros estão sempre em permanente construção. Esses interlocutores querem justamente esta “normalidade”, não querem ser reconhecidos como “trans”. Por outro lado, se hoje é possível para os/as trans fazerem as alterações corporais necessárias para serem reconhecidos/as no gênero desejado, isso é decorrente de tecnologias desenvolvidas em diferentes áreas da medicina e são usadas de diferentes formas pelos transhomens.

A decisão de fazer a transição de um gênero a outro, ou viver expressões de gêneros que fogem da norma heterossexual, que poderíamos entender como autonomia dos sujeitos – ideia defendida nesta tese - não pode ser interpretada simplesmente como “liberdade” de escolha, uma vez que as escolhas, em uma sociedade democrática e neoliberal, já estão colocadas. Essas escolhas são fazer a transição oficialmente, para aqueles que têm acesso ao processo transexualizador ao convencerem as equipes de saúde que são “verdadeiros transexuais” e aceitarem ser patologizados, ou informalmente, que é quando eles se utilizam de diferentes estratégias como falsificar receitas de hormônios, comprar testosterona no mercado paralelo, ou, para aqueles que têm maior poder aquisitivo, fazer suas modificações corporais e alteração de nome através de serviços privados. No entanto, destaco que o acesso às transformações corporais pelo SUS é um direito dos/as usuários/as, e não deveria ser considerado um privilégio para poucos/as.

Dentre as diversas estratégias utilizadas pelos transhomens para lidar com sua diferença na infância, para aqueles que sentiam ser diferentes dos/as amigos/as e colegas da escola, foram evitar atividades

coletivas na escola, recolherem-se a uma interioridade e isolamento, e realizar certo “contrato de troca”, em que ser “os melhores alunos” seria uma forma de impor a aceitação de sua diferença. Alguns recorreram ao pensamento “mágico” de que Deus poderia transformá-los em meninos ou de que passar por um arco-íris os faria mudar de “sexo”. Na fase adulta parece haver uma adaptação dessas estratégias; observei que ser o melhor profissional de sua área, para aqueles que estão empregados, e ter uma aparência o mais masculina possível, é uma forma de autoafirmação de sua masculinidade.

No que diz respeito às transformações corporais para tornar o corpo mais masculino, as cirurgias de retirada das mamas é o desejo de todos os transhomens que participaram da pesquisa, sendo que apenas quatorze deles fizeram este procedimento. Os que ainda não fizeram a mastectomia usam coletes ou faixas para esconder o “volume superior”. Sem dúvida, esse procedimento é desejado por todos e o acesso a ele é dificultado pela forma como o SUS lida com as transmasculinidades. Vários tomam hormônios masculinos como a testosterona.

O uso de testosterona, segundo os interlocutores, aumenta a libido, deixa-os mais dispostos e alguns relatam que sentem maior agressividade. O que lhes dá mais orgulho é o crescimento dos pelos, o surgimento da barba, a mudança da voz, que fica mais grave, a diminuição de gordura no corpo e o desenvolvimento de músculos, atributos considerados masculinos. Esta construção corporal lhes dá sentido de pertencimento ao tão desejado mundo masculino, é a expressão de sua masculinidade, é sua materialidade. Porém, mesmo com um corpo próximo do que consideram ideal, a relação com outros homens é marcada por tensões, uma vez as práticas de dominação da masculinidade hegemônica negam o que se aproxima do simbólico da feminilidade. Neste sentido, a masculinidade hegemônica pode desenvolver práticas de marginalização e subordinação sobre as transmasculinidades. Por outro lado, as transmasculinidades tensionam as fronteiras de gêneros e podem desestabilizar a masculinidade hegemônica ao produzir uma masculinidade sem pênis e diferente dos ideais dominantes.

Alguns transhomens se autoidentificavam como “lésbicas”, “lésbicas masculinas” ou “lésbicas ultramasculinas”, antes de se autoidentificarem como trans. O que faz uma mulher identificada como lésbica se autoidentificar como transhomem? Quais são os limites ou fronteiras, se é que há, entre masculinidades lésbicas e transmasculinidades?

As fronteiras entre uma lésbica masculina, ou “ultra masculina” (nas palavras deles), e transmasculinidades não são óbvias, nem claras. A partir dos relatos dos sujeitos, para alguns deles chamá-los de “lésbicas” ou identificá-los como tal é um grande insulto e vai contra a sua autoidentificação trans e seu desejo de serem reconhecidos socialmente como pertencentes ao gênero masculino. Flávia Teixeira (2009) encontrou algo semelhante no depoimento de Diogo, um de seus interlocutores, para quem “ser considerado como lésbica era um problema porque essa percepção o re-conduziria à posição de mulher, da qual se havia deslocado e não se reconhecia” (TEIXEIRA, 2009, p. 153).

Não há exatamente um *continuum* entre lésbicas masculinas e transhomens. Ou seja, a transexualidade não é destino para elas. O fato de ser “ultramasculina” não faz de uma mulher lésbica uma pessoa trans. Judith Halberstam (1998) supõe que os transhomens expressam um desejo real por um novo corpo, enquanto que as lésbicas masculinas, as *butches*, estão associadas a um desejo mais lúdico de masculinidade e a uma forma de “desvio de gênero”¹⁸⁸ mais despreocupado. No entanto, Halberstam chama a atenção para os conflitos nas lutas entre transhomens e lésbicas *butches*, que se acusam mutuamente de normatividade de gênero. Para algumas *butches*, os transhomens são traidores do movimento “de mulheres” e agora são seus inimigos, enquanto que os transhomens consideram o feminismo lésbico como um discurso que não só os demonizam como também demonizam a sua masculinidade. A lista de acusações não para por aí. Para eles, as lésbicas *butches* são transhomens com um grande medo de fazer a transição.

Para além das disputas entre *butches* e transhomens, há diferentes masculinidades e relações sociais definidas entre eles. No entanto, há relações hierárquicas, nas quais algumas masculinidades são dominantes e outras são cúmplices, subordinadas ou marginalizadas (CONNELL, 1995; 2005a). Para Daniel Welzer-Lang (2001), os homens que se diferenciarem da norma política heterocentrada e homofóbica, produzida sob a definição da superioridade masculina e daquilo que deve ser a performance sexual masculina, que indica o que é ser um homem “verdadeiro”, ou seja, ser viril na aparência e em suas práticas, ativo e dominante e não ser afeminado, passam a pertencer ao grupo dos “outros”, dos “dominados”, o qual inclui não só aqueles que não são

¹⁸⁸ Grifo meu.

homens “normais”, mas também inclui as mulheres e as crianças. Neste sentido, poderíamos pensar que a produção de masculinidades por transhomens visaria ao acesso aos “privilégios” de ser “homem”; no entanto, é possível afirmar que as transmasculinidades também se encontram nessa dinâmica hierárquica das masculinidades, tanto em relação à subordinação quanto à marginalização.

Michael Kimmel (1991) afirma que são os homens negros e homossexuais, cujas masculinidades são vistas como “desviantes”, que desafiam a concepção de masculinidade hegemônica, pois são eles que servem de pano de fundo contra o qual se constrói a hegemonia em oposição à subalternidade ou à marginalidade. Talvez seja possível acrescentar a essas “masculinidades desviantes” as masculinidades produzidas por transhomens, uma vez que subvertem as normas de gênero e interpelam a masculinidade hegemônica.

Deste modo, concluo que as transmasculinidades brasileiras são múltiplas e variadas, oscilando entre a masculinidade hegemônica e as masculinidades subordinadas e marginalizadas. As transmasculinidades são fortemente marcadas por tensões e contradições, que se refletem nas relações dos transhomens com outros transhomens, em uma relação por vezes hierárquica, com os homens, com as mulheres e com as equipes de saúde. A hierarquia a que me refiro diz respeito a um certo tipo de “escala”, para definir quem é “mais” trans, a qual pude observar nas discussões de um grupo no *Facebook*. Parece ser “mais” trans quem já iniciou a transição, quem toma hormônios, quem fez mastectomia, quem tem uma aparência mais masculina. É como se esses fossem os transhomens mais “legítimos” para falar de si enquanto trans. Uma questão que apontei é o quanto uma pessoa que ora se identifica como transhomem, ora se identifica como mulher e lésbica, pode causar certo estranhamento e mesmo agressividade em alguns transhomens. Talvez isso aconteça por os recolocarem “à posição de mulher”, da qual tentaram sair com muito sofrimento, ou por não aceitarem os trânsitos de gêneros sem a fixação identitária.

A respeito da relação com as equipes de saúde, é possível afirmar que a “normalização” de gêneros presente nos discursos biomédicos, nos quais não há espaço para ambiguidades de gêneros, têm efeitos sobre a produção de transmasculinidades, levando os transhomens a essencializarem suas identidades. Demonstrei nesta tese que aqueles que passam pelos processos oficiais de modificações corporais tendem a se colocar na posição de homens heterossexuais, e ao mesmo tempo,

utilizam-se estrategicamente dos discursos médicos e “psi” para justificar sua transexualidade.

As dificuldades de se relacionar afetiva e sexualmente com as mulheres, para alguns transhomens heterossexuais, são devidas à idealização de um corpo masculino, uma vez que preferem iniciar um relacionamento mais estável quando se sentem mais seguros de sua masculinidade. Destaco que alguns interlocutores heterossexuais têm companheiras que os aceitam como são. Algumas os acompanham há muito tempo e os ajudaram a tomar a decisão em relação aos caminhos que foram ou estão sendo percorridos para a transição, tanto oficial quanto informal. Por outro lado, alguns só iniciaram relacionamentos sexuais e afetivos mais estáveis após se sentirem mais seguros quanto à construção de sua masculinidade, o que mostra que na transição de gêneros de transhomens está implicado o desejo por corpos considerados masculinos por potenciais parceiras sexuais e /ou afetivas.

Poderíamos pensar no que as transmasculinidades brasileiras se diferenciam de transmasculinidades produzidas em outros contextos, principalmente o americano, ou se assemelham a elas. A mim parece que a proliferação de identidades trans advinda de processos transnacionais apresenta tensões que as diferenciam entre si, seja na forma com que os transhomens brasileiros lidam com o “feminino”, com os modelos de masculinidades presentes no nosso país, e com outras identidades, seja nos limites impostos por discursos patologizantes que podem interferir na produção de sua masculinidade. Por outro lado, a idealização demonstrada por alguns interlocutores a respeito de um corpo masculino associado às transmasculinidades, um ideal difícil de alcançar, parece ser algo em comum com transmasculinidades produzidas em outros contextos.

As transmasculinidades colocam desafios aos feminismos contemporâneos, principalmente a algumas correntes feministas mais radicais, para as quais “os transhomens não dormem com o inimigo, mas se transformam nele”, ao mostrar que assim como a masculinidade não pertence só aos homens, a feminilidade não pertence só as mulheres, questionando dessa forma o sujeito do feminismo.

Embora as transexperiências sejam individuais, elas se constroem e/ou são produzidas no plano cultural, marcadas pelos contextos da vida social nos quais os transhomens estão inseridos e pelas formações discursivas de cada época, as quais envolvem relações múltiplas, móveis, instáveis e desiguais de forças, ou seja, abrangem relações de poder, que como bem mostrou Foucault, não emanam de um ponto

central, mas de instâncias periféricas, localizadas. Neste sentido, podemos pensar que as transexperiências são também coletivas.

Se hoje as pessoas trans estão mais visíveis no Brasil é devido a uma virada histórica que Miskolci (2013) identificou em 1997, provocada por uma série de eventos como “distribuição de medicação antirretroviral para a tratamento da aids, o surgimento da internet comercial no Brasil, a realização da primeira Parada do Orgulho LGBT de São Paulo” (MISKOLCI, 2013), e a autorização das cirurgias de redesignação sexual. A história do movimento LGBT nos últimos quarenta anos também contribuiu para maior visibilidade das pessoas trans, decorrente de inúmeras lutas coletivas. A emergência dos transhomens brasileiros no movimento LGBT brasileiro é muito recente, tendo em vista que somente em 2012 foi criada uma associação nacional, a ABHT. A ABHT se diferenciou dos coletivos de travestis e mulheres trans que surgiram nos anos 1990 em dois aspectos: o primeiro é que ela foi organizada a partir da interação virtual propiciada pelo uso de mídias digitais, o que permitiu uma organização em âmbito nacional, e o segundo, ela aceita múltiplas identidades trans relacionadas aos transhomens, como *FTM*, transhomem, homem trans, trans, transgêneros e outras, parecendo não demonstrar uma preocupação maior com categorias identitárias muito disputadas, como acontece entre as travestis e as trans.

Por outro lado, a ABHT se insere nas lutas das travestis e das trans no âmbito dos direitos humanos, ou seja, reivindica respeito, dignidade, acesso aos serviços de saúde e participação nas decisões políticas. A ABHT parece ter aprendido com a experiência das travestis e das trans a como se relacionar com o Estado no que se refere às demandas específicas e aos recursos estatais, uma vez que em sua curta existência já recebeu recursos financeiros para a realização de eventos. Além disso, a ABHT também se inseriu na luta internacional pela despatologização das identidades trans, mostrando que as redes e conexões transnacionais possibilitam colocar em debate a despatologização trans e o enfrentamento das discriminações por identidades de gênero em contextos locais.

As condições que permitiram maior visibilidade de transhomens nos últimos quatro anos também decorre da ampla divulgação que teve na mídia em 2010 a Resolução do CFM que passou a autorizar procedimentos como a mastectomia, histerectomia e ooforectomia para os transhomens, antes proibida, e da exibição da série *The L Word*, com o personagem transhomem Max, que trouxeram os transhomens à cena

para o público em geral. Além disso, as narrativas do “eu” e de “si mesmo” presentes no “espaço biográfico”, onde concorrem as autobiografias trans, os *blogs* e os canais do *YouTube* direcionados a transhomens, os filmes, os documentários, as entrevistas, a mídia e as mídias digitais, constituem-se como modos de visibilidade de transhomens, nos quais circulam diferentes discursos e são produzidas novas narrativas sobre ser trans e sobre transmasculinidades. Essas ferramentas discursivas possibilitam a constituição de subjetividades trans, ao mesmo tempo em que surgem práticas de regulação e assujeitamentos de uns trans sobre os outros, especialmente sobre aqueles que fogem de um modelo ainda incipiente de transmasculinidade, o qual parece baseado na aparência de um corpo musculoso e na negação das transmasculinidades que transitam entre os gêneros sem a fixação identitária.

No “espaço biográfico” foi possível identificar um recorte geracional, que em outros aspectos não foi possível observar. Por exemplo, as mídias digitais, principalmente o *YouTube*, são predominantemente utilizadas por jovens trans, mais interessados em exibir orgulhosamente suas modificações corporais, como o crescimento da barba e o desenvolvimento dos músculos, e dar dicas para outros sobre como construir um corpo masculino. Eles não centram seus discursos na faloplastia, não escondem seu passado como lésbicas ou lésbicas masculinas e não se percebe, de modo geral, o uso da metáfora do “corpo errado”. Já nas autobiografias trans brasileiras, essa metáfora é insistentemente colocada, como se para ser “homem” fosse necessário ter um pênis, mostrando assim as particularidades das transmasculinidades em relação às representações sociais brasileiras de masculinidade. Ainda em relação à visibilidade, os transhomens mais velhos, na faixa etária acima de quarenta anos, parecem não querer a mesma visibilidade dos trans mais jovens.

A investigação desenvolvida nesta tese abriu também inúmeras questões e cito alguns possíveis desdobramentos que a pesquisa aponta. Um dos desdobramentos diz respeito à visibilidade dos transhomens. Nesta tese articulei os modos de visibilidade com o “espaço biográfico”. Contudo, seria interessante estudar este tema a partir da antropologia visual ou da arte *queer*, nos moldes em que Rosa Blanca (2011) propõe:

Defendo a construção de visualidades que atravessem o poder epistemológico visual, impondo-se contextual e artisticamente em corpos

que falem a multiplicidade das línguas de uma imagem encorpada tecnológica e subjetivamente (BLANCA, 2011, p. 181).

Outro aspecto se refere ao nome. No capítulo quatro citei a história do jovem Daniele, que se identifica como trans, mas quer manter seu nome de batismo, como ele mesmo afirma. Em fevereiro de 2014 participei do *Queering Paradigms V*, realizado no Equador, onde conheci um equatoriano que se apresentou como “transgênero, judeu, pai e avô”. Ele se apresentou assim: “Meu nome é ‘x’ [nome feminino]. Não sou transhomem. Sou alguém que tem uma ‘alma’¹⁸⁹ masculina neste lindo corpo de mulher”. Como já comentei, identifiquei durante a pesquisa que o termo transgênero é aceito entre os trans como sinônimo de transhomem, *FTM*, homens trans, etc. Estes dois exemplos me fazem pensar que talvez valesse à pena estudar esses borramentos de fronteiras de gêneros, nos quais a alteração do nome não é importante, embora se refiram a si mesmos no masculino. São duas realidades distintas, reconheço, um é brasileiro, o outro é equatoriano, mas ambos têm algo em comum. Seriam os únicos ou os outros ainda estão invisíveis?

Um outro desdobramento diz respeito às contribuições teóricas de ativistas e pesquisadores/as trans no Brasil. No estágio doutoral na França, observei a importância de pesquisas realizadas por grupos militantes, como *Chrysalide*, *CRIPS*¹⁹⁰ Ile-de-France e *Act-Up-Paris* junto com o *INSERM*¹⁹¹, e ativistas, como Karine Espinera, Maud-Yeuse Thomas e Tom Reucher, cujos trabalhos sobre transidentidades são objeto de publicação e de produção de conhecimento sobre o campo trans. Temos produção semelhante no Brasil? Como pesquisadores/as trans estão se inserindo no campo acadêmico no Brasil? Quais são as reflexões que os/as mesmos/as trazem para o campo dos estudos de gênero e sexualidade?

Há também questões ligadas aos relacionamentos afetivos e sexuais. Durante a pesquisa, acompanhei separações de casais que estavam há muito tempo juntos, desde antes do início da transição, e começos de novos relacionamentos afetivos e sexuais. Esses relacionamentos foram apresentados de modo mais descritivo nesta tese, mas considero que mereceriam uma abordagem mais aprofundada. A

¹⁸⁹ Grifo meu.

¹⁹⁰ Centre Régional d’Information et Prévention du Sida

¹⁹¹ Institut National de Santé et Recherche Médical

separação estaria relacionada com a decisão de fazer a transição? Como as mulheres de transhomens percebem o seu relacionamento?

Para finalizar, gostaria de dizer que no que me foi possível observar, não há um modelo universal de transmasculinidades, elas são maleáveis e estão em constante produção. Tentei demonstrar que as transmasculinidades brasileiras podem ser masculinidades alternativas, mesmo estando incluídas em práticas de dominação, subordinação e marginalização. As transmasculinidades, ao produzirem uma masculinidade sem pênis, podem ser tomadas como um desestabilizador de masculinidades hegemônicas, rejeitando a arbitrariedade do sexo e do gênero e questionando a certeza de sermos homens ou mulheres. Termino com a certeza que, depois de quatro anos de doutorado, entrego uma leitura séria, completa, e deixo aberta a leitura para novas pesquisas, novas dissertações e novas teses pela reconhecida emergência das transmasculinidades no Brasil contemporâneo.

Referências

AKKAS, Kim; MACCABE, Janet. *Reading The L Word – outing contemporary television*. London New York: I. B. Tauris, 2006.

ALBUQUERQUE, Fernanda de; JANELLI, Maurizio. *A princesa – Depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995

ALMEIDA, Guilherme S. de. Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a partir de uma experiência de atendimento. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn (org.). *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

APA – DSM III. Disponível em:

<http://www.psychiatry.org/practice/dsm/dsm-history-of-the-manual>
Acesso: 28 mar 2013.

APA – DSM V. Disponível em :

<http://www.dsm5.org/documents/gender%20dysphoria%20fact%20sheet.pdf> Acesso : 28 dez 2013.

APPADURAI, Arjun. Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura. *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory*. New York: Columbia University Press, 1990, p. 324-339. Disponível em http://www.intcul.tohoku.ac.jp/~holden/MediatedSociety/Readings/2003_04/Appadurai.html. Acesso: 12 set 2010.

ARÁN, Márcia. Transexualismo e cirurgia de transgenitalização: Biopoder/Biopotência. *SérieAnis*. n. 39, abril 2005. P. 1-4.

ARÁN, Márcia ; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 19, v. 1, p.: 15-41, 2009.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. *RELATÓRIO preliminar dos serviços que prestam assistência a transexuais na rede de saúde pública*

no Brasil. Pesquisa Transexualidade e Saúde: condições de acesso e cuidado integral (CNPq / MS-SCTIE-DECIT). Rio de Janeiro: UERJ, 2009b. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direitos-sexuais-e-reprodutivos/direitos-lgbt/Relatorio_Preliminar_set_20092.pdf. Acesso: 22 jun 2012.
Instituto de Medicina Social – UERJ

ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico – Dilemas de la subjetividade contemporánea*. 1.ed. 3. Reimp. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010a.

ARFUCH, Leonor. *La entrevista. Uma invenção dialógica*. Buenos Aires: Paidós, 2010b.

ARFUCH, Leonor. Narrativas de lo yo y memórias traumáticas. *Tempo e Argumento. Revista do Programa de Pós-Graduação em História – UDESC*. Florianópolis. Vol. 4, nº 1, 2012, p. 45-60.

ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn (org.). *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo : Oficina Editorial, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HOMENS TRANS. Disponível em: <http://homenstrans.blogspot.com.br>. Acesso: 12 dez 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HOMENS TRANS. Relatório I Encontro de Homens Trans do Norte e Nordeste, 2013. Disponível em: www.ftmbrasil.org/2012/03/melhoras-no-processo-transexualizador.html Acesso: 12 fev 2014.

ATHAYDE, Amanda V. Luna de. Transexualismo masculino. *Arq Bras Endocrinol Metab*. Vol 45, n. 4, agosto 2001, p. 407-414.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam. Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexualidade masculina. In: *Anais Fazendo Gênero 9 - Diásporas, diversidades, deslocamentos*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

ÁVILA, Simone; BLANCA, Rosa; BOSCATTI, Ana Paula; OLIVEIRA, Raruilquer; FERREIRA, Vinícius; NUNES, Virgínia. Trans

Day NIGS 2010 - Uma proposta científica, artística e acadêmica de metodologia-ação no campo da transexualidade. In: *V Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: Instâncias e práticas nas políticas da própria vida - I Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade - I Encontro Nacional Gênero e Diversidade na Escola (GDE)*. Rio Grande, 2011.

ÁVILA, Simone. Resenha de El género desordenado - Críticas en torno a la patologización de la transexualidad. *Cadernos Pagu*. N. 38, janeiro-junho, 2012, p. 441-451.

BAERLOCHER, Élodie. *Le temps partiel: Gatekeeper des assignations prioritaires de sexe – l'exemple des offres d'emploi*. In : LUCAS, Barbara ; BALLMER-CAO, Thanh-Huyen (ed.). *Les nouvelles frontières du Genre – La division public/privé en question*. Paris : L'Harmattan, 2010.

BALDIZ, Manuel. El psicoanálisis contemporáneo frente a las transexualidades. In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS (Org.) *El género desordenado – críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona-Madrid: EGALES, 2010.

BALZER, Carsten. “*Eu acho transexual é aquele que disse: eu sou transexual*”. *Reflexiones etnológicas sobre la medicalización globalizada de las identidades trans a través Del ejemplo de Brasil*. In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS (Ed.) *El género desordenado – críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona-Madrid: EGALES, 2010.

BARBOSA, Bruno César. *Nomes e Diferenças : uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. [Dissertação de mestrado] São Paulo : Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2010.

BARD, Christine. La virilité au miroir des femmes. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.) *Histoire de la virilité*. Vol. 3. *La virilité en crise? XX^e - XXI^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2011. P. 99 -129.

BAUMAN, Zygmunt. *A Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BEATIE, Thomas. *Labor of Love – The Story of One Man's Extraordinary Pregnancy*. Berkley: Seal Press, 2008. (Kindle edition).

BEMYN, Genny Brett. "Transgender Political Organizing." *Encyclopedia of Gender and Society*. 2008. SAGE Publications. SAGE. [online] Disponível em http://www.sage-reference.com/gender/Article_n424.html. Acesso 24 Abr. 2010.

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita – O corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. *A reinvenção corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERGER, Mirela. As chaves do templo. *PontoUrbe - Revista de Antropologia Urbana da USP*. Ano 2, versão 2.0, fev 2008 [on line]. Disponível em: <http://n-a-u.org/pontourbe02/Berger1.html>. Acesso 21 mai 2014.

BIGLIA, Barbara ; LLORET, Imma. Generando géneros y patologizando sujetos. In : In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS, Gerard. (Ed.) *El género desordenado – Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona-Madrid: EGALES, 2010.

BIJKER, Wiebe E.; LAW, John (ed). *Shaping Technology / Building Society: Studies in Sociotechnical Change (Inside thecnology)*. MIT, Massachusetts, 1992.

BLANCA, Rosa Maria. *Arte a partir de uma perspectiva queer*. [Tese de doutorado]. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BONO, Chaz ; FITZPATRICK, Billie. *Transition – The Story of How I Became a Man*”. New York : Dutton, 2011. (Kindle Edition).

BORNSTEIN, Kate. *Gender outlaw – on men, women, and the rest of us*. New York: Vintage Books, 1995.

BOURCIER, Marie-Hélène. Technotesto : biopolitiques des masculinités tr(s)ans hommes. *Cahiers du Genre*, N. 45, 2008, p. 59-84.

_____. *Queer Zones 3 – Identités, cultures, politiques*. Paris: Amsterdam: 2011.

BOURCIER, Marie-Hélène; MOLINIER, Pascale. Introduction. *Cahiers de Genre*, n.. 45, 2008. p. 5-14.

BOURDIEU, Pierre ; CHAMBOREDON, Jean Claude ; PASSERON, Jean Claude. *O Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Descentralização da Gestão da Assistência. *Regionalização da Assistência à Saúde: aprofundando a descentralização com equidade no acesso: Norma Operacional da Assistência à Saúde: NOAS-SUS 01/02 e Portaria MS/GM n.o 373, de 27 de fevereiro de 2002 e regulamentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Descentralização da Gestão da Assistência*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Projeto de Lei da Câmara 72/2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=51002&tp=1>. Acesso: 22 dez 2013.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado 658/2011. Disponível em : <http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=98732&tp=1>. Acesso: 22 dez 2013.

BRASIL. Projeto de Lei 5002/2013. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso: 22 dez 2013.

BRUNER, Jerome. The Autobiographical Process. *Current Sociology*. vol. 43, n. 2, 1995, p. 161-177.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. *Revista FAMECOS*. N. 24, 2004, p. 110-124.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. *YouTube e a Revolução Digital - Como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. São Paulo: ALEPH, 2009.

BURNS, Christine, et al. Gender Registration: The Requirement of Sterility. In: *T. H. Office, Report of the Interdepartmental Working Group on Transsexual People*. London: The Home Office, 2000, p. 45-48.

BUTLER, Judith. *Excitable Speech. A Politics of the Performative*. New York and London: Routledge, 1997.

_____. *Precarious life – The powers of mourning and violence*. London/New York : Verso, 2004.

_____. *Cuerpos que importan – sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires, Paidós, 2005.

_____. *Deshacer el gênero*. Barcelona: Paidós, 2006.

_____. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

_____. *Prólogo*. In: In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS (Ed.) *El género desordenado – críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona-Madrid: EGALES, 2010b.

CALIFIA, Pat. *Le mouvement transgenre – Changer le sexe*. Paris : EPEL, 2003.

CALLON, Michel. *La Science et ses Réseaux; genèse et circulations des faits scientifiques*. Paris: La Découverte, 1989.

CAMERON, Loren. *Body Alchemie – transsexual portraits*. Berkley: Cleis Press, 1996.

CAMPANHA STOP TRANS PATHOLOGIZATION. Disponível em : <http://www.stp2012.info/old/pt/quem-somos>. Acesso: 15 dez 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever. In: *O Trabalho do Antropólogo*. São Paulo/Brasília: EdUNESP/ Paralelo 15, 2000.

CARDOZO, Fernanda. *DAS DIMENSÕES DA CORAGEM: socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil*. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

CARVALHO, Mário; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans ? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. N. 14, dossier n. 2, 2013, p. 319-351.

CARVALHO, Mário. DE “DOIDAS E PUTAS” A “RESPEITÁVEIS MILITANTES”: um histórico do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *35o. Encontro da ANPOCS*. Caxambu, 2011.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia “fenômeno transsexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol. 21, n. 41, p. 77-111. 2001.

_____. *La métamorphose impensable - Essai sur le transsexualisme et l'identité personnelle*. Paris: Gallimard, 2003.

CECCARELLI, Paulo Roberto. *Transsexualismo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. A (des) educação do corpo ou o pequeno desfile dos corpos contemporâneos e seus lugares da transgressão.

Associação Nacional de História – XXIV Simpósio Nacional de História, 2007

CHIARA, Ana Cristina de Rezende. O espaço biográfico de Leonor Arfuch : Uma nova leitura dos modos como vidas se contam. *Matraga*. Rio de Janeiro. Vol. 14, nº 21, jul/dez, 2007, p. 165-169.

CHRYSALIDE. Etude ‘Santé Trans 2011’ - Pré-rapport – 20 novembre 2011. Disponível em: <http://chrysalidelyon.free.fr> Acesso: 21 nov 2011.

COLL-PLANAS, Gerard. “Introducción”. In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS (Org.) *El género desordenado – críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona-Madrid: EGALES, 2010a.

_____. *La voluntad y el deseo - La construcción social del género y la sexualidad: el caso de lesbianas, gays y trans*. Barcelona-Madrid: EGALES, 2010b.

CONNELL, Robert. W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre. Vol. 20, n. 2, 1995, p. 185-206.

_____. *Masculinidades*. 1a.ed. em espanhol. México : Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

_____. *Masculinities*. 2.ed. Berkeley and Los Angeles : University of California Press, 2005a.

_____. Boys, masculinities and curricula. The construction of masculinity in practice-oriented subjects. *ZEP: Zeitschrift für internationale Bildungsforschung und Entwicklungspädagogik*, Frankfurt. Vol. 28, n. 4, 2005b, p. 21-27.

CONNELL, Raewyn. *Gender – In World Perspective*. 2.ed. Cambridge : Polity Press, 2009.

CONNELL, Robert W. ; MESSERSCHMIDT , James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis. Vol. 21, n. 1, 2013, p. 241-282.

COURTINE, Jean-Jacques. O corpo anormal – história e antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo. Vol. 3. As mutações do olhar. O século XX*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

COUTO, Edvaldo Souza; ROCHA, Telma Brito (org.). *A vida no Orkut: narrativas e aprendizagens nas redes sociais*. Salvador: EDUFBA, 2010.

CUMMINGS, Mark Angelo. *Transman-Bitesize The story of a Woman Who Became a Man*. Bloomington: Author House, 2006.

DAYER, Caroline. *Au seuil du placard, aux frontières du genre. Les ambivalences du coming out*. In: LUCAS, Barbara; BALLMER-CAO, Thanh-Huyen. (ed.) *Les nouvelles frontières du genre – La division public/privé en question*. Paris, L’Harmattan, 2010.

DEKKER, Rudolf ; VAN DE POL, Lotte. *La doncella quiso ser marinero – Travestismo femenino en Europra (siglos XVII-XVIII)*. Madrid : Siglo XX de España Editores, 2006.

DE LAURETIS, Teresa. *Technologies of gender – Essays on theory, film, and fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DEMETRIOU, Demetrakis Z. Connell’s Concept of Hegemonic Masculinity: A Critique. *Theory and Society*. Vol. 30, 2001, p. 337-361.

EHRENBERG, Alain. *L’individu incertain*. Paris: Calmann- Lévy, 1995.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

ESPINEIRA, Karine. *La transidentité – De l’espace médiatique à l’espace public*. Paris: L’Harmattan, 2008.

_____. Transidentités: de la théorie à la politique. *L’Information psychiatrique*. Vol. 4, n. 87, p. 245 a 352. 2011a.

_____. Le bouclier thérapeutique: discours et limits d'un appareil de légitimation". *Revue Internationale de Recherche Biographique*. N. 2, p. 280-295. 2011b.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACIOLI, Lara Roberta Rodrigues. *Conectadas: uma análise de práticas de ajuda mútua feminina na era das Mídias Digitais*. [Dissertação de mestrado] Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, 2013.

FASSIN, Éric. Out: la métaphore paradoxale. In: TIN, Louis-Georges (éd.). *Homossexualités, Expression/Répression*. Paris: Stock. p. 180-194, 2000.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*. N. 13, ano 14, 2005, p. 155-161.

FERRÉ, Joan Vendrell. ¿Corregir el cuerpo o cambiar el sistema? La transexualidad ante el orden de gênero. *Sociológica*, año 24, n. 69, p. 61-78. 2009. [on line] Disponível em: <http://www.transexualia.org/SANIDAD/transordengenero.pdf>. Acesso 17 fev 2011.

FERRATER MORA, José. Dicionário de Filosofia. Vol. 2. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FLORENTINO, Cristina de Oliveira. "*Bicha tu tens na barriga, eu sou mulher...*": *etnografia sobre travestis em Porto Alegre*. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1998.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

FORTIER, Anne-Marie. Queer Diaspora. In: *Handbook of Lesbian and Gay Studies*, 2002. SAGE Publications. [online] Disponível em

http://www.sage-ereference.com/hdbk_lgs/Article_n12.html Acesso 24 Abr. 2012.

FORTH, Christopher E. Masculinités et virilités dans le monde anglophone. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.) *Histoire de la virilité*. Vol. 3. *La virilité en crise? XX^e - XXI^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2011. P. 131 – 155.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir – História da violência nas prisões*. 4.ed. Petrópolis : Vozes, 1986.

_____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1996.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *A ordem do discurso*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *História da sexualidade. I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2006a.

_____. *Ética, sexualidade, política. Ditos e escritos, vol. 2*. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

FTM INTERNATIONAL.[online] Disponível em: <http://www.ftmi.org/>. Acesso 15 jul 2012.

GARAIZABAL, Cristina. Transexualidades, identidades y feminismos. In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS, Gerard. (Ed.) *El género desordenado – Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona-Madrid: EGALES, 2010.

GARCÍA, Francisco Vásquez. Del sexo dicotómico al sexo cromático. La subjetividad transgenérica y los límites del constructivismo. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*. N.1, p. 63-8, 2009. [online] Disponível em <http://www.sexualidadsaludysociedad.org>. Acesso 12 jul 2010.

GARII, Barbara. Transgender Movement. In: *Encyclopedia of Activism and Social Justice*. 2007. SAGE Publications. [online] Disponível em

http://www.sage-ereference.com/activism/Article_n867.html. Acesso 24 Abr. 2012.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva – Política, tradição e estética na ordem social*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997

GODIN, Christian. *Dictionnaire de philosophie*. Paris, Fayard, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro : LTC, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, São Paulo. Vol. 13, n. 2, maio-ago. 2004, p. 20-31.

GREEN, Jamison. *Becoming a Visible Man*. Nashville : Vanderbilt University Press, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. *Representations sur les femmes battues - la violence contre les femmes au Rio Grande do Sul*. [Tese de doutorado] Paris: Doctorat en Anthropologie Sociale et Culturelle na Université Paris Descartes, 1988.

GROSSI, Míriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em Primeira Mão*. N. 75, 2004. p. 1-37.

GROUPE ACTIVISTE TRANS - GAT.
<http://transencolere.free.fr/gat/questcequegat.htm>

GUIONNET, Christine ; NEVEU, Erik. *Féminins/Masculins. Sociologie du genre*. Paris : Armand Colin, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALBERSTAM, Judith. *Female masculinity*. Durham: Duke University Press, 1998.

HARAWAY, Donna. (1983). A Cyborg Manifesto - Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century. In: (ed.). STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (ed.). *The Transgender Studies Reader*. New York/London : Routledge/Taylor & Francis Group, 2006.

HAUSMAN, Bernice. Body, Technology, and Gender in Transsexual Autobiographies. In : STRYKER, Susan ; WHITTLE, Stephen (ed). *The Transgender Studies Reader*. New York : Routledge, 2006.

HÉRAULT, Laurence. *La métamorphose transsexuelle comme renaissance*. Aix-en-Provence : IDEMEC/ Aix-Marseille Universités, s.d., p. 1-7.

_____. Le mari enceint: construction familiale et disposition corporelle. À propos de Thomas Beatie, Labor of Love. The story of one man's extraordinary pregnancy, Berkeley, Seal Press, 2008, 329 p. *Critique*. N.764-765, janvier-février 2011, p. 48-60.

HARRISON, Barbara ; LYON, E. Stina. A Note on Ethical Issues in the Use of Autobiography in Sociological Research. *Sociology*. Vol. 27, n. 1, 1993, p. 101-109.

HOENES, Josh. Images et formations de corps d'hommes trans – Politique visuelle dans les photographies de Loren Cameron. *Cahiers du Genre*, N. 45, 2008, p. 43-57.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. UFSC: Florianópolis, 2007.

IGLESIAS, Alejandro. *Dos cuerpos, un alma*. Buenos Aires : De los Cuatro Vientos, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSMACULINIDADES.
Disponível em: <http://institutoibrat.blogspot.com.br>. Acesso: 12 dez 2013.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein; CHAVES, José Carlos Chaves; ORLEANS, Roberto Ghignone de. Culto ao corpo e uso de anabolizantes entre praticantes de musculação. *Cadernos de Saúde Pública*. No. 25, vol. 4, abr 2009, p. 773-782.

JOHNSON, Chris and BROWN, Cathy with NELSON, Wendy. *The Gender Trap The moving autobiography of Chris & Cathy, the first transsexual parents*. London and New York: Proteus, 1982.

KIEGER, Nick. *Nina Here Nor There : My Journey Beyond Gender*. Boston: Beacon Press, 2011. (Kindle Edition).

KIMMEL, Michael S. Rethinking “masculinity”: new directions in research. In: KIMMEL, Michael S. (org.). *Changing Men: New directions in research on men and masculinity*. Newbury Park: Sage Pub, 1991.

_____. *Why Men Should Support Gender Equity*. Women’s Studies Review, Fall, 2005. P. 102-114.

KNUDSEN, Patrícia Porchat Pereira da Silva. *Gênero, psicanálise e Judith Butler: do transexualismo à política*. [Tese de doutorado] São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2007.

KRISTEVA, Julia. *Poderes de la perversión*. México: Siglo Veintiuno, 1988.

KULICK, D. Causing a commotion: Public scandals as resistance among brazilian transgendered prostitutes. *Anthropology today*. Vol. 6, n.12, 1996. p. 3-7.

_____. The gender of brazilian transgendered prostitutes. *American Anthropologist*. Vol.3, n. 99, 1997. p.547-585.

_____. *Travesti – Sex, gender and culture among brazilian transgendered prostitutes*. Chigago: University of Chicago Press, 1998.

LANCASTER, R. Transgenderism in Latin America: Some critical introductory remarks on identities and practices. *Sexualities*. Vol.1, n.3, 1998. p. 261-274.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos - Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: 34 Editora, 1994.

LE GOFF, Jacques. *History and Memory*. New York: Columbia University Press, 1992.

LE TRÉSOR DA LA LANGUE FRANÇAISE INFORMATISÉ.
Disponível em: <http://atilf.atilf.fr/tlf.htm>. Data de acesso: 04 abril 2010

LEITE JR., Jorge. “*Nossos corpos também mudam*”: *Sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transsexual” no discurso científico*. [Tese de doutorado]. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

LEOTARD, Axel. *Mauvais genre*. Paris : Éditions Hugo & Compagnie, 2009.

LIBARDONI, Marlene. Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy. *Agenda de Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento*, 1999, p. 1-15.

LIONÇO, Tatiana. *Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica*. [Tese de doutorado]. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília, 2006.

_____. Que Direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde Soc.* São Paulo. Vol. 17, n.2, p.11-21, 2008.

MACÉ, Éric. Ce que les normes de genre font aux corps/Ce que les corps font aux normes de genre. *Sociologie*. Vol.1, n.4, p. 497-515. 2010. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-sociologie-2010-4-page-497.htm> Acesso: 19 nov 2011.

MARTINO, Mario with Harriett. *Emergence A Transsexual Autobiography*. New York: Crown Publishers, 1977.

MENDÉZ, Raquel Platero. Transexualidad y agenda política: una historia de (dis) continuidades y patologización. *Política y Sociedad*. Vol. 46, n. 1 y 2, p. 107-128, 2009.

MINISTÈRE DES AFFAIRES SOCIALES ET DE LA SANTÉ – FRANCE. Disponível em: <http://www.sante.gouv.fr/declassification-de-la-transsexualite-de-la-categorie-affection-de-longue-duree-ald-23-affections-psychiatriques-de-longue-duree.html> Acesso: 03 jan 2012.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*. Ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

_____. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. *Cronos*. Vol. 12, n.2, jul./dez. 2011, p. 09-22.

_____. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012a.

_____. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2012b.

MISKOLCI, Richard. Networks of desire - The Specter of aids and the Use of Digital Media in the Quest for Secret Same-Sex Relations in São Paulo. *Vibrant*. Vol. 10, n. 1, 2013.

_____. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. *Bagoas*. 2014. (No prelo. Disponibilizado pelo autor).

MISSÉ, Miquel. *Transexualidades – Otras miradas posibles*. Barcelona-Madrid : EGALES, 2013.

MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS (Org.) Epílogo. *El género desordenado – críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona-Madrid: EGALES, 2010.

MURTA, Daniela. Paradoxos entre o acesso a saúde e a patologização: algumas considerações sobre a psiquiatrização da transexualidade.

Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e poder. Florianópolis, 25 a 28 de agosto, 2008.

NELSON, Emily. *FTM Trans Theory VS. Trans Narratives: Working Towards an Updated Trans Theory.* [Masteruppsats]. Uppsala Universitet, 2011.

NERY, João W. *Erro de pessoa.* Rio de Janeiro: Record, 1984.

_____. *Viagem Solitária – Memórias de um transexual trinta anos depois.* São Paulo : Leya, 2011.

NEWTON, Esther. Le mythe de la lesbienne masculine : Radclyffe Hall et la Nouvelle Femme. *Cahiers du Genre.* N. 45, 2008, p. 15-42.

OBSERVATOIRE DES TRANSIDENTITÉ - ODT. www.observatoire-des-transidentites.com/

OLIVEIRA, Marcelo José. *Jogo de Cintura: uma etnografia sobre travestis em Florianópolis.* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1994.

_____. *O Lugar do Travesti em Desterro.* [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1997.

ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto : corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea.* Rio de Janeiro : Garamond, 2008.

PATRÍCIO, Maria Cecília. *Travestismo: mobilidade e construção de identidades em Campina Grande.* [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife:UFPE, 2002.

PELLEGRIN, Nicole; BARD, Cristine. Femmes travesties: un “mauvais genre” - Introduction. *Clio. Histoire, femmes et sociétés.* N. 10, p. 2-8, 1999

PELÚCIO, Larissa. Ativismo Soropositivo : A politização da Aids .
ILHA – Revista de Antropologia. Vol.9, n. 1, 2, p. 121-141. 2007a

_____. *Nos Nervos, na Carne, na Pele - Uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS*. [Tese de doutorado]. São Carlos : Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, 2007b.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*. N.1 - 2009, p.125-157. Disponível em : www.sexualidadsaludysociedad.org. Acesso: 17 mar 2014.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social : uma resenha crítica. *Arquivos da Memória – Antropologia, Escala e Memória*. N. 2, 2007. P. 2-20.

PERES, Wiliam Siqueira. *Subjetividade das Travestis Brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

PIÑEROBA, José Antonio Nieto. *Transexualidad, intersexualidad y dualidad de género*. Barcelona: Ediciones Bella Terra, 2008.

PINO, Nádía Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. *Cadernos Pagu*. N. 28, janeiro-junho, 2007, p.149-174.

PRECIADO, Beatriz. *Multitudes queer*, 2004. [online] Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/Multitudes-queer,1465>. Acesso 30 set 2009.

_____. *Testo Junkie – sexe, drogue et biopolitique*. Paris: Bernard Grasset, 2008.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Disponível em http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf. Data acesso: 20 jan 2011.

PROSSER, Jay. *Second Skins the body narratives of transsexuality*. New York: Columbia University Press, 1998.

RABINOW, Paul. *Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault – Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RAMOS, Fernão Pessoa. *Mas Afinal... O que é mesmo documentário?* São Paulo: SENAC, 2008.

REBREYEND, Anne-Claire. Comment écrire l’histoire des sexualités au XX^e siècle ? Bilan historiographique comparé français/anglo-américain. *Clio. Histoire, femmes et sociétés*. N. 22, 2005, p. 2-16

RED INTERNACIONAL POR LA DESPATOLOGIZACIÓN TRANS. [online] Disponível em <http://www.stp2012.info/es/manifiesto>. Acesso 15 jul 2012.

REES, Mark. *Dear Sir or Madam: The autobiography of a female-to-male transsexual*. London: Cassell, 1996.

REESER, Todd. W. *Masculinities in Theory :An Introduction*. Malden : Wiley-Blackwell, 2010. (Kindle Edition).

RESENDE CARVALHO, Sérgio. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção à Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. Vol. 20, n. 4, jul-ago, 2004, p. 1088-1095.

REUCHER, Tom. Quand lês trans deviennent experts – Le devenir trans de l’expertise. *Multitude*. Vol. 1, n. 20, p. 159-164. 2005.

RIAL, Carmen. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. *Revista Estudos Feministas*. N. 15, v. 1, p.131-151, janeiro-abril, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100009.

RIFIÓTIS, Theófilos. In: RIFIÓTIS, Theófilos ; MÁXIMO, Maria Elisa ; LACERDA, Juciano de S. ; SEGATA, Jean (org.) *Antropologia no ciberespaço*. Florianópolis : Editora da UFSC, 2010.

ROSE, Nikolas. *A política da própria vida – biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo : Paulus, 2013.

RUBIN, Gayle. "Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality". In: VANCE, Carole (ed.). *Pleasure and Danger*. New York: Routledge & Paul Kegan, 1984.

SANS CONTREFAÇON.

<http://sans.contrefacon.free.fr/presentation.html>

SCHILT, Kristen. "Transsexual." *Encyclopedia of Gender and Society*. 2008. SAGE Publications. [online] Disponível em http://www.sage-reference.com/gender/Article_n427.html. Acesso 24 Abr. 2012.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. V. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez 1995.

_____. Experiência. *La Ventana*. N. 13, 2001. P. 42-73.

_____. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*. N. 13, v. 1, jan-abr, 2005. P. 11-30.

SELOSSE, Jacques. *Conflit social*. In: DORON, Roland; PEROT, Françoise (Ed.). *Dictionnaire de psychologie*. Paris : PUF, 1991.

SENGENÈS, Sébastien. D'un genre à l'autre – Identité refuse, identité abandonée. Terrain. *Revue d'Ethnologie de l'Europe*. N. 42, p. 81-94. 2004. Disponível em: <http://terrain.revues.org/1748>. Acesso: 17 nov 2011.

SILVA, Hélio R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1993.

_____. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, n. 5, jul/dez, 2009, p. 171-188.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2a. ed. 11a. imp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: EDUSP, 2000.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris – Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOC. Disponível em: http://www.wpath.org/publications_standards.cfm
Acesso: 14 abr 2013.

STEINBERG, Sylvie. L’histoire du travestissement féminin à l’épreuve de la pluridisciplinarité. In : LEDUC, Guyonne. *Travestissement féminin et liberté (s)*. Paris : L’Harmattan, 2006.

STEPHENS, Elizabeth. The Pharmacopornographic Subject: Beatrice Preciado’s Testo Junkie: Sexe, Drogue et Biopolitique. *Polari Journal*. N. 2, October, 2010. Disponível em:
www.polarijournal.com/resources/Stephens-Testo-Junkie.pdf . Data de acesso: 22 jul 2011.

STOP TRANS PATHOLOGIZATION 2012. Disponível em:
<http://www.stp2012.info/old/en>. Data acesso: 04 set 2010.

STRYKER, Susan. *(De) Subjugated Knowledges*. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (ed.). *The Transgender Studies Reader*. New York/London : Routledge/Taylor & Francis Group, 2006. STS67. http://www.sts67.org/html/fr_accueil.html

SUESS, Aimar. Análisis del panorama discursivo alrededor de la despatologización trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales. In : MISSÉ, Miquel ; COLL-PLANAS, Gerard (Org.). *El género desordenado – críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona-Madrid: EGALES, 2010.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na*

sexualidade. [Tese de Doutorado] Campinas: Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, 2009.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso; ROCHA, Rota Martins Godoy; RASERA, Emerson Fernando. Construindo saberes e compartilhando desafios na clínica da travestilidade. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larrisa. *Discursos fora da ordem - Sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume, 2010.

THOMAS, Maud-Yeuse; ESPINEIRA, Karine; ALESANDRIN, Arnaud. (org). *Transidentités – Histoire d’une dépathologisation*. Paris: L’Harmattan, 2013.

_____. *Identités intersexes: identités en debat*. Paris: L’Harmattan, 2013.

TOURAINÉ, Alain. *Production de la société*. Paris : Seuil, 1973.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. *O Vôo da Beleza: travestilidade e devir minoritário*. [Tese de Doutorado] Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2005.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A Aventura Sociológica: Objetividade, paixão, improvisado e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VENTURA, Miriam; SHRAMM, Fermin Roland. Limites e possibilidades do exercício da autonomia nas práticas terapêuticas de modificação corporal e alteração da identidade sexual. *Physis*. T. 19, n. 1, Rio de Janeiro, p. 65-93, 2009.

VEYNE, Paul. *Foucault – Seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WHITTLE, Stephen. Teorizando el cambio. La historia y desarrollo de una Europa *queer*. (Theorising Change: The history and development of Queer Europe). In : *The Handbook Of Human Rights*. Santiago: The Centre for Human Rights, University of Chile, 2013, p. 1-56.

WILSON, Kayigan d'Almeida; BERDOUGO, François; HAZERA, Hélène. Transsexuel(le)s : conditions et style de vie, santé perçue et comportements sexuels. Résultats d'une enquête exploratoire par Internet, 2007. *BEH*, n. 27, 1er juillet. 2008. Disponível em: http://www.invs.sante.fr/beh/2008/27/beh_27_2008.pdf Acesso: 17 dez 2011.

WITTIG, Monique. *La pensée straight*. Paris: Éditions Amsterdam, 2007.

WRIGHT, Reno Prestige. *MAKING MR. WRIGTH – Memoirs of a Black Female-To-Male Transsexual*. Bloomington: Balboa Press, 2013. (Kindle Edition).

YANOSHEVSKY, Galia. Three decades of writing on manifesto : the making genre. *Poetics Today. Porter Institute for Poetics and Semiotics*. Vol. 30, n. 2, 2009, p. 257-286.

ZIELINSKI, Ger JZ. Queer Theory. *Encyclopedia of Activism and Social Justice* . 2007. SAGE Publications. [online] Disponível em http://www.sage-ereference.com/activism/Article_n713.htm. Acesso 24 Abr. 2012.

ZIGA, Itziar. No hay nada más feminista que el desafío trans. In: In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS. Gerard. (Ed.) *El género desordenado – Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona-Madrid: EGALES, 2010.